

ISSN 2317-6644

bib

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais**

BIB – *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (ISSN 1516-8085 impresso e 2317-6644 a partir do nº 69 no formato digital) é uma publicação semestral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no país. A BIB é editada sob orientação de um editor, uma comissão editorial e um conselho editorial composto de profissionais vinculados a várias instituições brasileiras.

Diretoria (gestão 2017-2018)

Presidente: Fabiano Guilherme Mendes Santos (IESP-UERJ); *Secretário executivo:* Ricardo Mariano (USP); *Secretária adjunta:* Emília Pietrafesa de Godoi (UNICAMP); *Diretora de publicações:* Adrian Gurza Lavalle (USP); *Diretores:* Carlos Guilherme do Vale (UFRN), Roberto Veras de Oliveira (UFPE) e Silvana Krause (UFRGS)

Conselho Fiscal: Ciméa Barbato Bevilacqua (UFPR), Cláudio Gonçalves Couto (FGV-SP) e Marcelo Domingos Sampaio Carneiro (UFMA)

Coordenação: Adrian Gurza Lavalle (USP)

Comissão Editorial

Editores-chefe: Marcia Consolim (Unifesp); *Editores de área:* Adriano Codato (UFPR), André Botelho (UFRJ), Deise Lucy Montardo (UFAM), Eliana dos Reis (UFMA), Igor Machado (UFSCar), Julie Cavignac (UFRN), Luiz Cláudio Lourenço (UFBA), Marcelo Carvalho Rosa (UnB), Mariana Batista (UFPE), Ricardo Fabrino Mendonça (UFMG), Soraya Fleischer (UnB); *Membros estrangeiros:* Frédéric Lebaron (École Normale Supérieure – Cachan, França), Frédéric Sawicki (Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne - França), Gustavo Sora – (CONICET / Universidad Nacional de Córdoba - Argentina), Virgílio Borges Pereira (Universidade do Porto - Portugal); *Editora de dossiês:* Márcia Lima (USP); *Editores(as) assistentes:* Raissa Wihby Ventura (USP), Mírian da Silveira Pavanelli (Anpocs)

Conselho Editorial: Alex Keyssar (Harvard Kennedy School), Brasília Sallum (USP), Charles Pessanha (UFF), Edna Castro (NAEA/UFPA), Elide Rugai Bastos (Unicamp), Leticia Calderón Chelius (Instituto Mora), Lúcia Bogus (PUC-SP), Marcos Costa Lima (UFPE), Maria Helena de Castro Santos (UnB), Par Engstrom (College of London) e Ruben George Oliven (UFRGS)

Edição

Assistente Editorial: Mírian da Silveira Pavanelli

Preparação/revisão de texto/copidesque: Caio Ramalho e Glaiane Quinteiro | Tikinet

Versão/tradução de resumos: Júlio César Silva Ferreira (francês) e Cristina Saez (inglês) | Tikinet

Edição eletrônica: Karina Vizeu Winkaler e Natalia Bae | Tikinet

Appropriate articles are abstracted/indexed in:

Hispanic American Periodicals Index

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Vagner Rodolfo CRB-8/9410

B581

BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – n. 41 (1996), – São Paulo : ANPOCS, 1996-.

Anual

Resumos em português, inglês e francês.

Título até o n. 40, 1995: BIB: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais.

ISSN: 1516-8085 (impresso até edição nº 68)

ISSN: 2317-6644 (digital a partir da edição nº 69)

1. Ciências humanas 2. Ciências sociais 3. Sociologia 4. Ciência política 5. Antropologia.
I. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS.

2017-366

CDD 300

CDU 3

Índice para catálogo sistemático:

1. Ciências sociais 300

2. Ciências sociais 3

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs

Universidade de São Paulo – USP

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 1º andar

0558-010 São Paulo – SP

Telefax.: (11) 3091-4664 / 3091-5043

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais****Sumário**

Crime, polícia e sistema de justiça no Brasil contemporâneo: uma cartografia (incompleta) dos consensos e dissensos da produção recente das Ciências Sociais	5
<i>José Luiz Ratton</i>	
O calcanhar de Aquiles dos estudos sobre crime, violência e dinâmica criminal	13
<i>Ludmila Ribeiro e Alex Niche Teixeira</i>	
Estatísticas oficiais, violência e crime no Brasil	81
<i>Arthur Trindade M. Costa e Renato Sérgio de Lima</i>	
Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017	107
<i>Jania P. D. Aquino e Daniel Hirata</i>	
Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000	148
<i>Jacqueline Muniz, Haydée Caruso e Felipe Freitas</i>	
O sistema de justiça criminal na perspectiva da antropologia e da sociologia	188
<i>Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo e Jacqueline Sinhoretto</i>	
Estudos sobre prisão: um balanço do estado da arte nas Ciências Sociais nos últimos vinte anos no Brasil (1997-2017)	216
<i>Luiz Claudio Lourenço e Marcos César Alvarez</i>	

APRESENTAÇÃO

Crime, polícia e sistema de justiça no Brasil contemporâneo: uma cartografia (incompleta) dos consensos e dissensos da produção recente das ciências sociais

José Luiz Rattón¹

São várias as possibilidades de identificação das origens da reflexão das ciências sociais brasileiras sobre os fenômenos do crime e da violência, do funcionamento das organizações policiais, do Sistema de Justiça Criminal, das prisões e das políticas públicas de segurança no país (ZALUAR, 1999; SANTOS; BARREIRA, 2016). De qualquer forma, não é difícil verificar a expansão, consolidação e diversificação de um campo institucional de pesquisas que abarcou tais fenômenos e que pode ser capturado analiticamente pelo que se convencionou chamar de sociologia da violência, embora conectado às outras ciências sociais (BARREIRA; ADORNO, 2010). O desenvolvimento de tal campo de conhecimento específico deve ser associado tanto à emergência do crime e da violência como problemas públicos no Brasil quanto ao debate sobre as diversas “soluções” possíveis, no plano das respostas estatais e societárias, para os problemas do controle social da violência e de produção e imposição da ordem social, em contextos históricos em que estão presentes tanto a democracia quanto o estado de direito (PAIXÃO, 1988).

Este número temático, *Crime, polícia e sistema de justiça no Brasil contemporâneo*, é tributário de um conjunto de balanços analíticos da produção nacional no âmbito da sociologia, da antropologia e da ciência política realizados ao longo dos últimos 25 anos. Passemos a eles.

O ponto de partida da interpretação da produção bibliográfica do campo é o pioneiro trabalho de Adorno (1993), publicado na revista *BIB* nº 35. Neste artigo, o autor buscou dar inteligibilidade à produção científica sobre a criminalidade urbana no Brasil desde os anos 1970. Observa e analisa o deslocamento da produção acadêmica centrada prioritariamente no conhecimento jurídico, com ênfase na legislação penal para um tipo de saber próprio das ciências sociais que apontava as articulações eventuais entre tipo de desenvolvimento econômico, formas de exercício do poder e permanência de características do período autoritário nas instituições de segurança pública e no Sistema de Justiça Criminal como fatores explicativos prováveis para o crescimento da violência, já percebida como problema social.

Alguns anos depois, o capítulo escrito por Zaluar (1999) para a coletânea organizada por Sergio Miceli sobre *O que ler na ciência social brasileira* aponta criticamente algumas possibilidades de definição das violências na literatura das ciências sociais, problematiza as relações entre violência, percepção desta e medo, acentua a necessidade de integração entre métodos quantitativos e qualitativos na pesquisa sobre o tema no país, debate os limites e possibilidades de explicações dissuasórias e estruturais da criminalidade violenta, localiza as relações entre violência institucional e ordem democrática e aponta

1 Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: jl.rattón@gmail.com

as conexões entre a produção das ciências sociais e suas implicações intencionais e não intencionais para as políticas públicas de redução da criminalidade.

Na mesma época, o ensaio publicado por Kant de Lima, Misse e Miranda (2000) na revista *BIB* nº 50 revela a regularidade, o crescimento, a diversificação e a legitimidade acadêmica da área de estudos voltada para a compreensão da violência, da criminalidade, da segurança pública e do Sistema de Justiça Criminal no Brasil. Ressalte-se aqui várias convergências analíticas entre este trabalho e aquele de Alba Zaluar, especialmente no mapeamento e na classificação dos problemas e temas centrais do campo de pesquisas que parece se consolidar no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Note-se, contudo, que as proposições de Kant de Lima, Misse e Miranda enfatizam os fatores de natureza estatal ligados à produção e reprodução da violência, ao passo que o balanço bibliográfico de Zaluar acentua, de forma própria, tanto os elementos de natureza política quanto os fatores de natureza cultural na reflexão sobre o mesmo fenômeno na produção acadêmica nacional.

É curioso perceber nos três balanços analíticos (ADORNO, 1993; ZALUAR, 1999; KANT DE LIMA; MISSE; MIRANDA, 2000) a presença sutil das formulações de Antônio Luiz Paixão sobre as relações entre democracia, ordem social, explicações da criminalidade e interpretação do funcionamento das instituições policiais e das políticas públicas de segurança (1988). O mineiro Paixão, desaparecido em meados dos anos 1990, produz uma interpretação poderosa da violência no Brasil que permanece atual. Através de uma síntese teórica original – que incorpora e funde densamente elementos da tradição sociológica interacionista e etnometodológica, contribuições da sociologia das organizações norte-americana contemporânea e os debates da ciência política dos

anos 1970 e 1980 acerca da democracia e da cidadania – torna-se o elo analítico improvável entre a vigorosa produção sociológica da Universidade de São Paulo sobre a violência e as formulações sociológicas e antropológicas oriundas das universidades cariocas, nos anos que se seguem ao fim do regime militar e ao início da redemocratização do país.

No final da primeira década do século XXI, é publicada pela Anpocs a coleção *Horizontes das ciências sociais no Brasil*. No livro relativo à área de sociologia, o capítulo escrito por Barreira e Adorno (2010) atualiza, para a primeira década dos anos 2000, a análise do debate acerca da violência na sociedade brasileira no âmbito das ciências sociais. Além de dialogar diretamente com as revisões bibliográficas anteriores aqui mencionadas, Barreira e Adorno apontam o surgimento de novas tendências de pesquisa: as relações entre as novas configurações urbanas, os mercados informais ilegais, os mercados de drogas e as organizações criminosas; o surgimento de novas formas de delinquência urbana, as relações entre redes de negócios ilícitos, poder público e mercado, a expansão e diversificação dos estudos sobre homicídios, a permanência de distintas formas organizacionais no âmbito da criminalidade de rua (quadrilhas, gangues, grupos de extermínio); as formas emergentes de intervenção estatal e seu impacto nas políticas de segurança, as possibilidades e limites das reformas das instituições policiais, a participação da sociedade civil nas políticas públicas de segurança, as novas formas de administração institucional dos conflitos, os novos padrões de punição, o encarceramento em massa e suas consequências.

Recentemente, Santos e Barreira (2016) propuseram uma interpretação alternativa do campo de estudos sobre conflitos, crime e violência no Brasil, em texto introdutório ao livro que trata de temática semelhante voltada para o conjunto de países da América

Latina. Os autores buscaram rastrear o tema da violência nas ciências sociais brasileiras a partir da interpretação de suas manifestações no mundo agrário e rural, articulando as permanências e rupturas em diferentes tempos históricos, suas diversas formas de manifestação no presente, tanto em contextos de “sertão” quanto em cenários urbanos. A proposição geral postulada é que os fenômenos da violência e do crime e das diferentes formas de ação/reação estatal a estes sejam tratados por meio do conceito de conflitualidade, que teria abrangentes pretensões de multidimensionalidade.

Finalmente, há a interpretação proposta por Campos e Alvarez (2017), realizada a partir de uma extensa revisão de todos os artigos relacionados à sociologia da violência em revistas classificadas como A1 pelo comitê da área de sociologia da Capes entre 2000 e 2016. A identificação de três subcampos supostamente concorrentes num maior âmbito – políticas públicas, violências e sociabilidades, sociologia da punição – é seguida por uma análise dos problemas teórico-metodológicos concernentes a cada um deles. O subcampo da segurança pública carregaria uma dimensão estatizante, concebida como indesejável, tanto por ceder às pressões de uma agenda estatizante quanto pela subteorização e baixa articulação, com uma perspectiva do crime e da violência em um plano societário. O subcampo das

violências e sociabilidades, voltado para a compreensão das sociabilidades alternativas e a organização social do crime, estaria livre da influência estatal, o que resguardaria seu perfil crítico, apesar do abandono – relativo – da teoria social. Já a chamada sociologia da punição, o terceiro subcampo, carregaria qualidades desejáveis para a pesquisa sociológica: compromisso teórico e distância crítica do estado. Teria como desafio a superação de uma visão da punição como fenômeno relativamente autônomo de determinações estruturais nos planos econômico e político.²

É na esteira destas diversas interpretações do estado da arte da produção sobre o tema da violência que deve ser enquadrado este número temático. Composto por seis artigos, buscou expandir e desenvolver alguns tópicos de pesquisa, problemas teóricos e questões metodológicas mapeados nas publicações anteriores para outros períodos.

Desta forma, a seleção de temas aqui proposta pretendeu tanto atualizar o já abordado quanto propor uma investigação mais densa sobre áreas menos exploradas nas revisões bibliográficas anteriores. Obviamente não se trata de cobertura exaustiva de uma área em franco crescimento quantitativo e relevante diversificação qualitativa interna. Os artigos compõem um mosaico de tensa pluralidade teórica e metodológica, traço constituinte e estruturador desta área de estudos e pesquisas, tanto no plano dos compromissos

2 Dois livros relativamente recentes compõem o cenário antecedente e relacionado a este número especial: o primeiro, organizado por Lima e Rattón (2011), com entrevistas biográficas (e obituárias) dos pioneiros do campo de estudos sobre crime, violência e direitos humanos no país (Alba Zaluar, Antônio Luiz Paixão – *in memoriam*, César Barreira, Claudio Beato, Edmundo Campos Coelho – *in memoriam*, Gláucio Soares, José Vicente Tavares Santos, Julita Lemgruber, Luciano de Oliveira, Luiz Eduardo Soares, Maria Stela Grossi Porto, Michel Misse, Paulo Sérgio Pinheiro, Roberto Kant de Lima e Sérgio Adorno), e o segundo, organizado por Lima, Rattón e Azevedo (2014), que contou com a contribuição de mais de oitenta pesquisadores ligados a vários grupos de pesquisa e programas de pós-graduação em ciências sociais (e outras áreas) espalhados pelo país, em sua grande maioria ligados às universidades públicas brasileiras. Tal publicação revelaria a um só tempo a abrangência, as fronteiras epistemológicas e o desenvolvimento do campo, e concomitantemente a diferenciação temática interna e a pluralidade teórica e metodológica que orienta as pesquisas sobre crime, violência e sistema de justiça criminal no Brasil.

normativos quanto das escolhas teóricas e opções metodológicas.³

Embora os ensaios desta publicação conversem entre si, identifica-se dois blocos temáticos principais. No primeiro, questões de natureza metodológica constituem o ponto de partida para a problematização das perspectivas de análise dos fenômenos do crime e da violência, explorando uma linha analítica que, apesar de anunciada nas revisões anteriores, ainda não havia sido objeto de uma reflexão mais focalizada. No segundo bloco, o debate se volta para a interpretação da produção científica sobre algumas das instituições de controle social – polícias, sistema de justiça criminal e prisões.

O artigo que abre este número especial, “O calcanhar de Aquiles dos estudos sobre crime, violência e dinâmica criminal”, de Ludmila Ribeiro e Alex Niche Teixeira, revisa as estratégias metodológicas utilizadas por cientistas sociais nos estudos sobre crime e violência no Brasil, a partir de uma base de 546 artigos publicados em periódicos classificados como A1 ou A2 pelo comitê da área de sociologia. Constata, de forma peculiar e amparada em dados, o perfil predominantemente “qualitativista” da pesquisa em ciências sociais voltada à violência. A prevalência da entrevista como técnica preferencial de coleta de dados se associa a ascensão da etnografia como recurso metodológico na compreensão do crime. O ponto frágil dos estudos de tal fenômeno no plano metodológico das ciências sociais tem sido, segundo a interpretação proposta por Ribeiro e Teixeira, a incapacidade de utilização de metodologias quantitativas robustas de coleta de informações e de análise de dados, limitando a realização de estudos

comparativos e de possibilidades de generalização, ainda que controladas.

O texto de Arthur Trindade M. Costa e Renato Sérgio de Lima, “Estatísticas oficiais, violência e crime no Brasil”, defende que a principal limitação metodológica no tocante aos estudos sobre criminalidade e violência no Brasil está relacionada à inexistência de estatísticas criminais e policiais padronizadas em nível nacional. A incapacidade de produção de séries históricas de informações criminais, incorporando outros tipos criminais que não homicídios, a quase inexistência de pesquisas de vitimização, as informações precárias relativas ao fluxo criminal no âmbito do sistema de justiça, constituiriam fatores restritivos ou impeditivos para o desenvolvimento de análises quantitativas mais sofisticadas dos fenômenos criminais e das respostas públicas ao crime. Tais fatores limitariam a construção de análises comparadas entre estados ou municípios de diferentes estados (convergindo com a análise proposta por Ribeiro e Teixeira), e constituiriam sérios obstáculos à avaliação de políticas públicas de segurança em todos os níveis.

Em linha de análise divergente, o artigo de Jania P. D. Aquino e Daniel Hirata, “Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017”, defende o valor analítico das etnografias e da teoria etnográfica como estratégias teórico-metodológicas positivadoras do crime como prática social. Os autores, por meio do mapeamento dos principais trabalhos sobre dinâmicas do crime e da violência produzidos no país, revelam a importância do uso das etnografias como recurso teórico-metodológico, acentuando o ganho compreensivo das dinâmicas criminais

3 Vale ressaltar que as autoras e os autores dos textos deste número temático, assim como este organizador, são pesquisadores de grupos de pesquisa consolidados sobre o tema, em sua maior parte vinculados a programas de pós-graduação em sociologia de universidades de quatro diferentes regiões do país (três do Nordeste, dois do Centro-Oeste, sete do Sudeste e dois do Sul).

e dos personagens envolvidos no universo do crime. A possibilidade de refinamento de conceitos e vieses analíticos provocada por tais etnografias estaria assentada na premissa de “levar a sério” a perspectiva nativa e escapar das terminologias jurídicas ou das normatividades externas aos contextos de ação. Um ponto relevante diz respeito às possibilidades de articular, no plano etnográfico, dimensões políticas, econômicas, institucionais e morais no âmbito das economias ilegais e dos coletivos criminais. Outra questão da maior importância no trabalho de Aquino e Hirata é a discussão dos limites éticos da pesquisa socioantropológica sobre ilegalidades e ilegalismos e das eventuais reações estatais às pesquisas de campo realizadas por cientistas sociais nesta área.

O segundo bloco de contribuições tematiza a produção sobre violência e crime através do mapeamento recente dos estudos sobre polícias, sistema de justiça criminal e prisões no Brasil contemporâneo.

O ensaio que abre este bloco, de autoria de Jacqueline Muniz, Haydée Caruso e Felipe Freitas, tem por título “Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000”. Esta análise aponta criticamente para dois traços da literatura estudada: o primeiro, relativo a um compromisso quase apriorístico com um conceito estático de cultura policial, que orienta a interpretação para a atribuição de disposições organizacionais voltada quase necessariamente para a guerra ou o confronto, empobrecendo as sutilezas analíticas, as variações dentro das organizações, limitando as possibilidades de mudança factíveis. O segundo traço seria a preferência por uma ciência social dos problemas policiais (ou uma ciência social aplicada à polícia) em contraposição a uma socioantropologia compreensiva das polícias. Para os autores, a demanda pública por reformas no presente termina por dirigir

a atenção analítica para o que é ou pode ser considerado problemático ou indesejável nas organizações policiais brasileiras, buscando assim mais do que mapear, compreender e explicar as dinâmicas policiais, sejam elas problemáticas ou não.

Logo a seguir, o artigo de Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo e Jacqueline Sinhoretto, “O sistema de justiça criminal na perspectiva da antropologia e da sociologia”, constata que a literatura recente sobre o funcionamento da justiça brasileira identifica, em novos termos, a permanência da tradição inquisitorial, a adesão minoritária ao campo dos direitos humanos e a predominância de concepções morais que fortalecem desigualdades de gênero e de classe no âmbito das organizações do Sistema de Justiça Criminal. As variações legislativas em matéria criminal e penal (política de drogas, administração institucional da violência contra a mulher, ampliação de alternativas penais à prisão etc.) são analisadas tanto do ponto de vista das inovações que aparentemente sugerem quanto das contradições e paradoxos resultantes das moralidades organizacionais em conflito e de seus resultados práticos. Os autores concluem, a partir da análise da bibliografia, que os esforços reformadores e inovadores não foram por si só capazes de gerar alterações substantivas em direção democratizante. O ativismo judicial, especialmente do Ministério Público, não teria sido acompanhado por mudanças nos compromissos valorativos e nas práticas organizacionais legitimadoras de concepções conservadoras da ordem e de manutenção das hierarquias sociais.

Finalizando este número, há o artigo “Estudos sobre prisão: um balanço do estado da arte nas ciências sociais nos últimos vinte anos no Brasil” de autoria de Luiz Claudio Lourenço e Marcos César Alvarez. Os autores identificam um crescente interesse nesta subárea de pesquisa, particularmente

nas investigações sobre as relações de poder dentro das prisões, as “gangues prisionais”, suas relações com a administração pública, seus impactos internos e externos às prisões. Sobressai também, de acordo com os autores, a expansão dos estudos sobre mulheres encarceradas, sobre o papel da religião nas penitenciárias e sobre os agentes prisionais. Apontam o incremento das pesquisas sobre a relação eventual de políticas prisionais com discursos punitivos, assim como sobre as próprias políticas. A baixa densidade de estudos comparados com outros países é percebida pelos autores como um indicador de baixo cosmopolitismo das pesquisas sobre as prisões no Brasil.

Como foi dito acima, a discussão realizada neste número temático buscou atualizar, expandir e desenvolver alguns tópicos presentes nas análises bibliográficas de outros períodos históricos no interior do campo de estudos sobre violência, crime, polícia, Sistema de Justiça Criminal e prisões no país.

Decerto ainda restam territórios temáticos e disciplinares a serem desbravados. A produção científica da ciência política na área, ainda que sem a pujança da sociologia e da antropologia, carece de mapeamento específico, com critérios teórico-metodológicos específicos. A criminologia radical brasileira, com presença expressiva nas faculdades de direito, talvez mereça uma análise pormenorizada exclusiva.

Os artigos que compõem esta publicação também permitiram a visualização de objetos de pesquisa pouco abordados na literatura. No âmbito do funcionamento do Sistema de Justiça Criminal, o estudo das defensorias ainda tem pouca visibilidade; no plano das organizações policiais, pesquisas sobre as polícias científica e federal ainda são escassas; o debate sobre as inúmeras e complexas questões éticas relativas a crime e violência ainda é um tópico das ciências sociais pouco explorado. As

possibilidades e limites de articulação teórica e metodológica do tema em outras áreas do conhecimento, como a economia, a geografia e a saúde pública, é uma questão a ser enfrentada. A utilização de modelos explicativos do crime e da violência ancorados nas pesquisas realizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, ainda que menos acentuada do que em passado recente, constitui por vezes um obstáculo ao entendimento das singularidades da distribuição social da violência nos diferentes territórios sociais do país e podem encobrir diferenças substantivas de organização social do crime, que poderiam ser objeto de rica análise comparada.

O campo é vasto e diverso, e as formas de pensá-lo, também. No âmbito dos desacordos, mesmo que tácitos, uma pergunta estruturante se impõe: como nomear um campo tão amplo e com tantas possibilidades políticas, teóricas, metodológicas? Criminologia, sociologia da violência, sociologia do crime, sociologia das conflitualidades, segurança pública, segurança cidadã, sociologia da punição? O debate é longo e não cabe nesse espaço, mas de toda maneira é possível dizer que as filiações normativas e institucionais que possivelmente orientam as diversas escolhas teóricas e metodológicas de algum modo delimitam as múltiplas possibilidades de convergência e divergência em todos os níveis citados.

O balanço provisório proposto neste número temático aponta para algum acúmulo de conhecimento na área, tanto substantivo, na modesta opinião deste organizador, quanto na construção relativamente civilizada dos pontos de divergência e desacordos teóricos e metodológicos. As tensões entre os limites e possibilidades de utilização da etnografia ou de análises estatísticas do crime e da violência não são características exclusivas deste campo de estudos. As controvérsias oriundas do uso de tal ou qual orientação teórica na interpretação do universo do crime também não

constitui novidade. A avaliação do potencial crítico de perspectivas de investigação das dinâmicas criminais centradas em maior ou menor grau no Estado e nas políticas públicas de segurança constitui, para o organizador deste número temático, um objeto de debate ainda a ser explorado, mas que pode ser convertido em ponto de articulação e interesse das diferentes concepções teóricas e metodológicas disponíveis no campo.

Se a sociologia, a antropologia e a ciência política são, de forma geral, campos científicos multiparadigmáticos em que a legitimidade do objeto e da análise é dependente de validação no plano explicativo e no plano discursivo

(ALEXANDER, 1987), não seria possível esperar algo diferente de um campo de produção do conhecimento interdisciplinar como o dos estudos sobre crime, violência, polícia e sistema de justiça criminal. Paradoxalmente, o desacordo (relativo) como regra de convivência não tem se constituído como impedimento para o avanço do conhecimento sobre o crime e a violência no país.

Este número especial não seria possível sem a presença competente de Márcia Consolim, editora chefe da *Revista de Informação Bibliográfica em ciências sociais*, e o apoio eficiente de Mirian Silveira. Agradeço também a contribuição dos pareceristas anônimos.

Referências

- ADORNO, S. A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 35, p. 3-24, jan./jun. 1993.
- ALEXANDER, J. C. O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de ciências sociais*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 5-28, 1987.
- BARREIRA, C.; ADORNO, S. A violência na sociedade brasileira. In: MARTINS, C. B.; MARTINS, H. H. T. S. (Orgs.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia*. São Paulo: Anpocs, 2010. p. 303-374.
- CAMPOS, M. S.; ALVAREZ, M. C. Políticas públicas de segurança, violência e punição no Brasil (2000-2016). In: MICELI, S.; MARTINS, C. B. (Orgs.). *Sociologia brasileira hoje*. São Paulo: Ateliê, 2017. p. 143-217.
- KANT DE LIMA, R.; MISSE, M.; MIRANDA, A. P. M. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 50, p. 45-124, 2000.
- LIMA, R. S.; RATTON, J. L. *As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbana; Anpocs, 2011.
- LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.
- MESQUITA NETO, P. *Ensaios de segurança cidadã*. São Paulo: Quartier Latin, 2011.
- PAIXÃO, A. L. Crime, controle social e consolidação da democracia: as metáforas da cidadania. In: REIS, F. W.; O'DONNELL, G. (Orgs.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988. p. 168-199.

- SALLA, F. A pesquisa sobre prisões: um balanço preliminar. In: KOERNER, A. (Org.). *História da justiça penal no Brasil: pesquisas e análises*. São Paulo: IBCrim, 2006. p. 107-128.
- SANTOS, J. V. T.; BARREIRA, C. Introdução: a construção de um campo intelectual: violência e segurança cidadã na América Latina. In: _____. (Orgs.). *Paradoxos da segurança cidadã*. Porto Alegre: Tomo, 2016. p. 9-40.
- ZALUAR, A. Violência e crime. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira: 1970-1995*. São Paulo: Anpocs, 1999. p. 13-107.

O calcanhar de Aquiles dos estudos sobre crime, violência e dinâmica criminal

Ludmila Ribeiro¹
Alex Niche Teixeira²

Introdução

Em seu texto intitulado “Avaliação das ciências sociais”, publicado em 1993, Fábio Wanderley Reis reconstituiu a trajetória dos programas de pós-graduação na área que começaram a ser criados nos anos 1960 e 1970. Neste exercício, o autor ressalta como entre nós a preocupação em conhecer bem determinadas teorias não reverberou em um aprimoramento metodológico de nossos pesquisadores, seja do ponto de vista quantitativo ou qualitativo. Partindo de uma perspectiva comparada, ele salienta como a nossa tradição, de formação humanística, levou-nos a um apego excessivo à teoria e à análise de fenômenos regionais, que seriam únicos em sua existência.

Segundo Reis (1993), nos Estados Unidos da América e Europa, a expansão das ciências sociais, desde uma perspectiva teórica, significou a preocupação com o teste de tais construtos, o que levou os programas de mestrado e doutorado de tais localidades a uma ênfase cada vez maior na análise de dados mais gerais, que cobrem boa parte da população (como os de *survey*). No Brasil essa proposta foi substituída pelo regionalismo, dado o entendimento de

que é preciso conhecer profundamente uma realidade sobre a qual se fala. Tal traço não seria muito discrepante, pelo menos comparado ao desenvolvimento das ciências sociais em países europeus, posta a extensão territorial e os aspectos culturais regionais. Porém, de forma concomitante, no Brasil, a ausência de cursos de metodologia que ensinassem os alunos a pensar em perguntas como “por quê?” em detrimento de “o quê?” contribuiu para que, historicamente, a produção da sociologia e da ciência política fosse alimentada por recortes muito mínimos, sem qualquer preocupação com a generalização, que permitissem o entendimento de padrões de causalidade desde uma perspectiva nacional.

O diagnóstico de Reis (1993) é bastante pontual: para avançar rumo a uma ciência social de cunho nacional, era preciso mudar. Mais do que narrar e interpretar a realidade social (o que é viabilizado por técnicas de pesquisa qualitativas), era preciso explicá-la em termos de relações causais (o que seria possível por meio da incorporação de enquetes nacionais). Para torná-la nacional, era preciso incorporar dados representativos da população brasileira de forma a conhecer padrões mais gerais, sem tanta preocupação com o local.

1 É professora adjunta do Departamento de Sociologia (DSO) e pesquisadora do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp), ambos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: ludmila.ribeiro@gmail.com

2 É diretor da Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), vice-presidente da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu), professor adjunto do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS e pesquisador associado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Violência, Democracia e Segurança Cidadã do CNPq e do grupo de pesquisa Violência e Cidadania da UFRGS/CNPq. E-mail: alex.teixeira@ufrgs.br

Para a construção de teorias de médio alcance sobre as especificidades nacionais, era preciso ir além da revisão teórica.

É claro que o texto de Fábio Wanderley Reis se ocupava do balanço das ciências sociais, com destaque para a ciência política e sociologia. Além disso, foi escrito no início da década de 1990, antes dos programas de treinamento intensivo em metodologia, oferecidos por algumas universidades brasileiras³, quando nem mesmo os softwares de computador para auxílio à análise qualitativa de dados (como o Nvivo, Atlas.ti ou MAXQDA) ou de dados quantitativos (como o SPSS ou Stata) estavam amplamente disponíveis no mercado nacional. No entanto, podemos tomá-lo como ponto de partida para o escrutínio dos artigos enquadrados como “sociologia do crime, violência e dinâmica criminal”, nome que em nossa perspectiva parece englobar os estudos que foram publicados nas revistas Qualis A1 e A2 da sociologia nos últimos anos⁴. Para nós, essa seara parece padecer hoje do mesmo problema apontado por Fábio Wanderley Reis, com pouca ênfase em pesquisas que sejam capazes de ir além da descrição do local, bloqueando o aprimoramento teórico e metodológico da área. Todavia, o caminho percorrido é bastante

díspar em relação à trajetória das ciências sociais, como argumentaremos a seguir.

Os balanços de literatura sobre crime: um olhar metodológico

A sociologia do crime, violência e dinâmica criminal conta com cinco balanços de sua produção (ADORNO, 1993; BARREIRA; ADORNO, 2010; CAMPOS; ALVAREZ, 2017; LIMA; MISSE; MIRANDA, 2000; ZALUAR, 1999). Apesar de não ser nossa proposta realizar um novo balanço temático, posto que o mais recente foi publicado há pouco (CAMPOS; ALVAREZ, 2017) e sim destacar quais são as técnicas de pesquisa de que os autores se utilizam em seus artigos, gostaríamos de salientar alguns pontos que nos parecem importantes para a compreensão de como metodologicamente essa área tem se estruturado.

Adorno (1993) foi o primeiro a inventariar a produção da área, que teria se iniciado a partir de finais da década de 1970, quando a criminalidade urbana se torna um problema público, demandando a atenção dos cientistas sociais. Neste primeiro diagnóstico, era crescente a quantidade de artigos publicados em congressos, livros e algumas revistas especializadas sobre a temática da criminalidade

3 Neste sentido, tem destaque o Programa de Treinamento em Metodologia Quantitativa (MQ) da Universidade Federal de Minas Gerais (disponível em: <<https://bit.ly/2qwwLlv>>), iniciado em 1998, e a *IPSA summer school* da Universidade de São Paulo (disponível em: <<https://bit.ly/1wkfZIP>>), que acontece desde os anos 2010. Ambos são de periodicidade anual, sem qualquer interrupção desde os respectivos inícios. Três são as diferenças entre eles: o MQ é ministrado em português e acontece em julho; a *summer school* ocorre em janeiro e é todo ministrado em inglês; finalmente, o MQ oferece atualmente poucos cursos, em geral em métodos e técnicas de pesquisa quantitativos, enquanto a *summer school* oferece uma maior variedade de cursos, tanto quantitativos quanto qualitativos.

4 Aqui adotamos a perspectiva do último levantamento bibliográfico da área, realizado por Campos e Alvarez (2017, p. 143), os quais destacam que “embora a presente discussão busque circunscrever os estudos que originalmente foram caracterizados, no Brasil, como constituindo a área “sociologia da violência”, muitos dos autores aqui citados possuem formação em antropologia e em ciência política, entre outras áreas afins. Na verdade, os estudos dessa temática no Brasil, a despeito da especialização crescente, continuam distribuídos amplamente no campo das ciências sociais, beneficiando-se, assim, da porosidade entre as fronteiras disciplinares dessa área do conhecimento”. Assim, a preferência pelo enquadramento sociológico da análise está eminentemente relacionada à constituição histórica desse campo, à forma como ele próprio se denomina no âmbito da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), além de ser essa a área temática dos demais levantamentos já realizados sobre o tema.

e violência, a qual poderia ser organizada em quatro eixos temáticos. O primeiro tema foi denominado de “movimento da criminalidade” e consistia em análises quantitativas de dados oficiais, “mesmo considerando o comprometimento das fontes de informação” (ADORNO, 1993, p. 3), dado que a baixa confiança nas organizações policiais poderia resultar em subnotificações⁵ e o padrão de operação das polícias fazia com que pretos e pobres fossem mais registrados nas ocorrências criminais como autores do que os demais.

No segundo eixo estavam os trabalhos que diziam respeito ao “perfil social dos autores de delitos”, estruturados a partir de análises quantitativas e qualitativas, que destacavam como os delinquentes eram “preferencialmente recrutados entre grupos de trabalhadores urbanos de baixa renda, o que significa que seu perfil social não difere do perfil social da população pobre” (ADORNO, 1993, p. 5). Longe de afirmar que os pobres seriam mais tendentes ao crime, o autor procurava destacar novamente a vulnerabilidade deste segmento às ações implementadas pelo sistema de justiça criminal, tornando-os mais suscetíveis ao enquadramento jurídico como criminosos.

A terceira linha, denominada de “a organização social do crime sob a perspectiva do delincente”, estruturava-se a partir de etnografias realizadas por Alba Zaluar no Rio de Janeiro sobre “as peculiaridades da organização delincente – seus modos de ser, seu estilo de vida, o relacionamento com os outros e com a sociedade mais ampla” (ADORNO, 1993, p. 5). Por fim, começava a despontar como temática crescente o escrutínio de “políticas públicas penais”, dimensão na qual a observação participante, a análise dos documentos oficiais e a entrevista em profundidade desvendavam os

estratagemas de operadores da segurança pública, da justiça criminal e do sistema prisional na atividade de transformação da letra da lei em uma série de procedimentos que deveriam materializar a ideia de Justiça. Todas essas pesquisas salientavam como se dava a “aplicação cotidiana dos preceitos legais, que se tornam objeto de disputa e negociação entre diferentes atores que, enredados nas teias da moralidade, interpretam tais preceitos segundo interesses particulares e conforme as necessidades de funcionamento da organização” (ADORNO, 1993, p. 7).

Este primeiro balanço é de extrema importância porque, além de apontar os fundadores da área, os quais foram entrevistados por Lima, Azevedo e Ratton (2011) quase 20 anos depois, indica quais eram os caminhos que pareciam despontar como relevantes para o entendimento da dinâmica criminal em nosso país. Mais do que isso: trata-se de um balanço que, apesar de não destacar as técnicas de pesquisa utilizadas, permite que o leitor mais atento possa mapeá-las. Neste ponto chama atenção a diversidade de estratégias metodológicas que os pesquisadores deste campo lançavam mão em comparação com os demais cientistas sociais brasileiros, já que os dois artigos – o de Fábio Wanderley Reis e o de Sérgio Adorno – são de 1993.

Se o texto de Reis (1993) salienta que a produção nacional era marcada pela reprodução teórica de autores internacionais sem lastro empírico, o estudo de Adorno (1993) mostra como a área de criminalidade se estruturava a partir de pesquisas. Enquanto Reis (1993) falava da pouca sofisticação metodológica, dada a colonização das ciências sociais por técnicas específicas da antropologia, como é o caso da etnografia, Adorno (1993) apontava para a diversidade de mecanismos que os sociólogos do crime, violência e dinâmica criminal

5 A última pesquisa nacional de vitimização (2012) indica que apenas 20% do total de crimes são comunicados à polícia. Nesse sentido, ver: <<https://bit.ly/2qAqpJ5>>. Último acesso em: 21 nov. 2017.

se utilizavam, os quais incluíam técnicas de pesquisa qualitativas, quantitativas e mistas já nos anos 1980. Talvez, o único ponto em que os dois textos tenham algum tipo de convergência é o regionalismo, dado que mesmo as análises estatísticas eram circunscritas aos estados da região Sudeste, mas novamente a sociologia do crime estava na frente, posta a sua preocupação em entender o local com o propósito de viabilizar a construção de novas teorias para melhor entendimento das especificidades nacionais.

Sendo a área da sociologia do crime, violência e dinâmica criminal tão diversa, em temas e estratégias de pesquisa, faz mesmo sentido aplicar a revisão de Reis (1993) sobre a fragilidade metodológica das ciências sociais brasileiras para o entendimento deste campo? Em que medida os estudos sobre criminalidade e violência se conformariam como uma seara na qual o dilema do calcanhar de aquiles se faz presente na atualidade?

Zaluar (1999) nos responde várias dessas questões em seu balanço que, diferentemente do anterior, procura demarcar as conexões teóricas e políticas dos sociólogos do crime. Para ela, os estudos sobre dinâmica criminal e funcionamento das organizações do sistema de justiça criminal cresciam *vis-à-vis* as transformações políticas do país e, por isso, os autores destes textos estavam eivados da preocupação em descrever certos fenômenos como embasamento empírico para um posicionamento mais político. Era evidente, assim, como a sociologia do crime, violência e dinâmica criminal estava contaminada por uma perspectiva de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de prevenção e repressão ao crime, a qual determinaria sobremaneira os rumos da área nos anos subsequentes (FREITAS; RIBEIRO, 2014). Além disso, a autora destaca que, infelizmente, ao final de década de 1990, esse campo da sociologia já apresentava uma cisão metodológica decorrente de disputas teóricas, que colocavam em oposição os afeiçoados à

estatística e os apegados à etnografia, como pode ser vislumbrado na seguinte citação:

Ademais, a competição entre os cientistas sociais e a delimitação das fronteiras entre as disciplinas das ciências sociais, sempre tão problemáticas pelo seu estoque de conhecimento comum de teorias e pais fundadores, também são importantes para entender o debate [da sociologia do crime]. Essa disputa esteve particularmente clara entre os que sublinharam a importância dos indicadores sociais ou estatísticas oficiais sobre os crimes na formulação de uma política pública dissuasória e aqueles que, baseados em material qualitativo, chamavam a atenção para as práticas cotidianas dos policiais bem como para as condições de vida existentes seja nas áreas onde viviam os candidatos à delinquência, seja nas prisões (ZALUAR, 1999, p. 15).

Em outras palavras, Alba Zaluar já antevia a mudança que Campos e Alvarez (2017, p. 145) constataram quase vinte anos depois: os estudos de criminalidade passaram a se referir de tal maneira às políticas públicas a partir dos anos 2000, que melhor seria caracterizá-los como “políticas públicas de segurança, violência e punição no Brasil”. Como veremos nas próximas páginas, essa alteração de temáticas reverberou em mudanças do ponto de vista das técnicas de pesquisa mobilizadas. O dilema quantitativo *versus* qualitativo, estatísticas *versus* observação, foi substituído pela prevalência das entrevistas em profundidade, como forma de desvelar o que pensam os formuladores e as populações afetadas por políticas públicas sobre o Estado.

A transmutação do paradigma metodológico não se deu apenas nos estudos sobre crime e violência. Como indicam os textos de balanço das perspectivas metodológicas nas ciências sociais, a tendência a relegar a estatística a segundo plano foi mais ampla. Contribuíram para esse padrão o lugar de pouco destaque que a formação metodológica tem nos cursos de ciências sociais (CANO, 2012) e a resistência à linguagem numérica, que não pôde ser superada na sociologia

(ao contrário do que parece ter acontecido com a ciência política), mesmo com os cursos de treinamento intensivo (NEIVA, 2015).

Em levantamento realizado por Gláucio Soares em 2005, o frágil treinamento em metodologia quantitativa foi apresentado como o calcanhar de aquiles das ciências sociais no Brasil. Para ele, haveria “uma certa hostilidade em relação aos métodos quantitativos e à estatística; porém, seu lugar não foi ocupado por métodos qualitativos rigorosos, e sim por uma ausência de métodos e de rigor” (SOARES, 2005, p. 27). Mais de uma década após o estudo original de Reis (1993), que identificava a carência de formação metodológica para que as ciências sociais tupiniquins pudessem ir além da revisão teórica ou da descrição de contextos muito específicos, o problema parecia um pouco pior: qualquer informação, coletada sem rigor, poderia ser nomeada de empiria, se tornando válida para teste de determinadas perspectivas teóricas.

Soares (2005) cita uma série de levantamentos realizados na área que demonstram o quão frágil seria o nosso treinamento metodológico, qualitativo e quantitativo, àquela época. Pior: as ciências sociais viam o quantitativo como algo imperialista (ao qual era preciso resistir) e compreendiam o qualitativo como o não quantitativo, esquecendo-se que existem técnicas de análise de dados qualitativas, como a observação participante, a entrevista em profundidade e, até mesmo, a etnografia. A gota d’água final seria, todavia, o colonialismo teórico, já que os construtos mobilizados eram os disponíveis em língua inglesa, tornando o pensamento sobre o Brasil estruturado “a partir de conceitos e categorias criados para descrever fenômenos de países industriais” (SOARES, 2005, p. 38), de pouca valia para a explicação de relações de causa e efeito no contexto nacional. Combinando a deficiente formação metodológica com o colonialismo teórico, “o trabalho típico encontrado nas revistas brasileiras não é quantitativo, não é

qualitativo, não é quali-quanti, é ensaístico” (Idem, p. 45).

Doze anos depois do texto de Fábio Wanderley Reis, as ciências sociais brasileiras continuavam essencialmente retóricas, o que impediria o diálogo com a realidade internacional, transformando distintas localidades pesquisadas no Brasil em somente mais um caso no espectro mundial. Ao simplesmente repetir perspectivas que já tinham sido traduzidas para o português, os cientistas sociais brasileiros se assemelhavam a jornalistas, que narram o que outros autores e sujeitos entenderam sobre como funcionam grupos ou indivíduos. Era preciso avançar, com uma preocupação em utilizar esses construtos como ferramentas para a melhor compreensão das semelhanças e especificidades da realidade nacional com outros contextos, o que demandaria maior sofisticação metodológica.

Na sociologia do crime, violência e dinâmica criminal, os anos 2000 foram marcados pela consolidação de grupos de pesquisa em todo o território nacional, em que pese a concentração desses na região Sudeste (CAMPOS; ALVAREZ, 2017). Já no começo da década era possível identificar mais de 450 pesquisadores do tema, em diversas áreas do conhecimento, mesmo que as ciências sociais fossem a principal (Lima; Misse; Miranda, 2000, p. 46). Desde então, assistimos a uma profusão de análises que, para além de aspectos institucionais e culturais da violência, desvelam dimensões mais vinculadas ao funcionamento do sistema de justiça criminal, com destaque para o peso que o crime organizado e o tráfico de drogas passaram a ter na explicação do aumento da criminalidade, sobretudo a violenta (Barreira; Adorno, 2010, p. 330).

Um tema que aparece na virada dos anos 2000 é a relação do Estado com as suas margens (Das; Poole, 2004), fazendo com que diversos pesquisadores passassem a descrever como são construídas cotidianamente as ilegalidades que marcam o imaginário popular sobre as periferias

das grandes cidades (Telles; Hirata, 2010), levando ao entendimento de tais práticas como repositórios de mercadorias ilegais, “o que repercute na institucionalização e disseminação dos ilegalismos como práticas sociais não mais moralmente reprováveis (como, no passado recente, era para a “moral” da classe trabalhadora)” (Barreira; Adorno, 2010, p. 336). Neste ínterim, ganham notoriedade as externalidades do encarceramento em massa, a partir de artigos que relatam a disseminação do *modus operandi* do grupo Primeiro Comando da Capital (PCC) para além dos muros dos estabelecimentos prisionais (Nunes, 2009), descrevendo os repertórios de justiça deste grupo (Feltran, 2010a), os quais passam, inclusive, a ser apontados como explicação para os processos sociais de vitimização prisional (Almeida; Paes-Machado, 2013).

Do ponto de vista metodológico, como apresentaremos a seguir, a área se tornou mais afeita a técnicas de pesquisa próprias da antropologia, como a etnografia e a observação participante, tornando imperativo conhecer bem as especificidades das regiões periféricas das grandes cidades, porque essa seria a maneira de subsidiar intervenções qualificadas por parte das políticas públicas estatais. Na seara quantitativa, as dinâmicas de criminalidade se tornaram sinônimo dos padrões de registro das mortes violentas letais e intencionais, computadas pelas polícias ou calculadas a partir dos dados da saúde. A segurança pública passou a ser avaliada por deste indicador, tornando as pesquisas de vitimização e *surveys* de percepção de medo ou confiança nas instituições recursos pouco mobilizados.

A preocupação em mudar o cenário fez com que vários pesquisadores trocassem a sala da universidade pelo gabinete do Executivo, ocupando cargos de destaque (como antecipado por Zaluar em 1999). Neste novo paradigma, era preciso agir, o que significa sacrifícios, como o de relegar a avaliação sobre a efetividade de políticas públicas a segundo plano (CANO;

ROJIDO, 2016). Essa metamorfose da área, colocada pela assunção do Brasil ao posto de um dos países mais violentos do mundo (LIMA; SINHORETTO, BUENO, 2015), pode ter contribuído sensivelmente para que os estudos quantitativos não desfrutassem da mesma importância que os qualitativos nessa área. Para quantificar em perspectiva nacional é preciso formação sólida e engajamento de diversos centros, pesquisadores e financiadores, o que não ocorre com o qualitativo construído a partir do escrutínio da sociabilidade em um pequeno espaço das capitais brasileiras.

Todavia, movimento diverso foi observado nas ciências sociais nas últimas décadas. Em texto publicado em 2015, Pedro Neiva procura revisar o calcanhar de aquiles das ciências sociais. Ele argumenta que entre os anos de 1997 e 2012 teria ocorrido “um aumento expressivo na utilização de técnicas estatísticas” (NEIVA, 2015, p. 65), com destaque para as denominadas como “avançadas”. No entanto, as conclusões do autor estavam longe de ser alvissareiras, dado que “a proporção de autores ‘quantitativistas’ continua sendo amplamente minoritária, *vis-à-vis* os ‘não quantitativistas’” (Idem). Os ensaístas continuavam a ocupar posição de destaque na produção global da área. Em outras palavras, o regionalismo (REIS, 1993) e o colonialismo teórico (SOARES, 2005) continuavam a contribuir para que a formação metodológica, especialmente a quantitativa, não estivesse na ordem do dia nos cursos de pós-graduação em ciências sociais (CANO, 2012).

Este cenário poder ser explicado pela formação acadêmica dos pesquisadores da área, centrada em autores em detrimento de perspectivas que pudessem ser transformadas em pesquisas empíricas (Ibid.). Isso faz com que uma parcela substantiva de alunos de pós-graduação, futuramente professores universitários, tenham “uma resistência injustificada por toda e qualquer evidência empírica, como se ela excluísse a discussão teórica” (NEIVA, 2015, p. 70).

Fica, portanto, a pergunta sobre o que ocorreu na sociologia do crime, violência e dinâmica criminal do ponto de vista metodológico nos últimos anos. A nossa proposta aqui é entender o que mudou nessa área em termos de técnicas de pesquisa mobilizadas, se há ausência de estudos quantitativos e em que medida a pequena participação de trabalhos quantitativos se tornou o calcanhar de aquiles da área, como ocorre nas demais searas das ciências sociais (Ibid.).

Metodologia⁶

Para a análise das estratégias metodológicas empregadas no estudo do crime e da violência foram consultadas todas as revistas classificadas no Qualis A1 e A2 da área de sociologia em 2016.

O Qualis foi um sistema criado pela Fundação Capes, do Ministério da Educação, com o objetivo de aferir a qualidade dos periódicos de cada área, a partir de comitês de notáveis em cada temática. Após análise de como se dá a escolha dos artigos a serem publicados pela revista e de qual é a visibilidade dessa produção, os *journals* são hierarquizados a partir de letras (A, B e C) e números (1 e 2, no caso das revistas A; 1 a 5, no caso das revistas B; e as revistas C não tem números) que equivalem, de certa maneira, ao prestígio que o periódico tem no campo⁷. Logo, centramos nosso foco nos periódicos qualificados como A1 e A2, porque esses seriam os mais prestigiosos da área e, por isso, com mais chances de serem lidos e usados

como base de outros estudos, o que tende a reverberar em maior quantidade de citações.

Pode acontecer de uma mesma revista ter qualificações diferentes em duas ou mais áreas temáticas, o que é um problema para as ciências sociais, que incluem a sociologia, a ciência política e a antropologia. Em razão dessa qualificação diferenciada por área, optamos aqui por utilizar a avaliação dos periódicos feita pela sociologia para o quadriênio 2013-2016⁸. Também especificamos a produção em língua portuguesa, para entender como os nossos pesquisadores expressam os resultados de seus estudos no contexto nacional. Com esse recorte, encontramos 49 revistas, 19 no estrato A1 e 30 no estrato A2.

Como quase todas as revistas A1 e A2 estão indexadas no portal SciELO⁹, que procura armarzenar a produção de diversas áreas da ciência brasileira e padronizar as formas de apresentação dos artigos¹⁰, a busca por aqueles relacionados ao estudo do crime, da violência e da dinâmica criminal se concentrou neste portal. A única exceção foi *Dilemas*, que não está indexada na SciELO. Nesse caso, recorremos ao site do periódico para identificação dos artigos.

Estabelecido o recorte e a fonte, nos meses de julho e agosto de 2017, por meio das ferramentas de busca do portal SciELO, entramos nas páginas de cada uma das revistas identificadas como A1 e A2 e, em seguida, procuramos pelas palavras “crime”, “violência”, “criminalidade” e “criminal”. O próximo passo foi a leitura do resumo, pois não incluímos os artigos que tratam da violência desde uma perspectiva das relações internacionais,

6 Os autores agradecem aos bolsistas de iniciação científica Gabriela Lacerda, Taís Santos e Tássio Almeida pela coleta de informações no portal SciELO e pela organização dos dados primários deste artigo em uma planilha de Excel. Sem esses dados, as análises que seguem não seriam possíveis.

7 Nesse sentido, ver: <<https://bit.ly/1Gygnpv>>. Acesso em: 9 nov. 2017.

8 Disponível em: <<https://bit.ly/1iK28d6>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

9 Segundo Neiva (2015, p. 79), “O simples fato de pertencer a essa coleção [SciELO] já indica uma qualidade superior do periódico”.

10 Disponível em: <<https://bit.ly/2ehncL0>>. Acesso em: 9 nov. 2017.

abordando, por exemplo, as guerras entre nações. Optamos por focalizar os trabalhos que versam sobre a violência no contexto brasileiro, incluindo todos os que, na nossa visão, se encaixavam com a temática do crime, da violência e da dinâmica criminal.

Antes de passarmos à análise dos dados propriamente dita, gostaríamos de apresentar três apartes. A primeiro diz respeito aos critérios de busca. As palavras-chave foram escolhidas considerando a forma como a área se estruturou historicamente (BARREIRA; ADORNO, 2010). Inicialmente, crime e violência eram as nossas únicas palavras-chave, sendo as mais representativas em nosso levantamento, responsáveis por 34,2% e 31,6% dos artigos analisados, respectivamente (Tabela 1). Com o decorrer da pesquisa no portal SciELO, constatamos que outras duas categorias também indexavam a produção: criminalidade e dinâmica criminal. A busca por “dinâmica criminal” foi problemática porque, apesar das aspas, eram incluídos artigos que tratavam de dinâmicas outras que não a criminal e, por isso, optamos por incluir apenas “criminal”.

Tabela 1
Distribuição dos artigos identificados de acordo com as palavras de busca

Palavra utilizada na busca do artigo	Frequência	Porcentagem
Criminalidade	25	4,6
Criminal	107	19,6
Crime	187	34,2
Violência	227	41,6
Total	546	100

Fonte: Elaborado pelos autores

Ao final foram reunidos 546 artigos, indexados pelas palavras “crime”, “violência”,

“criminalidade” e “criminal”. Destas, a que retornou um maior número de publicações foi “violência”, provavelmente por que ela indexa tanto as dinâmicas de criminalidade como as ações desenvolvidas pelas agências estatais com vistas à prevenção e repressão do delito.

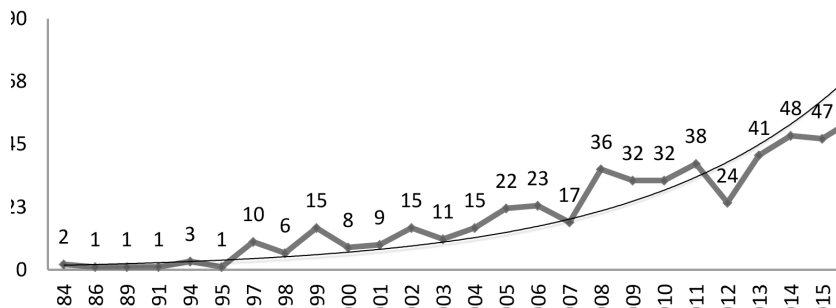
O segundo aparte diz respeito aos periódicos que não puderam ser incluídos por meio dessas palavras-chave. Pode acontecer de um artigo ser muito importante para a área e não estar indexado pelas palavras “crime”, “violência”, “criminalidade” e “criminal”. Com isso, ele não foi identificado em nossa busca e, por conseguinte, não entrou nesta análise.

O terceiro aparte diz respeito ao período da coleta de dados e à data de publicação. A mineração dos artigos ocorreu entre os meses de julho e agosto de 2017 e, por isso, pode acontecer de um estudo ser referente, por exemplo, ao primeiro semestre de 2017, mas só estar disponível na SciELO ou no portal da revista *Dilemas* no segundo semestre. Nesse caso, ele não foi incluído em nossa base. Além disso, o portal SciELO foi criado em 1997 e, por isso, a produção por ele organizada tende a se referir a anos posteriores a esse marco¹¹. Por isso, pode acontecer de o periódico ter ingressado no portal SciELO, por exemplo, e não ter transferido todas as publicações anteriores a esse momento para o *site* e, dessa forma, em nossa busca, não foi possível identificá-las.

Considerando essas limitações, verificamos que a produção da sociologia do crime, violência e dinâmica criminal no portal SciELO tem como marco o ano de 1984 e cresce exponencialmente desde a década de 2000 (como indica a linha de tendência). Provavelmente, se o nosso levantamento tivesse sido realizado em março de 2018, a produção de 2017 teria superado a de 2016 (Gráfico 1).

11 Disponível em: <<https://bit.ly/2qtdatg>>. Acesso em: 1 abr. 2018.

Gráfico 1
Distribuição da quantidade de artigos publicados por ano
(1984 – 1º. Semestre de 2017)



Fonte: Elaboração dos autores

Os poucos trabalhos levantados até o ano de 2000 contrastam com os balanços anteriores da área. Adorno (1993) computou 264 estudos para os anos entre 1972 e 1993; Zaluar (1999) revisou 397 publicações entre 1974 e 1998; Kant de Lima, Misse e Miranda (2000) escrutinaram 1.166 estudos; e Barreira e Adorno (2010, p. 309) catalogaram “1.374 referências bibliográficas em 62 currículos constantes da Plataforma Lattes”. Nesse contexto, 546 artigos parece um número excessivamente pequeno para um período de mais de 30 anos (1984-2017). Contudo, a contabilidade realizada por Adorno (1993), Zaluar (1999), Lima, Misse e Miranda (2000) e Adorno e Barreira (2010) considerava artigos publicados em anais de congresso, capítulos de livros, dissertações e teses, sendo que esses trabalhos foram excluídos deste inventário, que considerou *somente* os artigos disponíveis em

meio digital, na SciELO e nas revistas indexadas como A1 e A2 pelo Qualis da Capes¹².

Outra explicação para a diferença pode ser que as revistas indexadas pelo SciELO a partir dos anos 2000 não transferiram a sua produção anterior. Campos e Alvarez (2017, p. 148-149) levantaram 192 artigos publicados entre 2000 e 2016 nas revistas *Lua Nova*, *Tempo Social*, *Novos Estudos Cebrap*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Dados*, *Cadernos CRH*, *Sociedade e Estado*, *Sociologias*, *Civitas* e *Cadernos Pagu*. Como nosso levantamento é quase três vezes maior – posto que inclui as 49 revistas em língua portuguesa situadas nos estratos A1 e A2 – possivelmente, apenas a produção digitalizada após a criação do SciELO em 1997 pôde ser adequadamente computada.

Das 49 revistas classificadas como A1 e A2 na área de sociologia, tão somente cinco não apresentaram artigos indexados

12 Essa ressalva é importante porque, no portal da Capes, em março de 2017, Campos e Alvarez (2017, p. 145) identificaram no banco de teses e dissertações da Capes “12.887 trabalhos contendo ‘violência’ como palavra-chave; 3.898 trabalhos com a palavra-chave ‘crime’; 2.200 com a palavra-chave ‘criminalidade’”. Considerando esse balanço dos autores, seriam 18.985 trabalhos a serem catalogados, o que provavelmente inviabilizaria o exercício proposto neste trabalho. Além disso, acreditamos que os artigos na internet têm mais chances de serem lidos, o que tornaria a discussão metodológica mais relevante, posto que tal produção estaria mais acessível aos interessados no tema e, por conseguinte, teria mais chances de influenciar os demais interessados em termos de estratégias de pesquisa e análise de dados.

pelas palavras “crime”, “violência”, “criminalidade” e “criminal”. São elas: *Revista de Administração Contemporânea* (RAC), *Revista Brasileira de Política Internacional*, *Revista de Economia e Sociologia Rural*, *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho* e a *Trans/Form/Ação*, todas publicações qualificadas como A2. Nas outras 44 revistas foi possível identificar 546 artigos (incluindo nessa categoria as resenhas e as apresentações de dossiês, mas descartando as entrevistas, homenagens, transcrições de aulas), sendo 306 publicados em revistas qualificadas como A1 e 240 nas revistas A2. Logo, a publicação dos trabalhos da sociologia do crime, violência e dinâmica criminal parece estar mais veiculada nos periódicos A1 do que nos A2 (56% *versus* 44%, respectivamente).

Em alguns periódicos foram encontrados poucos artigos (Tabela 2). Em outros, há enorme concentração da produção. A revista *Dilemas*, fundada ao final dos anos 2000 com a proposta de publicar especificamente textos sobre conflito e controle social, concentrou 8,4% da produção da área. A *Tempo Social* tem papel de destaque, reunindo 7,5% dos artigos mapeados, sendo um periódico que historicamente organizou dossiês sobre temas cadentes nas políticas públicas de segurança, como é o caso dos padrões de policiamento poucos condizentes com os princípios democráticos (CARDIA, 1997; MUNIZ et al., 1997; PAIXÃO; BEATO, 1997; PINHEIRO, 1997), da violência urbana como um problema público (ADORNO, 1998; GULLO, 1998) e, mais recentemente, sobre a sociologia das punições (ALVAREZ et al., 2013) e sobre o tráfico de drogas (ALVAREZ; FRAGA; CAMPOS, 2017). Além dessas duas revistas (*Dilemas* e *Tempo Social*), outras três são veículos prestigiados na divulgação dos estudos sociológicos sobre crime, violência e dinâmica criminal: *Civitas* (6,4% dos artigos), *Sociologias* (6%) e *Sociedade e Estado* (6%).

Tabela 2
Quantidade de artigos identificados nas revistas Qualis A1 e A2 na área de sociologia (2013-2016) indexados pelas palavras “crime”, “criminal”, “violência” e “criminalidade”

Nome do periódico	Frequência	Porcentagem
Revista Brasileira de Educação	1	0,2
Revista História USP	2	0,4
Trabalho, Educação e Saúde	2	0,4
Análise Social	3	0,5
Cadernos CEDES	3	0,5
Mana	3	0,5
Novos Estudos Cebrap	3	0,5
Sociologia, Problemas e Práticas	3	0,5
Cadernos Metrópole	4	0,7
Educação & Sociedade	4	0,7
Educação e Realidade	4	0,7
Organizações & Sociedade	4	0,7
Sociologia & Antropologia	4	0,7
Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)	5	0,9
Religião & Sociedade	5	0,9
Revista Brasileira de Estudos de População	5	0,9
Revista Brasileira de Sociologia	5	0,9
Revista Ciências Sociais Unisinos	5	0,9
Contemporânea	6	1,1
Etnográfica [online]	6	1,1
História, Ciências, Saúde	6	1,1
Horizontes Antropológicos	7	1,3
Estudos Feministas	8	1,5
Opinião Pública	8	1,5
Revista de Antropologia	8	1,5

(Continua)

Tabela 2 – continuação

Nome do periódico	Frequência	Porcentagem
Physis: Revista de Saúde Coletiva	8	1,5
Revista Direito GV	9	1,6
Dados: Revista de Ciências Sociais	10	1,8
Lua Nova: Revista de Cultura e Política	11	2,0
Psicologia: Teoria e Pesquisa	12	2,2
Cadernos de Saúde Pública	14	2,6
Revista de Saúde Pública	16	2,9
Psicologia: Ciência e Profissão	18	3,3
Cadernos Pagu	19	3,5
Caderno CRH	20	3,7
Revista Brasileira de Ciências Sociais	24	4,4
Ciência & Saúde Coletiva	27	4,9
Psicologia & Sociedade	28	5,1
Saúde e Sociedade	28	5,1
Sociedade e Estado	33	6,0
Sociologias	33	6,0
Civitas – Revista de Ciências Sociais	35	6,4
Tempo Social	41	7,5
Dilemas	46	8,4
Total	546	100

Fonte: Elaborado pelos autores

Após selecionarmos todos os artigos de uma mesma revista, criamos uma pasta para cada periódico, baixamos os documentos em PDF e importamos para o Nvivo. Em seguida, começamos a fazer a análise de conteúdo.

Como destacado anteriormente, na revista “Dilemas”, recorremos à página do periódico, mas encontramos problemas na ferramenta de busca: aparecem vários resultados – divididos em várias páginas – para cada palavra de busca, mas a seta que nos permite ter uma visão de todos os artigos encontrados não funciona. Dessa forma, tivemos que abrir cada um dos artigos e ver quais eram as palavras a partir das quais eles estavam indexados, para então fazermos uma leitura minuciosa apenas dos referenciados por meio de nossos critérios.

Com a reunião de todos os artigos nas pastas, passamos à leitura dos mesmos, com vistas a entender quais eram os contextos pesquisados e as metodologias das quais os autores lançavam mão para o entendimento de cada problema de pesquisa. Inicialmente, foi possível reclassificá-los em 25 temas (Tabela 3), que apontam, em certa medida, na mesma direção do levantamento realizado por Campos e Alvarez (2017), dada a profusão de análises sobre o funcionamento da justiça criminal (10,9% dos artigos), das polícias (8,4%) e do sistema prisional (7,9%). Todavia, em nosso inventário, dois outros temas (re)aparecem como muito relevantes¹³: i) padrões de criminalidade (10,10% das publicações), que são artigos muitas vezes construídos a partir do escrutínio dos dados oficiais, referentes aos Boletins de Ocorrência produzidos pelas organizações policiais (BEATO; SILVA; TAVARES, 2008); e ii) violência contra a mulher (9,2% dos artigos), campo que vem tendo proeminência com a constituição de espaços específicos para atendimento deste tipo de violência, os quais ganharam maior visibilidade após a publicação da Lei Maria da Penha (AZEVEDO, 2008).

13 Tal diferença explica-se por Campos e Alvarez (2017) não terem consultado todos os periódicos A1 e A2 da área de sociologia, restringindo sua análise a dez revistas. Além disso, os termos de busca utilizados pelos autores foram muito mais diversos do que os nossos, englobando “violência”, “crime”, “criminalidade”, “punição”, “prisão”, “polícia”, “justiça”, “justiça criminal”, “gênero”, “mulheres”, “administração da justiça criminal”, “segurança pública” e “política de segurança pública”, retornando “196 artigos direcionados aos temas em questão” (p. 149).

Tabela 3
Distribuição dos artigos catalogados de acordo com o tema principal de análise

Temas principais	Frequência	Porcentagem
Criminologia & música	3	0,50
Tráfico de pessoas	4	0,70
Criminologia & cinema	5	0,90
Familiares de vítimas	5	0,90
Mulheres criminosas	7	1,30
Representações sociais sobre crime	7	1,30
Consumo de drogas	8	1,50
Medo do crime	9	1,60
Violência policial	9	1,60
Criminosos	10	1,80
Religião e crime	11	2,00
Violência e escola	11	2,00
Tráfico de drogas	13	2,40
Violência contra crianças e adolescentes	13	2,40
Mídia e violência	21	3,80
Direito penal	24	4,40
Dinâmicas urbanas	30	5,50
Violência e cultura	32	5,90
Políticas públicas	33	6,00
Juventude & violência	38	7,00
Sistema prisional	43	7,90
Polícias	46	8,40
Violência contra a mulher	50	9,20
Padrões de crime	55	10,10
Justiça Criminal	59	10,80
Total	546	100,00

Fonte: Elaborado pelos autores

Em nosso catálogo, outros cinco temas merecem destaque. Juventude e violência (7% das publicações), item que agrupa os estudos que descortinam as ociosidades (FRANCH, 2002), as sociabilidades (PIMENTA, 2014) e as masculinidades (MATTOS, 2014) que enredam os jovens na prática de delitos violentos (SENTO-SÉ; COELHO, 2014). As análises de políticas públicas (6% dos artigos),

que trabalham a efetividade de programas de prevenção (SILVEIRA, 2008), o arcabouço institucional herdado da ditadura (LIMA; SINHORETTO; BUENO, 2015) e como as novas mudanças significaram somente o aumento do punitivismo e da quantidade de presos (AZEVEDO; CIFALLI, 2015), sem qualquer melhora mais substantiva nas taxas de criminalidade.

A categoria violência e cultura, que responde por 5,9% dos artigos revisados, indexa vários dos estudos nacionais que têm uma perspectiva mais teórica. São trabalhos que procuram explicar como a nossa cultura contribui para a produção e reprodução de dinâmicas violentas (MISSE, 2008; SANTOS, 2002; SILVA, 2004; ZALUAR, 2009). As dinâmicas urbanas (5,5%), por sua vez, conectam tanto os estudos sobre a gestão de ilegalismos nas margens do estado (FELTRAN, 2010b) como aqueles referentes às diferentes sociabilidades que ocorrem nas áreas de favela da cidade maravilhosa (SILVA, 2010; ZALUAR, 2012a), como em outras grandes cidades brasileiras (BEATO; ZILLI, 2012). Por fim, o direito penal reúne 4,4% dos artigos, os quais destacam como se dá o processo de constituição do pensamento criminológico no Brasil (ALVAREZ, 2002; KOERNER, 2006) e como esse reverbera na edição de uma série de legislações (POSSAS, 2015), inclusive as que procuram atualmente reduzir a maioria penal (SANTOS, 2015), medida que não tem qualquer efeito sobre as taxas de criminalidade (LINS; FIGUEIREDO FILHO; SILVA, 2016).

Com essa revisão, até o momento, podemos confirmar o que os levantamentos anteriores já assinalavam: a produção da área de sociologia do crime, violência e dinâmica criminal cresceu nos últimos anos e se tornou mais diversificada, posto que, além de incluir a temática da criminalidade propriamente dita, passou a abarcar cada vez mais a análise de políticas públicas, padrões de policiamento, seletividade da justiça criminal e sistema prisional.

As perspectivas metodológicas

Os 546 textos tiveram 407 primeiros autores diferentes, o que pode indicar elevada abertura da área a pesquisadores com múltiplos olhares sobre os objetos do crime, da violência e da dinâmica criminal¹⁴. Do ponto de vista metodológico, a sociologia do crime, violência e dinâmica criminal é, hoje, uma área essencialmente qualitativa, posto que 41,6% dos trabalhos se utilizam de alguma estratégia de análise qualitativa de dados não estruturados, que incluem a etnografia, a entrevista em profundidade, o grupo focal e a observação participante. Neste item tem destaque – em termos de quantidade de artigos – os estudos elaborados por Jacqueline Sinhoretto (2005, 2007, 2014, 2015), Sinhoretto, Silvestre e Melo (2013), Sérgio Adorno (1991, 1998, 1999, 2003), Patrícia Birman (2009, 2012) Birman e Machado (2012), Birman, Fernandes e Pierobon (2014) e Gabriel Feltran (2010a, 2010b, 2012, 2014).

Em segundo lugar estão as revisões teóricas, com 29,7% das publicações catalogadas, tendo como objetivo o escrutínio da literatura nacional ou internacional para a melhor compreensão de um determinado contexto. Com esse desenho, sobressaem Maria Stela Grossi Porto (2000, 2006, 2009a, 2009b, 2015), com a teoria das representações sociais aplicada ao campo da violência; Alba Zaluar, Noronha e Albuquerque (1994); Zaluar (1997, 2002, 2012b); e Zaluar e Barcellos (2013), com a categoria *do ethos guerreiro* para entendimento da prevalência masculina na prática e vitimização por homicídios nas periferias do Rio de Janeiro;

Michel Misse (2008, 2010a, 2010b, 2013, 2015), com a acumulação social da violência, que deu ensejo ao conceito de sujeição criminal; Machado da Silva (2004, 2010, 2011, 2015) e Silva e Leite (2007), com a problematização dos fatores históricos que levariam à sociabilidade violenta; José Vicente Tavares dos Santos (1997, 2002) e Santos e Teixeira (2013), com sua indagação sobre os processos civilizatórios e os usos da violência na contemporaneidade. É mister destacar que muitas vezes essa produção teórica faz referência a outros trabalhos, dos próprios autores, produzidos a partir de diversos dados qualitativos e quantitativos. Ocorre que nessas publicações não há análise de dados propriamente dita, razão pela qual eles foram enquadrados como teóricos. Esses estudos são, ainda, fundamentais para entendimento da morfologia da área, posto que lançaram conceitos que são utilizados em diversos outros artigos deste mapeamento.

Tabela 4
Distribuição dos artigos catalogados de acordo com a metodologia utilizada

Tipo de artigo	Frequência	Porcentagem
Análise de dados qualitativos & quantitativos	64	11,7
Análise de dados quantitativos	93	17,0
Teórico	162	29,7
Análise de dados qualitativos	227	41,6
Total	546	100,0

Fonte: Elaborado pelos autores

14 Seguimos aqui a mesma estratégia adotada por Neiva (2015, p. 71), que também considerou apenas os primeiros autores, por dois motivos. O primeiro é o fato de que a maioria dos artigos tem apenas um autor (no caso do nosso levantamento, 60,1% dos artigos têm autoria individual). “O segundo é que o eventual ganho analítico da inclusão dos coautores não compensaria os problemas decorrentes, sendo a duplicidade de informação (para um mesmo artigo) apenas um deles”. Neste cenário, o autor sugere considerarmos “o efeito da variável ‘gênero’, pois, nesse caso, interessa saber se algum deles é do sexo masculino”.

Em terceiro lugar aparecem os estudos quantitativos, com 17% da produção catalogada. Trata-se de uma área encabeçada por Cláudio Beato Filho (1998), Beato Filho, Peixoto e Tavares (2004), Beato Filho, Silva e Tavares (2008), Gláucio Soares (2002), Soares e Miranda (2005a, 2005b), Renato Sérgio de Lima (2008), Lima, Sinhoretto e Bueno (2015), Lima, Bueno e Mingardi (2016), Joana Domingues Vargas (1999a, 1999b, 2007), Vargas e Rodrigues (2011), Ludmila Ribeiro (2010a, 2010b), Ribeiro, Machado e Silva (2012a, 2012b), Ribeiro et al. (2017) e Ribeiro e Duarte (2009). São autores que se dedicaram ao entendimento dos padrões de distribuição de crime e determinantes da vitimização, bem como à reconstituição do fluxo de procedimentos do sistema de justiça criminal pela via da contabilização de documentos e indivíduos.

Por fim, em quarto lugar está a produção ancorada nos *mixed methods*, com 11,7% das menções, a qual procura entender determinados padrões de criminalidade (construídos a partir da análise quantitativa) com dados essencialmente qualitativos, resultantes da observação de dinâmicas de violência. Neste item, tem destaque a produção de Eduardo Paes Machado (2002a, 2002b, 2006, 2009, 2015), que procura compreender como sujeitos com características específicas terminam vítimas preferenciais de crimes violentos.

Quando comparamos a quantidade de artigos eminentemente teóricos com aqueles que contam com, pelo menos, algum tipo de análise de dados, verificamos uma dinâmica bem distinta em relação às ciências sociais em geral. Apesar dos estudos sobre crime, violência e dinâmica criminal contarem com uma grande quantidade de artigos eminentemente teóricos, a produção com algum tipo

de análise empírica é maioria absoluta entre as publicações. Ao longo dos anos 2000, essa área da sociologia tem mostrado que a melhor compreensão de porquê somos um dos países mais violentos do mundo¹⁵ demanda a observação de cenários, o melhor detalhamento das atividades desenvolvidas pelos profissionais de segurança pública e a apresentação dos padrões de crime e violência a partir dos registros policiais (Gráfico 2).

Embora a noção de colonialismo teórico não seja necessariamente superada pela prevalência de artigos com foco mais empírico, uma vez que a colonialidade do pensamento poderia se revelar nas matrizes analíticas destes dados, verificamos que a sociologia do crime, da violência e da dinâmica criminal tem se constituído a partir de estudos orientados para a análise de dados, em detrimento da revisão teórica, ao contrário do verificado em outras searas da sociologia (FREITAS; RIBEIRO, 2014). A grande questão que se coloca, portanto, é o tipo de empiria que marca essa produção. Afinal, como argumentado por Cano (2012, p. 100), o que confere legitimidade científica a determinada perspectiva explicativa da realidade “não é a sua origem, quem ou como a formulou, mas a forma como ela é validada empiricamente”.

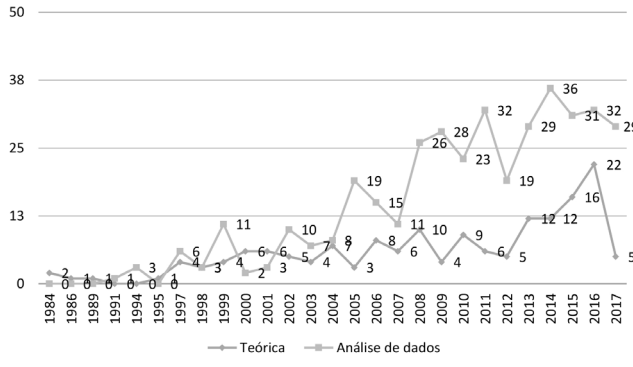
Quando analisamos somente a produção baseada na análise de dados, diferenciando-a em abordagens quantitativas, qualitativas e mistas (Gráfico 3), verificamos que no começo da série as três técnicas de análise de dados eram igualmente mobilizadas nos trabalhos de sociologia do crime, violência e dinâmica criminal. Nos últimos anos, todavia, temos uma prevalência dos estudos qualitativos, cuja quantidade, em termos de número de trabalhos, está bastante distante dos que se utilizam

15 De acordo com o último relatório das Nações Unidas sobre o tema. Nesse sentido, ver: United Nations Office on Drugs and Crime (2013).

de estatísticas ou de desenhos mistos. Ao longo do tempo, a tendência ao uso de técnicas de pesquisa quantitativas e quali-quantitativas se mantém razoavelmente estável, com menos

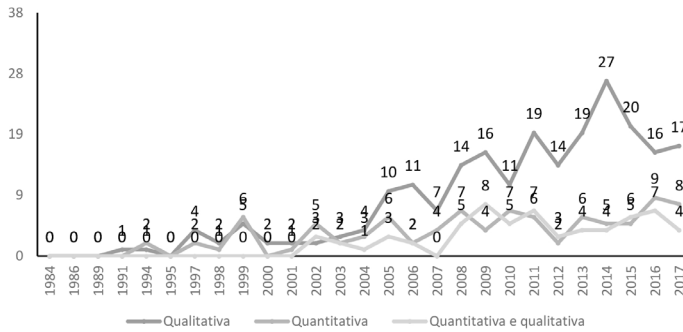
de dez artigos publicados por ano, enquanto as técnicas qualitativas experimentam um substancial acréscimo, ainda que decaindo no biênio 2016-2017.

Gráfico 2
Distribuição dos artigos segundo enquadramento teórico versus análise de dados



Fonte: Elaborado pelos autores

Gráfico 3
Distribuição dos artigos com alguma análise de dados, de acordo com a metodologia empregada (quantitativa, qualitativa, mista)



Fonte: Elaborado pelos autores

Diante desses dados, algumas indagações são inevitáveis. Quais são as técnicas de pesquisa mobilizadas nos estudos da sociologia do crime, violência e dinâmica criminal? Quais são os temas mais associados aos estudos qualitativos

e quantitativos? Em que medida a coautoria ou a instituição de origem poderia estar associada ao menor ou maior uso de determinadas abordagens metodológicas? O que pode explicar a predominância das análises de dados

qualitativos em relação aos quantitativos? Essas são as perguntas que queremos responder.

*

Em seu artigo sobre as trincheiras do método, Ignacio Cano (2012) descreve as ciências sociais no Brasil como excessivamente fundamentadas na perspectiva retórica, privilegiando mais a formação intelectual do que a pesquisa empírica. Exatamente por isso, nossos estudantes saberiam pouco sobre os métodos de pesquisa em sociologia e, por conseguinte, teriam uma preferência pelas técnicas qualitativas, vistas como não uso do quantitativo, tal como argumentado por Soares (2005)¹⁶. O problema é que “a escolha das técnicas a serem empregadas deve depender, em princípio, do tema da pesquisa e do contexto em que ela acontecerá, e não da biografia ou das inclinações do pesquisador. Nem todas as técnicas são adequadas para todos os projetos de pesquisa” (CANO, 2012, p. 106).

Organizando uma tabela que contrasta os 25 temas pesquisados com a técnica de pesquisa mobilizada, percebemos como alguns temas contam com mais análises quantitativas, como é o caso dos estudos sobre padrões de crime, enquanto outros são mais teóricos, como ocorre nos classificados como violência e cultura ou aqueles que discutem como a teoria das representações sociais pode ser aplicada para entendimento das justificativas mobilizadas pelos operadores do direito como causas da violência. Interessante notar que a maioria dos temas conta com algum tipo de análise qualitativa.

A técnica de pesquisa a ser mobilizada depende, em primeiro lugar, do objeto de estudo. Afinal, cientistas sociais, em tese, se interessam por aspectos da realidade social para depois escolherem a técnica de pesquisa que irão empregar

para a compreensão do problema de pesquisa. Além disso, contribui para essa escolha a formação do pesquisador, o que amplia o seu leque de possibilidades: se o indivíduo não sabe analisar sequer uma tabela de frequência, dificilmente, ele irá escolher a abordagem quantitativa, preferindo a qualitativa. O fato de boa parte dos temas ser tratado a partir de análises qualitativas seria um indicativo de que estamos colonizados pelas técnicas de pesquisa próprias da antropologia, como a observação e a etnografia (REIS, 1993), ou o qualitativo tem ocupado o lugar do não método (SOARES, 2005), dada a rejeição de nossos cientistas sociais a qualquer perspectiva mais quantitativa (CANO, 2012)?

Em princípio, a avantajada proeminência, em termos numéricos, de artigos que utilizam técnicas de pesquisa qualitativa – na maioria dos temas pesquisados – poderia nos informar sobre o ataque à generalização que o quantitativo pode gerar, tornando os autores de estudos que transformam sujeitos em números “responsáveis por criar uma realidade artificial que deixaria de lado a subjetividade e o sentido da ação” (Ibid., p. 114). Não se trata com isso de afirmar que a ausência de estudos mais quantitativos é, por si só, uma amostra do calcanhar de aquiles da sociologia do crime, violência e dinâmica criminal. O próprio texto de Ignacio Cano (Ibid.) nos propõe uma reflexão sobre os caminhos da ciência que construímos e não uma ode ao quantitativo, tendo em vista a inviabilidade de se conhecer determinadas realidades a fundo (como a moralidade que subjaz o comportamento dos membros de uma gangue) a partir de questionários estruturados, como acontece no caso das pesquisas de tipo *survey*. Trata-se, então, de entender o que interfere na escolha da técnica de pesquisa mobilizada pelos autores da área.

16 É bom lembrar que apesar de os termos “métodos” e “técnicas” de pesquisa serem usadas como sinônimos, existem diferenças marcantes entre eles. “Métodos seriam estratégias de produção de conhecimento científico, incluindo a geração e a validação de teorias. Técnicas seriam formas padronizadas de coleta e análise de dados, com a mesma finalidade, a de produzir conhecimento válido” (Ibid., p. 107).

Tabela 5
Distribuição dos artigos mapeados por tema e técnica de análise de dados

Tema	Abordagem metodológica				Total	
	Teórica	Qualitativa	Quantitativa	Mista		
Consumo de drogas	N	3	2	1	2	8
	%	37,5%	25,0%	12,5%	25,0%	100,0%
Criminologia & cinema	N	0	5	0	0	5
	%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Criminologia & música	N	0	3	0	0	3
	%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Criminosos	N	3	4	0	3	10
	%	30,0%	40,0%	0,0%	30,0%	100,0%
Dinâmicas urbanas	N	9	20	1	0	30
	%	30,0%	66,7%	3,3%	0,0%	100,0%
Direito Penal	N	21	2	1	0	24
	%	87,5%	8,3%	4,2%	0,0%	100,0%
Famíliares de vítimas	N	0	5	0	0	5
	%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Justiça criminal	N	9	29	10	11	59
	%	15,3%	49,2%	16,9%	18,6%	100,0%
Juventude & violência	N	5	24	5	4	38
	%	13,2%	63,2%	13,2%	10,5%	100,0%
Medo do crime	N	6	3	0	0	9
	%	66,7%	33,3%	0,0%	0,0%	100,0%
Mídia e violência	N	4	13	1	3	21
	%	19,0%	61,9%	4,8%	14,3%	100,0%
Mulheres criminosas	N	0	5	0	2	7
	%	0,0%	71,4%	0,0%	28,6%	100,0%
Padrões de crime	N	2	4	39	10	55
	%	3,6%	7,3%	70,9%	18,2%	100,0%
Polícias	N	12	22	7	5	46
	%	26,1%	47,8%	15,2%	10,9%	100,0%
Políticas públicas	N	14	9	4	6	33
	%	42,4%	27,3%	12,1%	18,2%	100,0%
Religião e crime	N	2	8	1	0	11
	%	18,2%	72,7%	9,1%	0,0%	100,0%
Representações sociais sobre crime	N	4	3	0	0	7
	%	57,1%	42,9%	0,0%	0,0%	100,0%
Sistema prisional	N	8	23	8	4	43
	%	18,6%	53,5%	18,6%	9,3%	100,0%
Tráfico de drogas	N	3	6	1	3	13
	%	23,1%	46,2%	7,7%	23,1%	100,0%
Tráfico de pessoas	N	2	2	0	0	4
	%	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	100,0%

(Continua)

Tabela 5 – continuação

Tema	Abordagem metodológica				Total	
	Teórica	Qualitativa	Quantitativa	Mista		
Violência contra a mulher	N	21	15	8	6	50
	%	42,0%	30,0%	16,0%	12,0%	100,0%
Violência contra crianças e adolescentes	N	3	6	3	1	13
	%	23,1%	46,2%	23,1%	7,7%	100,0%
Violência e cultura	N	27	5	0	0	32
	%	84,4%	15,6%	0,0%	0,0%	100,0%
Violência e escola	N	3	3	3	2	11
	%	27,3%	27,3%	27,3%	18,2%	100,0%
Violência Policial	N	1	6	0	2	9
	%	11,1%	66,7%	0,0%	22,2%	100,0%
Total	N	162	227	93	64	546
	%	29,7%	41,6%	17,0%	11,7%	100,0%

Qui-quadrado: 312,306(0,000)¹⁷

Fonte: Elaborado pelos autores

Para Fábio Wanderley Reis (1993, p. 24), a forma de fazer pesquisa nas ciências sociais no Brasil estaria associada à “difusão do modelo ‘antropológico’ de trabalho”, que privilegiaria o uso da etnografia e da observação – direta ou participante – como principais técnicas de pesquisa, fazendo de todo o resto estratégias de compreensão da realidade que deveriam ser relegadas a segundo plano. O problema seria, portanto, o excesso de ênfase na descrição densa, como se apenas ela bastasse para a melhor compreensão dos problemas sociais. Afinal, se o texto se restringir a apresentar “uma curiosidade a mais no mundo de hoje, não trará nenhum aporte teórico” (PEIRANO, 2014, p. 383). Na tentativa de testarmos este argumento para a sociologia do crime, violência e dinâmica criminal contabilizamos se uma dada técnica de pesquisa foi ou não utilizada para a produção e análise de dados, razão pela qual um mesmo artigo pode estar em várias das categorias da Tabela 6.

Tabela 6
Distribuição dos artigos catalogados por tipo de técnicas de pesquisa mobilizadas para a análise (não excludente, um artigo pode usar mais de uma técnica)

Técnica de pesquisa	N	%
Entrevista	171	31,3%
Análise de dados oficiais (dados do SIM/DATASUS e Sistema de Segurança e Justiça Criminal)	111	20,3%
Etnografia	60	11,0%
Observação	47	8,6%
Survey	42	7,7%
Análise de conteúdo	30	5,9%
Estudos de caso	23	4,2%
Grupo focal	20	3,7%

Fonte: Elaborado pelos autores

17 O teste qui-quadrado mede a independência de variáveis para verificar se há associação entre essas duas informações. No entanto, não se pode estabelecer uma relação de causalidade, já que esse não é um teste apropriado para este tipo de finalidade. Ou seja, pode-se afirmar que os fenômenos estão relacionados, mas não que um causa o outro necessariamente.

De todos os estudos com análise de dados inventariados para este artigo, 11% usam a etnografia e 8,6% a observação como técnicas de pesquisa, o que indicaria um caminho distinto ao apontado por Reis (1993). Aparentemente, a antropologia não nos colonizou. Ou, pelo menos, não ainda.

A etnografia é a técnica sobre a qual paira a maior parte das críticas de Reis (1993), Soares (2005) e Cano (2012), posto que ela levaria a uma descrição densa sem maiores ambições com a generalização. No entender de Peirano (2014), essa é uma compreensão um pouco equivocada dos métodos da antropologia, posto que uma boa etnografia significa uso de perspectivas teóricas e derivações igualmente teóricas. Porém, a boa etnografia que Peirano (Ibid.) apresenta nem sempre é encontrada nos trabalhos que se valem dessa técnica para entendimento do crime, violência e dinâmica criminal com excessiva ênfase na descrição sem preocupação com a abstração que deveria ser gerada ao final (FREITAS; RIBEIRO, 2014). Estaríamos, talvez, naquilo que Soares (2005) denomina como não método: uma descrição pelo detalhamento, sem a preocupação com a validação de paradigmas teóricos.

A abordagem preferencial para a geração de informações sobre crime, violência e dinâmica criminal é a entrevista (31,3%), cujas respostas podem ser transcritas nos estudos qualitativos, transformadas em tabelas de frequência nos estudos de cunho quantitativo ou empregadas para entendimento de padrões mais gerais, encontrados nos estudos de natureza mista. Entre as técnicas de pesquisa qualitativa, a observação direta ou participante respondeu por 8,6% dos trabalhos analisados; a análise de conteúdo, empregada para o escrutínio de notícias de jornais e documentos judiciais, gerando informações que podem ser exploradas tanto qualitativamente como quantitativamente, foi utilizada em 5,9% dos artigos mapeados.

Entre as técnicas próprias da análise de dados quantitativa, o escrutínio dos bancos de dados cedidos pelas organizações que compõem o sistema de segurança pública e justiça criminal, bem como as informações organizadas pelo sistema de mortalidade (SIM/DATASUS), despontam com proeminência, estando presentes em boa parte dos estudos mistos. Em seguida, há o *survey*, que consiste na “aplicação de questionários a uma amostra da população” (CANO, 2012, p. 14), mobilizada em 7,7% das publicações catalogadas.

A Tabela 6 revela a preferência por técnicas de pesquisa que permitem capturar o discurso de certas comunidades, sujeitos que ocupam funções públicas ou ainda indivíduos que praticam ilegalismos, mas também um uso bastante intenso dos bancos de dados das instituições públicas. O diagnóstico de Cano (Ibid.) é que isso acontece porque os profissionais, quando estudantes, não são adequadamente formados em técnicas de pesquisa variadas, se tornando presas fáceis de algumas abordagens metodológicas em detrimento de outras, o que dificultaria a construção de desenhos que incluem, por exemplo, a aplicação de questionários do tipo *survey*.

Se não estamos dominados completamente pelos métodos da antropologia, apesar de ela ter cadeira cativa na sociologia do crime, violência e dinâmica criminal, o rechaço ao uso de técnicas quantitativas (mobilizadas total ou parcialmente em 29% dos artigos mapeados) faz com que a preferência pela particularidade se sobressaia a abordagens nacionais. Afinal, ninguém pensa em revelar os padrões de criminalidade no Brasil a partir de etnografias em todos os mais de 5.500 municípios que possuímos. O problema seria o rechaço ao quantitativo e, assim, “enquanto os cientistas sociais se autolimitam deliberadamente, o espaço é ocupado por economistas, por engenheiros ou arquitetos em temas urbanos, por epidemiologistas em temas de saúde e

por outros profissionais com menos preconceitos metodológicos” (Ibid., p. 26). Tal argumento ajuda a compreender a prevalência da abordagem quantitativa nos periódicos *Cadernos de Saúde Pública* e *Revista de Saúde Pública*, os quais contam com mais de 90% dos artigos catalogados para este estudo estruturados a partir de análises estatísticas, mesmo que complementadas com algum tipo de análise qualitativa (Tabela 7).

Tabela 7
Percentual de artigos com análise estatística
(isolada ou combinada com dados qualitativos) por revista

Nome do periódico	Uso de dados estatísticos				Total
	Sim		Não		
	N	%	N	%	
<i>Análise Social</i>	0	0%	3	100%	3
<i>Cadernos CEDES</i>	0	0%	3	100%	3
<i>Cadernos Pagu</i>	0	0%	19	100%	19
<i>Direito GV</i>	0	0%	9	100%	9
<i>Educação & Sociedade</i>	0	0%	4	100%	4
<i>Etnográfica</i> [online]	0	0%	6	100%	6
<i>História, Ciências, Saúde</i>	0	0%	6	100%	6
<i>Lua Nova: Revista de Cultura e Política</i>	0	0%	11	100%	11
<i>Mana</i>	0	0%	3	100%	3
<i>Religião & Sociedade</i>	0	0%	5	100%	5
<i>Revista Brasileira de Educação</i>	0	0%	1	100%	1
<i>Revista Brasileira de Sociologia</i>	0	0%	5	100%	5
<i>Revista História USP</i>	0	0%	2	100%	2
<i>Sociologia & Antropologia</i>	0	0%	4	100%	4
<i>Sociologia, Problemas e Práticas</i>	0	0%	3	100%	3
<i>Revista de Antropologia</i>	1	13%	7	88%	8
<i>Physis: Revista de Saúde Coletiva</i>	1	13%	7	88%	8
<i>Horizontes Antropológicos</i>	1	14%	6	86%	7
<i>Caderno CRH</i>	3	15%	17	85%	20
<i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i>	2	17%	10	83%	12
<i>Cadernos de Pesquisa</i> (Fundação Carlos Chagas)	1	20%	4	80%	5
<i>Revista Ciências Sociais Unisinos</i>	1	20%	4	80%	5
<i>Sociologias</i>	7	21%	26	79%	33
<i>Psicologia: Ciência e Profissão</i>	4	22%	14	78%	18
<i>Civitas</i>	8	23%	27	77%	35

(Continua)

Tabela 7 – continuação

Nome do periódico	Uso de dados estatísticos				Total
	Sim		Não		
	N	%	N	%	
<i>Tempo Social</i>	10	24%	31	76%	41
<i>Cadernos Metrôpole</i>	1	25%	3	75%	4
<i>Organizações & Sociedade</i>	1	25%	3	75%	4
<i>Psicologia & Sociedade</i>	7	25%	21	75%	28
<i>Saúde e Sociedade</i>	9	32%	19	68%	28
<i>Dilemas</i>	15	33%	31	67%	46
<i>Novos Estudos Cebrap</i>	1	33%	2	67%	3
<i>Contemporânea</i>	2	33%	4	67%	6
<i>Sociedade e Estado</i>	11	33%	22	67%	33
<i>Revista Brasileira de Ciências Sociais</i>	9	38%	15	63%	24
<i>Dados: Revista de Ciências Sociais</i>	4	40%	6	60%	10
<i>Ciência & Saúde Coletiva</i>	11	41%	16	59%	27
<i>Trabalho, Educação e Saúde</i>	1	50%	1	50%	2
<i>Estudos Feministas</i>	4	50%	4	50%	8
<i>Educação e Realidade</i>	3	75%	1	25%	4
<i>Opinião Pública</i>	6	75%	2	25%	8
<i>Revista Brasileira de Estudos de População</i>	4	80%	1	20%	5
<i>Cadernos de Saúde Pública</i>	13	93%	1	7%	14
<i>Revista de Saúde Pública</i>	16	100%	0	0%	16
Total	157	29%	389	71%	546

Qui-quadrado: 135,464 (0,000)

Fonte: Elaborado pelos autores

A adversidade que deriva do excesso de “ênfase no esforço descritivo e a busca sempre renovada das peculiaridades” (REIS, 1993, p. 15), combinada com o rechaço ao quantitativo, seria a ausência de preocupação com o entendimento do contexto em escala mais ampla, como se a adequada apreensão de quem são, como vivem e com quem se relacionam os sujeitos que moram em um edifício, por exemplo, fosse suficiente para a consolidação de uma ciência que se pretende nacional.

A sociologia do crime, violência e dinâmica criminal, como subárea das ciências sociais no Brasil, parece padecer desse mal, pois, considerando os estudos que contam com algum tipo de análise de dados (384 artigos), constatamos a prevalência de análises sobre vizinhanças (as favelas e as periferias das capitais brasileiras) e instituições (prisões, centros de internação, polícias, entre outras), localizadas em bairros de destaque das cidades brasileiras (Tabela 8).

Tabela 8

Distribuição dos artigos com análise de dados de acordo com o contexto de estudo

Contexto de pesquisa	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida
Local – bairro, instituição	174	31,9	45,3
Cidade	68	12,5	17,7
Regional – algumas cidades	18	3,3	4,7
Estadual	60	11,0	15,6
Nacional	58	10,6	15,1
Internacional – mais de um país	6	1,1	1,6
Total	384	70,3	100,0
Sem análise de dados	162	29,7	
Total	546	100,0	

Fonte: Elaborado pelos autores

Quase a metade (45,3%) de toda a produção estruturada a partir de análise de dados diz respeito a contextos mais imediatos, sem maior preocupação com a situação da cidade, do estado, do país. Com igual participação percentual, estão os estudos com recorte estadual (15,6%) e regional (15,1%). Digno de nota é o fato de que 1,6% dos trabalhos dizem respeito às comparações internacionais e 4,7% serem comparações entre municípios brasileiros. Logo, estamos diante de uma produção muito centrada na compreensão das dinâmicas de sociabilidade ou padrões de funcionamento locais, mesmo que as conclusões de alguns estudos se pretendam aplicáveis a todo o país.

Quando comparamos o recorte com a técnica de pesquisa mobilizada (Gráfico 4), verificamos que a análise de dados qualitativa está relacionada à pesquisa de realidades mais imediatas (54,2% dos estudos qualitativos são locais), reforçando o entendimento de que a boa compreensão de um dado contexto só pode ser alcançada por meio do trabalho de campo, com descrições densas, permeadas pela reprodução de trechos de entrevistas,

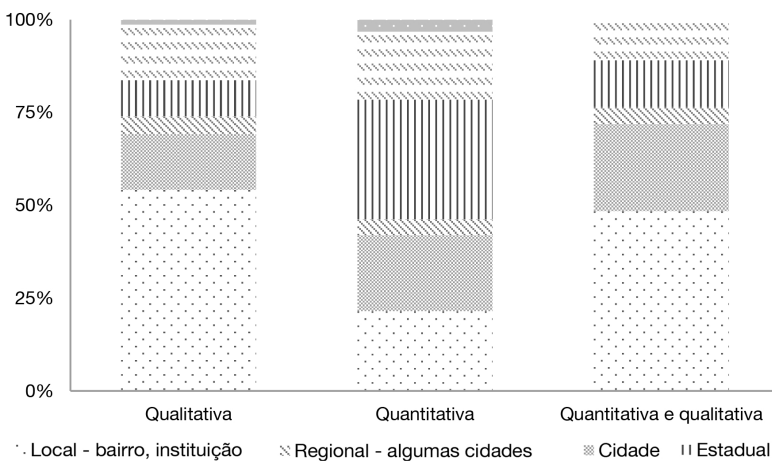
depoimentos e frases proferidas nos diálogos entre pesquisador e sujeitos pesquisados. Existe também uma predominância do recorte centrado no bairro ou numa instituição entre os estudos com abordagens mistas (48,4%). Por outro lado, entre os estudos quantitativos, há uma maior preocupação com a generalidade, já que quase um terço (32,3%) diz respeito ao estado. No entanto, é importante sublinhar que mesmo entre os estudos quantitativos, 21,5% são feitos no âmbito de uma instituição (como ocorre no *survey* com os juizes, promotores e policiais) ou com os moradores de um bairro. Em síntese, independentemente da metodologia abordada, o local tem preferência em relação ao nacional.

Na tentativa de avançar um pouco na compreensão do tipo de exame realizado nos artigos que contam com dados empíricos (384 casos), identificamos 31 estudos que se valem de algum *software* para análise de dados. Entre os estudos quantitativos (23 casos), o mais citado foi o Statistical Package for the Social Sciences¹⁸, popularmente conhecido como SPSS (usado em 11 artigos), que permite a

18 Disponível em: <<https://ibm.co/2zcKWYS>>. Acesso em: 4 dez. 2017.

Gráfico 4

Distribuição percentual dos recortes metodológicos por contexto de pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores

construção de tabelas de frequência e cruzamentos descritivos (como os utilizados neste estudo) e, também, modelos de regressão. Entre os estudos mistos (cinco casos), o *software* mais utilizado foi o Epi Info¹⁹, um programa desenvolvido para a área de saúde pública e que viabiliza desde a elaboração do questionário, perpassando a alimentação das respostas, até a geração de estatísticas e mapas. No caso dos estudos qualitativos, apenas dois citaram o NVivo²⁰, que permite a codificação de entrevistas e registros de grupos focais em texto, áudio ou vídeo e até algumas análises de relacionamento entre partes do discurso e suas condições de emissão.

A baixa menção a programas (31 casos dos 546 artigos mapeados) não significa a rejeição ao uso de *softwares* para escrutínio de informações qualitativas e quantitativas.

Talvez indique mais que a sociologia do crime, da violência e da dinâmica criminal, não menciona as ferramentas utilizadas para a geração de suas análises. Por outro lado, a baixa menção a programas de análise de dados qualitativos pode estar indicando, em certa medida, parte do argumento de Soares (2005) do não método: se é possível analisar as entrevistas como bem se entende, apenas para validar uma parte da perspectiva teórica, então, não é necessário valer-se de *softwares* que ajudem a fazer isso, mostrando o que pode e o que não pode ser relacionado. Se Cano (2012) estiver correto, a preferência pelo entendimento do “peculiar” (REIS, 1991) por meio de entrevistas em profundidade, analisadas manualmente sem a ajuda de *softwares*, resulta da forma como as ciências sociais são ensinadas e, posteriormente, construídas por

19 Disponível em: <<https://bit.ly/2sfx5Mh>>. Acesso em: 4 dez. 2017.

20 Disponível em: <<https://bit.ly/2IQjL80>>. Acesso em: 4 dez. 2017.

profissionais de determinadas universidades. Isso significaria que os estudos quantitativos, especialmente os que fazem menção a um programa de análise de dados, estariam concentrados em determinadas universidades, liderados por certos pesquisadores.

Neuma Aguiar (2001, p. 3) concorda com esse argumento ao afirmar que as “pesquisas com base quantitativa vêm sendo empregadas por um restrito grupo de pesquisadores em ciências sociais, que encontram dificuldades em formar as novas gerações de profissionais nessa área”. Para ela, tão somente a região Sudeste, por contar com cursos contínuos na pós-graduação voltados para a formação de pesquisadores mais quantitativos, apresentaria uma produção estabelecida a partir da análise de dados estruturados.

No propósito de testar esse argumento, consideramos a região onde o primeiro autor das 546 publicações exerce suas atividades.

Como a maior parte da produção contabilizada neste artigo foi produzida por doutores, a instituição indica o local onde o sujeito exerce suas atividades profissionais. É oportuno sublinhar que a instituição de origem do pesquisador não é, necessariamente, aquela na qual ele realizou sua formação enquanto aluno de graduação e pós-graduação, mas é um indício das possibilidades de formação e atualização metodológicas às quais o profissional está exposto.

A Tabela 9 indica que o argumento de Aguiar (2001) parece não encontrar ressonância na área da sociologia do crime, violência e dinâmica criminal. Apesar de a região Sudeste concentrar 57,9% dos artigos catalogados neste inventário, somente 18% das publicações dessa localidade são de cunho quantitativo. Além disso, 61% dos estudos qualitativos são feitos no Sudeste. Proporcionalmente, a região Nordeste possui mais textos quantitativos, com 18% de sua produção classificada nesta dimensão.

Tabela 9
Distribuição dos artigos por tipo de autoria e região onde o autor principal exerce suas atividades

Região do autor principal		Abordagem metodológica				Total
		Teórica	Qualitativa	Quantitativa	Mista	
Norte	N	1	1	0	0	2
	%	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Nordeste	N	15	29	15	10	69
	%	21,7%	42,0%	21,7%	14,5%	100,0%
Centro-Oeste	N	16	23	8	4	51
	%	31,4%	45,1%	15,7%	7,8%	100,0%
Sudeste	N	84	138	57	37	316
	%	26,6%	43,7%	18,0%	11,7%	100,0%
Sul	N	32	30	13	12	87
	%	36,8%	34,5%	14,9%	13,8%	100,0%
Internacional	N	14	6	0	1	21
	%	66,7%	28,6%	0,0%	4,8%	100,0%
Total	N	162	227	93	64	546
	%	29,7%	41,6%	17,0%	11,7%	100,0%

Qui-quadrado: 24,215 (0,062)

Fonte: Elaborado pelos autores

Para Soares (2005) e Cano (2012) uma forma de contornar as deficiências na formação quantitativa, decorrentes do pouco conhecimento de estatística por parte dos alunos da pós-graduação e, posteriormente, pesquisadores na área de ciências sociais, seria a coautoria, em que sujeitos com *backgrounds* diferenciados complementariam suas habilidades. Apesar de o padrão da área ser a publicação individual (que responde por 60% dos artigos inventariados), quando desagregamos a coautoria por abordagem metodológica, constatamos a

prevalência de análises quantitativas naqueles estudos que contam com mais de um autor (Tabela 10). Essa hipótese parece se sustentar, já que a maior diferença dos estudos em coautoria, em relação ao de autores com um único artigo, é entre os artigos que lançam mão de técnicas de pesquisa quantitativas (27,1% versus 10,4%) e entre os que contam com uma abordagem mista (17,9% versus 7,6%). Entre os artigos de abordagens qualitativas e teóricas, os maiores percentuais estão na linha que identifica estudos individuais.

Tabela 10
Distribuição dos artigos com análise de dados por tipo de autoria e técnica de pesquisa mobilizada

Tipo de autoria		Abordagem metodológica				Total
		Teórica	Qualitativa	Quantitativa	Mista	
Coautoria	N	42	78	59	39	218
	%	19,3%	35,8%	27,1%	17,9%	100,0%
Individual	N	120	149	34	25	328
	%	36,6%	45,4%	10,4%	7,6%	100,0%
Total	N	162	227	93	64	546
	%	29,7%	41,6%	17,0%	11,7%	100,0%

Qui-quadrado: 49,389 (0,000)

Fonte: Elaborado pelos autores

Porém, ainda precisamos voltar no argumento de Aguiar (2001), de que a abordagem quantitativa estaria concentrada em alguns poucos pesquisadores, com formação densa o suficiente para mobilização desta técnica. Dos 407 primeiros autores responsáveis pela escrita dos 546 textos mapeados, 74,5% apareceram apenas uma vez na listagem e a maior quantidade de menções que um mesmo autor teve foi nove (caso de Alba Zaluar). Contrastando a quantidade de vezes que o autor aparece em nossa base com o tipo de abordagem metodológica empregada

(Tabela 11), podemos detectar que pesquisadores com muitas publicações tendem mais a artigos teóricos (36,7%) do que os que contam com apenas uma publicação, que tendem mais às análises qualitativas (45,7%). Logo, entre os estudos qualitativos há certa predominância de autores com um único artigo (16,2% de diferença quando comparado ao outro grupo). Entre os artigos com múltiplas publicações, é maior a diferença com relação aos artigos teóricos (9,4%) do que com relação aos estudos quantitativos (apenas 5,2%).

Tabela 11
Distribuição dos artigos com análise de dados por quantidade de vezes que o autor aparece no banco de dados e técnica de pesquisa mobilizada

Nº de artigos por autor		Abordagem metodológica				Total
		Teórica	Qualitativa	Quantitativa	Mista	
Apenas um	N	111	186	64	46	407
	%	27,3%	45,7%	15,7%	11,3%	100,0%
Múltiplos	N	51	41	29	18	139
	%	36,7%	29,5%	20,9%	12,9%	100,0%
Total %	N	162	227	93	64	546
	%	29,7%	41,6%	17,0%	11,7%	100,0%

Qui-quadrado: 11,489 (0,009)

Fonte: Elaborado pelos autores

Por fim, falta ainda testar o argumento de que o uso do quantitativo está restrito a algumas instituições, especialmente aquelas que contam com programas de treinamento metodológico intensivo (UFMG e USP), ou aquelas que possuem cursos regulares de metodologia quantitativa na pós-graduação (UERJ). É de se esperar que universidades com tradições mais quantitativas tenham uma produção mais ancorada na análise de dados estatísticos. Novamente, vamos recorrer à instituição a que pertence o primeiro autor do texto. Os trabalhos mapeados são oriundos de 120 instituições, sendo que 24 delas concentram 73,4% do total. O maior destaque é a USP com 10,1% das publicações catalogadas, guardando uma distância de quase quatro pontos das segundas colocadas, a UFMG e a UERJ, cada qual com 6,6% dos artigos relacionados à sociologia do crime, violência e dinâmica criminal (Tabela 12).

Digno de nota é o papel ocupado pela USP que, apesar dos 12 artigos quantitativos dela originários, relativamente não foi bem classificada, já que esses representam somente 22% dos estudos publicados por pesquisadores filiados a essa universidade. Neiva (2015)

explica esse resultado destacando que o curso de treinamento intensivo na USP é muito recente e ainda não foi capaz de reverter a “notória debilidade” dos pesquisadores da casa na seara quantitativa. Aparentemente, mudar a tradição da forma como os estudos são construídos em uma dada organização é mais difícil do que parece, pois não se trata de treinar os pesquisadores em métodos, mas de convencê-los de que certas técnicas podem resultar em um conhecimento mais profundo sobre dados problemas.

Tabela 12
Distribuição dos artigos quanto à instituição de origem do primeiro autor (independentemente da técnica de pesquisa utilizada)

Instituição a que pertence o primeiro autor	Frequência	Porcentagem
FGV	5	0,9
PUC-MG	5	0,9
UFPB	5	0,9
Unifesp	5	0,9
PUC-SP	6	1,1

(Continua)

Tabela 12 – continuação

Instituição a que pertence o primeiro autor	Frequência	Porcentagem
UFC	6	1,1
Unesp	8	1,5
Ufes	10	1,8
Fundação Oswaldo Cruz	14	2,6
Unicamp	14	2,6
UFPE	15	2,7
UFSC	15	2,7
UFSCar	18	3,3
UFBA	19	3,5
PUC-RS	20	3,7
UFF	20	3,7
UFRGS	29	5,3
UNB	31	5,7
UFRJ	33	6,0
UERJ	36	6,6
UFMG	36	6,6
USP	55	10,1
Total	401	73,4
Outras instituições (com quatro ou menos artigos)	145	26,6
Total	546	100

Fonte: Elaborado pelos autores

Desagregando as instituições de origem dos autores segundo a presença ou ausência de análise estatística na produção mapeada, é possível constatar que 68 delas não contam com qualquer produção deste tipo (Tabela 13). Outras 32 instituições possuem tão somente um artigo quantitativo publicado; e outras sete possuem entre 2 e 3 artigos dessa natureza entre suas respectivas produções. São 12 as instituições que concentram as análises quantitativas sobre crime, violência e dinâmica criminal. A UFMG ocupa o primeiro lugar, em termos absolutos,

com a maior quantidade de artigos (23 casos) que usam, pelo menos, uma tabela de frequência. Em parte, esse resultado pode ser devido ao protagonismo assumido pelo Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (Crisp)²¹, que sob a liderança de Cláudio Beato Filho, desde 1996, desenvolve uma série de análises quantitativas sobre a dinâmica da criminalidade, tendo importante papel na formação de recursos humanos com este perfil.

Porém, em termos percentuais, o primeiro lugar pertence à PUC-MG, outra instituição situada em Belo Horizonte e que poderia se aproveitar do treinamento intensivo em metodologia quantitativa oferecido pela UFMG. Em seguida, temos a UFPE, com grande quantidade absoluta e relativa de artigos quantitativos (10 casos, representando 63% da produção desta universidade), instituição que tem se destacado pela consolidação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Criminalidade, Violência e Políticas de Segurança Pública (Neps)²², que, sob a liderança de José Luiz Ratton, também desenvolve uma série de estudos sobre a dinâmica de criminalidade a partir do escrutínio dos dados oficiais.

Logo, a instituição a que o autor se vincula parece ter efeito sobre a produção de cunho mais quantitativo, o que parece indicar que certas universidades ainda têm sua produção sobre crime, violência e dinâmica criminal muito centrada na análise qualitativa. Contribuem para essa situação, como anteriormente destacado, a ausência de cursos regulares de metodologia quantitativa (CANO, 2012), a resistência ao uso de tabelas, como se elas solapassem dinâmicas sociais (SOARES, 2005) e a dificuldade – financeira e logística – que coleta de informações mais estruturada demanda (NEIVA, 2015).

21 Cadastro no CNPq disponível em: <<https://bit.ly/2EjoNkc>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

22 Cadastro no CNPq disponível em: <<https://bit.ly/2JFWNl8>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

Tabela 13
Distribuição dos artigos quanto à instituição de origem do primeiro autor e ao uso de análise estatística (isolada ou combinada com dados qualitativos)

Nome da universidade	Uso de dados estatísticos nos artigos				Total
	Sim		Não		
	N	%	N	%	
Sem trabalhos quantitativos (68 instituições)	0	0%	96	100%	96
Com apenas um trabalho quantitativo (32 instituições)	33	47%	40	57%	70
Com dois ou três trabalhos quantitativos (7 instituições)	19	27%	46	71%	65
UNB	7	21%	26	79%	33
UERJ	8	21%	31	79%	39
UFSCar	4	22%	14	78%	18
USP	12	22%	43	78%	55
UFRJ	9	27%	24	73%	33
UFRGS	8	28%	21	72%	29
UFSC	5	33%	10	67%	15
UFBA	7	37%	12	63%	19
Fundação Oswaldo Cruz	8	57%	6	43%	14
UFPE	10	63%	6	38%	16
UFMG	23	64%	13	36%	36
PUC-MG	4	80%	1	20%	5
Total de artigos	157	29%	389	71%	546

Qui-quadrado: 164,863 (0,003)

Fonte: Elaborado pelos autores

Interessante destacar que, nesse momento, ao contrário do observado nos anos em que a sociologia do crime, violência e dinâmica criminal se constituía enquanto campo de estudos, a ausência de estudos mais quantitativos indica como essa área parece padecer do mesmo calcanhar de aquiles das ciências sociais. Se no início dos anos 1990 éramos uma área mais diversa, em termos de abordagens metodológicas, nos tornamos mais apegados aos estudos qualitativos realizados em pequenas localidades e, muitas vezes, sem diálogo com outros pesquisadores, que poderiam contribuir para a sofisticação metodológica.

Precisamos, assim, reverter o curso da história novamente ao nosso favor, retomando pesquisas que conjuguem diversas abordagens metodológicas e procurem explicar fenômenos mais abrangentes, ao invés de nos ocuparmos tanto com a descrição de um contexto local.

Considerações finais

A proposta deste artigo foi mapear as estratégias metodológicas que têm sido utilizadas na sociologia para o estudo do crime e da violência no Brasil. Para tanto, revisitamos os balanços da literatura da área, procurando

captar quais eram as técnicas de pesquisa mobilizadas pelos estudos catalogados por Adorno (1993), Zaluar (1999), Kant de Lima, Misse e Miranda (2000), Barreira e Adorno (2010) e Campos e Alvarez (2017). Analisamos esses textos concomitantemente às idas e vindas do argumento do calcanhar de aquiles metodológico das ciências sociais, desenvolvido por Reis (1993), Soares (2005), Cano (2012) e Neiva (2015). Em seguida, catalogamos a produção indexada pela SciELO, tendo como base as revistas A1 e A2 na área de sociologia.

Esse inventário nos permitiu examinar 546 artigos (a maioria publicada após os anos 2000, dado que a criação do SciELO ocorreu em 1997), que versam sobre 25 temas, o que demonstra a diversidade de objetos empíricos que entrecorta a produção desse campo. Do ponto de vista metodológico, podemos constatar que a entrevista é a técnica de pesquisa mais mobilizada, sendo aplicada em estudos qualitativos ou quantitativos (quando as respostas estruturadas são transformadas em frequências), mas a etnografia tem ocupado um espaço cada vez maior.

Por outro lado, existe um uso premente de informações quantitativas, a partir do escrutínio dos bancos de dados cedidos pela administração pública, como é o caso das Informações sobre Mortalidade (SIM/DATASUS), dos registros policiais, além de informações judiciais cada vez mais acessíveis. Aparentemente, o problema do quantitativo se inicia quando o pesquisador é desafiado a construir a sua própria pesquisa, aplicando questionários do tipo *survey*, ou ainda quando ele precisa ir além das tabelas de frequência, já que a formação metodológica nessa área parece ser, todavia, um tanto quanto deficiente. Exatamente por isso, para superar esse obstáculo, UFMG e USP têm se empenhado cada vez mais na realização de cursos que, durante as férias escolares, procuram reverter as deficiências de formação de nossos pesquisadores.

Seguindo o argumento apresentado por Neiva (2015), abordamos o tamanho proporcional da classe dos trabalhos que contam com algum tipo de análise quantitativa – isolada ou concomitante, como ocorre no caso dos desenhos mistos. No artigo por ele publicado em 2015, os estudos com algum tipo de inspeção estatística somavam 26,7%, considerando todas as revistas A1, A2 e B1 das ciências sociais. A sociologia do crime, violência e dinâmica criminal conta com 29% produções com essa característica entre as revistas A1 e A2, publicações essas que estão concentradas em algumas universidades e, muitas vezes, são viabilizadas por intermédio da coautoria. Logo, temos a mesma fraqueza da grande área na realização de estudos que sejam mais generalistas e trabalhem com dados estruturados.

No que se refere aos determinantes da análise quantitativa, os dados avaliados indicam que a instituição à qual pertence o primeiro autor importa mais para entendimento do uso de análises quantitativas no âmbito da sociologia do crime, violência e dinâmica criminal do que a região na qual ela se realiza. Além disso, os estudos de caráter mais numéricos tendem a contar com mais colaborações do que aqueles que utilizam uma abordagem mais qualitativa, que são mais comuns na autoria individual.

Logo, o calcanhar de aquiles da sociologia do crime, violência e dinâmica criminal parece ser a realização de estudos quantitativos, com recortes mais comparativos em âmbito nacional (várias cidades e regiões), o que demanda uma formação intensiva em metodologias de coleta de informações (como a relativa ao *survey*) e análise de dados (para além das tabelas descritivas de frequências) e, por conseguinte, levaria à mobilização de *softwares* pouco mencionados nos trabalhos analisados neste artigo.

Nesse contexto, parece ser uma tarefa urgente, a ser encarada pelos programas de

pós-graduação em ciências sociais, a oferta regular de cursos que não apenas ensinem análise de dados quantitativos, mas que motivem os nossos cientistas sociais a incluir essa dimensão como abordagem de seus problemas de pesquisa. A rejeição ao uso de técnicas quantitativas por parte dos pesquisadores da área faz com que a saúde pública se aproprie cada vez mais desta forma de análise de dados, tornando suas revistas as mais apropriadas para publicações estruturadas a partir dessa abordagem. Essa constatação pode estar apontando para uma perspectiva ainda não explorada pelos sociólogos do crime, da violência e da dinâmica criminal: a parceria com outros profissionais de outros campos do conhecimento, uma estratégia pouco mobilizada em razão da valorização do trabalho autoral.

Precisamos avançar rumo ao entendimento de que a compreensão da vida social se faz por intermédio do diálogo e esse pode ser

explorado a partir da construção de pesquisas conjuntas com a área de saúde (que utiliza *surveys* há muito mais tempo do que nós) ou, pelo menos, a partir da apropriação dos cursos de metodologia ensinados nas escolas de saúde pública para a formação de seus profissionais. Sair da clausura da entrevista em profundidade, cuja escrita dos resultados se dá de maneira solitária nos gabinetes universitários, parece ser o desafio da sociologia do crime, violência e dinâmica criminal nos próximos anos.

Compete-nos, talvez, tomar o primeiro passo em direção à superação da “hostilidade extrema entre as diversas escolas” (CANO, 2012, p. 106) metodológicas existentes. Se os cursos de formação metodológica intensivos ou o diagnóstico feito neste artigo será capaz de mudar essa realidade de excessivo apego ao qualitativo, só o futuro dirá. Fica aqui o desafio de acompanharmos essas mudanças e, quem sabe, nos colocarmos como protagonistas delas.

Referências

Citadas para além do mapeamento

- ADORNO, S. A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 35, p. 3-24, 1993.
- AGUIAR, N. Qual a contribuição dos métodos quantitativos em ciências sociais para o conhecimento da sociedade brasileira? In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 25., 2001, Caxambu. *Anais...* Caxambu: Hotel Glória, 2001. p. 1-15.
- BARREIRA, C.; ADORNO, S. A violência na sociedade brasileira. In: MARTINS, C. B.; MARTINS, H. H. T. S. (Orgs.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia*. São Paulo: Anpocs, 2010. p. 303-374.
- CAMPOS, M. S.; ALVAREZ, M. C. Políticas públicas de segurança, violência e punição no Brasil (2000-2016). In: MICELI, S.; MARTINS, C. B. (Orgs.). *Sociologia brasileira hoje*. Cotia: Ateliê, 2017. p. 143-217.
- CANO, I. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 14, n. 31, p. 94-119, 2012.
- CANO, I.; ROJIDO, E. *Mapeo de programas de prevención de homicidios en América Latina y el Caribe*: informe final. Rio de Janeiro: Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

DAS, V.; POOLE, D. Anthropology in the margins of the State. *Political and Legal Anthropology Review*, Hoboken, v. 30, n. 1, p. 140-144, 2004.

FREITAS, R.; RIBEIRO, L. Some current developments in Brazilian sociology of crime: towards a criminology? *International Journal of Criminology and Sociology*, Ontario, v. 3, p. 175-185, 2014.

LIMA, R.; AZEVEDO, R.; RATTON, J. L. *As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Anpocs, 2011.

KANT DE LIMA, R.; MISSE, M.; MIRANDA, A. P. M. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 50, p. 45-123, 2000.

NEIVA, P. Revisitando o calcanhar de aquiles metodológico das ciências sociais no Brasil. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, n. 79, p. 65-83, 2015.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014.

REIS, F. W. O tabelão e a lupa: teoria, método generalizante e ideografia no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 6, p. 27-42, 1991.

_____. *Ciência e tecnologia no Brasil: uma nova política para um mundo global*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1993. Disponível em: <<https://bit.ly/2qnWeDV>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

SOARES, G. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, n. 48, p. 27-52, 2005.

ZALUAR, A. Violência e crime. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS. *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Anpocs, 1999. v. 1, p. 13-107.

Coletadas no mapeamento (e não necessariamente citadas)

ABDALA, C. Aplicação da Lei Maria da Penha nas delegacias de mulheres: o caso do Rio de Janeiro. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 571-600, 2011.

ADORNO, S. A prisão sob a ótica de seus protagonistas: itinerário de uma pesquisa. *Tempo Social*, São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 7-40, 1991.

_____. Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. *Tempo Social*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 19-47, 1998.

_____. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. *Tempo Social*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 129-153, 1999.

- _____. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 8, p. 84-135, 2002.
- _____. Lei e ordem no segundo governo FHC. *Tempo Social*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 103-140, 2003.
- _____. Violência e impunidade penal: da criminalidade detectada à criminalidade investigada. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 7, p. 51-84, 2010.
- ADORNO, S.; PASINATO, W. A justiça no tempo, o tempo da justiça. *Tempo Social*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 131-155, 2007.
- AIDAR, T. O impacto das causas violentas no perfil de mortalidade da população residente no município de Campinas: 1980 a 2000. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 281-302, 2003.
- ALBERNAZ, E. R. Na fronteira entre o bem e o mal: ética profissional e moral religiosa entre policiais militares evangélicos cariocas. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, p. 525-539, 2010.
- ALENCAR, R. A. C. Justiça criminal e punição para traficantes e usuários de drogas no Distrito Federal: análise dos processos criminais no período de 2002 a 2010. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 273, 2017.
- ALMEIDA, D. M. et al. Satisfação no trabalho dos policiais militares do Rio Grande do Sul: um estudo quantitativo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 36, n. 4, p. 801-815, 2016.
- ALMEIDA, F. M. “Os anormais”: Foucault, Michel. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, p. 360-367, 2006.
- _____. Descontinuidades e ressurgências: entre o normal e o patológico na teoria do controle social. *História, Ciência e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 1057-1078, 2013.
- ALMEIDA, K. Orfandade por violência doméstica contra a mulher: uma pesquisa biográfica. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. e20-e35, 2016.
- ALMEIDA, O. L.; PAES-MACHADO, E. Processos sociais de vitimização prisional. *Tempo Social*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 257-286, 2013.
- ALMEIDA, T. M. C. As raízes da violência na sociedade patriarcal. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 19, n. 1, p. 235-243, 2004.
- _____. Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 329-340, 2014.
- ALMEIDA, V. P. Repercussões da violência na construção da identidade feminina da mulher presa: um estudo de caso. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 26, n. 4, p. 604-619, 2006.
- ALMEIDA, V. R. Consenso à brasileira: exame da justiça consensual criminal sob perspectiva antropológica. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 731-765, 2014.

- ALVAREZ, A. M. S.; ALVARENGA, A. T.; FIEDLER-FERRARA, N. O encontro transformador em moradores de rua na cidade de São Paulo. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 47-56, 2004.
- ALVAREZ, M. C. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 677-704, 2002.
- ALVAREZ, M. C.; FRAGA, P. C. P.; CAMPOS, M. S. Apresentação: perspectivas atuais sobre políticas, produção, comércio e uso de drogas. *Tempo Social*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 1-14, 2017.
- ALVAREZ, M. C.; SALLA, F.; DIAS, C. N. Das comissões de solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 61-82, 2013.
- AMARAL, L. B. M. et al. Violência doméstica e a Lei Maria da Penha: perfil das agressões sofridas por mulheres abrigadas em unidade social de proteção. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 521-540, 2016.
- AMARO, M. C. P.; ANDRADE, S. M.; GARANHANI, M. L. A atuação do serviço de saúde na violência sob o olhar de lideranças comunitárias de Londrina (PR). *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 171-180, 2008.
- ANCHIETA, V. C. C.; GALINKIN, A. L. Policiais civis: representando a violência. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 29-37, 2005.
- ANDRADE, E. M. et al. A visão dos profissionais de saúde em relação à violência doméstica contra crianças e adolescentes: um estudo qualitativo. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 147-155, 2011.
- ANDRADE, K. R. Violência conjugal: uma análise exploratória das potencialidades dos surveys de vitimização. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 81-94, 2008.
- ANDRADE, L. T.; DINIZ, A. M. A. A reorganização espacial dos homicídios no Brasil e a tese da interiorização. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 30, p. S171-S191, 2013. Suplemento.
- ANDRADE, S. M. O. et al. Vítimas da violência em Campo Grande: um retrato de seis anos revelado pelos dados oficiais. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 201-210, 2008.
- AQUINO, J. P. D. Subvertendo o Código Penal e a monogamia: arranjos afetivos e familiares envolvendo praticantes de assaltos contra instituições financeiras. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 84-111, 2017.
- ARAÚJO, F. A. “Não tem corpo, não tem crime”: notas socioantropológicas sobre o ato de fazer desaparecer corpos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 22, n. 46, p. 37-64, 2016.
- ARAÚJO, M. P. et al. Violência urbana em Novo Hamburgo: notas introdutórias. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 44, n. 3, p. 199-207, 2008.
- ARGUELHES, D. W.; PARGENDLER, M. Custos colaterais da violência no Brasil: rumo a um direito moldado pela insegurança? *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 269-297, 2013.

- ARREGUY, M. E. A leitura das emoções e o comportamento violento mapeado no cérebro. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1267-1292, 2010.
- ARRUDA, A. et al. De pivete a funqueiro: genealogia de uma alteridade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 140, p. 407-425, 2010.
- AUGUSTO, C. B.; ORTEGA, F. Nina Rodrigues e a patologização do crime no Brasil. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 221-236, 2011.
- AZAMBUJA, M. P. R.; NOGUEIRA, C. Introdução à violência contra as mulheres como um problema de direitos humanos e de saúde pública. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 101-112, 2008.
- AZEVEDO, E. F. A polícia e suas polícias: clientela, hierarquia, soldado e bandido. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 37, n. 3, p. 553-564, 2017.
- AZEVEDO, M. A. Concepções sobre criminalidade e modelos de policiamento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 23, n. 3, p. 18-25, 2003.
- AZEVEDO, R. G. Juizados especiais criminais: uma abordagem sociológica sobre a informalização da justiça penal no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 97-110, 2001.
- _____. Criminalidade e justiça penal na América Latina. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 13, p. 212-241, 2005.
- _____. Sistema penal e violência de gênero: análise sociojurídica da Lei 11.340/06. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 23, n. 1, p. 113-135, 2008.
- AZEVEDO, R. G.; CIFALLI, A. C. Política criminal e encarceramento no Brasil nos governos Lula e Dilma. *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 105-127, 2015.
- AZEVEDO, R. G.; VASCONCELLOS, F. B. O inquérito policial em questão: situação atual e a percepção dos delegados de polícia sobre as fragilidades do modelo brasileiro de investigação criminal. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 26, n. 1, p. 59-75, 2011.
- BALLESTRIN, L. M. A. Sociedade civil, democracia e violência. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 143-162, 2015.
- BANDEIRA, L. M. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 24, n. 2, p. 401-438, 2009.
- _____. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014.
- BARBOSA, W. F. Redefinições da condição de morador: classificações das clientelas no mandato policial cotidiano e suas consequências nas relações entre polícia e população. *Caderno CRH*, Brasília, DF, v. 28, n. 75, p. 639-656, 2015.

- BARCELLOS, C.; ZALUAR, A. Homicídios e disputas territoriais nas favelas do Rio de Janeiro. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 94-102, 2014.
- BARCINSKI, M. Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 5, p. 1843-1853, 2009a.
- _____. Protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 577-586, 2009b.
- _____. Mulheres no tráfico de drogas: retratos da vitimização e do protagonismo feminino. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 59-70, 2016.
- BARREIRA, C. Pistoleiro ou vingador: construção de trajetórias. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 8, p. 52-83, 2002.
- _____. Violência difusa, medo e insegurança: as marcas recentes da crueldade. *Revista Brasileira de Sociologia*, São Cristóvão, v. 1, n. 1, p. 217-242, 2013.
- _____. Crueldade: a face inesperada da violência difusa. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 30, n. 1, p. 55-74, 2015.
- BARRETO, A. F.; MEDRADO, B.; QUADROS, M. T. Dor, revolta e outros matizes: análises político-afetivas da violência urbana. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 342-352, 2013.
- BATISTA, A. S. Estado e controle nas prisões. *Caderno CRH*, Salvador, v. 22, n. 56, p. 399-410, 2009.
- BATTUCCI, E. C. et al. A justiça informal em linha de montagem: estudo de caso da dinâmica de atuação do JECrim de Belo Horizonte. *Civitas*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 245-269, 2010.
- BAZON, M. R. Violências contra crianças e adolescentes: análise de quatro anos de notificações feitas ao Conselho Tutelar na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 323-332, 2008.
- BEATO FILHO, C. C. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 74-87, 1998.
- BEATO FILHO, C. C.; PEIXOTO, B. T.; ANDRADE, M. V. Crime, oportunidade e vitimização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 73-89, 2004.
- BEATO FILHO, C. C.; RIBEIRO, L. Discutindo a reforma das polícias no Brasil. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. e174-e204, 2016.
- BEATO FILHO, C. C.; SILVA, B. F. A.; TAVARES, R. Crime e estratégias de policiamento em espaços urbanos. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 687-717, 2008.
- BEATO FILHO, C. C.; ZILLI, L. F. A estruturação de atividades criminosas: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 80, p. 71-88, 2012.

- BECKER, S.; SOUZA, O. C. N.; OLIVEIRA, J. E. A prevalência da lógica integracionista: negações à perícia antropológica em processos criminais do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. *Eno gráfica*, Lisboa, v. 17, n. 1, p. 97-120, 2013.
- BELELI, I. Novos cenários: entre o “estupro coletivo” e a “farsa do estupro” na sociedade em rede. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 47, p. e164710, 2016.
- BELLONI, M. L. Infância, máquinas e violência. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 575-598, 2004.
- BERDET, M. B. O papel das evidências na investigação do crime de homicídio. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 769-793, 2014.
- BERTELLI, G. B. Errâncias racionais: a periferia, o rap e a política. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 14, n. 31, p. 214-237, 2012.
- BESSA, K. A. M. O crime de sedução e as relações de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 2, p. 175-196, 1994.
- BICALHO, P. P. G.; KASTRUP, V.; REISHOFFER, J. C. Psicologia e segurança pública: invenção de outras máquinas de guerra. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 56-65, 2012.
- BICUDO, H. A justiça anda devagar. *Lua Nova*, São Paulo, n. 2, p. 85-89, 1984.
- BILLAND, J. Desconstruindo expectativas de gênero a partir de uma posição minoritária: como dialogar com homens autores de violência contra mulheres? *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 2979-2988, 2017.
- BIONDI, K.; MARQUES, A. Memória e historicidade em dois “comandos” prisionais. *Lua Nova*, São Paulo, n. 79, p. 39-70, 2010.
- BIRMAN, P. Feitiçarias, territórios e resistências marginais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 321-348, 2009.
- _____. Cruzadas pela paz: práticas religiosas e projetos seculares relacionados à questão da violência no Rio de Janeiro. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 209-226, 2012.
- BIRMAN, P.; FERNANDES, A.; PIEROBON, C. Um emaranhado de casos: tráfico de drogas, estado e precariedade em moradias populares. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 431-460, 2014.
- BIRMAN, P.; MACHADO, C. A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 80, p. 55-69, 2012.
- BITTENCOURT, M. B. Poder punitivo e teoria social. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 271-292, 2015.
- _____. Seletividade penal e criminalidade violenta: os esquadrões da morte e as masmorras no estado do Espírito Santo. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 189-213, 2017.
- BONAMIGO, I. S. et al. Violências, direitos humanos e segurança pública em debate. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 31, n. 4, p. 800-813, 2011.

- BRAGA, A. G. M. Entre a soberania da lei e o chão da prisão: a maternidade encarcerada. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 523-546, 2015.
- BRAGAGNOLO, R. I.; LAGO, M. C. S.; RIFIOTIS, T. Estudo dos modos de produção de justiça da Lei Maria da Penha em Santa Catarina. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 601-617, 2015.
- BRANDÃO, S. V. Perfil do idoso acusado de cometer crime. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 259-277, 2017.
- BREITMA, M. R. Criminalidade feminina: outra versão dos papéis da mulher. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 1, p. 200-223, 1999.
- BRILHANTE, A. V. M. et al. Um estudo bibliométrico sobre a violência de gênero. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 703-715, 2016.
- BRINO, R. F.; SOUZA, M. A. O. Concepções sobre violência intrafamiliar na área educacional. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 1251-1273, 2016.
- BRITES, J.; FONSECA, C. As metamorfoses de um movimento social: mães de vítimas de violência no Brasil. *Análise Social*, Lisboa, n. 209, p. 858-877, 2013.
- BRITO, A. S.; SOUZA, L. Representações sociais de policiais civis sobre profissionalização. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 12, p. 304-327, 2004.
- BRUNI, J. C. Foucault: o silêncio dos sujeitos. *Tempo Social*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 199-207, 1989.
- BRUNO, R. A. L. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 10, p. 284-310, 2003.
- BUENO, S.; LIMA, R. S.; TEIXEIRA, M. A. C. Sujeito ou demandante? reflexões sobre o caráter da participação nos conselhos comunitários de segurança de São Paulo. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 18, n. 42, p. 328-355, 2016.
- CALDEIRA, C. Segurança pública e sequestros no Rio de Janeiro (1995-1996). *Tempo Social*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 115-153, 1997.
- CAMPOS, C. H. Juizados especiais criminais e seu déficit teórico. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 155-170, 2003.
- CAMPOS, C. H.; CARVALHO, S. Violência doméstica e juizados especiais criminais: análise a partir do feminismo e do garantismo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 409-422, 2006.
- CAMPOS, M. S. Mídia e política: a construção da agenda nas propostas de redução da maioria penal na Câmara dos Deputados. *Opinião Pública*, Campinas, v. 15, n. 2, p. 478-509, 2009.
- _____. Drogas e justiça criminal em São Paulo: uma análise da origem social dos criminalizados por drogas desde 2004 a 2009. *Contemporânea*, São Carlos, v. 5, n. 1, p. 167-189, 2015.

- CAMPOS, M. S.; ALVAREZ, M. C. Pela metade: implicações do dispositivo médico-criminal da “nova” Lei de Drogas na cidade de São Paulo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 45-74, 2017.
- CAMPOS, M. A. M. R. et al. Violência sexual: integração saúde e segurança pública no atendimento imediato à vítima. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 101-109, 2005.
- CAMPOS, M. A. M. R.; SCHOR, N. Violência sexual como questão de saúde pública: importância da busca ao agressor. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 190-200, 2008.
- CARDIA, N. O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. *Tempo Social*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 249-265, 1997.
- CARDOSO, F. L. M. G. Homicídios no Rio de Janeiro, Brasil: uma análise da violência letal. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 1277-1288, 2016.
- CARDOSO, M. A linguagem dos direitos: o simbólico nas reclamações dos moradores de favelas. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 48, n. 3, p. 205-214, 2012.
- CARUSO, H. A ordem e a desordem de ontem e de hoje: notas etnográficas sobre a polícia na Lapa carioca. *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 66-83, 2015.
- CARVALHO, D. T.; MAYORGA, C. Contribuições feministas para os estudos acerca do aprisionamento de mulheres. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 99-116, 2017.
- CARVALHO, L. A.; ESPÍNDULA, D. H. P. Discussões em torno do referendo sobre o comércio de armas de fogo e munição na Folha de S. Paulo. *Opinião Pública*, Campinas, v. 22, n. 2, p. 446-465, 2016.
- CARVALHO, M. L. et al. Perfil dos internos no sistema prisional do Rio de Janeiro: especificidades de gênero no processo de exclusão social. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 461-471, 2006.
- CARVALHO JÚNIOR, O. L. Mídia e criminalidade: acertos e impasses no agenda-setting e no accountability. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 46, n. 2, p. 187-196, 2010.
- CASTRO, M. L.; CUNHA, S. S.; SOUZA, D. P. O. Comportamento de violência e fatores associados entre estudantes de Barra do Garças, MT. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 45, n. 6, p. 1054-1061, 2011.
- CASTRO, M. S. M. Regionalização como estratégia para a definição de políticas públicas de controle de homicídios. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 1269-1280, 2004.
- CASTRO, M. S. M.; ASSUNÇÃO, R. M.; DURANTE, M. O. Comparação de dados sobre homicídios entre dois sistemas de informação, Minas Gerais. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 168-176, 2003.
- CAVALCANTI, M. O ambiente construído e a politização do cotidiano nas favelas cariocas. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n. 12, p. 65-93, 2004.

- CAVEDON, N. R. A qualidade de vida no trabalho na área da segurança pública: uma perspectiva diacrônica das percepções olfativas e suas implicações na saúde dos servidores. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 21, n. 68, p. 875-982, 2014.
- CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p. 233-269, 2004.
- CERQUEIRA, R. T. Escrito em vermelho: a construção do discurso sobre criminalidade e linchamento no jornal. *Caderno CRH*, Salvador, v. 19, n. 47, p. 247-258, 2006.
- CEZAR, P. K.; ARPINI, D. M.; GOETZ, E. R. Registros de notificação compulsória de violência envolvendo crianças e adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 37, n. 2, p. 432-445, 2017.
- CHACHAM, A. S. Violência de gênero, desigualdade social e sexualidade. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. e1-e19, 2016.
- CHESNAIS, J. C. A violência no Brasil: causas e recomendações políticas para a sua prevenção. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 53-69, 1999.
- CHIES, L. A. B.; PASSOS, R. A. Auxílio-reclusão: o instituto mal(mau)dito das políticas sociais com as políticas penais. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 30, n. 3, p. 705-725, 2015.
- CIFALI, A. C. Política criminal e governos de esquerda na América Latina: entre semelhanças e ambiguidades. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 673-681, 2016.
- COELHO, M. T. A. D. Concepções de normalidade e saúde mental entre infratores presos de uma unidade prisional da cidade do Salvador. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 567-575, 2009.
- COLLARES-DA-ROCHA, J. C. C.; SOUZA FILHO, E. A. Representação social do pecado segundo grupos religiosos. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 235-244, 2014.
- CONSTANTINO, P.; RIBEIRO, A. P.; CORREIA, B. S. C. Percepção do risco entre policiais civis de diferentes territórios do estado do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 645-655, 2013.
- CONTE, M. et al. Consumismo, uso de drogas e criminalidade: riscos e responsabilidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 27, n. 1, p. 94-105, 2007.
- CORREA, M. Bolero de machão só se canta na prisão. *Lua Nova*, n. 4, p. 28-32, 1986.
- CORREIA, L. C.; LIMA, I. M. S. O.; ALVES, V. S. Direitos das pessoas com transtorno mental autoras de delitos. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 9, p. 1995-2012, 2007.
- CORTINA, M. O. C. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 761-778, 2015.

- COSTA, A. P. M. Redução da idade de imputabilidade penal: mitos e justificativas. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 47-62, 2008.
- COSTA, A. T. M. As reformas nas polícias e seus obstáculos: uma análise comparada das interações entre a sociedade civil, a sociedade política e as polícias. *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 409-427, 2008.
- _____. É possível uma política criminal? A discricionariedade no Sistema de Justiça Criminal do DF. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 26, n. 1, p. 97-114, 2011a.
- _____. Violências e conflitos intersubjetivos no Brasil contemporâneo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. 62, p. 353-365, 2011b.
- COSTA, A. T. M.; OLIVEIRA JÚNIOR, A. Novos padrões de investigação policial no Brasil. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 147-164, 2016.
- COSTA, D. K. G. et al. Concepções e práticas dos profissionais de saúde acerca da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 79-95, 2015. Suplemento 2.
- CUNHA, C. C.; BOARINI, M. L. A medicina com o voto de minerva: o louco infrator. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 442-452, 2016.
- CUNHA, C. V. A cidade para os civilizados: significados da ordem pública em contextos de violência urbana. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 211-232, 2012.
- _____. Religião e criminalidade: traficantes e evangélicos entre os anos 1980 e 2000 nas favelas cariocas. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 61-93, 2014.
- DADALTO, M. C. Migração e violência: o “baiano” na construção da sujeição criminal na RMGV do Espírito Santo. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 143-166, 2014.
- DANTAS, M. A. F. “Sob a proteção da polícia”: o enfrentamento da violência doméstica contra a criança. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 67-101, 2013.
- DAUDELIN, J.; RATTON, J. L. Mercados de drogas, guerra e paz no Recife. *Tempo Social*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 115-134, 2017.
- DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 165-185, 2008.
- DEBERT, G. G.; OLIVEIRA, M. B. Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a “violência doméstica”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 29, p. 305-337, 2007.
- DEEKE, L. P. et al. A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 248-258, 2009.

- DELLASOPPA, E.; BERCOVICH, A. M.; ARRIAGA, E. Violência, direitos civis e demografia no Brasil na década de 80: o caso da área metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 155-176, 1999.
- DELZIOVO, C. R. et al. Características dos casos de violência sexual contra mulheres adolescentes e adultas notificados pelos serviços públicos de saúde em Santa Catarina, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 6, p. e00002716, 2017.
- DIAS, A. A. T. Psiquiatria e criminologia na Justiça Penal: os Tribunais do Júri e de Apelação do Distrito Federal, década de 1930. *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 1033-1041, 2015.
- DIAS, C. C. N. Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões. *Tempo Social*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 213-233, 2011.
- DIAS, I. Violência contra as mulheres no trabalho: o caso do assédio sexual. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Oeiras, n. 57, p. 11-23, 2008.
- DIUANA, V.; CORREA, M. C. D. V.; VENTURA, M. Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 727-747, 2017.
- DOMINGUES, F.; DESSEN, M. A. Reorganização familiar e rede social de apoio pós-homicídio juvenil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 141-148, 2013.
- DRUMOND JÚNIOR, M. Homicídios e desigualdades sociais na cidade de São Paulo: uma visão epidemiológica. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 63-81, 1999.
- DUARTE, T. L. Amor, fidelidade e compaixão: “sucata” para os presos. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 621-641, 2013.
- DUPREZ, D.; STETTINGER, V. Os olhos e os ouvidos do juiz? o Samre, um serviço da Justiça das crianças e dos adolescentes no Brasil (BH). *Dilemas*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 235-265, 2015. Edição especial.
- DURÃO, S.; COELHO, M. C. Morais do drama urbano: violência policial, discurso midiático e produção de contos morais. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 29, n. 3, p. 921-940, 2014.
- EFREM FILHO, R. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 46, p. 311-340, 2016.
- EIBAUM, L.; MEDEIROS, F. Quando existe “violência policial”? direitos, moralidades e ordem pública no Rio de Janeiro. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 407-428, 2015.
- ELEUTÉRIO, J. M. Ônibus 174: um olhar sobre a violência urbana e a exclusão social. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 47, n. 2, p. 153-164, 2011.

- ESPINHEIRA, G. Violência e pobreza: janelas quebradas e o mal-estar da civilização. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 45, p. 461-470, 2005.
- FANDIÑO MARIÑO, J. M. Análise comparativa dos efeitos da base socioeconômica, dos tipos de crime e das condições de prisão na reincidência criminal. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 8, p. 220-244, 2002.
- FARIA, T. D. Mulheres no tráfico de pessoas: vítimas e agressoras. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 31, p. 151-172, 2008.
- FELTRAN, G. S. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, p. 59-73, 2010a.
- _____. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 79, p. 201-233, 2010b.
- _____. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 565-610, 2012.
- _____. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 495-512, 2014.
- FERRARI, M. G. Polícia, antropometria e datiloscopia: história transnacional dos sistemas de identificação, do rio da Prata ao Brasil. *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 171-194, 2016. Suplemento 1.
- FERRAZ, S. M. T. Eu não tenho onde morar, é por isso que eu moro na rua: os “sem-teto”: moradores ou transgressores? *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 609-623, 2014.
- FERREIRA, E. O. CAPITÃO, C. G. Agressividade e raiva: perfil de presidiários. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 26, n. 3, p. 462-477, 2006.
- FERREIRA, V. P. et al. Prevalência e fatores associados à violência sofrida em mulheres encarceradas por tráfico de drogas no estado de Pernambuco, Brasil: um estudo transversal. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 7, p. 2255-2264, 2014.
- FERREIRA, V. V. F.; LITTIG, P. M. C. B.; VESCOVI, R. G. L. Crianças e adolescentes abrigados: perspectiva de futuro após situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 165-174, 2014.
- FLECK, E. C. D.; KORNDORFER, A. P.; CADAVID, A. K. Da agressão à assistência, da infração à correção: menoridade e violência urbana (Porto Alegre, 1890-1920). *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 20, n. 1, p. 163-194, 2005.
- FONSECA, D. H.; RIBEIRO, C. G.; LEAL, N. S. B. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 307-314, 2012.
- FRAGA, P. C. P.; SILVA, J. K. N. A participação feminina em mercados ilícitos de drogas no Vale do São Francisco, no Nordeste brasileiro. *Tempo Social*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 135-158, 2017.

- FRANCH, M. Nada para fazer? um estudo sobre atividades no tempo livre entre jovens de periferia no Recife. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 117-133, 2002.
- FREITAS, R. S.; RIBEIRO, L. Avanços e perspectivas da sociologia no Brasil: uma abordagem comparativa. *Revista Brasileira de Sociologia*, Belo Horizonte, n. 1, p. 69-114, 2014.
- FURUKAWA, N. O PCC e a gestão dos presídios em São Paulo. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 80, p. 21-41, 2008.
- GALDEANO, A. P. O desgosto da “mistura” com prostitutas e favelados: mudanças e paradoxos no campo dos direitos humanos. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 127-156, 2009.
- _____. Voz e silêncio: os sentidos da violência no Conselho Comunitário de Segurança. *Contemporânea*, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 335-357, 2013.
- _____. Salmo 127, versículo 1: ativismo religioso e ordenamentos da segurança em uma periferia de São Paulo. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 38-60, 2014.
- GALLO, A. E.; WILLIAMS, L. C. A. A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 133, p. 41-59, 2008.
- GALLO, E. A. G. et al. Vitimização por crime na infância e adolescência segundo registros oficiais: coorte de nascimentos de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 8, p. e00072915, 2016.
- GALVÃO, L. K. S.; CAMINO, C. P. S. Julgamento moral sobre pena de morte e redução da maioridade penal. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 228-236, 2011.
- GARCIA FILHO, C.; SAMPAIO, J. J. C. Interfaces entre a história da violência e a constituição do território no Ceará: um esforço de síntese e periodização. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1209-1221, 2014.
- GAUER, R. M. C. Violência e medo na fundação do Estado-nação. *Civitas*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 79-98, 2001.
- GAVIRIA MEJÍA, M. R. Cultura e segurança cidadã: em busca do controle da violência na Colômbia. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 18, p. 316-335, 2007.
- _____. Controle social expresso em representações sociais de violência, insegurança e medo. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 20, p. 72-107, 2008.
- GAWRYSZEWSKI, V. P.; KAHN, T.; MELLO JORGE, M. H. P. Informações sobre homicídios e sua integração com o setor saúde e segurança pública. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 627-633, 2005.
- GERALDO, P. H. B.; BARÇANTE, L. F. S. A (des)confiança na polícia: uma comparação entre a relação do Ministério Público e a polícia no Brasil e na França. *Civitas*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 159-176, 2017.

- GIACOMAZZI, M. C. G. Medo e violência no contexto urbano: o caso de José. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 6, n. 13, p. 177-194, 2000.
- GIANINI, R. J.; LITVOC, J.; ELUF NETO, J. Agressão física e classe social. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 180-186, 1999.
- GODOI, R. Experiência da pena e gestão de populações nas penitenciárias de São Paulo, Brasil. *Etnográfica*, Lisboa, v. 21, n. 1, p. 27-48, 2017.
- GOMES, R. Violência e crime: o vértice da psicanálise. *Civitas*, v. 1, n. 2, p. 67-78, 2001.
- GONZALEZ-ARROYO, M. Quando a violência infanto-juvenil indaga a pedagogia. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 787-807, 2007.
- GRANJEIRO, I. A. C. L.; COSTA, L. F. O estudo psicossocial forense como subsídio para a decisão judicial na situação de abuso sexual. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, DF, v. 24, n. 2, p. 161-169, 2008.
- GREGORI, M. F. Relações de violência e erotismo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 20, p. 87-120, 2003.
- _____. Práticas eróticas e limites da sexualidade: contribuições de estudos recentes. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 42, p. 47-74, 2014.
- GUEDES, M. A. Intervenções psicossociais no sistema carcerário feminino. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 26, n. 4, p. 558-569, 2006.
- GUIMARÃES, C. F. et al. Homens apenados e mulheres presas: estudo sobre mulheres de presos. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 48-54, 2006.
- GUIMARÃES, R. Poder judiciário e violência contra a mulher: aplicação da Lei Maria da Penha aos conflitos domésticos e familiares. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 26, n. 2, p. 431-452, 2011.
- GUINDANI, M. K. A. A violência simbólica e a prisão contemporânea. *Civitas*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 99-112, 2001.
- GULLO, A. A. S. Violência urbana: um problema social. *Tempo Social*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 105-119, 1998.
- HADDAD, C. H. B.; QUARESMA, L. B. O. Dois lados da mesma moeda: o tempo no STF. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 639-654, 2014.
- HAMBURGER, E. Expressões fílmicas da violência urbana contemporânea: Cidade de Deus, Notícias de uma guerra particular e Falcão, meninos do tráfico. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 547-574, 2008.
- HIRATA, D. V.; GRILLO, C. C. Sintonia e amizade entre patrões e donos de morro: perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro. *Tempo Social*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 75-98, 2017.

- HUGGINS, M. K. Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil: uma mistura invisível. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, p. 541-558, 2010.
- IBRAHIM, E.; VILHENA, J. Manicômio judiciário: é possível ao louco-criminoso resistir? *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 34, n. 4, p. 879-893, 2014.
- ITANI, A. A violência no imaginário dos agentes educativos. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 19, n. 47, p. 36-50, 1998.
- JESUS, M. G. M. Os julgamentos do crime de tortura: um estudo processual na cidade de São Paulo. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, p. 143-172, 2010.
- JESUS, N. A. O círculo vicioso da violência sexual: do ofendido ao ofensor. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 26, n. 4, p. 672-683, 2006.
- JIMENEZ, L.; FRASSETO, F. A. Face da morte: a lei em conflito com o adolescente. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 404-414, 2015.
- JULIÃO, E. F. Reincidência criminal e penitenciária: aspectos conceituais, metodológicos, políticos e ideológicos. *Revista Brasileira de Sociologia*, São Cristóvão, v. 4, n. 7, p. 265-291, 2016.
- KHALED JÚNIOR, S. H. O Sistema Processual Penal brasileiro acusatório, misto ou inquisitório? *Civitas*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 293-308, 2010.
- KILSZTAJN, S.; ROSSBACH, A. Vítimas fatais da violência e mercado de drogas na Região Metropolitana de São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 259-279, 2003.
- KOERNER, A. Punição, disciplina e pensamento penal no Brasil do século XIX. *Lua Nova*, São Paulo, n. 68, p. 205-242, 2006.
- KOURY, M. G. P. O que é medo: um adentrar no imaginário dos habitantes da cidade de João Pessoa, Paraíba. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 402-410, 2009.
- _____. Medos urbanos e mídia: o imaginário sobre juventude e violência no Brasil atual. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 26, n. 3, p. 471-486, 2011.
- LACERDA, P. O sofrer, o narrar, o agir: dimensões da mobilização social de familiares de vítimas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 49-75, 2014.
- LANDINI, T. S. Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 225-252, 2006.
- LANIADO, R. N. Políticas públicas e desempenho institucional em relação à criminalidade. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 7, n. 17, p. 99-111, 2000.

- LAVORATTI, C. O reflexo das relações de gênero no cotidiano da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 645-674, 2013.
- LEITE, M. P. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 43-90, 2017.
- LEMÓES, T. Pedra, cimento, corpos e moralidades: sobre crack e enfrentamentos urbanos. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 197-203, 2016.
- LEMOS-NELSON, A. T. Grupos de extermínio e accountability em âmbito municipal. *Caderno CRH*, Salvador, v. 19, n. 47, p. 233-245, 2006.
- LESSA, A. Violência e impunidade em pauta: problemas e perspectivas sob a ótica da antropologia forense no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 5, p. 1855-1863, 2009.
- LICO, F. M. C.; WESTPHAL, M. F. Juventude, violência e ação coletiva. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 764-777, 2014.
- LIMA, C. A.; DESLANDES, S. F. Violência sexual contra mulheres no Brasil: conquistas e desafios do setor saúde na década de 2000. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 787-800, 2014.
- LIMA, F. S. S. Fatores associados à violência contra mulheres profissionais do sexo de dez cidades brasileiras. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. e00157815, 2017.
- LIMA, G.; FURTADO, V. Política pública dos telecentros e prevenção da violência. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 20, p. 192-223, 2008.
- LIMA, J. S.; DESLANDES, S. F. Olhar da gestão sobre a implantação da ficha de notificação da violência doméstica, sexual e/outras violências em uma metrópole do Brasil. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 661-673, 2015.
- LIMA, M. L. C. et al. Evolução de homicídios por área geográfica em Pernambuco entre 1980 e 1998. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 462-469, 2002.
- _____. Análise espacial dos determinantes socioeconômicos dos homicídios no estado de Pernambuco. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 176-182, 2005.
- LIMA, R. S. A produção da opacidade: estatísticas criminais e segurança pública no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 80, p. 65-69, 2008.
- LIMA, R. S.; BUENO, S.; MINGARDI, G. Estado, polícias e segurança pública no Brasil. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 49-85, 2016.
- LIMA, R. S.; SINHORETTO, J.; BUENO, S. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 30, n. 1, p. 123-144, 2015.

- LIMA, R. C. P. Diagnósticos psicossociais de crianças e adolescentes na Febem de São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 108, p. 161-181, 1999.
- _____. Mudança das práticas sócio-educativas na Febem-SP: as representações sociais de funcionários. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 56-62, 2006.
- LIMA, R. K. Polícia e exclusão na cultura judiciária. *Tempo Social*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 169-183, 1997.
- _____. Entre as leis e as normas: éticas corporativas e práticas profissionais na segurança pública e na Justiça Criminal. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 549-580, 2013.
- LIMA, R. K.; MOUZINHO, G. M. P. Produção e reprodução da tradição inquisitorial no Brasil: entre delações e confissões premiadas. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 505-529, 2016.
- LINS, R.; FIGUEIREDO FILHO, D.; SILVA, L. A redução da maioria penal diminui a violência? evidências de um estudo comparado. *Opinião Pública*, Campinas, v. 22, n. 1, p. 118-139, 2016.
- LOPES, R. E. et al. Juventude pobre, violência e cidadania. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 63-76, 2008.
- LOPES JUNIOR, E. As redes sociais do crime organizado: a perspectiva da nova sociologia econômica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 53-68, 2009.
- LORETTI, P. Para que serve uma UOP? algumas considerações sobre a política de ordem pública no Rio de Janeiro. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 501-528, 2015.
- LOWENKRON, L. O monstro contemporâneo: notas sobre a construção da pedofilia como “causa política” e “caso de polícia”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 41, p. 303-337, 2013.
- MACE, E. As formas da violência urbana: uma comparação entre França e Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 177-188, 1999.
- MACEDO, A. C. et al. Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 35, n. 6, p. 515-522, 2001.
- MACHADO, B. A.; PORTO, M. S. G. Homicídio na área metropolitana de Brasília: representações sociais dos delegados de polícia, promotores de justiça e magistrados. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 294-325, 2015.
- _____. Violência e justiça criminal na área metropolitana de Brasília: dinâmicas organizacionais e representações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 217-242, 2016.
- MACHADO, C. “É muita mistura”: projetos religiosos, políticos, sociais, midiáticos, de saúde e segurança pública nas periferias do Rio de Janeiro. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 13-36, 2013.

- _____. Pentecostalismo e o sofrimento do (ex-)bandido: testemunhos, mediações, modos de subjetivação e projetos de cidadania nas periferias. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 153-180, 2014.
- MACHADO, E. P. Vítimas à deriva: processos sociais de vitimização de bancários por assaltos e sequestros. *Caderno CRH*, Salvador, v. 19, n. 47, p. 215-232, 2006.
- MACHADO, E. P.; NORONHA, C. V. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 7, p. 188-221, 2002.
- MACHADO, L. Z. Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 231-273, 1998.
- MACHADO DA SILVA, L. A. M. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 19, n. 1, p. 53-84, 2004.
- _____. “Violência urbana”, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, 2010.
- _____. Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira. *Etnográfica*, Lisboa, v. 15, p. 67-82, 2011.
- _____. A experiência das UPPs: uma tomada de posição. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 7-24, 2015.
- MACHADO DA SILVA, L. A. M.; LEITE, M. P. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 22, n. 3, p. 545-591, 2007.
- MACIEL, L. R. Um lugar para aprisionar a loucura criminoso. *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 445-452, 1999.
- MAGALHÃES, N. Significados de violência em abordagens da mensagem televisiva. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 21, p. 318-343, 2009.
- MALVASI, P. A. Entre a frieza, o cálculo e a “vida loka”: violência e sofrimento no trajeto de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 156-170, 2011a.
- _____. Suspeito empreendedor de si: trajeto e sofrimento de um adolescente durante intervenção socioeducativa. *Etnográfica*, Lisboa, v. 15, n. 3, p. 502-521, 2011b.
- MANSUR, T. S.; MACHADO, L. A. D. Problematizando a noção de “vítima” de violência. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 26, p. 183-192, 2014.
- MARQUES, A. “Liderança”, “proceder” e “igualdade”: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. *Etnográfica*, Lisboa, v. 14, n. 1, p. 311-335, 2010.
- _____. Do ponto de vista do “crime”: notas de um trabalho de campo com “ladrões”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 22, n. 45, p. 335-367, 2016.

- MARQUES, A. C. D. R. Justiça e ajustes sociais. *Civitas*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 125-142, 2001.
- MARQUES JUNIOR, G. A frustração profissional e a lei. *Tempo Social*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 127-147, 2010.
- MARQUETTI, F. C.; ADORNO, R. C. F. Discursos e imagens da violência. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 749-763, 2014.
- MARTINS, E. L. C. et al. O contraditório direito à saúde de pessoas em privação de liberdade: o caso de uma unidade prisional de Minas Gerais. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1222-1234, 2014.
- MARTINS, F. Sistema inquisitorial e a influência na formação da criminologia positivista no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 20, n. 3, p. 46-56, 2013.
- MARTINS, S. H. Z. Produção e criminalidade: a construção de uma lógica. *Revista de História*, São Paulo, n. 132, p. 119-130, 1995.
- MATTOS, C. S. “Parado na esquina”: performances masculinas e identificações entre “bonds” juvenis na Nova Holanda. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 643-663, 2014.
- _____. Uma etnografia da expansão do mundo do crime no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 31, n. 91, p. e319110, 2016.
- MEDEIROS, M. A. Aspectos institucionais da unificação das polícias no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p. 271-296, 2004.
- MEIRELLES, Z. V.; MINAYO GOMEZ, C. Rompendo com a criminalidade: saída de jovens do tráfico de drogas em favelas na cidade do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 5, p. 1797-1805, 2009.
- MELLO, K. S. S. Sofrimento e ressentimento: dimensões da descentralização de políticas públicas de segurança no município de Niterói. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 645-687, 2012.
- MELO, J. L. B. O “velho” e o “novo” da violência rural na fronteira Brasil-Uruguaí. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 19, n. 1, p. 121-150, 2004.
- MELO, M. C. B.; BARROS, É. N.; ALMEIDA, A. M. L. A representação da violência em adolescentes de escolas da rede pública de ensino do município do Jaboatão dos Guararapes. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 10, p. 4211-4221, 2011.
- MELO, P. B. Mídia, consumo e crime na juventude: a construção de um traçado teórico. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 70, p. 151-164, 2014.
- MELLO NETO, D. M. “Esquadrão da morte”: uma outra categoria da acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 132-162, 2017.

- MENDES, J. M. A dignidade das pertenças e os limites do neoliberalismo: catástrofes, capitalismo, Estado e vítimas. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 58-86, 2016.
- MENDONÇA FILHO, F. P. Velhos usuários e jovens traficantes? um estudo de caso sobre a atualização da nova Lei de Drogas na cidade do Rio de Janeiro. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 11-37, 2013.
- MENEGHEL, S. N.; HIRAKATA, V. N. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 564-574, 2011.
- MENEZES, P. Tropa de elite: perigosas ambiguidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 63-75, 2013.
- MENEZES, P. R. M. et al. Enfrentamento da violência contra a mulher: articulação intersectorial e atenção integral. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 778-786, 2014.
- MIAGUSKO, E. Esperando a UPP: circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 31, n. 91, p. e319101, 2016.
- MINAHIM, M. A.; SPOSATO, K. B. A internação de adolescentes pela lente dos tribunais. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 277-298, 2011.
- MINHOTO, L. D. As prisões do mercado. *Lua Nova*, São Paulo, n. 55-56, p. 133-154, 2002.
- MIRANDA, A. E.; MERCON-DE-VARGAS, P. R.; VIANA, M. C. Saúde sexual e reprodutiva em penitenciária feminina, Espírito Santo, Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 255-260, 2004.
- MIRANDA, S. L. A construção de sentidos no método de execução penal Apac. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 660-667, 2015.
- MISSE, M. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n. 3 p. 371-385, 2008.
- _____. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010a.
- _____. O inquérito policial no Brasil: resultados gerais de uma pesquisa. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 7, p. 35-50, 2010b.
- _____. O papel do inquérito policial no processo de incriminação no Brasil: algumas reflexões a partir de uma pesquisa. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 26, n. 1, p. 15-27, 2011.
- _____. Chandler no cinema noir: algumas reflexões sobre “a simples arte de matar”. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 15, n. 34, p. 140-154, 2013.
- MISSE, M.; GRILLO, C. C.; NERI, N. E. Letalidade policial e indiferença legal: a apuração judiciária dos “autos de resistência” no Rio de Janeiro (2001-2011). *Dilemas*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 43-71, 2015. Edição especial.

- MITJAVILA, M. R. Medicalização, risco e controle social. *Tempo Social*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 117-137, 2015.
- MITJAVILA, M. R.; MATHES, P. G. Doença mental e periculosidade criminal na psiquiatria contemporânea: estratégias discursivas e modelos etiológicos. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1377-1395, 2012.
- _____. Labirintos da medicalização do crime. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 847-856, 2016.
- MONSMA, K.; TRUZZI, O.; CONCEIÇÃO, S. Solidariedade étnica, poder local e banditismo: uma quadrilha calabresa no oeste paulista, 1895-1898. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 71-96, 2003.
- MONTE, F. F. C. et al. Adolescentes autores de atos infracionais: psicologia moral e legislação. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 125-134, 2011.
- MONTEIRO, F. M. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno. *Civitas*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 93-117, 2013.
- MOORE, H. L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 14, p. 13-44, 2000.
- MORAES, C. S. V. A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 70-96, 2000.
- MOREIRA, A. P. G.; GUZZO, R. S. L. Violência e prevenção na escola: as possibilidades da psicologia da libertação. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 29, p. e141683, 2017.
- MOREIRA, D. P. et al. Exposição à violência entre adolescentes de uma comunidade de baixa renda no Nordeste do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, p. 1273-1282, 2013.
- MOREIRA, L. E.; TONELI, M. J. F. Paternidade, família e criminalidade: uma arqueologia entre o direito e a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 26, p. 36-46, 2014. Edição especial.
- MOURÃO, A. N. M. Controle social informal e a responsabilização de jovens infratores. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 393-413, 2014.
- MULLER, L. H. Bancos na favela: relações entre agências bancárias e moradores de uma região urbana alvo de políticas de pacificação. *Tempo Social*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 89-107, 2017.
- MUNIZ, B. B. Quem precisa de cultura? o capital existencial do funk e a conveniência da cultura. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 447-467, 2016.
- MUNIZ, J. O. et al. Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário. *Tempo Social*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 197-213, 1997.

- MUNIZ, J. O.; SILVA, W. F. Mandato policial na prática: tomando decisões nas ruas de João Pessoa. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, p. 449-473, 2010.
- NADANOVSKY, P. O aumento no encarceramento e a redução nos homicídios em São Paulo, Brasil, entre 1996 e 2005. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 8, p. 1859-1864, 2009.
- NARDI, F. L.; HAUCK FILHO, N.; DELL'AGLIO, D. D. Preditores do comportamento antissocial em adolescentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 32, n. 1, p. 63-70, 2016.
- NEVES, E. B.; MELLO, M. G. S. O risco da profissão militar na cidade do Rio de Janeiro em "tempo de paz": a percepção da tropa. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 5, p. 1699-1707, 2009.
- NEVES, P. S. C. Qual polícia para qual sociedade? o policiamento comunitário em Sergipe. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 45, p. 447-459, 2005.
- NOBRE, M. T.; BARREIRA, C. Controle social e mediação de conflitos: as delegacias da mulher e a violência doméstica. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 20, p. 138-163, 2008.
- NÓBREGA JÚNIOR, J. M. A dinâmica dos homicídios no Nordeste e em Pernambuco. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 10, p. 51-74, 2010.
- NOGUCHI, N. F. C.; DE LA TAILLE, Y. Universo moral de jovens internos da Febem. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 133, p. 11-40, 2008.
- NORTE, C. E. As vítimas da violência: entre discursos científicos e biopolíticas do contemporâneo. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 169-178, 2015.
- NOTO, A. R.; GALDUROZ, J. C. F. O uso de drogas psicotrópicas e a prevenção no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 145-151, 1999.
- NUNES, B. F. Distrito Federal e Brasília: dinâmica urbana, violência e heterogeneidade social. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n. 17, p. 35-57, 2007.
- NUNES, E. L. G.; ANDRADE, A. G. Adolescentes em situação de rua: prostituição, drogas e HIV/AIDS em Santo André, Brasil. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 45-54, 2009.
- NUNES, M. Idiomas culturais como estratégias populares para enfrentar a violência urbana. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 409-418, 2005.
- OLIVEIRA, A. As peças e os mecanismos do crime organizado em sua atividade tráfico de drogas. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 4, p. 699-720, 2007.
- _____. A dinâmica da criminalidade organizada no Brasil a partir das operações da Polícia Federal. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 423-446, 2012.

- OLIVEIRA, A. S. A violência e a criminalidade como entraves à democratização da sociedade brasileira. *Caderno CRH*, Salvador, n. 38, p. 239-265, 2003.
- _____. O policiamento e a democracia. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 12, n. 33, p. 129-148, 2005a.
- _____. Uma polícia militar em uma sociedade democrática. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 44, p. 281-298, 2005b.
- _____. Crime, controle do crime e governança democrática. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5-6, p. 49-78, 2010.
- OLIVEIRA, D. C. C.; RUSSO, J. A. Abuso sexual infantil em laudos psicológicos: as “duas psicologias”. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 579-604, 2017.
- OLIVEIRA, E. C. Apontamentos para uma sociologia da valentia. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 336-362, 2016.
- OLIVEIRA, F. L.; SILVA, V. F. Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 13, p. 244-259, 2005.
- OLIVEIRA, M. P. P. Sobre armadilhas e cascas de banana: uma análise crítica da administração de justiça em temas associados aos direitos humanos. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 31, p. 125-149, 2008.
- OLIVEIRA, W. F. Violência e saúde coletiva: contribuições teóricas das ciências sociais à discussão sobre o desvio. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 42-53, 2008.
- OLIVEIRA JÚNIOR, H. R. Reflexões sobre o estudo da proliferação de condomínios fechados: críticas e sugestões. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n. 20, p. 221-239, 2008.
- OSHIKATA, C. T. Características das mulheres violentadas sexualmente e da adesão ao seguimento ambulatorial: tendências observadas ao longo dos anos em um serviço de referência em Campinas, São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 701-713, 2011.
- PACHECO, J. T. B.; HUTZ, C. S. Variáveis familiares preditoras do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, DF, v. 25, n. 2, p. 213-219, 2009.
- PACHECO, R. A. S.; PRADO, R. C. O.; KADWEU, E. V. População carcerária indígena e o direito à diferença: o caso do município de Dourados, MS. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 469-500, 2011.
- PAES-MACHADO, E. Assaltantes a bordo: violência, insegurança e saúde no trabalho em transporte coletivo de Salvador, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, p. 1215-1227, 2002.
- PAES-MACHADO, E.; RICCIO-OLIVEIRA, M. A. O jogo de esconde-esconde: trabalho perigoso e ação social defensiva entre motoboys de Salvador. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 24, n. 70, p. 91-106, 2009.
- PAES-MACHADO, E.; VIODRES-INOUE, S. O lado sombrio da estrada: vitimização, gestão coercitiva e percepção de medo nos roubos a ônibus interurbanos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 30, n. 89, p. 9-30, 2015.

- PAIVA, L. F. À espera de respostas: reflexões sobre o trabalho da Justiça Criminal. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 49-82, 2009.
- PAIXÃO, A. C. W.; DESLANDES, S. F. Análise das políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 114-126, 2010.
- PAIXÃO, A. L.; BEATO FILHO, C. C. Crimes, vítimas e policiais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 233-248, 1997.
- PALAZZO, L. S. et al. Violência física e fatores associados: estudo de base populacional no sul do Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 622-629, 2008.
- PASINATO, W. Lei Maria da Penha: novas abordagens sobre velhas propostas: onde avançamos? *Civitas*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 216-232, 2010.
- _____. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 37, p. 219-246, 2011.
- PASTANA, D. R. Estado punitivo brasileiro: a indeterminação entre democracia e autoritarismo. *Civitas*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 27-47, 2013.
- PAULA, L. Da “questão do menor” à garantia de direitos: discursos e práticas sobre o envolvimento de adolescentes com a criminalidade urbana. *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 27-43, 2015.
- PAZINATO, E.; KERBER, A.; DAL SANTO, R. Observatório de Segurança Pública de Canoas: contribuições à gestão pública municipal da segurança. *Civitas*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 77-92, 2013.
- PENNA PIRES, Á. Alguns obstáculos a uma mutação “humanista” do direito penal. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 1, p. 64-95, 1999.
- PENNA, P. D. M.; BELO, F. R. R. Crítica à alteração da Lei Maria da Penha: tutela e responsabilidade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. e323224, 2016.
- PEREIRA, P. C.; SANTOS, A. B.; WILLIAMS, L. C. A. Desempenho escolar da criança vitimizada encaminhada ao fórum judicial. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, DF, v. 25, n. 1, p. 19-28, 2009.
- PERES, C. A. et al. Prevenção da aids com adolescentes encarcerados em São Paulo, SP. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 76-81, 2002. Suplemento 1.
- PERES, M. F. T. A doença mental no direito penal brasileiro: imputabilidade, irresponsabilidade, periculosidade e medida de segurança. *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 335-355, 2002.
- PERES, M. F. T.; SANTOS, P. C. Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90: o papel das armas de fogo. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 58-66, 2005.

- PETRY, H.; NASCIMENTO, D. M. “Tá com dó? leva pra casa!”: análise dos discursos favoráveis à redução da maioridade penal em rede social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 36, n. 2, p. 426-438, 2016.
- PICANÇO, F. S.; LOPES, N. O tráfico de drogas em formas: notas de pesquisa sobre o Rio de Janeiro. *Análise Social*, Lisboa, n. 218, p. 96-120, 2016.
- PIMENTA, M. M. Masculinidades e sociabilidades: compreendendo o envolvimento de jovens com violência e criminalidade. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 701-730, 2014.
- _____. Relações de poder e controle social em áreas de grande exposição à violência. *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 84-104, 2015.
- PINHEIRO, A. S. A polícia corrupta e violenta: os dilemas civilizatórios nas práticas policiais. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 28, n. 2, p. 323-349, 2013.
- PINHEIRO, P. A violência do Rio às portas da emergência. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, p. S223-S225, 1994. Suplemento 1.
- PINHEIRO, P. S. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. *Tempo Social*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 43-52, 1997.
- PINO, A. Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 763-785, 2017.
- PIRES, A. P.; CAUCHIE, J.-F. Um caso de inovação “acidental” em matéria de penas: a lei brasileira de drogas. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 299-330, 2011.
- PISCITELLI, A. Entre as “máfias” e a “ajuda”: a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 31, p. 29-63, 2008.
- _____. Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas: novas questões conceituais. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 47, p. e16475, 2016.
- _____. “#Queroviajarsozinhasemmedo”: novos registros das articulações entre gênero, sexualidade e violência no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 50, p. e175008, 2017.
- PONCIONI, P. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do estado do Rio de Janeiro. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 20, n. 3, p. 585-610, 2005.
- PORTELLA, A. P. Análise configuracional de homicídios: velhas e novas situações de violência letal contra as mulheres em Recife. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 403-439, 2011.
- PORTELLA, A. P.; RATTON, J. L. A teoria social feminista e os homicídios: o desafio de pensar a violência letal contra as mulheres. *Contemporânea*, São Carlos, v. 5, n. 1, p. 93-118, 2015.

- PORTO, M. S. G. A violência entre a inclusão e a exclusão social. *Tempo Social*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 187-200, 2000.
- _____. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 8, p. 152-171, 2002.
- _____. Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, p. 250-273, 2006.
- _____. Brasília, uma cidade como as outras? representações sociais e práticas de violência. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 24, n. 3, p. 797-826, 2009a.
- _____. Mídia, segurança pública e representações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 211-233, 2009b.
- _____. Pensando segurança pública no Brasil: desafios para a pesquisa. *Revista Brasileira de Sociologia*, São Cristóvão, v. 1, n. 2, p. 275-297, 2014.
- _____. A violência, entre práticas e representações sociais: uma trajetória de pesquisa. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 30, n. 1, p. 19-37, 2015.
- POSSAS, M. T. Produção de leis criminais e racionalidade penal moderna: uma análise da distinção “conservador” x “progressista” no caso da criação da lei contra a tortura no Brasil. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 473-499, 2015.
- POSSAS, M. T.; ROCHA, T. T. “A onça comeu o suspeito”: reflexões sobre o rule of law no Acre entre os anos 1980 e 2000. *Lua Nova*, São Paulo, n. 91, p. 229-268, 2014.
- PRIULI, R. M. A.; MORAES, M. S. Adolescentes em conflito com a lei. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 5, p. 1185-1192, 2007.
- RAFAEL, A. As armas do crime: reflexões sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. *Civitas*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 165-180, 2001.
- RAMOS, J. S. Resenhas e críticas bibliográficas: os muitos sentidos da identificação criminal. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 149-160, 2003.
- RAMOS, S. Respostas brasileiras à violência e novas mediações: o caso do grupo cultural AfroReggae e a experiência do projeto Juventude e Polícia. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 1303-1311, 2006. Suplemento 1.
- RATTON, J. L.; GALVÃO, C. Para além da maldade, da loucura e da vitimização. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 26-41, 2016.
- RATTON, J. L.; TORRES, V.; BASTOS, C. Inquérito policial, sistema de justiça criminal e políticas públicas de segurança: dilemas e limites da governança. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 26, n. 1, p. 29-58, 2011.
- RAUTER, C. Clínica e estratégias de resistência: perspectivas para o trabalho do psicólogo em prisões. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 42-47, 2017.

- REBELO, F.; CAPONI, S. O gabinete do doutor Edelvito Campelo D'Araújo: a penitenciária Pedra Grande como espaço de construção de um saber (1933-1945). *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1217-1238, 2017.
- RÊGO, X.; FERNANDES, L. As falas do medo: convergências entre as cidades do Porto e Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 51-65, 2012.
- RIBEIRO, E. Vitimização letal e desigualdade no Brasil: evidências em nível municipal. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 285-305, 2016.
- RIBEIRO, F. M. L.; MINAYO, M. C. S. O papel da religião na promoção da saúde, na prevenção da violência e na reabilitação de pessoas envolvidas com a criminalidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6, p. 1773-1789, 2014.
- RIBEIRO, G. L. A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 21-38, 2017.
- RIBEIRO, L. M. L. A produção decisória do sistema de justiça criminal para o crime de homicídio: análise dos dados do estado de São Paulo entre 1991 e 1998. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, p. 159-194, 2010a.
- _____. O tempo da justiça criminal. Porto Alegre: Civitas, 2010b.
- _____. O nascimento da polícia moderna: uma análise dos programas de policiamento comunitário implementados na cidade do Rio de Janeiro (1983-2012). *Análise Social*, Lisboa, n. 211, p. 272-309, 2014.
- RIBEIRO, L. M. L.; DUARTE T. O tempo dos Tribunais do Júri no Rio de Janeiro: os padrões de seleção e filtragem para homicídios dolosos julgados entre 2000 e 2007. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 11-37, 2009.
- RIBEIRO, L. M. L.; MACHADO, I. S. Repressão, autonomia e responsividade: o direito que se exerce nas delegacias de polícia no Brasil. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 29, n. 1, p. 153-180, 2014.
- RIBEIRO, L. M. L.; MACHADO, I. S.; SILVA, K. A. A reforma processual penal de 2008 e a efetivação dos direitos humanos do acusado. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 677-702, 2012a.
- _____. Tempo na ou da justiça criminal brasileira: uma discussão metodológica. *Opinião Pública*, Campinas, v. 18, n. 2, p. 355-382, 2012b.
- RIBEIRO, L. M. L.; ROCHA, R. L. S.; COUTO, V. A. Nas malhas da justiça: uma análise dos dados oficiais de indiciados por drogas em Belo Horizonte (2008-2015). *Opinião Pública*, Campinas, v. 23, n. 2, p. 397-428, 2017.
- RIBEIRO, L. M. L.; SOUSA, A. S. Encruzilhadas da participação popular na modernização das políticas públicas de segurança. *Civitas*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 115-134, 2011.
- RIFIOTIS, T. As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a “judicialização” dos conflitos conjugais. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 19, n. 1, p. 85-119, 2004.

- RIFIOTIS, T.; VENTURA, A. B.; CARDOSO, G. R. Reflexões críticas sobre a metodologia do estudo do fluxo de justiça criminal em caso de homicídios dolosos. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 689-714, 2012.
- ROCHA, A. P. Policiamento democrático no Brasil: enquadramentos teóricos e desilusões empíricas: um estudo das polícias do Distrito Federal. *Civitas*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 56-76, 2013.
- ROCHA, A. F. O. Crime, violência e controle social como produtos culturais: novas perspectivas para o debate. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 48-62, 2017.
- ROCHA, L. M. "O morro está na calmaria": mídia impressa e o repertório da paz no contexto da pacificação. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 25-40, 2015.
- ROCHA, R. L. S. A guerra como forma de relação: uma análise das rivalidades violentas entre gangues em um aglomerado de Belo Horizonte. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 277-301, 2015.
- ROCHA, R. M. G.; PEREIRA, D. L.; DIAS, T. M. O contexto do uso de drogas entre travestis profissionais do sexo. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 554-565, 2013.
- RODRIGUES, D. R. S. R.; CONCEIÇÃO, M. I. G.; IUNES, A. L. S. Representações sociais do crack na mídia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 115-123, 2015.
- RODRIGUES, H. Vidas em fuga: juventude e justiça criminal. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 93, p. e329313, 2017.
- RODRIGUES, M. T. O sistema de justiça criminal e a prostituição no Brasil contemporâneo: administração de conflitos, discriminação e exclusão. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 19, n. 1, p. 151-172, 2004.
- ROJO, R. E.; AZEVEDO, R. G. Sociedade, direito, justiça: relações conflituosas, relações harmoniosas? *Sociologias*, Porto Alegre, n. 13, p. 16-34, 2005.
- ROLIM, R. C. Justiça criminal e condição feminina na capital da república em meados do século XX. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 22, n. 1, p. 97-133, 2007.
- ROQUE, E. M. S. T. et al. Sistemas de justiça e a vitimização secundária de crianças e ou adolescentes acometidas de violência sexual intrafamiliar. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 801-813, 2014.
- ROSA, A. R.; BRITO, M. J. Ensaio sobre violência simbólica nas organizações. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 16, n. 51, p. 629-646, 2009.
- ROSA, E. M. et al. Violência urbana, insegurança e medo: da necessidade de estratégias coletivas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 32, n. 4, p. 826-839, 2017.
- RUDNICKI, D. O ingresso de bacharéis em direito na polícia militar gaúcha. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 20, p. 108-137, 2008.

- RUMIN, C. R. Sofrimento na vigilância prisional: o trabalho e a atenção em saúde mental. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 26, n. 4, p. 570-581, 2006.
- RUOTTI, C. et al. Graves violações de direitos humanos e desigualdade no município de São Paulo. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 533-540, 2009.
- _____. A vulnerabilidade dos jovens à morte violenta: um estudo de caso no contexto dos “Crimes de Maio”. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 733-748, 2014.
- SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.
- SALLA, F. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, p. 274-307, 2006.
- SALLA, F.; ALVAREZ, M. C. Paulo Egídio e a sociologia criminal em São Paulo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 101-122, 2000.
- SALLA, F.; GAUTO, M.; ALVAREZ, M. C. A contribuição de David Garland: a sociologia da punição. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 329-350, 2006.
- SANCHES, S.; DUARTE, S. J. H.; PONTES, E. R. J. C. Caracterização das vítimas de ferimentos por arma de fogo, atendidas pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência em Campo Grande-MS. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 95-102, 2009.
- SANT’ANNA, A.; AERTS, D.; LOPES, M. J. Homicídios entre adolescentes no sul do Brasil: situações de vulnerabilidade segundo seus familiares. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 120-129, 2005.
- SANTELLI, I. H. S. Da sociologia do desvio à criminologia crítica: os indígenas de Mato Grosso do Sul como outsiders. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 50, n. 1, p. 65-76, 2014.
- SANTOS, A. M. V. Pais encarcerados: filhos invisíveis. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 26, n. 4, p. 594-603, 2006.
- SANTOS, H. Mulheres como autoras de violência: evidências e agenda de pesquisa. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 42-58, 2016.
- SANTOS, H. B.; NARDI, H. C. Masculinidades entre matar e morrer: o que a saúde tem a ver com isso? *Physis*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 931-949, 2014.
- SANTOS, J. V. T. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. *Tempo Social*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 155-167, 1997.
- _____. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 8, p. 16-32, 2002.

- SANTOS, J. V. T.; TEIXEIRA, A. N. Figurações da violência: uma apresentação enigmática. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 15, n. 34, p. 14-25, 2013.
- SANTOS, M. F. S.; ALESSIO, R. L. S. SILVA, J. M. M. N. Os adolescentes e a violência na imprensa. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, DF, v. 25, n. 3, p. 447-452, 2009.
- SANTOS, M. S. A invisibilidade da pena: Dois Rios como imagem do paraíso. *Tempo Social*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 261-283, 2016.
- SANTOS, S. D. M. Da redução da idade penal à equação do tempo: notas críticas contra as propostas que rejeitam princípios constitucionais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 133, p. 909-926, 2015.
- SANTOS, S. M.; SILVEIRA, A. M. Os desafios de um projeto de prevenção à violência e à criminalidade: o Mulheres da Paz em Santa Luzia/MG. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 99-118, 2015.
- SAPORI, L. F. Mercado do crack e violência urbana na cidade de Belo Horizonte. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 37-66, 2012.
- SAPORI, L. F.; SANTOS, R. F.; MAAS, L. W. D. Fatores sociais determinantes da reincidência criminal no Brasil: o caso de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.
- SARTI, C. A vítima como figura contemporânea. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. 61, p. 51-61, 2011.
- SCHABBACH, L. M. Sistema penitenciário do Rio Grande do Sul: reincidência e reincidentes prisionais. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 1, p. 224-243, 1999.
- _____. Exclusão, ilegalidades e organizações criminosas no Brasil. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 20, p. 48-71, 2008.
- _____. O crime organizado em perspectiva mundial. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 15, n. 34, p. 278-293, 2013.
- SCHAEFER, L. S.; ROSSETTO, S.; KRISTENSEN, C. H. Perícia psicológica no abuso sexual de crianças e adolescentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, DF, v. 28, n. 2, p. 227-234, 2012.
- SCHRITZMEYER, A. L. P. Etnografia dissonante dos tribunais do júri. *Tempo Social*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 111-129, 2007.
- SCISLESKI, A. C. C. et al. Medida socioeducativa de internação: dos corpos dóceis às vidas nuas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 34, n. 3, p. 660-675, 2014.
- SEBASTIÃO, J. Violência na escola, processos de socialização e formas de regulação. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, n. 71, p. 23-37, 2013.
- SENTO-SÉ, J. T. Prevenção ao crime e teoria social. *Lua Nova*, São Paulo, n. 83, p. 9-40, 2011.

- SENTO-SÉ, J. T.; COELHO, M. C. Sobre errâncias, imprecisões e ambivalências: notas sobre as trajetórias de jovens cariocas e sua relação com o mundo do crime. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 327-357, 2014.
- SEQUEIRA, V. C. Uma vida que não vale nada: prisão e abandono político-social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 26, n. 4, p. 660-671, 2006.
- _____. Pedro e o lobo: o criminoso perverso e a perversão social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, DF, v. 25, n. 2, p. 221-228, 2009.
- SERPA, M. G. Perspectivas sobre papéis de gênero masculino e feminino: um relato de experiência com mães de meninas vitimizadas. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 14-22, 2010.
- SERRA, O. Considerações sobre a violência fria. *Caderno CRH*, Salvador, v. 29, n. 76, p. 119-131, 2016.
- SILVA JUNIOR, G. B. et al. Identificação e notificação de maus-tratos em crianças e adolescentes por médicos de família no Ceará. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 469-484, 2017.
- SILVA, B. F. A.; BEATO FILHO, C. C. Ecologia social do medo: avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 30, p. S155-S170, 2013. Suplemento 1.
- SILVA, C. J. P. et al. A violência urbana contra crianças e adolescentes em Belo Horizonte: uma história contada através dos traumas maxilofaciais. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 1103-1120, 2011.
- SILVA, G. F.; BEATO, C. Confiança na polícia em Minas Gerais: o efeito da percepção de eficiência e do contato individual. *Opinião Pública*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 118-153, 2013.
- SILVA, J. Representação e ação dos operadores do sistema penal no Rio de Janeiro. *Tempo Social*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 95-114, 1997.
- SILVA, J. L. et al. Associações entre bullying escolar e conduta infracional: revisão sistemática de estudos longitudinais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 81-90, 2016.
- SILVA, J. P. Poder e direito em Foucault: relendo Vigiar e punir 40 anos depois. *Lua Nova*, São Paulo, n. 97, p. 139-171, 2016.
- SILVA, K. A. O papel dos tipos de homicídios dolosos na construção social da incriminação dos sujeitos pelos promotores de justiça: Belo Horizonte, processos com andamento entre 2007 e 2009. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, p. 101-123, 2010.
- SILVA, L. S. Anos potenciais de vida perdidos por mulheres vítimas de homicídio na cidade do Recife, Pernambuco, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 9, p. 1721-1730, 2011.
- SILVA, M. B.; VIEIRA, S. B. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 161-170, 2008.

- SILVA, R.; MOREIRA, F. A.; OLIVEIRA, C. B. F. Ciências, trabalho e educação no sistema penitenciário brasileiro. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 36, n. 98, p. 9-24, 2016.
- SILVA, R. A. Direitos humanos e polícia. *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 454-465, 2008.
- SILVA, W. V.; HUNING, S. M. Dispositivo das drogas e governo da vida. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 29, p. 1-11, 2017.
- SILVEIRA, A. M. A prevenção de homicídios: a experiência do programa Fica Vivo no Morro das Pedras. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 33, p. 163-173, 2008.
- SILVEIRA, A. M. et al. Impacto do programa Fica Vivo na redução dos homicídios em comunidade de Belo Horizonte. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 496-502, 2010.
- SIMIÃO, D. S.; OLIVEIRA, L. R. C. Judicialização e estratégias de controle da violência doméstica: a suspensão condicional do processo no Distrito Federal entre 2010 e 2011. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 31, n. 3, p. 845-874, 2016.
- SINHORETTO, J. Corpos do poder: operadores jurídicos na periferia de São Paulo. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 13, p. 136-161, 2005.
- _____. Reforma da justiça: estudo de caso. *Tempo Social*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 157-177, 2007.
- _____. Controle social estatal e organização do crime em São Paulo. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 167-196, 2014.
- SINHORETTO, J.; LIMA, R. S. Narrativa autoritária e pressões democráticas na segurança pública e no controle do crime. *Contemporânea*, São Carlos, v. 5, n. 1, p. 119-141, 2015.
- SINHORETTO, J.; SILVESTRE, G.; MELO, F. A. L. O encarceramento em massa em São Paulo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 83-106, 2013.
- SOARES, B. M. A “conflitualidade” conjugal e o paradigma da violência contra a mulher. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 191-210, 2012.
- SOARES, G. A. D. Matar e, depois, morrer. *Opinião Pública*, Campinas, v. 8, n. 2, p. 275-303, 2002.
- SOARES, G. A. D.; MIRANDA, D. Gênero e trauma. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 20, n. 1, p. 135-162, 2005a.
- _____. As co-variadas políticas das mortes violentas. *Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 1, p. 192-212, 2005b.
- SOARES FILHO, M. M. Direito à saúde mental no sistema prisional: reflexões sobre o processo de desinstitucionalização dos HCTP. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 7, p. 2101-2110, 2016.
- SOARES FILHO, M. M.; BUENO, P. M. M. G. Demografia, vulnerabilidades e direito à saúde da população prisional brasileira. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 7, p. 1999-2010, 2016.

- SORJ, B.; GOMES, C. O gênero da “nova cidadania”: o programa Mulheres da Paz. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 147-164, 2011.
- SOUZA, A. P. L.; LAUDA, B. V.; KOLLER, S. H. Opiniões e vivências de adolescentes acerca dos direitos ao respeito e privacidade e à proteção contra a violência física no âmbito familiar. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 397-409, 2014.
- SOUZA, E. R.; LIMA, M. L. C. Panorama da violência urbana no Brasil e suas capitais. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 1211-1222, 2006. Suplemento 1.
- SOUZA, F. M. et al. A violência urbana e suas consequências em um centro de atenção psicossocial na zona norte do município do Rio de Janeiro. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 363-376, 2011.
- SOUZA, G. A. D.; AZEVEDO, R. G. Alternativas penais no Brasil após 1984 e seus efeitos: uma análise a partir de discursos sobre crime e punição. *Contemporânea*, São Carlos, v. 5, n. 1, p. 69-92, 2015.
- SOUZA, L. A. F. Ordem social, polícia civil e justiça criminal na cidade de São Paulo (1889-1930). *Revista de História*, São Paulo, n. 162, p. 179-204, 2010.
- _____. Dispositivo militarizado da segurança pública: tendências recentes e problemas no Brasil. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 30, n. 1, p. 207-223, 2015.
- SOUZA, R. T. Três teses sobre a violência: violência e alteridade no contexto contemporâneo: algumas considerações filosóficas. *Civitas*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 7-10, 2001.
- SOUZA, T. O.; SOUZA, E. R.; PINTO, L. W. Evolução da mortalidade por homicídio no estado da Bahia, Brasil, no período de 1996 a 2010. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6, p. 1889-1900, 2014.
- SPAGNOL, A. S. Jovens delinquentes paulistanos. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 275-299, 2005.
- SPESNY, S. L. A polícia e o crime organizado: o delicado balanço de administrar a vida e a morte no Brasil. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 393-398, 2016.
- SPOSATO, K. B.; MATOS, E. L. O. A pedagogia do medo e algumas notas sobre as propostas de rebaixamento da idade penal no Brasil. *Dilemas*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 189-203 2015. Edição especial.
- SUDÁRIO, S.; ALMEIDA, P. C.; JORGE, M. S. B. Mulheres vítimas de estupro: contexto e enfrentamento dessa realidade. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 80-86, 2005.
- SZWARCWALD, C. L. et al. Desigualdade de renda e situação de saúde: o caso do Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 15-28, 1999.
- TAKEITI, B. A. A produção de conhecimento sobre juventude(s), vulnerabilidades e violências: uma análise da pós-graduação brasileira nas áreas de psicologia e saúde (1998-2008). *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 945-963, 2015.

- TAVARES, G. M. et al. Análise do clamor por punição e redução da idade penal. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 29, p. 1-10, 2017.
- TAVARES, G. M.; MENANDRO, P. R. M. Atestado de exclusão com firma reconhecida: o sofrimento do presidiário brasileiro. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 24, n. 2, p. 86-99, 2004.
- TAVARES, R. et al. Homicídios e vulnerabilidade social. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 923-934, 2016.
- TEIXEIRA, C. P. De “corações de pedra” a “corações de carne”: algumas considerações sobre a conversão de “bandidos” a igrejas evangélicas pentecostais. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 449-478, 2011.
- _____. O testemunho e a produção de valor moral: observações etnográficas sobre um centro de recuperação evangélico. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 107-134, 2016.
- TEIXEIRA, M. C. S.; PORTO, M. R. S. Violência, insegurança e imaginário do medo. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 19, n. 47, p. 51-66, 1998.
- TEIXEIRA-FILHO, F. S. et al. Tipos e consequências da violência sexual sofrida por estudantes do interior paulista na infância e/ou adolescência. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 90-102, 2013.
- TELLES, V. S. Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica. *Contemporânea*, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 359-373, 2013.
- TELLES, V. S.; HIRATA, D. V. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 39-59, 2010.
- TOLEDO, L.; GONGORA, A.; BASTOS, F. I. P. M. À margem: uso de crack, desvio, criminalização e exclusão social: uma revisão narrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 31-42, 2017.
- TOMASI, L. O.; MACEDO, M. M. K. Adolescência em conflito com a lei: a intensidade da história de vida em ato. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 53-63, 2015.
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. *Global study on homicide 2013: trends, contexts, data*. Vienna: United Nations Office on Drugs and Crime, 2013.
- VARGAS, E. V. Uso de drogas: a alter-ação como evento. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 49, n. 2, p. 581-623, 2006.
- VARGAS, J. D. Familiares ou desconhecidos? a relação entre os protagonistas do estupro no fluxo do Sistema de Justiça Criminal. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 63-82, 1999a.
- _____. Indivíduos sob suspeita: a cor dos acusados de estupro no fluxo do sistema de justiça criminal. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 729-760, 1999b.

- _____. Análise comparada do fluxo do sistema de justiça para o crime de estupro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 4, p. 671-697, 2007.
- _____. O programa Liberdade Assistida em Belo Horizonte. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 147-162, 2008.
- _____. Em busca da “verdade real”: tortura e confissão no Brasil ontem e hoje. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 237-265, 2012.
- VARGAS, J. D.; RODRIGUES, J. N. L. Controle e cerimônia: o inquérito policial em um sistema de justiça criminal frouxamente ajustado. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 26, n. 1, p. 77-96, 2011.
- VARGAS, J. H. C. Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 75-131, 2005.
- VASCONCELLOS, F. B. A família, a violência e a justiça: conflitos violentos familiares, Lei Maria da Penha e concepções jurídicas no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. *Civitas*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 136-153, 2013.
- VASCONCELOS, F. T. R. As ciências sociais e a violência urbana no Rio de Janeiro. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 127-165, 2013.
- _____. As ciências sociais brasileiras e a formação do “campo da segurança pública”. *Revista Brasileira de Sociologia*, São Cristóvão, v. 5, n. 9, p. 33-58, 2017.
- VELHO, G. Individualismo, anonimato e violência na metrópole. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 6, n. 13, p. 15-29, 2000.
- VENSON, A. M. Tráfico internacional de pessoas para exploração sexual? uma análise de processos-crime (1995-2012). *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 571-591, 2017.
- VENTURI, G. Consumo de drogas, opinião pública e moralidade: motivações e argumentos baseados em uso. *Tempo Social*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 159-186, 2017.
- VERGNE, C. M. et al. A palavra é... genocídio: a continuidade de práticas racistas no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 516-528, 2015.
- VERÍSSIMO, M. A nova lei de drogas e seus dilemas: apontamentos para o estudo das formas de desigualdade presentes nos interstícios do ordenamento jurídico-penal brasileiro. *Civitas*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 330-344, 2010.
- VIANNA, A. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 37, p. 79-116, 2011.
- VICENTIN, M. C. G. Corpos em rebelião e o sofrimento-resistência: adolescentes em conflito com a lei. *Tempo Social*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 97-113, 2011.

- VIEIRA NETTO, M. F.; DESLANDES, S. F. As Estratégias da Saúde da Família no enfrentamento das violências envolvendo adolescentes. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1583-1596, 2016.
- VILLELA, L. C. M. et al. Tendência da mortalidade por homicídios em Belo Horizonte e região metropolitana: 1980-2005. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 486-495, 2010.
- WERNECK, A. Uma sociologia da compreensão a partir do par crítica e jocosidade. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 482-503, 2016.
- WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. *Tempo Social*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 5-41, 1997.
- WILSON, J. O crime pelo rádio. *Lua Nova*, São Paulo, n. 3, p. 80-84, 1984.
- ZALUAR, A. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 1-20, 1997.
- _____. Oito temas para debate: violência e segurança pública. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, n. 38, p. 19-24, 2002.
- _____. Agressão física e gênero na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 24, n. 71, p. 9-24, 2009a.
- _____. Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 557-584, 2009b.
- _____. A abordagem ecológica e os paradoxos da cidade. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 611-644, 2012a.
- _____. Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 327-365, 2012b.
- ZALUAR, A.; BARCELLOS, C. Mortes prematuras e conflito armado pelo domínio das favelas no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 17-31, 2013.
- ZALUAR, A.; NORONHA, J. C.; ALBUQUERQUE, C. Violência: pobreza ou fraqueza institucional? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 213-217, 1994. Suplemento 1.
- ZALUAR, A.; RIBEIRO, A. P. A. Teoria da eficácia coletiva e violência: o paradoxo do subúrbio carioca. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 84, p. 175-196, 2009.
- ZANETIC, A. et al. Legitimidade da polícia: segurança pública para além da dissuasão. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. e148-e173, 2016.
- ZAVERUCHA, J. O pacto pela vida, os tomadores de decisão e a redução da violência homicida em Pernambuco. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 235-252, 2015.

- ZILLI, L. F. O “mundo do crime” e a “lei da favela”: aspectos simbólicos da violência de gangues na região metropolitana de Belo Horizonte. *Etnográfica*, Lisboa, v. 19, n. 3, p. 463-487, 2015.
- ZILLI, L. F.; BEATO, C. Gangues juvenis, grupos armados e estruturação de atividades criminosas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Dilemas*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 73-110, 2015. Edição especial.
- ZILLI, L. F.; VARGAS, J. D. O trabalho da polícia investigativa face aos homicídios de jovens em Belo Horizonte. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 621-632, 2013.
- ZUQUETE, J. G. P. E. S.; NORONHA, C. V. “Foi normal, não foi forçado!” versus “fui abusada sexualmente”: interpretação dos discursos de agressores sexuais, das suas vítimas e de testemunhas. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1357-1376, 2012.

Resumo

O calcanhar de Aquiles dos estudos sobre crime, violência e dinâmica criminal

Dois são os objetivos deste trabalho: mapear a produção indexada pelos termos “crime”, “criminal”, “criminalidade” e “violência” nas revistas mais importantes da área da sociologia (aquelas indexadas como A1 e A2 no Qualis da Fundação Capes) e entender quais são os métodos de pesquisa mobilizados nessas análises. De maneira geral, os estudos sobre crime, violência e dinâmica criminal vivenciaram uma crescente incorporação de técnicas de pesquisa qualitativa, com destaque para o uso de etnografias, entrevistas semiestruturadas e observação participante em contextos de violência urbana, tais como favelas nas grandes cidades e prisões superlotadas. O escrutínio de dados oficiais ou de bancos de dados construídos a partir de *surveys* está longe de ser o principal substrato empírico para a compreensão das dinâmicas de criminalidade, ficando à frente apenas dos trabalhos que conjugam técnicas quantitativas e qualitativas de pesquisa social. O balanço da literatura indica que o calcanhar de Aquiles da área reside na dificuldade em incorporar metodologias que permitam ir além da descrição do local, de forma a avançar rumo a uma produção mais abrangente do contexto nacional.

Palavras-chave: Metodologia, Estudos Quantitativos, Estudos Qualitativos, Métodos Mistos, Criminologia, Estudos Sobre Criminalidade Brasileira.

Abstract

The Achilles Heel of studies on crime, violence and criminal dynamics

This study has two objectives: to map the production indexed by the keywords “crime,” “criminal,” “criminality” and “violence” in the most important journals of sociology (those indexed as A1 and A2 in the Capes Foundation Qualis) and to understand which are the research methods mobilized in these analyses. In general, studies on crime, violence and criminal dynamics have experienced an increasing incorporation of qualitative research techniques, with emphasis on the use of ethnographies, semi-structured interviews and participant observation of contexts of urban violence, such as favelas in large cities and overcrowded prisons. The scrutiny of official data or databases constructed from surveys is far from being the main empirical substrate for the understanding of crime dynamics, being ahead of the studies that combine quantitative and qualitative techniques of social research. The balance of the literature indicates that the area’s Achilles heel lies in the difficulty of incorporating methodologies that go beyond the description of the place, in order to move towards a more comprehensive production of the national context.

Keywords: Methodology; Quantitative Studies; Qualitative Studies; Mixed-Methods; Criminology; Brazilian Crime Studies.

Résumé

Le talon d'Achille des études sur le crime, la violence et la dynamique criminelle

Il y a deux objectifs : cartographier la production indexée par les mots « crime », « criminel », « criminalité » et « violence » dans les revues les plus importantes du champ de la sociologie (ceux indexés à A1 et A2 dans le Qualis de la Fondation CAPES) et comprendre les méthodes de recherche mobilisées dans ces analyses. En général, les études sur le crime, la violence et la dynamique criminelle ont connu une intégration technique croissante de la recherche qualitative, en mettant l'accent sur l'utilisation des ethnographies, des entretiens semi-directif et l'observation participante des contextes de violence urbaine, comme les favelas dans les grandes villes et les prisons surpeuplées. L'examen des données officielles ou des bases de données construites à partir des enquêtes est loin d'être le principal substrat empirique pour comprendre les dynamiques de la criminalité, étant devant seulement des travaux qui combinent des techniques quantitatives et qualitatives de recherche sociale. La littérature indique que le talon d'Achille de ces études est la difficulté à intégrer les méthodes qui permettent d'aller au-delà de la description du terrain, afin de se diriger vers une production plus complète du contexte national.

Mots-clés: Méthodologie; Études Quantitatives; Études Qualitatives; Méthodes Mixtes; Criminologie; Études sur Criminalité Brésilienne.

Estatísticas oficiais, violência e crime no Brasil

Arthur Trindade M. Costa¹
Renato Sérgio de Lima²

Introdução

Nos últimos 20 anos verificou-se um crescimento extraordinário dos estudos sobre violência e criminalidade no Brasil. Partindo de diferentes abordagens teóricas e utilizando uma grande variedade de técnicas de pesquisa, esses trabalhos passaram a constituir um campo de estudo específico nas ciências sociais. Em boa medida, o surgimento desse campo deveu-se à centralidade que o tema alcançou na vida política e social do país.

A grande variedade de temas e objetos de pesquisa contemplados pelos estudos nesse campo já foi analisada em diversos trabalhos (BARREIRA; ADORNO, 2010; KANT DE LIMA; MISSE; MIRANDA, 2000; LIMA, 2011; SOUZA, 2005; ZALUAR, 1999). Em geral, são estudos sobre o funcionamento do sistema de justiça criminal e suas instituições (especialmente as polícias), e sobre as novas dinâmicas sociais que emergem da intensificação de práticas violentas. Mais recentemente, Campos e Alvarez (2017), realizando um balanço da produção científica brasileira sobre violência e punição no período de 2000 a 2016, agruparam esses estudos em três temáticas

distintas: (1) estudos sobre políticas públicas de segurança; (2) estudos sobre violências e sociabilidades; e (3) estudos sobre punição e prisões.

Neste artigo não pretendemos revisar a produção acadêmica brasileira sobre violência e criminalidade. Nosso objetivo é de outra natureza: discutiremos os principais problemas e limites metodológicos das pesquisas que utilizaram estatísticas oficiais para explicar fenômenos relacionados a violência, criminalidade e funcionamento do sistema de justiça criminal. Analisaremos as pesquisas que utilizaram dados oficiais provenientes dos registros administrativos e de *surveys*, incluindo estatísticas criminais, pesquisas de vitimização ou percepção e estatísticas judiciais. Também analisaremos alguns estudos que avaliaram políticas de segurança pública.

A maior parte dos trabalhos analisados foi extraída da base de artigos construída para o projeto editorial da ABCP. A base contém artigos publicados entre 2000 e 2016 nos periódicos nacionais classificados pela Capes como A1, A2 ou B1 em pelo menos duas das três áreas das ciências sociais. A base contém artigos publicados em 49 periódicos.³

-
- 1 Arthur Trindade M. Costa é professor de sociologia da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador 2 CNPq. E-mail: arthurtmcosta@gmail.com
 - 2 Renato Sérgio de Lima é professor do Departamento de Gestão Pública da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) e pesquisador 2 CNPq. E-mail: renato.lima@fgv.br
 - 3 Os autores são gratos a Luís Flávio Saporì, Cleber da Silva Lopes, André Zanetic e Gláucio A. D. Soares, que gentilmente disponibilizaram a base de artigos construída para o projeto editorial da ABCP – 30 Anos da Constituição de 1988.

Os limites das estatísticas criminais baseadas em registros administrativos

A qualidade das pesquisas sobre funcionamento do sistema de justiça criminal e de segurança pública não depende somente dos modelos teóricos utilizados para explicar os fenômenos. Ela depende também da sua robustez metodológica, que, além das estratégias e técnicas de pesquisa, está sujeita fundamentalmente à qualidade dos dados utilizados. Ao discutir qualidade, estamos propondo uma reflexão sobre o estatuto epistemológico de dados e informações utilizados pela academia brasileira para produzir conhecimento sobre medo, crime e violência, bem como sobre o funcionamento das instituições de justiça criminal e de segurança pública.

No plano geral, este é um debate mais comum ao campo de estudos da ciência da informação e das estatísticas públicas, que tem em Nelson Senra (1996, 1998, 2000) uma de suas referências mais conhecidas. Porém, aproveitando a forma como a discussão sobre a qualidade da informação é feita no campo aplicado das políticas públicas e da produção de indicadores sociais, é possível esquematizá-la em um conjunto de 12 atributos desejados para tornar dados e indicadores inteligíveis e passíveis de serem técnica e cientificamente apropriados pela universidade, pelas políticas públicas e/ou por qualquer outro segmento da sociedade (JANNUZZI, 2017).

Assim, se olharmos com atenção o Quadro 1, perceberemos que por trás da produção de dados oficiais e, em especial, do uso que deles é feito pela pesquisa acadêmica no Brasil, há uma série de questões de natureza epistemológica que vai dar maior ou menor validade externa às análises empreendidas. E, desse modo, a disponibilidade de estatísticas varia conforme o grau de objetivação do fenômeno descrito. Portanto, as variáveis definidas por meio de normas legais claras

são mais fáceis de serem medidas do que as percepções ou, mesmo, os atos ilegais, mas que ainda estão invisíveis ao sistema de segurança e justiça, como violências cometidas contra grupos vulneráveis e/ou grupos específicos da população (LIMA, 2011).

Quadro 1
Propriedades desejadas das estatísticas oficiais

Relevância	Inteligibilidade
Validade	Comunicabilidade
Confiabilidade	Factibilidade
Grau de cobertura	Periodicidade
Sensibilidade	Desagregabilidade
Especificidade	Comparabilidade

Fonte: Adaptado de Jannuzzi (2017)

Isso significa dizer que, ao contrário de revelar fatores criminógenos e identificar situações sociais que favoreçam a ocorrência de crimes, as estatísticas produzidas a partir dos registros administrativos das instituições de justiça criminal e segurança pública (boletins de ocorrência, inquéritos, processos, entre outros) referem-se à forma como os crimes e os criminosos são socialmente construídos e, portanto, exigem a compreensão dos processos sociais de identificação de uma ocorrência criminal (o que é crime?) e do autor da conduta desviante (quem é o criminoso?), e dos processos formais de processamento dos conflitos criminais e da punição (tratamento legal) (LIMA, 2011).

Várias são as implicações dessas preocupações, como veremos na sequência, mas cabe destacar, aqui, que a existência de séries históricas de estatísticas criminais tem a expectativa de subsidiar o desenho e a implementação de políticas públicas mais eficientes por meio da mensuração daquilo que chega ao conhecimento oficial do Estado e, ainda, das

percepções que os indivíduos têm sobre crimes e criminosos. Nesse processo, a produção de estatísticas criminais tem de reconhecer que as categorias e classificações são socialmente construídas em cada localidade. Em outras palavras, a definição do que é crime e de quem seriam os criminosos é, usualmente, determinada pelas leis, mas vários outros fatores sociais influenciam os processos de produção e seleção dos dados que vão motivar a agenda das instituições de segurança pública (LIMA, 2011; LIMA; BORGES, 2014).

As pesquisas sobre segurança pública e justiça criminal utilizam, fundamentalmente, duas fontes de estatísticas oficiais: (1) os boletins de ocorrência (BO) elaborados pelas policiais civis estaduais e (2) as declarações de óbito confeccionadas nos hospitais e unidades de atendimento de emergência. As informações contidas nos BO irão alimentar as estatísticas estaduais de segurança pública e as declarações de óbito fomentarão as estatísticas do Ministério da Saúde.

O BO funciona como uma “ficha de entrada” no processo de trabalho policial, sendo o principal instrumento para produzir e registrar informações e gerar estatísticas criminais. Ele é a primeira “entrevista com o crime”, isto é, o primeiro recurso de notificação de um delito, precedendo, inclusive, as atividades policiais de verificação, qualificação e fundamentação das informações obtidas inicialmente (MUNIZ, 2000). Dessa forma, podemos entender o BO como uma narrativa mais abrangente, porém provisória, de um episódio comunicado à Polícia Civil. Nesse sentido, as informações coletadas nos BO refletem, antes de tudo, um momento do ciclo da atividade da Polícia Civil (LIMA, 2011; LIMA; BORGES, 2014; MUNIZ, 2000).

Diferentes autores já discutiram os problemas relacionados à utilização dos BO como fonte de dados das pesquisas em segurança pública, sobretudo no que se refere

à qualidade das informações contidas nesses registros (BEATO, 1998, 2000; CANO, 2000; KAHN, 1998, 2000; MIRANDA; PITA, 2011; MISSE, 1997). Analisando o fluxo das informações produzidas a partir dos BO, Dirk (2007) sugere que há três dimensões distintas na geração das estatísticas criminais no Brasil: (1) dos acontecimentos, (2) do acionamento das instituições, e (3) do fluxo dos registros de ocorrência.

Após um acontecimento, a(s) vítima(s) ou testemunha(s) pode(m) notificar o fato à polícia ou não. Assim, essa primeira dimensão contempla tanto a ocorrência dos eventos quanto as subnotificações. A subnotificação se refere aos casos em que o evento criminal não foi comunicado às autoridades policiais, ainda que, por sua natureza, devessem ser levados ao conhecimento da polícia. Essa subnotificação pode ocorrer sem nenhum conhecimento das autoridades – Polícia Militar, Guarda Municipal ou Polícia Civil – ou com o conhecimento de alguma delas. Dirk (2007, p. 40) denomina o primeiro caso de “subnotificação desconhecida, pois nenhum dos agentes da segurança pública tomou conhecimento do fato, ou ainda, o evento ocorreu e não houve nenhum acionamento institucional”, como roubo de celular ou violência doméstica não comunicados às autoridades policiais.

A segunda dimensão apontada por Dirk (2007) é denominada “acionamento das instituições”, ou seja, a(s) vítima(s) ou testemunha(s) entra(m) em contato com as autoridades (polícias e/ou guardas municipais). O autor ressalta que esta dimensão não garante o registro do fato delituoso na delegacia de Polícia Civil. Se isso acontecer, então temos uma subnotificação conhecida, ou seja, quando o evento criminoso chega ao conhecimento das autoridades, mas não chega a ser registrado, por diferentes motivos. O não registro do fato delituoso na delegacia configura um sub-registro.

Finalmente, quando o evento é registrado na delegacia de Polícia Civil, a ocorrência segue para a dimensão do fluxo dos registros de ocorrência. Nesta dimensão, o policial civil registra a ocorrência e, dependendo do caso, procede à verificação das informações para constatação do fato. Quando o fato é registrado em delegacia de polícia é gerado um BO – ou Registro de Ocorrência (RO), dependendo do estado brasileiro. Temos então três categorias de crimes: (1) crimes que não são conhecidos (subnotificação desconhecida); (2) crimes conhecidos e não registrados (subnotificação conhecida); (3) crimes que são conhecidos e registrados. As estatísticas que são publicadas pertencem à terceira categoria, e são conhecidas como “estatísticas oficiais”. As duas primeiras categorias são conhecidas como cifras ocultas; obscuras (*darknumber*) ou taxas de sub-registro ou subnotificação.

No cenário internacional, o debate sobre a validade das estatísticas criminais reportadas à polícia não é recente (CANTOR; LYNCH, 2000; SKOGAN, 1974, 1984). Existem diferentes opiniões sobre a gravidade dos problemas associados à forma como os dados são coletados e à subnotificação das ocorrências criminais. De um lado, muitos pesquisadores creem que as estatísticas criminais estão corrompidas por erros de medição resultantes de diferenças nas práticas de trabalho das polícias ou por falta de treinamento dos responsáveis pela coleta das informações primárias dos fatos criminosos. Por outro lado, alguns estudiosos preferem assumir que, ainda que tais problemas existam, eles não necessariamente impedem o uso das estatísticas criminais para determinar a eficácia de políticas destinadas a reduzir a criminalidade.

Segundo May (2011), para que as estatísticas compiladas em instituições oficiais sejam válidas e confiáveis é necessário reunir pelo menos três critérios. O primeiro é que os coletores da informação primária – em geral,

policiais – devem respeitar as mesmas categorias para os mesmos incidentes, ou seja, não deve haver critério pessoal, mas padronizado no momento do registro ou da classificação. O segundo diz que as estatísticas devem ser mutuamente exclusivas, de modo que um incidente não venha a ser classificado duas ou mais vezes. E o terceiro critério é que a classificação deve ser exaustiva, para que todos os crimes sejam contabilizados.

Seguindo esses critérios, então, podemos listar alguns problemas que as autoridades policiais brasileiras enfrentam para coletar e registrar as ocorrências de crimes e identificar as vítimas e os criminosos. Primeiro, a informação não é coletada de forma sistemática. Em alguns estados, as organizações policiais não produzem estatísticas mensais sobre suas atividades. Há estados em que não há periodicidade na divulgação das estatísticas criminais, impossibilitando a construção de séries históricas.

Segundo, algumas estatísticas criminais não possuem informações detalhadas sobre o crime e suas circunstâncias. Em muitos casos não há registro estatístico sobre o dia, a hora e o local em que o crime ocorreu. Em geral, não existem muitas informações sobre a vítima ou, quando obtidas, essas informações não são de qualidade. Além da idade e do sexo da vítima, seria muito interessante saber a cor, o estado civil, a renda, a profissão etc. Também não há informações sobre os agressores e pouco se sabe sobre a relação entre a vítima e o agressor.

Terceiro, há pouco controle das cifras ocultas. O fato de haver sobrerepresentação de alguns crimes devido a duplicação de registro e subnotificação não é um problema em si. As dificuldades surgem devido à ausência de pesquisas de vitimização destinadas a investigar as cifras ocultas dos registros criminais, ou seja, o percentual de casos que, por diferentes razões, não chegam ao conhecimento oficial das polícias e do Estado. As cifras ocultas são um

complemento às estatísticas criminais baseadas nos registros policiais e ganharam força a partir da aceitação do fato de que crimes e criminosos, longe de serem fatos em si, são construções sociais e estão sujeitos a uma série de processos sociais, políticos e culturais que precisam ser mais bem mensurados e analisados quando da investigação acerca dos seus determinantes e do desenho de políticas públicas (PEIXOTO; SOUZA; LIMA, 2012).

Quarto, não existe uniformidade na classificação dos delitos e, em alguns casos, o registro é feito de forma discricional. Isto é, existem problemas de definição e detecção. Para tanto, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) desenvolveu um sistema nacional de classificação de ocorrências criminais, com o objetivo de padronizar a classificação das estatísticas criminais entre os estados, mas ele ainda não foi plenamente adotado por todas as Unidades da Federação (UF). Além disso, ele é rejeitado pela inexistência de mecanismos formais e legais de coordenação do sistema de segurança pública e de uma agência legalmente autorizada para produzir e publicar dados nacionais sobre crime e polícias no país.

Diante do exposto, podemos dizer que as estatísticas de criminalidade no Brasil são pouco confiáveis, já que não existe sistematização, e a cultura da informação em segurança pública ainda não é definida como prioridade pelos gestores, o que significa que o processo de geração das estatísticas é falho na origem. Sendo assim, rejeitamos a “objetividade” que as estatísticas precisam apresentar, e observamos que os dados não são válidos nem confiáveis (CERQUEIRA; LOBÃO; CARVALHO, 2005). Logo, qualquer análise, conclusão e decisão com base nessas estatísticas não será totalmente útil se não se conhecer bem seus problemas e não analisar os dados crítica e minuciosamente. É digno de nota que essas questões se referem mais especificamente às estatísticas criminais no contexto nacional

e não nos níveis estaduais. Existem estados que possuem sistemas de informação mais consolidados, apesar de também apresentarem alguns dos problemas técnico-metodológicos na geração da informação. Por outro lado, existem estados que não possuem controle e crítica sobre seus registros oficiais.

Sobre os estados com tradição local de produção de dados criminais e registros policiais, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro se destacam, já que, além de possuírem alguns dos sistemas de informação mais antigos do país, concentram boa parte da produção das ciências sociais sobre violência, conforme demonstrou o levantamento feito por Vasconcelos (2015). Nesse processo, alguns centros de pesquisa, como o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais, ganharam destaque nos anos 1990 e começo dos 2000 como espaços de mediação entre conhecimento acadêmico e pesquisa aplicada às políticas públicas, sobretudo no desenvolvimento de técnicas e de ferramentas de análise criminal e uso de estatísticas oficiais e de *surveys*, que depois foram sendo disseminadas para todas as corporações policiais do Brasil.

Outra fonte de dados utilizada pelas pesquisas em segurança pública é o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), que foi criado em 1976 pelo Ministério da Saúde com o objetivo de implementar um sistema nacional de informações para o setor de saúde. O SIM abrange todas as regiões do país, e pode ser analisado em níveis nacional, estadual ou municipal. O instrumento utilizado para captação dessas informações é a declaração de óbito. De acordo com a legislação vigente no Brasil, nenhum sepultamento pode ser realizado sem essa declaração, que deve ser preenchida com base em atestado médico ou, na ausência de médico, por duas pessoas qualificadas que tenham presenciado ou constatado a morte.

As causas externas ou mortes violentas são declaradas em formulário padronizado, de preenchimento obrigatório pelos médicos legistas. Vale ressaltar que a definição de morte violenta dada pelo SIM é diferente da dada pelas polícias. Pelo SIM, os homicídios são definidos segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), enquanto para as polícias a definição é feita segundo o Código Penal. Com isso, por exemplo, as mortes por homicídio classificadas pelo SIM abrangem mais de um tipo de morte violenta registrado pelas polícias. Deste modo, as taxas de homicídio contabilizadas pelos dados da saúde deveriam ser sempre maiores que as contabilizadas pelas polícias, uma vez que a polícia não registra como homicídios os casos em que a vítima não morre imediatamente após a agressão.

Outra diferença entre as duas fontes é que, para a polícia, os dados se referem ao local da ocorrência do fato, enquanto para o SIM se referem ao local do óbito. Por exemplo, suponha-se que um indivíduo tenha levado um tiro no município Y e sido levado para um hospital no município X, onde faleceu. Para a polícia, o crime ocorreu no município Y, enquanto na saúde a morte é registrada no município X. Logo, não é possível comparar informações entre as duas fontes de dados. Caso seja feito um estudo com os dados da saúde, é importante considerar que os registros se referem ao local da morte e não ao local de ocorrência do crime, que é o mais importante a se considerar num estudo de segurança pública.

Apesar das diferenças entre o SIM e as estatísticas criminais oriundas das polícias, é interessante comparar as tendências e verificar o quanto elas coincidem. Esse tipo de comparação entre diferentes fontes, certamente serve para considerar a confiabilidade dos dados e confirmar a validade dessas fontes como instrumentos de medição, pelo menos para a análise de tendência geral. Não há uma fonte

melhor do que outra, mas há fontes que precisam ser tomadas de forma complementar e a partir dos propósitos de cada uma delas e da pesquisa que se pretende produzir.

Contando as mortes

O extraordinário crescimento do número de homicídios no Brasil fez com que vários pesquisadores se esforçassem para explicar o fenômeno e entender os diversos aspectos associados às mortes violentas. Em função da fragilidade dos dados produzidos pelas polícias e sistematizados pelo Ministério da Justiça, a maior parte das pesquisas sobre homicídios utilizou as informações do Ministério da Saúde. Em números absolutos, o SIM contabilizou 59.080 homicídios em 2015 contra 13.910 em 1980. Entre 1980 e 2015, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes aumentou 147%, saltando de 11,7 para 28,9.

Embora esse aumento seja uma tendência geral, o quadro não é homogêneo, apresentando importantes variações. Podemos observar dois períodos distintos: no primeiro, de 1980 a 2000, as taxas de homicídio tiveram um crescimento acentuado de 128,2%; a partir daí o ritmo de crescimento diminuiu – no segundo período, de 2000 a 2015, a taxa cresceu 8,2%, pouco se comparado com o período anterior.

As variações nas taxas de homicídio podem ser mais bem percebidas se compararmos as regiões brasileiras. Até 2005, as regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentaram taxas superiores à média nacional. A partir de 2000, o quadro mudou bastante: as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste passaram a apresentar taxas superiores à média nacional, enquanto Sul e Sudeste registraram taxas menores. Apesar dessa importante variação regional, ainda são poucos os estudos que se concentram em analisar o crescimento dos homicídios nessas três regiões. A região Nordeste vem apresentando crescimento constante dos homicídios desde 1996.

Os estados de Pernambuco, Alagoas e Bahia se destacam, sendo responsáveis por praticamente dois terços dos homicídios da região (NÓBREGA JUNIOR, 2010).

As pesquisas mostram uma forte associação entre a densidade demográfica e os homicídios (BEATO et al., 2001; CANO; SANTOS, 2001). Após analisar as taxas de homicídio em diferentes países, Soares (2008, p. 71) sugere que a “rapidez da urbanização em países com recursos escassos fez com que as cidades crescessem sem infraestrutura adequada – hospitais, escolas, polícia, empregos, recursos sanitários etc.”.

Até 2000, o crescimento da taxa de homicídios foi mais acentuado nas 10 maiores regiões metropolitanas do país. Nesse ano, essas regiões concentravam 35,6% da população brasileira e respondiam por 59,3% do número total de homicídios. Em 2010, as 10 maiores regiões responderam por 36% dos homicídios registrados no país. Essa desconcentração de mortes nas regiões levou alguns analistas à interpretação equivocada de que estaria ocorrendo uma interiorização do fenômeno, supondo uma migração do crime organizado. A ideia é equivocada porque essa desconcentração deveu-se principalmente à redução dos homicídios na Região Metropolitana de São Paulo (ANDRADE; DINIZ, 2013). Considerando a distribuição de homicídios por cidades brasileiras, verifica-se que eles seguem concentrados, mas não mais nas capitais e sim nos demais municípios que compõem as regiões metropolitanas.

Continuam sendo uma grande incógnita os fatores que explicam o espantoso crescimento da violência letal nas últimas décadas. De forma geral, os estudos sobre os fatores determinantes dos homicídios se concentraram em explorar três diferentes aspectos: (1) o desenvolvimento econômico; (2) o perfil socioeconômico das vítimas; e (3) os aspectos ecológicos relacionados ao local das mortes.

Nem a melhoria dos índices de escolaridade nem a redução da pobreza verificadas no período afetaram as taxas de homicídio. Esse quadro indica que precisamos reexaminar cuidadosamente a ideia de que há estreita correlação entre escolaridade, pobreza e violência. A relação automática entre desigualdade e violência também é contestada em vários estudos (SOARES, 2008; VASCONCELOS; COSTA, 2005).

Tampouco a relação entre desemprego e violência se sustenta empiricamente. Além disso, estudos têm verificado que a maioria da população penitenciária brasileira era oriunda do mercado informal de emprego. Boa parte dessa população jamais teve carteira profissional assinada. Também não se verifica a relação entre desigualdade social e aumento da violência. Embora o número de homicídios tenha aumentado mais de 130% últimos 20 anos, a concentração de renda no Brasil tem permanecido quase a mesma nesse período (BEATO, 1998; CANO; SANTOS, 2001; SAPORI; WANDERLEY, 2001).

Para Soares (2008), os estudos que associam desenvolvimento econômico e homicídios não se sustentam empiricamente, posto que os conceitos de desenvolvimento, crescimento e modernização são muito vagos. Isso revela a necessidade de aperfeiçoamento teórico dessas pesquisas para dar conta de processos sociais mais complexos, que não se esgotam na noção de desenvolvimento econômico e social.

A distribuição dos homicídios quanto a sexo, idade e cor das vítimas apresenta um quadro com poucas variações. Os estudos mostram que as principais vítimas continuam sendo os homens jovens negros, residentes na periferia das grandes cidades brasileiras, sendo a arma de fogo o principal instrumento utilizado para a perpetração do ato violento. Os bairros mais pobres, onde a prestação de serviços públicos é mais precária, são aqueles que apresentam maior incidência de

homicídios (ANDRADE; LISBOA, 2000; LIMA; PEIXOTO; DURANTE, 2004; SANTOS et al., 2001; VASCONCELOS; COSTA, 2005).

Os homens seguem sendo as vítimas mais frequentes de homicídio. Em 2005, eles representavam 91,9% das vítimas. Esse percentual tem variado muito pouco, posto que em 2015 92,2% das vítimas seguiam sendo do sexo masculino. O mesmo pode ser dito do perfil etário. Em 2005, cerca de 55,7% das vítimas eram jovens entre 15 e 29 anos. Em 2015, os jovens respondiam por 52,9% das mortes violentas.

As variações nas taxas de homicídio entre grupos de cores diferentes têm sido exploradas por alguns estudos (MINAYO, 1994; SOARES, 2008; WAISELFISZ, 2004). Em 2015, cerca de 71% das vítimas eram pessoas negras. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o cidadão negro tem chances 23,5% maiores de sofrer assassinato em relação a cidadãos de outras cores, já descontado o efeito da idade, sexo, escolaridade, estado civil e bairro de residência (CERQUEIRA; COELHO, 2017). Em 2005, a taxa de homicídios das pessoas negras era de 31,8 por 100 mil habitantes. Esse número aumentou para 37,7 em 2015.

A arma de fogo é o principal instrumento utilizado para causar mortes violentas. Em 2005, 69,4% dos homicídios foram cometidos com armas de fogo. O percentual segue praticamente inalterado. Em 2015, as armas de fogo causaram 70,9% dos homicídios. O percentual é alto se comparado com outros lugares. Na Europa, por exemplo, apenas 21% são causados por armas de fogo.

Estudos sugerem que a simples presença de armas de fogo não produz necessariamente altas taxas de letalidade. Entretanto, no caso brasileiro, devido a diversas idiossincrasias, a presença de armas aumenta, sim, o grau de letalidade em conflitos interpessoais, atuando,

assim, diretamente sobre as taxas de violência (MARINHO; ANDRADE, 2011). Segundo Phebo (2005), o Brasil foi, em 2002, o país com maior número de mortes causadas por armas de fogo no mundo (38.088 casos).

Estudos têm demonstrado relação entre o aumento do número de armas de fogo em circulação e o crescimento dos homicídios (SOARES, 2008). Cerqueira e Mello (2014) mostraram evidências de que cada 1% no aumento da proliferação de armas de fogo faz com que a taxa de homicídio aumente em torno de 2% nas cidades. Isso acontece por três razões. Em primeiro lugar, a maior disponibilidade de armas faz diminuir o seu preço no mercado ilegal, permitindo o acesso a ela do criminoso desorganizado (muitas vezes aquele criminoso que, ao praticar um roubo, termina cometendo latrocínio). Em segundo, as chances de um indivíduo armado sofrer homicídio, ao ser abordado por criminosos, aumenta. Por último, muitos crimes letais (seja feminicídios, brigas de bar, de trânsito, entre vizinhos etc.) acontecem num ambiente de conflito, em que o portador de uma arma de fogo se descontrola e mata o oponente.

Mais recentemente, alguns estudos passaram a explorar os aspectos ecológicos, relacionados ao lugar de moradia das vítimas. Em vez de municípios, esses estudos passaram a tomar os bairros como unidade de análise (RAMÃO; WADI, 2010; SANTOS et al., 2001). A partir de análises georreferenciadas verificou-se que, em geral, poucos bairros concentram a maior parte dos homicídios registrados nos municípios. Esse padrão evidencia a relação dos homicídios com processos de urbanização desordenada, segregação espacial, exclusão social e dinâmicas de sociabilidade violenta que se consolidaram em algumas localidades (ZILLI; BEATO, 2015). Não são apenas os homicídios que apresentam alta concentração espacial. Rivero (2010) mostrou a existência de padrões de distribuição das mortes decorrentes

da ação policial. No Rio de Janeiro, os autos de resistência se concentram em alguns lugares, aumentando a segregação social das populações das favelas mais populosas e dos bairros mais pobres.

Algumas pesquisas mostram o crescimento vertiginoso de um tipo bastante específico de homicídio, que envolve (como vítimas e autores) grupos de jovens negros ou pardos, pobres, com baixo nível de educação formal, moradores de favelas, envolvidos em conflitos armados (BEATO; ZILLI, 2012; SAPORI; SENA; SILVA, 2012). Os estudos mostram que o fenômeno das gangues deve ser analisado a partir do seu grau de estruturação e dos diferentes estágios de organização dos grupos (ZILLI; BEATO, 2015).

Outros estudos, tomando por base o município do Rio de Janeiro, buscaram entender como as facções interagem a partir de redes geograficamente definidas fundamentadas nas relações de reciprocidade horizontal. Assim, quando uma facção fica sem drogas ou armas, pode obtê-las em favelas amigas. Além disso, teve início uma corrida armamentista com o objetivo de dissuadir os rivais de entrar em guerra devido ao número de soldados ou de armas exibido pela quadrilha ou comando (CECCHETTO, 2004, ZALUAR; MONTEIRO, 2013).

A dificuldade de entender a dinâmica dos homicídios não se refere apenas a fragilidades das teorias utilizadas. Deve-se também à precariedade das informações sobre o fenômeno. Na verdade, até agora nos contentamos em “contar as mortes”, como sugeriu Alba Zaluar (1999). Os registros sobre as mortes violentas se limitam a apontar o número de homicídios, o lugar onde os crimes ocorreram, o sexo e a idade das vítimas. Não há estatísticas confiáveis sobre as motivações das mortes, tampouco a respeito das situações em que elas aconteceram. Pouco se sabe sobre a relação entre vítimas e agressores.

Os dados existentes sobre homicídios refletem as consequências de uma variedade de situações e conflitos cujo resultado é a morte de alguém. Portanto, a leitura das estatísticas não pode dar lugar à ideia simplificadora de reduzir o fenômeno dos homicídios a uma única situação. Os homicídios abrangem uma série de comportamentos sociais cujas explicações repousam em diferentes dinâmicas e motivações.

De certa forma, a fragilidade das estatísticas oficiais sobre os homicídios tem sido minorada pelos estudos qualitativos desenvolvidos pelos pesquisadores do tema. As pesquisas apontam que as seguintes situações estão fortemente associadas a essas mortes: (1) atividades das gangues, (2) disputas relacionadas ao negócio das drogas, (3) atuação de grupos de extermínio, e (4) mortes decorrentes de conflitos cotidianos. Esses estudos, entretanto, precisam ser complementados por pesquisas quantitativas capazes de comparar o fenômeno entre estados e regiões brasileiras.

Além das características morfológicas e contextuais dos homicídios, só mais recentemente iniciou-se um debate sobre o que significa registrar o ato de matar no Brasil. Isso porque, quando se toma apenas os dados do sistema de saúde, pouco avançamos na compreensão das dinâmicas criminais e/ou das respostas públicas ao crime, à violência e à demanda por direitos. Ao longo das duas últimas décadas, os dados do sistema de saúde eram tomados como tradução do número mais próximo do real de mortalidade violenta no país. Contudo, a partir da criação da categoria “mortes violentas intencionais” pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que passou a publicar em seu anuário todas as principais ocorrências e tipos criminais resultando em morte sob essa categoria, pode-se perceber a diferença entre os dados do Ministério da Saúde e os dados que não eram contabilizados pelas polícias na categoria de homicídios das mortes decorrentes

de intervenção policial. As pesquisas acadêmicas tiveram que investir na produção própria de dados, na medida em que o sistema de justiça criminal e de segurança pública opera formalmente com um número menor de casos letais não por questões meramente metodológicas, mas por opções político-institucionais.

E se durante muito tempo o debate sobre práticas institucionais foi baseado em dados e evidências produzidos diretamente pela universidade, algumas de suas principais questões foram tomando forma só mais recentemente, em especial a partir da ação de algumas entidades públicas e da sociedade civil, como a Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, o Instituto de Segurança do Rio de Janeiro e o FBSP. Hoje há consenso sobre a necessidade de trabalhar o fenômeno das “mortes decorrentes de intervenção policial” conjuntamente à quantidade de “mortes de policiais” e como faces de um mesmo processo social. Antes da ação institucional do FBSP em compilar dados, por força de pedidos de Lei de Acesso à Informação, o debate sobre mortes decorrentes de intervenção policial e mortes de policiais eram mobilizadas de forma muito antagônica, de acordo com posições político-ideológicas de cada lado da discussão. Foi apenas a partir de 2013 que dados nacionais foram compilados e publicados e deslocaram as análises para um contexto nacional como um todo – antes elas ficavam concentradas na região Sudeste do país, com maior tradição de produção e uso de estatísticas.

Vitimização, confiança e medo

As estatísticas criminais, produzidas a partir dos registros policiais, embora sejam importantes, não contemplam todos os problemas relacionados à segurança pública. De certa forma, elas focam em crimes e criminosos, revelando muito pouco sobre a percepção dos cidadãos. Assim, para superar essa

lacuna surgiram as pesquisas de vitimização. Elas consistem na realização de um *survey* numa amostra populacional para medir, em geral, três aspectos: vitimização, confiança nas instituições (especialmente nas polícias) e medo do crime.

As primeiras pesquisas surgiram nos EUA na década de 1960, sendo logo difundidas para diversos países europeus, como Inglaterra, França e Noruega. No Brasil, são raras as pesquisas governamentais sobre o tema. Em 1988, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística introduziu pela primeira vez na sua Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar um questionário sobre vitimização. Em 2010, o Ministério da Justiça contratou o Instituto Datafolha para realizar a primeira pesquisa nacional de vitimização. Até o momento, esses são os dois únicos levantamentos nacionais.

Assim, ao longo dos últimos 20 anos surgiram algumas pesquisas de abrangência local e sem periodicidade em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Elas foram realizadas devido ao esforço de universidades e instituições da sociedade civil, como Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente, Instituto de Estudos da Religião e Fundação Seade. O universo das amostras variou. Algumas pesquisas se limitaram às capitais, outras abrangeram regiões metropolitanas ou estados. Foram raras as pesquisas realizadas em municípios do interior (CRUZ; AZEVEDO; GONÇALVES, 2011). Algumas se basearam em amostragens domiciliares e outras utilizaram o método de cotas. O período de referência também variou. Enquanto algumas pesquisas perguntaram se o entrevistado fora vítima de crime nos últimos 12 meses, outras utilizaram cinco anos como período de referência. De qualquer forma, é com base nesses estudos que os pesquisadores

tentaram entender melhor os fenômenos associados à vitimização.

Algumas pesquisas se concentraram em desvendar o tamanho das cifras ocultas, ou seja, a proporção de eventos criminais que não foram comunicados às polícias. A subnotificação varia de acordo com o tipo de crime, o bairro e o perfil das vítimas. Entretanto, quando se trata de violência doméstica, até mesmo os tradicionais modelos de pesquisas de vitimização encontram dificuldades para aferir o fenômeno.

Ainda sobre vitimização, algumas pesquisas buscaram descrever os principais fatores associados ao fenômeno. Em geral, os homens e os jovens são as vítimas mais frequentes dos crimes. Além do perfil das vítimas, os fatores ambientais também têm forte impacto nas chances de alguém ser vítima de determinados crimes. Beato, Peixoto e Andrade (2004) mostraram que os trabalhadores que usam frequentemente transporte público têm maior probabilidade de serem furtados, pois frequentam mais lugares públicos e têm mais contato com pessoas desconhecidas. Já nos casos de roubos (tentados e consumados), além da exposição em transporte público, o gênero e a proximidade com o agressor têm forte associação com a vitimização. Com relação às agressões, os autores sugerem que os jovens têm maiores chances de vitimização, pois tendem a ter maior exposição a fatores ambientais como bares e boates. Analisando outros tipos de crime, Madalozzo e Furtado (2011) chegaram a conclusões parecidas. As autoras apontaram que os fatores ambientais, relacionados ao estilo de vida, afetam as chances de alguém ser vítima dos crimes de agressão e roubos e furtos de residência e carros.

Alguns grupos sociais tendem a ter maiores taxas de vitimização, como é o caso dos policiais. Minayo, Souza e Constantino (2007), utilizando dados de uma pesquisa de qualidade de vida, verificaram altas taxas de vitimização

entre os policiais do Rio de Janeiro. Durante e Oliveira Junior (2013) chegaram a resultados convergentes a partir de uma amostra nacional. Os autores verificaram que 27% dos policiais matriculados nos cursos de ensino a distância do Ministério da Justiça haviam sido vítimas de violência física e 5% já tinham sido baleados. Segundo os autores, gênero, idade, renda e tempo de serviço têm forte impacto nesse tipo de vitimização. Boa parte dos policiais já foram ameaçados (46%), discriminados (66%), ou sofreram algum tipo de assédio no ambiente de trabalho (61%). Para os autores, a renda, a área de atuação e a cor são fatores preditivos para vitimização desse tipo de crime.

Os resultados são coerentes com os achados de Constantino, Ribeiro e Correa (2013). Para as autoras, a área de atuação tem impacto significativo na vitimização policial. No estado do Rio de Janeiro, 67,8% dos policiais da capital, 13,7% da Baixada Fluminense e 9,7% do interior foram vitimados. Os policiais da capital estão mais expostos ao risco de confronto com a criminalidade e são menos valorizados pela população, mas, por outro lado, nessa área existe maior apoio operacional da corporação.

Outro aspecto mensurado nas pesquisas de vitimização é a confiança da população nas polícias. Afinal, sem confiança, é pouco provável que a população colabore com a polícia, fornecendo informações sobre as atividades criminosas. Oliveira Junior e Alencar (2015) sugerem que uma percepção negativa tem efeito significativo sobre a tendência de optar por não procurar a polícia quando ocorre um crime. A partir de uma amostra nacional, os autores verificaram que cerca de 28% das vítimas de roubos ou furtos não registraram o crime na polícia e outros 21% só procuram a polícia pela necessidade legal do BO.

É preciso, entretanto, diferenciar a confiança na polícia da satisfação com os serviços prestados por ela. Afinal, podemos confiar nas

polícias e não estarmos satisfeitos com seus serviços. Além disso, pode haver percepções distintas sobre a qualidade da atuação da polícia entre aqueles que tiveram contato com policiais e aqueles que não tiveram.

Oliveira Junior (2011) avaliou a satisfação da população quanto ao desempenho das polícias. A partir de uma amostra nacional, o autor verificou que os entrevistados tendem a avaliar negativamente o trabalho policial. Entretanto, as pessoas que já acionaram a polícia avaliaram o atendimento de forma bem mais positiva. Entre as pessoas que já tiveram contato como a polícia, a chance de uma boa avaliação do atendimento realizado por policiais diminuiu significativamente quando a cor do entrevistado não é branca.

Ainda segundo o autor, a confiança nas instituições policiais é, em boa medida, explicada pela avaliação do desempenho das polícias, especialmente a avaliação difusa. O fato de haver um atendimento anterior mal avaliado tem efeito negativo significativo sobre a confiança. Ou seja, não somente a percepção geral do desempenho das instituições policiais influencia o grau de confiança, como também a percepção sobre o desempenho de policiais em situações específicas.

Há uma série de fatores que influenciam a imagem difusa que a população faz das polícias. Gélison Silva e Cláudio Beato Filho (2013) apontam que a confiança na polícia está correlacionada à confiança na justiça. É provável que exista confusão entre as funções do trabalho policial e do sistema de justiça criminal. Os autores observaram também alta correlação entre a confiança na polícia e nos governos, especialmente federal e estadual, pois é impossível analisar a confiança na polícia em separado da confiança nos governos. Esses resultados são coerentes com os achados de Bráulio Silva e Claudio Beato Filho (2013), para quem a desconfiança na polícia é explicada principalmente pelos déficits institucionais percebidos pela população.

O medo do crime é outro aspecto avaliado nas pesquisas de vitimização. Criminalidade e medo do crime são fenômenos autônomos. Embora possa existir algum grau de correlação (dependendo do grupo social, do tipo de crime e do lugar), eles têm dinâmicas próprias, causas e consequências distintas. O medo do crime não é simplesmente o resultado da criminalidade ou das imagens e notícias produzidas pela mídia. Ele diz respeito a sentimentos difusos de ansiedades e incertezas que são resultado das transformações sociais das sociedades pós-modernas.

De forma geral, a literatura sobre o medo do crime tem buscado explicar o fenômeno a partir de duas perspectivas. A primeira enfatiza aspectos que aumentam o medo, tais como vulnerabilidades físicas, sociais, desordens e desorganização social. A segunda perspectiva se concentra na análise dos aspectos que reduzem o medo: laços sociais, vínculos comunitários, coesão social e eficácia coletiva.

No Brasil, ainda são raros os estudos que buscam entender o medo do crime. Pesquisas sugerem que as pessoas se sentem mais seguras em locais conhecidos e próximos de suas residências (BORGES, 2011; DAVIS; PEIXOTO, 2003). Bráulio Silva e Beato Filho (2013) verificaram associação positiva entre as mulheres e os mais velhos com o medo de crime. No nível da vizinhança, o principal resultado foi que a coesão social afeta a associação entre a taxa de criminalidade e o medo do crime. Borges (2015) aponta que a relação entre a vitimização e o medo do crime depende do tipo de crime. As pessoas vítimas de roubo se sentem mais inseguras do que aquelas que foram vítimas de furto.

Apesar dos esforços realizados por alguns pesquisadores, é muito difícil comparar essas pesquisas entre si, uma vez que as variáveis selecionadas nem sempre foram as mesmas. Além disso, existem diferenças metodológicas significativas em relação ao desenho da amostra, ao período de referência adotado e ao público-alvo

de cada uma dessas pesquisas. Na verdade, a falta de pesquisas nacionais e regulares de vitimização torna praticamente impossível entender a real dimensão da criminalidade, da confiança nas polícias e do medo do crime no Brasil. O atual quadro social brasileiro indica a urgência de se realizar pesquisas de vitimização periódicas e abrangentes, uma vez que elas são importantes instrumentos para o planejamento das polícias públicas de segurança.

Analisando o fluxo da justiça criminal

Não basta saber quantos crimes aconteceram, também é necessário entender como esses crimes são processados pelo sistema de justiça criminal. A despeito da importância do tema, o Brasil não dispõe ainda de um sistema de estatísticas processuais que permita aos pesquisadores entender quais são os principais problemas do sistema de justiça criminal. Para contornar essas dificuldades, surgiram algumas pesquisas exploratórias visando analisar as formas e dinâmicas com as quais o sistema processa as ocorrências criminais. As pesquisas de fluxo de justiça, como são conhecidas, têm sido cada vez mais frequentes.

Até o momento, não foi possível reconstruir os fluxos de justiça com base nas estatísticas oficiais. Essa dificuldade tem impactado profundamente os estudos sobre o tema, fazendo com que os pesquisadores se esforçassem para produzir bases de dados sobre fluxo para depois interpretá-las. Misse e Vargas (2007) identificaram três abordagens diferentes utilizadas para produção dessas bases. A primeira, longitudinal, destina-se a acompanhar os processos a partir dos registros policiais, seguindo-os até a execução da sentença. A base não precisa necessariamente conter todas as etapas decisórias do fluxo de justiça, podendo se concentrar apenas em

alguns aspectos. A segunda abordagem, identificada pelos autores como transversal, busca construir bases de dados utilizando estatísticas obtidas de diferentes organizações (Polícia Civil, Ministério Público, Tribunal de Justiça), sem o acompanhamento do percurso de pessoas e papéis por elas. Finalmente, a terceira e mais frequente abordagem utilizada, longitudinal retrospectiva, visa construir bases de dados do final para o início do processo de incriminação. Para tanto, elege-se uma fase como ponto de partida (em geral o arquivamento final) e levantam-se os dados contidos nos processos.

Os autores salientam ainda que as abordagens transversal e longitudinal retrospectiva “não permitem recuperar as perdas ocorridas ao longo do processamento, pois estão excluídos os casos que foram arquivados” (MISSE; VARGAS, 2007, p. 8). Já a abordagem longitudinal para montagem da base de dados demanda capacidade de acompanhar as diferentes fases do fluxo de justiça, o que é muito difícil, posto que as organizações registram seus respectivos inquéritos, denúncias e processos com numeração diferente. Porém, vale destacar, apesar de todas as dificuldades, o uso dessas diferentes abordagens para reconstruir a sequência do fluxo de justiça faz parte dos esforços dos pesquisadores para preencher uma importante lacuna na produção das estatísticas oficiais brasileiras.

Entre os estudos sobre fluxo de justiça, destacam-se as pesquisas que objetivaram compreender o processamento dos crimes de homicídio. Partindo de diferentes fontes e valendo-se de metodologias variadas, Soares (1996), Cano (2005b), Misse e Vargas (2007) e Ribeiro e Duarte (2009) analisaram o fluxo de justiça dos homicídios no Rio de Janeiro. Também foram realizadas pesquisas em São Paulo;⁴ Campinas (VARGAS; BLAVATSKY; RIBEIRO, 2005), Brasília (COSTA, 2015;

4 Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/projetos/acervosspp>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

COSTA; ZACKSESKI; MACIEL, 2016), Florianópolis (RIFIOTIS, 2006; RUSCHEL, 2006), Belo Horizonte (BATITUCCI; CRUZ, 2006; SAPORI, 2007) e Recife (RATTON; FERNANDES, 2007).

Apesar das diferenças metodológicas, os estudos sobre o fluxo do crime de homicídios revelam que poucos casos são denunciados pelo Ministério Público e apenas um reduzido número de réus recebe uma sentença judicial. O maior gargalo está na investigação dos crimes de homicídio. Entretanto, dada a ausência de estatísticas oficiais sobre a investigação criminal, pouco se sabe sobre quais situações, conflitos e agressores tendem a ter tramitação mais rápida e efetiva.

No Brasil, ainda não é possível determinar quantos homicídios foram esclarecidos, uma vez que não existe um sistema de indicadores que permita mensurar o desempenho da investigação criminal com segurança. As pesquisas têm apontado um fraco desempenho das polícias brasileiras no esclarecimento dos crimes de homicídios (COSTA, 2015). Embora utilizem metodologia e critérios distintos, esses estudos sugerem que o desempenho das polícias civis brasileiras varia bastante. Em alguns estados, o número de casos denunciados pelo Ministério Público é inferior a 10%. Em 2002, por exemplo, alguns países apresentaram taxas de esclarecimento de homicídios elevadas, como Alemanha (96%), Japão (95%), e Inglaterra (81%), Canadá (80%) e EUA (64%).⁵

As pesquisas não se resumiram ao estudo do processamento de homicídios. Algumas pesquisas se concentraram em entender o fluxo de justiça de outros tipos de crimes, como estupro (VARGAS, 2007), violência contra mulher (IZUMINO, 1998; ABDALA;

SILVEIRA; MINAYO, 2011), tortura (JESUS, 2010), autos de resistência (MISSE; GRILLO; NETI, 2015) e linchamentos (ADORNO; IZUMINO, 2007; PINHEIRO; ADORNO; CARDIA, 1999). Outras pesquisas analisaram o fluxo de justiça dos casos encaminhados para os Juizados Especiais Criminais (BATITUCCI et al., 2010; RIBEIRO, 2009).

De forma geral, esses estudos buscaram analisar os principais gargalos entre o registro das ocorrências criminais, as denúncias e as sentenças judiciais. Após uma década de estudos, verificou-se que cada crime tem seu próprio fluxo de justiça. Isso não acontece apenas por causa das especificidades da legislação penal e processual penal, mas também devido às prioridades que os profissionais do sistema de justiça (policiais, promotores e juízes) conferem a cada evento criminal. A despeito da abrangência nacional da legislação penal e processual penal, constataram-se variações significativas na forma com que os estados processam o mesmo tipo de crime. Ou seja, os diferentes arranjos organizacionais também impactam o fluxo de justiça criminal. Além dos aspectos organizacionais, verificou-se que o tipo de crime, o sexo e a cor das vítimas importam para entender o fluxo de justiça. A existência ou não de flagrante também é fator essencial para entender a tramitação desses casos.

Alguns desses estudos analisaram os tempos de tramitação dos processos no sistema de justiça criminal em São Paulo (ADORNO; IZUMINO, 2007), Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2009), Belo Horizonte (BATITUCCI; CRUZ, 2006), Florianópolis (RUSCHEL, 2006), Recife (RATTON; FERNANDES, 2007) e Campinas (VARGAS; BLAVATSKY; RIBEIRO, 2005). De forma geral, essas pesquisas compararam os tempos de processamento

5 Dados retirados do *Source book of Criminal Justice Statistics* (EUA); *Police Crime Statistics* (Alemanha); *White Paper on Crime* (Japão); *Crime in England and Wales* (Inglaterra) e *Canadian Homicide Survey* (Canadá). Ver também, Instituto Sou da Paz (2017).

dos processos judiciais nas diferentes instituições que compõem o sistema de justiça criminal.

Apesar da variedade de fontes e metodologias, de forma geral os estudos sobre o fluxo de justiça têm analisado o funcionamento do sistema de justiça criminal brasileiro com foco principal na sua *eficiência*. Ou seja, as atenções têm se concentrado em avaliar a capacidade do sistema de processar adequadamente toda a demanda por punição. O problema é definir o que é “adequado” em termos de fluxo de justiça. Qual é o tempo ideal de justiça? É possível processar todos os crimes?

Numa perspectiva empírica, o tempo “ideal” de justiça pode ser medido a partir da diferença entre o tempo calculado nas pesquisas e os prazos estabelecidos pela legislação. Além disso, é necessário acrescentar os tempos que as instituições levam para processar certos feitos judiciais, tais como cartas precatórias, citações, mandados de prisão e laudos periciais (RIBEIRO; DUARTE, 2009). Mas vale lembrar que não são os problemas da pesquisa empírica que impedem os pesquisadores de chegar a uma definição sobre o funcionamento “adequado” do sistema de justiça criminal. A questão não é empírica, mas teórica. O que implica debater qual é a função da punição (e do sistema de justiça criminal) no controle das condutas nas sociedades contemporâneas? A resposta deve ser buscada nos livros de teoria social, e não nos manuais de metodologia.

Emile Durkheim certamente é um dos autores que podem iluminar este debate. O caráter distintivo da sua teoria da punição está na função que ele atribui à pena. Em vez de tomá-la pelo seu aspecto instrumental, como muitos outros o fazem, Durkheim (1999) enfatiza o caráter moral da punição. Para ele, a punição é antes de tudo um processo moral e, por que não dizer, político. A punição não é tomada como instrumento de controle social, mas como mecanismo de governança das vontades. Muito mais do que sua dimensão criminal,

Durkheim (1999) enfatiza seus aspectos morais e políticos. As dificuldades de punir os crimes minam a força da “estrutura moral” e levam à sua “desmoralização”. Noutras palavras, a impunidade corrói a soberania e a autoridade de uma ordem legal, e enfraquece os poderes que a suportam. Portanto, a punição não é apenas um instrumento de controle da criminalidade, mas sim, e principalmente, um mecanismo simbólico de reafirmação da ordem política.

Se analisarmos o sistema de justiça criminal pelo seu aspecto simbólico, como Durkheim sugere, precisamos debater sua efetividade. Ou seja, a forma que o sistema de justiça criminal processa não todas as ocorrências, mas apenas aquelas que foram selecionadas pelos policiais e promotores. Para fazer isso, é preciso ir além das denúncias de seletividade do sistema e passar a debater também sua discricionariedade. Se há discricionariedade no sistema (e é inevitável que haja), precisamos analisar seus critérios, problemas e limites (COSTA, 2015).

Outro problema dos estudos sobre fluxo de justiça é o caráter exploratório das pesquisas. Dada a falta de estatísticas oficiais, os pesquisadores se viram obrigados a produzir seus dados primários, e para isso conduziram pesquisas, via de regra, locais, com pouca comparabilidade nacional e internacional. Assim, deixa-se de analisar os aspectos organizacionais que impactam o funcionamento das polícias, ministério público e judiciário. Essas limitações também têm impedido os pesquisadores de analisar as diferentes formas como as instituições interpretam a lei e seu impacto no funcionamento do sistema.

Essas dificuldades, entretanto, podem ser superadas. Em 16 de dezembro de 2008 foi promulgada a Resolução nº 65 do Conselho Nacional de Justiça, que trata da padronização do número dos processos no âmbito do Judiciário (BRASIL, 2009). A padronização estabelece numeração única que deverá ser utilizada por todos os tribunais, facilitando a

comunicação entre os órgãos do Judiciário e melhorando o acompanhamento dos processos.

A primeira pesquisa nacional de fluxo de justiça foi realizada pelo Ipea (2015). Com base na numeração única, foi possível realizar um levantamento amostral de todos os processos criminais com baixa definitiva em 2011 nas seguintes UF: Alagoas (AL), Distrito Federal (DF), Espírito Santo (ES), Minas Gerais (MG), Pará (PA), Paraná (PR), Pernambuco (PE), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP). Foi realizada uma amostra de autos findos representativa e significativa para cada UF envolvida no estudo, com intervalo de confiança de 95% e margem de erro de 2,5%, o que resultou em um quantitativo aproximado de quatrocentos processos criminais por UF, sorteados aleatoriamente entre os componentes do universo.

O padrão que emerge dos dados da pesquisa nesses nove estados brasileiros difere significativamente das representações tradicionais sobre o funcionamento do sistema de justiça criminal, especialmente do trabalho das polícias civis estaduais. As prisões em flagrante ocupam lugar de destaque na instrução criminal e têm efeitos significativos nas sentenças. Verificou-se que 57,6% dos processos criminais analisados foram iniciados por prisão em flagrante dos suspeitos. Além disso, em 6,8% dos casos os acusados já se encontravam presos por motivos alheios ao processo. Ou seja, em 64,4% dos casos válidos em análise os acusados já se encontravam presos no momento da instauração dos inquéritos policiais (COSTA; OLIVEIRA JUNIOR, 2016).

Avaliando as políticas públicas de segurança

Um dos maiores desafios da área é a avaliação das políticas públicas de segurança e das estratégias de policiamento, pois, além da implementação de novos programas, há diversos outros aspectos que afetam as taxas criminais

e a sensação de segurança. Mudanças demográficas, econômicas e novas dinâmicas sociais podem afetar as taxas criminais, bem como a emergência de novos padrões educacionais, empregatícios e de saúde. As dificuldades de avaliação também estão presentes em outras áreas (i.e., saúde, educação, mobilidade), mas na área de segurança pública elas ganham maior complexidade devido à existência de efeitos em médio e longo prazos, às limitações das fontes e ao deslocamento da atividade criminal da área de intervenção para outros locais (CANO, 2005a).

De forma geral, as avaliações que enfatizam critérios de validação interna tendem a ser mais consistentes do que aquelas que buscam simplesmente estabelecer relações de causa e efeito. Um processo adequado de avaliação exige duas características dos instrumentos de medida: validade e confiabilidade. Garantir a validade do instrumento significa provar estatisticamente que o questionário realmente mede aquilo a que se propõe, e a confiabilidade pode ser definida como a reprodutibilidade da medida.

A fragilidade tanto das estatísticas criminais quanto dos instrumentos de medida tem sido o maior obstáculo à realização de avaliações mais consistentes das políticas de segurança. Para superá-las, algumas pesquisas têm se baseado em experimentos randomizados, nos quais grupos ou áreas são escolhidos aleatoriamente para tratamento, controle e comparação.

Utilizando um modelo econométrico de diferenças em diferenças, Cerqueira et al. (2015) avaliaram os efeitos da Lei Maria da Penha sobre os homicídios de mulheres. Para isso, compararam as mortes violentas de mulheres ocorridas nas residências com as mortes de homens na mesma situação. O estudo indicou que a lei cumpriu um papel relevante para conter a violência de gênero, ainda que sua efetividade não tenha se dado de maneira uniforme no país.

Outras pesquisas “quase-experimentais” também têm sido empregadas para avaliar políticas de segurança. Essas pesquisas comparam

determinado grupo (ou área) com outro grupo-controle, mas sem escolha aleatória. Os resultados são robustos e sugerem a necessidade de aprofundar as avaliações, utilizando novos instrumentos e grupos-controle.

Este é o caso dos estudos que tentam relacionar a queda de homicídios ao aumento do aprisionamento de determinados grupos, especialmente dos chamados “homicidas contumazes”. Apesar de os estudos não serem conclusivos quanto à correlação entre o aumento do número geral de prisões e a redução dos homicídios (NADANOVSKY, 2009; NÓBREGA JUNIOR, 2011), o quadro se altera significativamente quando as prisões se concentram em grupos específicos.

Kahn e Zanetic (2009) verificaram correlação significativa entre o aprisionamento desses homicidas contumazes e a redução das taxas de homicídio. O mesmo foi verificado por Zaverucha e Nóbrega Junior (2015) ao avaliar os efeitos do programa Pacto pela Vida na redução dos homicídios em Pernambuco. Os autores verificaram correlação entre as prisões de homicidas e a redução dos homicídios, sendo que as prisões por homicídio qualificado tiveram efeitos mais significativos do que as prisões por homicídio simples. Ou seja, as taxas de aprisionamentos só apresentam correlação significativa com a redução dos homicídios se forem concentradas no grupo de homicidas, especialmente no de homicidas seriados.

Silveira et al. (2010) também realizaram um estudo quase-experimental para avaliar os resultados do Programa Fica Vivo na comunidade do Morro das Pedras, em Belo Horizonte. Para isso, compararam estatísticas criminais dessa comunidade com as de outras comunidades e bairros da cidade em três diferentes momentos. O estudo aponta para uma significativa redução dos homicídios associada à implantação do programa.

Nem sempre é possível realizar estudos randomizados ou quase-experimentais. Assim,

algumas pesquisas têm utilizado séries temporais para contrastar o antes e o depois da implantação de uma política de segurança. Como não há validação de instrumentos e tampouco grupo-controle, esses estudos são pouco conclusivos e servem para indicar a necessidade de entender melhor as mudanças em curso.

Esse é o caso do estudo de Barreira e Russo (2012), cujo objetivo era discutir a implantação do Programa Ronda do Quarteirão no estado do Ceará e analisar a recepção por parte dos meios de comunicação e seus efeitos nas taxas de criminalidade e violência. Após a implantação do programa em 2007, segundo os dados da Secretaria de Segurança Pública do Ceará, houve significativa redução no número de roubos e furtos. Seguindo a mesma estratégia, Misse (2014) buscou avaliar os impactos das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) nas estatísticas criminais do Rio de Janeiro. Após a implantação do programa, o autor verificou significativa redução no número de homicídios dolosos, autos de resistência e desaparecimentos nas comunidades onde foram inseridas as 17 primeiras UPP.

Dada a precariedade das estatísticas oficiais e dos indicadores de desempenho, alguns pesquisadores utilizaram diferentes técnicas de pesquisa, como o caso da avaliação realizada pelo Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pelo FBSP sobre as UPP (CANO, 2012). Para complementar as estatísticas oficiais, os pesquisadores realizaram *surveys*, entrevistas e georreferenciamento de homicídios. Os resultados da avaliação mostraram que as UPP mudaram, mesmo que de forma incipiente, a relação da polícia com a comunidade. Diminuíram as mortes violentas, e em menor medida os roubos, tanto nas áreas das UPP quanto nas suas adjacências. Por fim, a despeito dos resultados positivos, as UPP gozavam de baixa legitimidade entre os policiais.

Apesar da variedade de estratégias e metodologia de avaliação, ainda são poucos os

estudos destinados a analisar os efeitos das políticas públicas de segurança. Em parte, isso acontece devido à precariedade das fontes de estatísticas criminais e indicadores de desempenho institucional. No entanto, não há dúvida que precisamos aperfeiçoar as metodologias e os instrumentos de avaliação de políticas públicas de segurança. Só recentemente, com a criação das Áreas Integradas de Segurança Pública em alguns estados, foi possível associar as estatísticas criminais à área de atuação dos batalhões e delegacias. Isso abre uma enorme possibilidade de avaliação dos projetos-piloto, uma vez que permite comparar seus efeitos com outras áreas não atendidas pela política pública.

Conclusão

A principal limitação metodológica dos estudos sobre criminalidade e violência no Brasil deve-se à precariedade das estatísticas oficiais produzidas ou sistematizadas no plano federal. É verdade que algumas pesquisas da área apresentam fragilidades teóricas e metodológicas. Para superá-las, entretanto, é necessário realizar estudos comparados para redefinir teorias e reajustar metodologias. Além disso, levantamentos nacionais são caros e demandam esforços governamentais. Em resumo, a falta de estatísticas nacionais tem impedido a comparação e limitado o aperfeiçoamento dos modelos teórico-metodológicos empregados nas pesquisas.

Há uma tendência claramente identificável em alguns países europeus, nos Estados Unidos e no Canadá do aumento da produção de estatísticas oficiais sobre temas relacionados a violência e criminalidade. A melhoria das estatísticas oficiais não impacta apenas a melhoria das pesquisas – afeta também a gestão das políticas públicas, por meio da construção de dados e indicadores que permitam que a segurança pública seja um serviço cuja provisão é baseada intensamente em planejamento, monitoramento e avaliação.

Para a construção de sistemas nacionais de estatísticas oficiais não bastam investimentos em tecnologias e capacitação técnica dos operadores. É necessário, acima de tudo, pactuações políticas para a adoção de sistemas de informações estatísticas, visto que, além da técnica, estatísticas dependem de acordos políticos que definam o que deve ser considerado como prioritário para a intervenção das organizações do sistema de justiça e segurança pública.

Para elaboração de pesquisas mais robustas sobre homicídios, por exemplo, não basta contar os mortos. É preciso produzir dados georreferenciados sobre locais das mortes, perfil das vítimas, relação vítima-agressor, bem como sobre o tipo de conflito e o contexto que ensejou aquela morte. O mesmo pode ser dito com relação à atuação das polícias. Não basta utilizar apenas categorias penais no BO; devemos acrescentar informações sobre gênero, cor/raça, idade, grupos vulneráveis, entre outras variáveis explicativas para os fenômenos do crime e da violência.

Também sabemos que as estatísticas criminais não esgotam a discussão sobre segurança pública. É necessário realizar levantamentos nacionais capazes de comparar as percepções da população sobre a atuação das polícias e o medo do crime entre as unidades da federação, comparando também com dados de outros países. Por fim, a inexistência de um sistema nacional de informações processuais nos impede de entender o funcionamento do sistema de justiça criminal, seus limites e seus critérios decisórios

Não se trata simplesmente de produzir dados, pois o Brasil produz dados estatísticos sobre crimes e criminosos desde o século XIX (LIMA, 2005). Trata-se de construir sistemas de estatísticas nacionais úteis para a realização de pesquisas e diagnósticos, bem como para avaliação de políticas públicas. Sem esses sistemas, as pesquisas na área continuarão limitadas a estudos de caso, com baixa comparabilidade.

Referências

- ABDALA, C.; SILVEIRA, K.; MINAYO, M. C. S. Aplicação da Lei Maria da Penha nas delegacias de mulheres: o caso do Rio de Janeiro. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 571-600, 2011.
- ADORNO, S.; IZUMINO, W. P. Justice in time and the time of justice. *Tempo Social*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 131-155, 2007.
- ANDRADE, L. T.; DINIZ, A. M. A. A reorganização espacial dos homicídios no Brasil e a tese da interiorização. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Rio de Janeiro, v. 30, p. 171-191, 2013. Suplemento 1.
- ANDRADE, M. V.; LISBOA, M. B. A violência como causa de mortalidade. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 5, p. 61-64, 2000.
- BARREIRA, C.; ADORNO, S. A violência na sociedade brasileira. In: MARTINS, C. B.; MARTINS, H. H. (Orgs.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia*. São Paulo: Anpocs, 2010. p. 303-374.
- BARREIRA, C.; RUSSO, M. B. O Ronda do Quarteirão: relatos de uma experiência. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 282-297, 2012.
- BATTUCCI, E. C.; CRUZ, M. V. G. Fluxo do crime de homicídio no sistema de justiça criminal de Minas Gerais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30., 2006, Caxambu. *Anais...* São Paulo: Anpocs, 2006. p. 1-15.
- BATTUCCI, E. C. et al. A justiça informal em linha de montagem. *Civitas*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 245-269, 2010.
- BEATO FILHO, C. C. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 74-87, 1998.
- _____. Fontes de dados principais em estudos criminológicos: limites e potenciais. In: FÓRUM DE DEBATES CRIMINALIDADE, VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE BASES DE DADOS E QUESTÕES METODOLÓGICAS, 1., 2000, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Ipea; Ucam, 2000. p. 88-110.
- BEATO FILHO, C. C. et al. Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 5, p. 1163-1171, 2001.
- BEATO FILHO, C. C.; PEIXOTO, B. T.; ANDRADE, M. V. Crime, oportunidade e vitimização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 73-90, 2004.
- BEATO FILHO, C. C.; ZILLI, L. F. A estruturação de atividades criminosas: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 80, p. 71-88, 2012.
- BORGES, D. *O medo do crime na cidade do Rio de Janeiro: uma análise sob a perspectiva das crenças de perigo*. Curitiba: Appris, 2011.

- _____. Vitimização e sentimento de insegurança no Brasil em 2010: teoria, análise e contexto. *Mediações*, Londrina, v. 18, n. 1, p. 141-163, 2015.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 65, de 16 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a uniformização nos órgãos do Poder Judiciário e dá outras providências. *Diário de Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, 9 jan. 2009. p. 2-27.
- CAMPOS, M. S.; ALVAREZ, M. Políticas públicas de segurança, violência e punição no Brasil (2000-2016). In: MICELI, S.; MARTINS, C. B. (Orgs.). *Sociologia brasileira hoje*. Cotia: Ateliê, 2017. p. 143-216.
- CANO, I. Registros criminais da polícia no Rio de Janeiro: problemas de validade e confiabilidade. In: FÓRUM DE DEBATES CRIMINALIDADE, VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE BASES DE DADOS E QUESTÕES METODOLÓGICAS, 1., Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Ipea; Ucam, 2000. p. 111-121.
- _____. Avaliação de programas de intervenção em violência, criminalidade e segurança pública. In: BRITO, D. C.; BARP, W. J. (Orgs.). *Violência e controle social: reflexões sobre políticas de segurança pública*. Belém: Edufpa, 2005a. p. 17-30.
- _____. *Mensurando a impunidade no sistema de justiça criminal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CEsEC, 2005b. Relatório de pesquisa.
- _____. (Org.). *Os donos do morro: uma avaliação exploratória das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) no Rio de Janeiro*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rio de Janeiro: Laboratório de Análise da Violência, 2012.
- CANO, I.; SANTOS, N. *Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001.
- CANTOR, D.; LYNCH, J. P. Self-report surveys as measures of crime and criminal victimization. In: U. S. DEPARTMENT OF JUSTICE. *Measurement and analysis of crime and justice: criminal justice 2000*. Washington, DC: National Institute of Justice, 2000. v. 4, p. 85-138.
- CECCHETTO, F. *Violências e estilos de masculinidade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- CERQUEIRA, D. R. C.; COELHO, D. *Democracia racial e homicídios de jovens negros na Cidade Partida*. Brasília, DF: Ipea, 2017.
- CERQUEIRA, D. R. C. et al. *Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha*. Brasília: Ipea, 2015. (Série Texto para Discussão, nº 2.048).
- CERQUEIRA, D. R. C.; MELLO, J. M. P. Firearms and crime in Brazil. In: BATCHELOR, P.; KENKEL, K. M. (Eds.). *Controlling small arms: consolidation, innovation and relevance in research and policy*. New York: Routledge, 2014. p. 201-217.
- CERQUEIRA, D. R. C.; LOBÃO, W.; CARVALHO, A. *O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil*. Brasília, DF: Ipea, 2005.

- CONSTANTINO, P.; RIBEIRO, A.; CORREA, B. Percepção do risco entre policiais civis de diferentes territórios do estado do Rio de Janeiro. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 645-655, 2013.
- COSTA, A. T. M. A (in)efetividade da justiça criminal brasileira: uma análise do fluxo de justiça dos homicídios no Distrito Federal. *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 11-26, 2015.
- COSTA, A. T. M.; OLIVEIRA JÚNIOR, A. Novos padrões de investigação policial no Brasil. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 147-164, 2016.
- COSTA, A. T. M.; ZACKSESKI, C.; MACIEL, W. C. A investigação e o processamento dos crimes de homicídio na Área Metropolitana de Brasília. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 36-54, 2016.
- CRUZ, S. H.; AZEVEDO, M.; GONÇALVES, H. Vitimização por violência urbana em uma cidade de médio porte do sul do Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 15-26, 2011.
- DAVIS, C.; PEIXOTO, B. Medo e espaço urbano: uma análise da percepção do risco de vitimização local e não local. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11., 2003, Campinas. *Anais...* Campinas: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2003. p. 2-26.
- DIRK, R. C. *Homicídio doloso no estado do Rio de Janeiro*: uma análise sobre os registros de ocorrência da polícia civil. 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisa Social) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2007.
- DURANTE, M. O.; OLIVEIRA JÚNIOR, A. Vitimização dos policiais militares e civis no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 132-150, 2013.
- DURKHEIM, E. *Da divisão social do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *A aplicação de penas e medidas alternativas*. Brasília, DF: Ipea, 2015. (Relatório de pesquisa).
- INSTITUTO SOU DA PAZ. *Onde mora a impunidade?* por que o Brasil precisa de um indicador nacional de esclarecimento de homicídios. São Paulo: Instituto Sou da Paz, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/68rDLG>>. Acesso em: 13 abr. 2018.
- IZUMINO, W. P. *Justiça e violência contra a mulher*: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero. São Paulo: Annablume, 1998.
- JANNUZZI, P. M. *Indicadores sociais no Brasil*: conceitos, fontes de dados e aplicações. 6. ed. Campinas: Alínea, 2017.
- JESUS, M. G. M. Os julgamentos do crime de tortura: um estudo processual na cidade de São Paulo. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, p. 143-172, 2010.
- KAHN, T. Pesquisas de vitimização. *Revista do Ilanud*, São Paulo, n. 10, 1998.

- _____. Medindo a criminalidade: um panorama dos principais métodos e projetos existentes. In: FÓRUM DE DEBATES CRIMINALIDADE, VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE BASES DE DADOS E QUESTÕES METODOLÓGICAS, 1., 2000, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Ipea; Ucam, 2000. p. 59-87.
- KAHN, T.; ZANETIC, A. *O papel dos municípios na segurança pública*. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2009.
- KANT DE LIMA, R. K.; MISSE, M.; MIRANDA, A. P. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 50, p. 45-123, 2000.
- LIMA, R. S. *Contando crimes e criminosos em São Paulo: uma sociologia das estatísticas produzidas e utilizadas entre 1871 e 2000*. 2005. 205 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- _____. *Entre palavras e números: violência, democracia e segurança pública no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2011.
- LIMA, R. S.; BORGES, D. Estatísticas criminais. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 213-226.
- LIMA, R. S.; PEIXOTO, B. T.; DURANTE, M. O. Metodologias e criminalidade violenta no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 13-21, 2004.
- LOPES, C. S. Por que os brasileiros desconfiam da polícia? uma análise das causas da desconfiança na instituição policial. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 7., 2010, Recife. *Anais...* Recife: ABCP, 2010. p. 1-31.
- MADALOZZO, R.; FURTADO, G. M. Um estudo sobre a vitimização para a cidade de São Paulo. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 160-180, 2011.
- MARINHO, M. A. C.; ANDRADE, L. T. O sobe e desce das taxas de homicídios na Região Metropolitana de Belo Horizonte: armas de fogo, drogas e políticas de segurança pública. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 229-259, 2011.
- MAY, T. *Social research: issues, methods and process*. 3. ed. Buckingham: Open University Press, 2011.
- MINAYO, M. C. S. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 7-18, 1994. Suplemento 1.
- MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E.; CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p. 2767-2779, 2007.
- MIRANDA, A. P. M.; PITA, M. V. Rotinas burocráticas e linguagens do estado: políticas de registros estatísticos criminais sobre mortes violentas no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 59-81, 2011.
- MISSE, D. G. Cinco anos de UPP: um breve balanço. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 675-700, 2014.

- MISSE, M. As ligações perigosas: mercados ilegais, narcotráfico e violência no Rio. *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 93-116, 1997.
- MISSE, M.; GRILLO, C. C.; NERI, N. E. Letalidade policial e indiferença legal: a apuração judiciária dos autos de resistência no Rio de Janeiro (2001-2011). *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 43-72, 2015. Edição especial.
- MISSE, M.; VARGAS, J. O fluxo do processo de incriminação no Rio de Janeiro na década de 50 e no período de 1997-2001: comparação e análise. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. *Anais...* Recife: UFPE, 2007. p. 1-16.
- MUNIZ, J. Registros de ocorrência da PCERJ como fonte de informações criminais. In: FÓRUM DE DEBATES CRIMINALIDADE, VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE BASES DE DADOS E QUESTÕES METODOLÓGICAS, 1., 2000, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Ipea; Ucam, 2000. p. 122-144.
- NADANOVSKY, P. O aumento no encarceramento e a redução nos homicídios em São Paulo, Brasil, entre 1996 e 2005. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 8, p. 1859-1864, 2009.
- NÓBREGA JÚNIOR, J. M. A dinâmica dos homicídios no Nordeste e em Pernambuco. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 10, p. 51-74, 2010.
- _____. Os homicídios no Nordeste brasileiro. *Segurança, Justiça e Cidadania*, Brasília, DF, v. 3, n. 6, p. 31-71, 2011.
- OLIVEIRA JÚNIOR, A. Dá para confiar nas polícias? confiança e percepção social da polícia no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 6-23, 2011.
- OLIVEIRA JÚNIOR, A.; ALENCAR, R. A. A predisposição para chamar a polícia: um estudo sobre a percepção do desempenho e da confiabilidade das instituições policiais. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 158-170, 2015.
- PEIXOTO, B. T.; SOUZA, L. G.; LIMA, R. S. Uma análise sistêmica: vitimização e políticas de segurança em São Paulo. *Revista do Serviço Público*, Brasília, DF, v. 63, n. 2, p. 217-236, 2012.
- PHEBO, L. Impacto da arma de fogo na saúde da população no Brasil. In: FERNANDES, R. C. *Brasil: as armas e as vítimas*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005. p. 9-36.
- PINHEIRO, P. S.; ADORNO, S.; CARDIA, N. *Continuidade autoritária e construção da democracia*. São Paulo: NEV-USP, 1999.
- RAMÃO, F. P.; WADI, Y. M. *Espaço urbano e criminalidade violenta: análise da distribuição espacial dos homicídios no município de Cascavel-PR*. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 207-230, 2010.
- RATTON, J. L.; FERNANDES, F. C. Violência endêmica: homicídios na cidade do Recife: dinâmica e fluxo no sistema de justiça criminal. *Revista do Ministério Público de Pernambuco*, Recife, v. 6, p. 17-157, 2007. Edição especial.

- RIBEIRO, L. M. L. *Administração da justiça criminal na cidade do Rio de Janeiro: uma análise dos casos de homicídios*. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- RIBEIRO, L. M. L.; CRUZ, M. V. G.; BATITUCCI, E. C. Liberdade tutelada: a normatização e a burocratização da transação penal nos Juizados Especiais Criminais: estudo de caso em Belo Horizonte, Minas Gerais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 28., 2004, Caxambu. *Anais...* São Paulo: Anpocs, 2004. p. 1-25.
- RIBEIRO, L. M. L.; DUARTE, T. L. O tempo dos tribunais do júri na cidade do Rio de Janeiro: um estudo sobre os padrões de seleção e filtragem para os casos de homicídio doloso julgados entre os anos de 2000 e 2007. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 11-37, 2009.
- RIFIOTIS, T. *Fluxo da justiça criminal em casos de homicídios dolosos na Região Metropolitana de Florianópolis entre os anos de 2000 e 2003*. Florianópolis: Levis, 2006. (Relatório de pesquisa).
- RIVERO, P. S. Segregação urbana e distribuição da violência: homicídios georreferenciados no município do Rio de Janeiro. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, p. 117-142, 2010.
- RUSCHEL, A. J. *Análise do tempo dos processos penais de homicídios no Fórum de Justiça de Florianópolis julgados em 2004*. 2006. 196 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- SANTOS, S. M. et al. Detecção de aglomerados espaciais de óbitos por causas violentas em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 1996. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 5, p. 1141-1151, 2001.
- SAPORI, L. F. *Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- SAPORI, L. F.; SENA, L. L.; SILVA, B. F. Mercado do crack e violência urbana na cidade de Belo Horizonte. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 37-66, 2012.
- SAPORI, L. F.; WANDERLEY, C. B. A relação entre desemprego e violência na sociedade brasileira: entre o mito e a realidade. *Cadernos Adenauer*, São Paulo, v. 1, p. 42-73, 2001.
- SENRA, N. C. Governamentalidade, a invenção política das estatísticas. *Informare*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 88-95, 1996.
- _____. *A coordenação da estatística nacional: o equilíbrio entre o desejável e o possível*. 1998. 176 f. Tese (Doutorado em Ciência e Tecnologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.
- _____. Informação estatística: demanda e oferta, uma questão de ordem. *DataGramZero*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. A04, 2000.
- SILVA, B. F.; BEATO FILHO, C. C. Ecologia social do medo: avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 30, p. 155-170, 2013. Suplemento 1.

- SILVA, G.; BEATO FILHO, C. C. Confiança na polícia em Minas Gerais: o efeito da percepção de eficiência e do contato individual. *Opinião Pública*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 118-153, 2013.
- SILVA, L. C. *Políticas públicas e números: analisando a construção da informação na segurança pública no território do Rio de Janeiro*. 2017. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- SILVEIRA, A. et al. Impact of the Staying Alive Program on the reduction of homicides in a community in Belo Horizonte. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 496-502, 2010.
- SKOGAN, W. G. The validity of official crime statistics. *Social Science Quarterly*, Austin, v. 55, p. 35-48, 1974.
- _____. Reporting crimes to the police: the status of world research. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, New York, v. 21, n. 2, p. 113-137, 1984.
- SOARES, G. A. D. *Não matará: desenvolvimento, desigualdade e homicídios*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- SOARES, L. E. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.
- SOUZA, L. A. Criminologia, direito penal e justiça criminal no Brasil: uma revisão da pesquisa recente. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 59, p. 81-108, 2005.
- VARGAS, J. Análise comparada do fluxo do sistema de justiça para o crime de estupro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 4, p. 671-697, 2007.
- VARGAS, J.; BLAVATSKY, I.; RIBEIRO, L. M. L. *Metodologia de tratamento do tempo e da morosidade processual na justiça criminal*. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2005.
- VASCONCELOS, A. M. N.; COSTA, A. T. M. Demografia da violência: evolução e características. In: PAVANI, A. (Org.). *Violência no Distrito Federal*. Brasília, DF: Editora UnB, 2005. p. 33-56.
- VASCONCELOS, F. T. R. *Esboço de uma sociologia política das ciências sociais contemporâneas (1968-2010): a formação do campo da segurança pública e o debate criminológico no Brasil*. 2015. 519 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- WASELFSZ, J. J. *Mapa da violência: os jovens do Brasil*. Brasília, DF: Unesco, 2004. v. 4.
- ZALUAR, A. Violência e crime. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Anpocs, 1999. p. 13-107.
- ZALUAR, A.; MONTEIRO, M. Mortes prematuras e conflito armado pelo domínio das favelas no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 17-31, 2013.

ZAVERUCHA, J.; NÓBREGA JÚNIOR, J. M. O Pacto pela Vida, os tomadores de decisão e a redução da violência homicida em Pernambuco. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 235-252, 2015.

ZILLI, L. F.; BEATO FILHO, C. C. Gangues juvenis, grupos armados e estruturação de atividades criminosas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 73-110, 2015. Edição especial.

Resumo

Estatísticas oficiais, violência e crime no Brasil

Neste artigo analisamos os principais problemas e limites metodológicos das pesquisas que utilizaram estatísticas oficiais para explicar fenômenos relacionados a violência, criminalidade e funcionamento do sistema de justiça criminal. Depois de discutir os limites das estatísticas criminais, analisaremos os limites das pesquisas sobre homicídios, vitimização, confiança, medo e fluxo de justiça. Também discutiremos os principais problemas metodológicos das pesquisas que buscaram avaliar políticas públicas de segurança. Ao final, argumentamos que a principal limitação metodológica dessas pesquisas é a falta de sistemas nacionais de estatísticas sobre violência e criminalidade.

Palavras-chave: Estatísticas Criminais; Homicídios; Pesquisas de Vitimização; Fluxo de Justiça; Políticas Públicas de Segurança.

Abstract

Official statistics, violence and crime in Brazil

In this article we analyze the main problems and methodological limits of the research that used official statistics to explain phenomena related to violence, criminality and the functioning of the criminal justice system. After discussing the limits of criminal statistics, we will analyze the research limits on homicide, victimization, confidence, fear, and the flow of justice. We will also discuss the main methodological problems of the research that sought to evaluate public security policies. In the end, we argue that the main methodological limitation of these studies is the lack of national statistics systems on violence and criminality.

Keywords: Criminal Statistics; Homicide; Victimization Surveys; Flow of Justice; Public Security Policies.

Résumé

Statistiques officielles, violence et criminalité au Brésil

Dans cet article, on analyse les principaux problèmes et les limites méthodologiques des recherches qui ont utilisé des statistiques officielles afin d'expliquer les phénomènes liés à la violence, criminalité et au fonctionnement du système de justice pénale. Après avoir discuté des limites des statistiques criminelles, on examine les limites de la recherche sur l'homicide, la victimisation, la confiance, la peur et le flux de la justice. On aborde également les principaux problèmes méthodologiques des recherches qui visent à évaluer les politiques publiques de sécurité. En fin de compte, on soutient que la principale limitation méthodologique de ces enquêtes est le manque de systèmes nationaux de statistiques sur la violence et la criminalité.

Mots-clés: Statistiques Criminelles; Homicides; Recherches de Victimisation; Flux de Justice; Politiques Publiques de Sécurité.

Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017¹

Jania P. D. Aquino²
Daniel Hirata³

Introdução: abordagens etnográficas e positivações da violência e do crime

Este levantamento pretende ser um instrumento de consulta a pesquisadores interessados em enveredar pelos caminhos da etnografia e da teoria etnográfica como categoria positivadora de práticas sociais e como referencial para compreender o “crime”. Para tanto, apresentamos e debatemos trabalhos relevantes e expoentes dessa modalidade de pesquisa no Brasil. Nosso recorte cronológico corresponde ao período de 2000 a 2017, mas consideramos oportuno, nestas considerações introdutórias, destacarmos a contribuição de pesquisas realizadas em décadas anteriores, sobretudo nos anos 1990.

Esclarecemos que utilizamos os termos “positivações”, “positividades” e “positivo” neste texto de forma específica. Não se trata de um conceito moral, mas analítico, que aponta para uma atenção aos aspectos produtivos das práticas etnográficas. Isso significa o uso de estratégias analíticas opostas àquelas que descrevem as práticas pela sua “falta” ou ausência,

como seria de se esperar de uma abordagem “negativadora” ou “negativa”. Para os estudos sobre criminalidade essa dimensão produtiva nos parece especialmente importante e reveladora. Essa abordagem, de certa forma, é constitutiva da descrição etnográfica, mas também encontra proximidade com a analítica do poder em Foucault (1988), especialmente em sua crítica da hipótese repressiva. Enfatizamos, portanto, que essa abordagem é estritamente analítica, evitando assumir unilateralmente uma perspectiva jurídica, Estado-centrada ou acusatória das práticas criminais.

Temáticas relacionadas a violências e conflitos sociais ganharam visibilidade no Brasil por volta dos anos 1970, quando a chamada “violência urbana” começou a ser percebida como um problema social, passando a repercutir nos noticiários e a entrar de forma mais central nas pautas de governos. Durante os anos 1980, as séries estatísticas se tornaram uma importante modalidade de dados e passaram a orientar diversas pesquisas nessas temáticas. Naquele período, os trabalhos de cunho

-
- 1 Gostaríamos de agradecer profundamente o privilégio da leitura (e dos generosos comentários e revisões) de uma versão preliminar deste texto feita por Taniele Rui, Gabriel Feltran e Adalton Marques.
 - 2 Professora do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFC em parceria com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Pesquisadora do Laboratório de Estudos da Violência (UFC), nas temáticas da violência, crime e mercados ilegais. Autora do livro *Príncipes e castelos de areia: um estudo da performance nos grandes roubos*. E-mail: perladiogenes@hotmail.com
 - 3 Professor adjunto do Departamento de Sociologia e Metodologia em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (GSO-UFF), do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD-UFF). Pesquisador do Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NECVU-UFRJ) e do Núcleo de Pesquisas em Economia e Cultura (Nucec-UFRJ). E-mail: velosohirata@gmail.com

etnográfico eram escassos e uma retórica de denúncia transbordava os textos, cujas análises e argumentos se desenvolviam, não raro, sob a premissa de negatividade categórica da violência, que também era apresentada como exterior e um fenômeno a ser combatido.

Os trabalhos de José Ricardo Ramalho (1979), *O mundo do crime: a ordem pelo avesso*, dissertação de mestrado defendida na Universidade de São Paulo (USP), e de Alba Zaluar (1984), *A máquina e a revolta: as organizações vicinais e o significado da pobreza* (tese de doutorado defendida na mesma instituição, cuja versão em livro, publicado em 1985, intitula-se *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*), devem ser destacados, justamente por constituírem exceções no conjunto da produção dominante da época. Esses dois trabalhos, reconhecidamente importantes até hoje, contudo, não ensinaram uma produção que conseguisse colocar a etnografia como método e o crime como categoria não normativa no centro do debate acadêmico naquele momento.

A pesquisa de Ramalho buscou certamente iniciar esse caminho, e a de Zaluar utiliza o método etnográfico. Mas o surpreendente é que uma década se passou e poucos trabalhos continuaram nessas trilhas. Talvez encontrássemos mais referências se explorássemos alguns estudos de gênero dirigidos – por exemplo, a questão da prostituição. Podemos mencionar a dissertação de mestrado de Nestor Perlongher (1986) *O negócio do michê: a relação entre o prostituto viril e seu cliente*, defendida na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em que, sob uma inspiração não ortodoxa entre a escola de Chicago e os conceitos de Deleuze e Guattari, o autor defende uma relação não normativa com seus atores, considerados “à margem”.

Em um olhar retrospectivo é possível perceber que o entendimento do “crime” por meio de uma perspectiva etnográfica já era existente nesse período. Contudo, podem ser

caracterizadas como descontínuas e, por isso, encontramos pontos dispersos na produção do período. Em um pertinente texto de 1999, em que discute a produção em ciências sociais no Brasil dentro da temática das violências, Rifotis (1997) chama a atenção para a recorrência de abordagens homogeneizadoras que “sob o rótulo de violência” designariam diversas modalidades de fenômenos, e ressalta que:

a produção científica sobre a violência no Brasil, principalmente a partir dos anos 80, concentra-se, sobretudo, nos campos da cidadania e do limite da ação do estado, sendo dada primazia ao estudo denunciatório, aquele que reclama o fim da violência, em relação ao discurso analítico (Ibid., p. 4-5).

De acordo com o autor, é “na perspectiva de uma abordagem mais vivencial, mais próxima das experiências concretas, que podemos começar a pensar na pluralidade da violência e sua significação” (Ibid., p. 5-6.). Assim, enfatiza a necessidade de “permitir o resgate de um elemento fundamental que é a percepção dos sujeitos concretos envolvidos em situação de violência” (Ibid., p. 08.), e assinala que seria “fundamental a multiplicação dos estudos etnográficos para que a prática concreta não seja ofuscada pela força dos objetos reificados” (Ibid., p. 09.). A análise de Rifotis retrata bem a produção brasileira sobre crimes e violências até meados dos anos 1990 e as décadas seguintes vieram mostrar a pertinência de suas proposições.

Ainda em 1998, foi publicada a versão em livro da dissertação de mestrado, defendida um ano antes, de Antônio Carlos Rafael Barbosa, intitulada *Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Nesse trabalho, Barbosa (1998) aborda as dinâmicas de funcionamento do tráfico de drogas no Rio de Janeiro sem enveredar para uma retórica denunciatória. Essa ousada obra propõe um deslocamento de perspectiva, condição de possibilidade para

que o “crime” pudesse ser visto como uma categoria analítica, para além das limitações apontadas por Rifiotis no contexto da produção vigente à época: “Tratava-se naquele momento de reconhecer uma ‘positividade’ para o tráfico de drogas; evitando, assim, as abordagens correntes que tomavam o fenômeno puramente como matéria penal ou digno de uma leitura sociológica com ênfase em seus aspectos agonísticos” (BARBOSA; 2001, p. 166). Esse deslocamento foi realizado na tentativa de descentrar a posição que sempre explica os fenômenos por meio de um paralelismo, um acoplamento e/ou um atravessamento indevido do Estado (BARBOSA, 2001), ou seja, uma perspectiva que tem sempre como referência a institucionalidade estatal, impedindo a compreensão das lógicas próprias de organização social de um universo de práticas que parecem se conformar de forma distinta.

O conceito de “violência urbana” já havia sido posto em xeque por Luiz Antônio Machado da Silva, expoente intelectual maior de uma geração anterior a Barbosa, cujos trabalhos são decisivos na construção dessa “perspectiva outra”. O autor situa o termo como uma representação de práticas e modelos de conduta subjetivamente justificados (MACHADO DA SILVA, 1999, 2008), considerando-o objeto de pesquisa ao invés de conceito analítico e, assim, rompe com uma circularidade argumentativa nos estudos dessa temática (MISSE, 2006). Práticas e modelos de conduta identificados com o termo “violência urbana”, na perspectiva de Machado da Silva (1999, 2008), constituiriam um ordenamento social específico, distinto do ordenamento legal-institucional, coexistindo com o segundo sem buscar necessariamente substituí-lo.

A tese de doutorado de Michel Misse (1999) parece confluir conceitualmente na mesma direção, ainda que por linhagens teóricas distintas, ao propor o conceito de sujeição criminal. A transferência do ato criminoso ou

da transgressão à lei para os sujeitos do crime, para uma subjetividade essencialmente nociva e hostil, é parte de uma crença generalizada que estabelece a partilha e sua irredutibilidade entre o “cidadão de bem” e o “criminal”, ou seja, de uma diferença profunda em que a universalidade da igualdade diante da lei e dos procedimentos de presunção da inocência não podem existir. Diferente da ideia de “desvio” ou de “rótulo”, que pressupõem certa norma ou normalidade que baliza o seu oposto, no caso da sujeição criminal a norma parece ser a própria partilha entre uns que são sempre perigosos e outros não, quase independentemente da cadeia de ações para uns ou absolutamente distinguível para outros. Isso tem como consequência lógica que o desvio só pode ser concebido por relação a uma norma que se pretende universal e igualitária – enquanto a sujeição criminal não aspira a construção de uma norma igualitária, mas sim uma desigualdade que justifica, no limite, a eliminação dos sujeitos indesejáveis, hostis ou nocivos.

No mesmo ano da publicação da pesquisa de Barbosa (1998), Glória Diógenes defende sua tese de doutorado na Universidade Federal do Ceará (UFC), intitulada *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e movimento hip-hop*, em que analisa as significações atribuídas à violência por integrantes de gangues residentes na periferia de Fortaleza (DIÓGENES, 1998). A autora explora dimensões positivadas da violência, apresentada como um tipo de linguagem manuseada por estes jovens.

Nos anos seguintes, merecem ênfase alguns trabalhos publicados pelo Núcleo de Antropologia da Política (Nuap), por constituírem abordagens inovadoras de temáticas relacionadas ao crime e à violência. No livro *Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro*, César Barreira (1999) analisa os chamados “crimes de pistolagem”, em que “mandantes” contratam “pistoleiros” para

assassinar inimigos e desafetos. Evitando classificar previamente ou negatizar o fenômeno, Barreira privilegia as significações atribuídas a esses crimes por seus protagonistas e destaca processos e dinâmicas sociais que possibilitaram a essa atividade criminal, originária do sertão, mostrar-se compatível e operante em contextos urbanos. Outro texto importante da coleção do Nuap para as discussões sobre conflitos sociais e crimes foi *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão do Pernambuco*, de Ana Cláudia Marques (2002), em que são analisados conflitos de longa duração entre famílias do interior pernambucano. No livro, são etnografados alguns desses embates, marcados por ofensas e ameaças mútuas, a partir dos quais a autora empreende uma abordagem positivadora das violências e conflitos abordados, privilegiando o ponto de vista dos interlocutores. Também relevante para as temáticas em pauta foi *O povo em armas: violência e política no sertão do Pernambuco* de Jorge Vilella (2004), cuja pesquisa focalizou coletivos de homens armados que circulavam no Nordeste, principalmente pelo sertão. Sem incorrer em uma retórica denunciatória, Vilella (Idem) indaga sobre os mecanismos que produziam e sustentavam tais agrupamentos, problematizando as circunstâncias e redes de relações que levaram à existência do “povo em armas”.

Consideramos importante destacar as pesquisas, abordagens e discussões desenvolvidas no decênio de 1990 e início dos anos 2000 por se basearem em rigorosos trabalhos de campo e pelo modo positivado com que abordam temáticas relacionadas a violências e atividades criminais, sem circunscrevê-las por premissas normativas. São trabalhos que tiveram amplo reconhecimento entre pesquisadores de suas respectivas temáticas e inspiraram dezenas de jovens cientistas sociais a analisarem dinâmicas do crime, conflitos sociais e violências, em uma perspectiva etnográfica e em diálogo com outras óticas.

Nos anos 2000, observamos um substancial aumento na quantidade de etnografias entre as pesquisas sobre o crime e dispositivos de controle social, suas dinâmicas e agentes, e por essa razão é o início mais substantivo de nosso recorte temporal. Houve mais uma nova aproximação, um movimento simultâneo, que se mantém, de antropólogos interessados por temáticas relacionadas à criminalidade e à violência, e de sociólogos que adotam perspectivas etnográficas em seus trabalhos, mostrando-se empenhados em elucidar ou mesmo tematizar a perspectiva dos seus interlocutores de campo. Essa postura metodológica e analítica tem trazido uma relevante contribuição ao campo de estudos no país, permitindo acumular dados e análises mais próximos de universos empíricos e a compreensão mais alargada de situações e contextos relacionados ao crime, cujos personagens e motivações, à luz da etnografia, têm se tornado mais inteligíveis e intensamente debatidos, de forma ampliada e em diálogo com outras abordagens desses fenômenos.

Essa produção que começa a proliferar nos anos 2000 vem sendo construída a partir de uma discussão coletiva e não consensual, com tantas sintonias quanto dissonâncias, desenvolvida nos encontros da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), da Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM) e seminários de diversos grupos de pesquisa, muitos dos quais resultaram em publicações coletivas de vários dos autores que iremos elencar. Certamente, o crescimento de trabalhos que têm o método etnográfico como guia e a positivação do crime como categoria analítica não decorre da formação de um grupo coeso, e com fortes ligações teóricas, metodológicas e analíticas, ao contrário, resulta de um amplo e inventivo universo de propostas que se chocam, encontram-se e modificam-se simultaneamente. Não

por acaso, parte das pesquisas e pesquisadores aqui mencionados são provenientes de outras temáticas de pesquisa, como a religião, o associativismo ou as questões urbanas, que, ao se defrontarem com o “crime” em seus trabalhos de campo, passaram a analisá-lo em diálogo com outras problemáticas e categorias analíticas, enriquecendo o debate. De fato, é a experiência radicalmente etnográfica, e não somente um recorte temático, que permite descrever o “crime” de forma positivada e, portanto, é compreensível que a emergência desse tema ocorra em pesquisas com pontos de partida variados.

Optamos por utilizar como referência para nossa listagem as teses e dissertações dos autores e não os livros que eventualmente foram publicados posteriormente, para que as datas de defesa ajudassem os leitores a compreender como esses trabalhos produziram um conjunto de reflexões que foram recuperados criticamente ao longo do tempo. Ainda em relação a essa opção, consideramos que a base de periódicos SciELO, a criação das diversas bibliotecas eletrônicas das universidades brasileiras e outros acervos acadêmicos disponíveis na *web* têm facilitado o acesso a teses e dissertações, o que pode contribuir para eventuais consultas por parte dos leitores.

Identificamos um repertório amplo e variado de trabalhos baseados em pesquisa de campo e com inspiração etnográfica, abordando diferentes enfoques de fenômenos e problemáticas relacionadas ao crime, desenvolvidos em diferentes estados e universidades do país, de modo que a discussão acadêmica brasileira dispõe, atualmente, de um valioso e heterogêneo conjunto de pesquisas. Para fins de exposição procuramos agrupar as referências das pesquisas detectadas a partir de alguns recortes temáticos. Embora parte dos trabalhos possam ser agrupados em dois ou mais desses recortes, essa organização é importante para termos um panorama expressivo dos temas e enfoques

analíticos recorrentes nas pesquisas: dinâmicas criminais e relações sociais no universo do crime (ALVES, 2003; AQUINO 2004, 2009; BIONDI, 2014, 2010; LIMA FILHO, 2017; GRILLO, 2013; HIRATA, 2010; LOPES JUNIOR, 2007; MARQUES, 2010; SEPÚLVEDA FILHO, 2013, SILVA, 2015; ZILLI, 2011, 2015); crime e conflitos nas periferias urbanas (AGUIAR, 2017; CAMPOS, 2012; CHAGAS, 2012; FELTRAN, 2008; FREITAS, 2016; MATTOS JÚNIOR, 2008; MENEZES 2015; MORAES, 2007; PAIVA, 2007; SÁ, 2010; SOUZA, 2001; TELLES, 2009a, 2009b; TELLES; HIRATA, 2007, 2010); produção, uso e tráfico de drogas (OBERLING, 2011, FIORI, 2013; FRÚGOLI JUNIOR, 2012; MARTINEZ, 2015; GRILLO, 2008; POLICARPO, 2013; RATTON; DAUDELIN, 2017; RUI, 2014; VARGAS, 2001; VERISSIMO, 2013); adolescentes em conflito com a lei (MALLART, 2012; MARINHO, 2012; MELO, 2013; NERI, 2009; VIEIRA, 2014); juventude e crime (FEFFERMAN, 1997, 2004; FELTRAN, 2011a; FONSECA, 2006; LYRA, 2013, MALVASI, 2012; MARQUES; BIONDI, 2011; VALENTE, 2017); crime e prisões (ANGOTTI, 2011; BUMACHAR, 2016; DIAS, 2014; GODOI, 2015, 2010; LAGO, 2014; LEMOS, 2017; LIMA, 2004; LIMA, 2013; MACIEL, 2014; MELO; ALVES; CAVALCANTE, 2015; MELO; RODRIGUES, 2017; OLIVEIRA, 2012; PADOVANI, 2015; PIMENTA, 2014; PORTO, 2017; SANTOS, 2015; SIQUEIRA, 2016) controle social e ilegalismos (ALMEIDA; BRASIL, 2011; ARAUJO, 2013; BORBA, 2014; VIEIRA, 2014; BARBOSA, 2017; LABRONICI, 2012; PIRES, 2010; SANTOS FILHO, 2015; SILVA, 2010, 2015; SILVA, 2013); mulheres e crimes (ALMEIDA, 2000, 2001; FRAGA E NASCIMENTO, 2017; OLIVEIRA, 2012); crimes e conflitos sociais em contextos rurais (AYOUB, 2016,

ARRUDA 2008; FREITAS, 2002, 2003; CAVALCANTE, 2003); crime, narrativas e emoções (ANGELIM, 2012; AQUINO, 2017; AZEVEDO, 2015; CRISÓSTOMO, 2011; FACINA, 2011; FACINA; PEREIRA; ARAGÃO, 2012; FREITAS, 2002, HYRA, 2006; MAGALHÃES, 2006; MALHEIROS, 2017; MARINHO 2004; OLIVEIRA, 2007; PAES-MACHADO; VIODRES-INOUE, 2015; SALES, 2013, VIODRES-INOUE, 2008; VALENTIM, 2017; ZARANZA, 2004); crime, judiciário e justiça criminal (FACHINETTO, 2012; MENDONÇA, 2015; MOREIRA-LEITE, 2006; PAES, 2010; SCHRITZMEYER, 2002; SANTOS, 2008; SILVA 2013; SIMIÃO, 2005; VARGAS, 2004); conflitos e crimes em fronteiras transnacionais (ALBUQUERQUE, 2005; ALMEIDA, 2015; CARDIN, 2012, 2013; COSTA 2015; COSTA; OLIVEIRA, 2014, DORFMAN, 2009; HIRATA, 2015b; OLIVAR, 2015; OLIVEIRA, 2013; RABOSI, 2004, 2015; RENOLDI, 2007); interfaces entre “crime” e religião (ALMEIDA, 2009; BIRMAN; MACHADO, 2012; CUNHA, 2014; MACHADO, 2014; ; TEIXEIRA, 2009, 2013); processos de produção do urbano (CALDEIRA, 2000; CAVALCANTI, 2008; COSTA, 2007; FERNANDES, 2013; FRÚGOLI JUNIOR, 2012; LEITE, 2001; MENEZES, 2015; PEREIRA, 2005); experiências do terror (ARAÚJO, 2012; FARIAS, 2014; SANJURJO; FELTRAN, 2015; VIANNA, 2015); e narrativas de mídias sobre o crime (ADERALDO, 2013; MORALES, 2014; PAIVA, 2012).

Obviamente, nessa listagem, pesquisas importantes deixaram de ser mencionadas, mesmo assim consideramos fundamental ressaltar os trabalhos supracitados por se tratarem de dissertações de mestrado, teses de doutorado, livros e artigos acadêmicos inovadores, desenvolvidos em variados programas de pós-graduação do país, que envolveram

criativas metodologias de trabalho de campo e constituem importantes contribuições aos debates de temáticas relacionadas ao crime. No entanto, ante esse vasto repertório de referências, optamos por abordar mais detidamente um conjunto reduzido de pesquisas, por serem de trabalhos que elucidam a dimensão de universo social do crime, seja pela análise das dinâmicas operacionais de algumas atividades ilegais ou pelas particularidades dos vínculos sociais, morais e políticos que conectam seus praticantes. No intuito de melhor explorar as relações entre os eixos temáticos, as análises desenvolvidas e os resultados das pesquisas em pauta, sistematizamos nossa discussão a partir de três sessões denominadas “Mercados ilegais e ilegalismos”, “Coletivos criminais e suas dinâmicas de funcionamento” e “Ética, moral e “política do crime”. Buscamos não só destacar os trabalhos e suas temáticas, mas também apontar as principais problematizações e resultados de uma parte das pesquisas.

Mercados ilegais e ilegalismos

Dentre as pesquisas etnográficas que procuraram positivar o crime ou as práticas criminais, pode-se destacar aquelas voltadas à compreensão do funcionamento dos chamados mercados informais, ilegais e ilícitos. Os trabalhos já citados de Antônio Rafael Barbosa e Michel Misse, datando respectivamente dos anos de 1998 e 1999, são alguns precursores fundamentais por assentarem noções que serão trabalhadas por muitos dos autores ao longo dos anos 2000 e 2010. Os trabalhos têm estilos narrativos e analíticos muito diferentes – Barbosa mobiliza um estilo fragmentário e sintético, Misse é mais estrutural e histórico, mas ambos têm fortes bases empíricas para descrever, de forma até então inédita, o que chamam de “movimento”: categoria nativa para se referir às práticas criminais relacionadas ao mercado varejista de drogas.

Tendo como referência a cidade do Rio de Janeiro, não por acaso, dada a centralidade desse mercado em sua economia criminal, encontramos tanto na dissertação de Barbosa como na tese de Misse descrições dos processos de produção, distribuição e organização das vendas do mercado varejista de drogas. Barbosa avança em uma compreensão das múltiplas categorias nativas que são acionadas pelos seus interlocutores, abrindo caminho para a construção de um léxico criminal. A exploração de uma teoria etnográfica do crime influenciou diversas pesquisas, como as de Carolina Grillo (2008), Adalton Marques (2007a, 2007b, 2009, 2010, 2014, 2017), Paulo Malvasi (2012), Diogo Lyra (2013) e Karina Biondi (2010, 2014). Misse constrói categorias que abrirão caminho para outras pesquisas, notadamente a de mercadoria política, em que se articulam os mundos do crime e da polícia, da economia e da política. Muitas pesquisas diferentes serão herdeiras dessa maneira de se pensar as dimensões políticas dos mercados criminais, como as de Vera Telles (2009a, 2009b), Daniel Hirata (2005, 2009, 2010, 2011, 2014a, 2014b, 2015a, 2015b), Lenin Pires (2010), Jorge Giraldo Ramirez (2013), Camila Caldeira Dias (2012) e Gabriel Feltran (2006, 2008, 2010, 2011a, 2011b, 2012).

Na primeira metade dos anos 2000, uma série de trabalhos tratam da análise dos mercados informais, ilegais e ilícitos inspirando-se de forma geral na obra de Michel Foucault e, especificamente, no conceito de ilegalismos. Por um lado, o conceito permitiu escapar da pretensa neutralidade e universalidade das categorias jurídicas, situando historicamente “ordem” e “desordem” como domínios que variam no tempo a partir de um campo conflitivo. Dessa perspectiva, desloca-se o binarismo entre interdito e transgressão da lei, pressupostos nas categorias jurídicas, buscando entender os múltiplos efeitos positivamente dos ilegalismos. Por outro lado, situa a noção

de delinquência fora do domínio das teorias criminológicas que transladam o ato criminoso em comportamento criminoso, seja esse comportamento explicado por meio de fontes biográficas ou ambientais. A potência explorada por esses autores do conceito, portanto, é situar o “crime” em uma estratégia global dos ilegalismos, sua distribuição desigual segundo certas margens de tolerância ou repressão, como também pode ajudar estudos que busquem entender suas dinâmicas internas. De certa maneira, poderíamos dizer que são trabalhos que prolongam e desdobram algumas das sendas abertas pelos seminiais estudos de Barbosa e Misse sobre os mercados criminais, dado que a influência de Foucault nesses autores é marcante e, mesmo que nos seus primeiros trabalhos não utilizem o termo ilegalismo, posteriormente o farão no bojo desse debate pelas afinidades evidentes do conceito com suas questões de pesquisa. Seguindo a ordem cronológica, que vem conduzindo esse levantamento, podemos ver que diferentes núcleos temáticos vão se incorporando a linhas de problematização comuns no que diz respeito à construção de uma perspectiva que parece estabelecer uma ressonância entre as pesquisas.

Fernando Rabossi defende sua tese em 2004, onde explora etnograficamente as atividades de sacoleiros brasileiros e *mesiteros* paraguaios e, dessa forma, o comércio de rua que acontece na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. Trata de forma bastante detalhada as relações entre espaços, mercados e legalidades e, para tanto, o conceito de ilegalismos é mobilizado na compreensão das relações que possibilitam os negócios desses atores. Segundo Rabossi (2015), as diferenças legais fronteiriças não separam ou impedem os circuitos transfronteiriços, são constitutivas das oportunidades que impulsionam os mercados em um espaço de conexões.

Os processos transfronteiriços (ALBUQUERQUE, 2005) são particularmente

claros das limitações das abordagens centradas no direito e no Estado-nação, por se caracterizarem justamente pela intensa mobilidade de pessoas e mercadorias sobre as fronteiras nacionais. Isso não significa ignorar a importância dos limites políticos e administrativos, mas perceber como, longe de impedirem, constroem tais fluxos, regulando suas passagens. A dimensão reguladora processada por entre os flancos dos limites nacionais vem sendo muito explorada por uma literatura sobre fronteiras, sinteticamente abordada abaixo.

Em 2007 Brígida Renoldi defende seu doutoramento, também situado na região da tríplice fronteira Brasil, Paraguai e Argentina, descrevendo o controle e julgamento do contrabando e do tráfico de drogas. Desde então vem produzindo uma reflexão sobre a maneira pela qual os ilegalismos são parte constitutiva das práticas dos agentes responsáveis pelo seu controle, em publicações autorais e como organizadora em diversas coletâneas, além de coordenar Grupos de Trabalho nos congressos mais importantes das ciências sociais brasileiras e eventos importantes em nível nacional e internacional (BARBOSA; RENOLDI; VERÍSSIMO, 2013; RENOLDI, 2007, 2012, 2015).

O circuito sacoleiro nessa mesma tríplice fronteira foi explorado por Eric Gustavo Cardin (2010) em sua tese, autor este que mantém vigorosa produção sobre o tema, o mesmo podendo ser dito de Gustavo Villela (2004), em seu trabalho sobre as passagens operacionalizadas na fronteira de Corumbá-MS. Adriana Dorfman (2009) defende sua tese sobre a fronteira entre Santana do Livramento, no Brasil, e Rivera, no Uruguai, fazendo uma autora vem trabalhando também na organização de coletâneas sobre essa temática em particular e, de forma mais ampla, o universo das fronteiras (DORFMAN, 2009). Nessa mesma fronteira entre o Brasil e o Uruguai, Leticia Nuñez de Almeida (2015) aborda os ilegalismos presentes em sua tese. Na tríplice fronteira Brasil, Peru e Colômbia,

José Lindomar Albuquerque, que tem uma longa trajetória de estudos sobre as fronteiras brasileiras, e Luiz Fabio S. Paiva procuraram trabalhar, em artigo de 2015, os múltiplos mecanismos de ilegalismos presentes em uma miríade de práticas nas três cidades que se encontram nessas fronteiras (ALBUQUERQUE; PAIVA, 2015). José Miguel Olivar trabalha, desde sua tese defendida em 2010, as redes de prostituição, e vem produzindo material sobre essa mesma tríplice fronteira e outras cidades (OLIVAR, 2010).

Seguindo outro núcleo temático associado à discussão sobre ilegalismos, Barbosa defende sua tese de doutorado em 2005. O autor analisa o sistema prisional do Rio de Janeiro, espaço a partir do qual um conjunto de questões é trabalhada: os valores e rotinas presentes na prisão, as relações entre o tráfico de droga, a prisão e as facções criminais, a maneira como o mercado de drogas opera como um catalizador dos demais mercados criminais cariocas. Tendo como fundo um diálogo entre Foucault e Deleuze, os ilegalismos aparecem de múltiplas formas, atuando sempre como uma poderosa ferramenta analítica para que se compreendam práticas conexas da administração penitenciária, dos presos e dos mercados da droga.

O conceito de ilegalismos tem uma grande utilização na área de estudos prisionais, sobretudo quando voltado à compreensão das circulações que permitem passagens entre o cárcere e as ruas e bairros (CUNHA, 2002). Essa dinâmica tem sido explorada não apenas no que diz respeito aos mercados que alimentam a população carcerária, mas também ao trânsito das pessoas que é ativado por tais circulações e, por atuarem “torneando a lei” (BARBOSA, 2001), o conceito de ilegalismos tem aqui uma área de grande utilização.

Cabe destacar o trabalho de Rafael Godoi (2010, 2015) que, em sua dissertação e tese, explora os diversos “vasos comunicantes” entre

a prisão e seu exterior, desdobrados como fluxos de pessoas, objetos e processos legais como objeto de investigação posterior. Natália Corazza Padovani (2015) defende sua tese sobre redes afetivas em uma penitenciária feminina, em que a dimensão dos mercados assentados sobre ilegalismos é muito presente. Cabe destacar a extensa produção de Adriana Piscitelli (2013) sobre as redes do mercado do sexo, que de alguma maneira também explora alguns sentidos próximos daqueles aqui destacados, e os trabalhos em conjunto com Laura Lowenkron (PISCITELLI; LOWENKRON, 2015).

Por fim, os ilegalismos presentes nos grandes centros urbanos serão discutidos por Telles e Hirata, inicialmente quando escrevem um artigo em 2006, como primeira síntese de pesquisa desenvolvida em conjunto, que será completado por outro artigo em 2010 (TELLES; HIRATA, 2006, 2010). Neles, os autores abordam a miríade de situações operantes nos limiares da lei em diferentes mercados urbanos, por meio das negociações que permitem a gestão da ordem nas periferias da cidade de São Paulo. O conceito de ilegalismos aparece como um operador analítico dos jogos de força que constroem mercados e práticas de ordenamento locais por atores que transitam nesses limiares, com especial atenção aos jogos de poder entre forças da ordem e o universo criminal.

Os mercados varejistas de drogas serão explorados em maiores detalhes em diferentes trabalhos. A tese de livre docência de Telles, defendida em 2010 e depois transformada em livro, detalha alguns aspectos da constituição dos coletivos criminais em sua relação com o tráfico de drogas, assim como suas relações com a dinâmica urbana paulista. A autora tem uma vasta produção autoral e como organizadora de coletâneas sobre os ilegalismos populares (TELLES; HIRATA, 2010; TELLES; AZAIS; KESSLER, 2012; TELLES; PERALVA, 2015). A tese de doutoramento de Hirata (2010)

apresenta os papéis desempenhados pelos atores de um ponto de venda de drogas, suas relações com o transporte clandestino e uma birosca, e as relações entre a polícia e o PCC. Paulo Malvasi (2012), em sua tese, apresenta relações entre o tráfico de drogas e o sistema socioeducativo, destacando a flexibilidade, o empreendedorismo e a violência como recursos. Marisa Fefferman (1997), ainda que orientada por premissas teóricas diferentes, explora os sentidos do tráfico de drogas como um mercado de trabalho de jovens e adolescentes. Taniele Rui (2012) defende sua tese sobre a corporalidade dos usuários de crack e nela oferece uma importante contribuição sobre a venda e o consumo do crack, apontando especificidades importantes dos pontos de venda dessa droga, assim como de seu uso e relações com o PCC, abrindo finalmente a discussão da questão da extração. Cabe destacar que, em diversos trabalhos posteriores, a autora explora as relações entre as cenas de uso do crack e suas relações com as políticas de cuidado e repressão (RUI, 2012).

No contexto carioca, a tese de Diogo Lyra (2010) trata dos adolescentes em conflito com a lei, na qual faz uma reflexão acerca das distinções entre ladrões e traficantes pensados pelas diferentes formas como a autonomia é sentida pelos adolescentes (LYRA, 2010).

No Rio de Janeiro, é importante destacar os trabalhos de Carolina Grillo (2008, 2013), que defende sua dissertação sobre o tráfico de classe média, e a sua tese, na qual o tráfico de drogas no Rio de Janeiro é descrito por meio das noções de dom e como posse inalienável do dono do morro. Os trabalhos de Grillo também apontam contribuições para o entendimento do mercado de roubos, sua tecnologia própria e regulações pela polícia e as facções (GRILLO, 2008, 2013). Ainda para ressaltar estudos sobre roubos, mais raros que aqueles sobre o tráfico de drogas, Jania P. D. Aquino (2009) defendeu sua tese sobre a

performance e formas de operacionalização de ladrões em assaltos de instituições financeiras. Oliveira (2007) também pesquisou roubos contra bancos, Viodres-Inoue (2008) e Paes-Machado e Viodres-Inoue (2015) analisaram roubos contra ônibus interurbanos.

Essa primeira sessão, que inclui trabalhos de campo em contextos de pesquisa muito diversos, fomentou uma série de avanços no entendimento dos chamados mercados informais, ilegais e ilícitos, como também em áreas de pesquisa correlatas, por onde esses mercados se fazem presentes. A atenção sobre esses mercados, vistos por meio das operações associadas aos ilegalismos, oferece uma perspectiva que desnaturaliza limites, fronteiras, muros e compartimentações analíticas de cunho dualista, tal como o “dentro e o fora”, o “legal e o ilegal”, o “nacional e o internacional” contidos em abordagens Estado-centradas e juridicamente orientadas. Claro está que esses limites não são ignorados, pelo contrário, destacam justamente quais são as diferentes práticas de poder que os constroem, fazendo-os atuar como importantes elementos reguladores das suas passagens. Isso significa uma reflexão sobre como esses limiares e limites positivam passagens e transversalidades. Poderíamos, talvez, dizer que a abordagem contida no debate sobre ilegalismos reativa uma perspectiva que valoriza as mobilidades, os fluxos e conexões que encontramos nos diferentes territórios que compõem o mundo urbano (BIRMAN et al., 2015), as relações entre as prisões e periferias (GODOI, 2017), as transversalidades entre instituições de encarceramento (MALLART; RUI, 2017) e os espaços transnacionais (ALBUQUERQUE, 2010).

Coletivos criminais e dinâmicas de funcionamento

Outro enfoque a partir do qual trabalhos etnográficos contribuíram para entender os

universos do crime concerne à prática coletiva de atividades ilegais. Desde os anos 2000, as ciências sociais brasileiras têm avançado na compreensão de diversos tipos de agrupamentos criminais, desde os que conectam milhares de pessoas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), até coletivos de menores dimensões, tais como quadrilhas de assaltantes e gangues juvenis.

O PCC é o coletivo criminal que mais tem se expandido e ganhado visibilidade no Brasil nas duas últimas décadas. A partir da repercussão midiática de suas rebeliões e ataques armados contra prédios públicos e o transporte coletivo em 2002 e 2006, o PCC, além de ganhar conotação de “inimigo público número um”, emergiu como “ator político” capaz de interferir na elaboração de políticas e ações de segurança pública. Diversas pesquisas qualitativas de grande relevância sobre o PCC têm sido realizadas (BIONDI, 2010, 2014; DIAS, 2011; FELTRAN, 2011; HIRATA, 2010; LESSING, 2017; MARQUES, 2010; WILLIS, 2015). Nesta parte do texto, no entanto, vamos abordar mais detidamente as pesquisas de Karina Biondi, por se tratar de uma pesquisa de longa duração e constituir o primeiro empreendimento etnográfico focalizando o PCC.

Biondi (2010; 2014) em sua dissertação de mestrado, empreendeu observação participante e realizou entrevistas em duas penitenciárias do estado de São Paulo na condição de visita do esposo, que estava preso, durante a produção de sua pesquisa. Assim, a antropóloga teve acesso a situações e narrativas privilegiadas sobre o funcionamento do PCC nas prisões paulistas, a partir de um contato contínuo, informal e simétrico com detentos. Ela aborda esse coletivo criminal descrevendo os modos de operação de sua política, tal como vivenciado por seus membros. Biondi (2009) ressalta que a incorporação do termo igualdade aos ideais do PCC (que se somou

à paz, justiça e liberdade), após a ascensão de Marcos Camacho, culminou em um dinamismo nos focos de poder deste coletivo criminal, envolvendo “construções e dissoluções” de hierarquias com bastante rapidez. A pesquisadora ressalta que nesse período foram acionados diversos mecanismos e estratégias para a construção de um comando entre iguais. De acordo com a autora (Idem), o PCC tem se construído como uma força transcendente, que convive e depende de um PCC imanente, constituído nas ações e reações dos seus integrantes. Para ela, “o PCC transcendência” das narrativas jornalistas, de gestores do sistema penitenciário e da segurança pública, não necessariamente reflete o PCC imanente que vai se construindo nas relações dos seus integrantes, capazes de culminar em processos de desterritorialização, que são recorrentes nessa formação social sem um vínculo territorial estável. Para Biondi (2009), tais dinâmicas do PCC possibilitam sua presença mesmo onde não encontramos seus membros.

Em sua tese de doutorado, Biondi (2014) volta a se debruçar sobre o PCC, não mais no interior das prisões. Ela realiza sua pesquisa em algumas regiões da periferia paulista, chamadas por seus interlocutores de “quebradas”. Em um trabalho em que também fornece uma relevante contribuição epistemológica à antropologia, Biondi (Idem) empreende o que denomina de uma etnografia do movimento e, a partir de variadas categorias nativas que circulam entre integrantes do PCC, analisa noções como “território”, “hierarquia” e “lei” no PCC, declarando que ao invés de uma exposição de formas abstratas, buscou entender o fazer PCC (BIONDI, 2014). Categorias como “ideia”, “conhecimento” e “situação”, cujos significados e contextos de uso a autora nos explica por meio de exemplos e narrativas de situações concretas, dão inteligibilidade às dinâmicas de relações entre os irmãos do Comando e destes com não integrantes do

PCC – e até mesmo com a Polícia –, a recepção dos “salves” em cada “quebrada”, o que faz um “salve” ser levado em consideração na íntegra, ou parcialmente, ou mesmo nem ser levado em consideração, que fatos e argumentos contribuem para bons e maus desempenhos que um irmão pode ter em um debate, o que faz uma ideia vingar e ter seguimento, e o que a faz morrer (Ibid.). Ao invés de uma entidade grupal precisamente hierarquizada e com lideranças definidas, Biondi (2010, 2014) nos apresenta o PCC como um coletivo criminal, cujas lideranças e assimetrias são circunstanciais e situacionalmente delineadas.

Algumas características e contornos do PCC se tornam mais nítidos quando acessamos dados e análises sobre outros coletivos criminais, como o Comando Vermelho, por exemplo, coletivo criminal fortemente atuante no estado do Rio de Janeiro há algumas décadas. Fundado no final dos anos 1970, como resultado do convívio entre os chamados “criminosos comuns” e presos políticos do regime militar, na prisão do Ilha Grande, no litoral do Rio de Janeiro (LIMA, 2001). As dinâmicas e o funcionamento dessa facção têm sido expostos e analisados por Grillo (2013), cuja pesquisa foi desenvolvida em favelas do Rio de Janeiro controladas pelo Comando Vermelho. Com base em mais de dois anos de trabalho de campo etnográfico, realizado em cooperação com moradores e bandidos locais, Grillo (2013) apresenta uma teoria etnográfica sobre o universo do crime carioca, especialmente relacionada a roubos e tráfico de drogas e empreende uma descrição analítica da socialidade criminal em favelas.

De acordo com Grillo, as alianças e rompimentos entre “donos de morro” costumam ser estabelecidas na prisão. Por longos períodos da história do Comando Vermelho, suas principais lideranças estiveram encarceradas como no presente. Mas estar preso não significa isolamento, já que há algumas décadas

os donos de morros têm encontrado meios de comandar o tráfico em suas áreas de domínio do interior dos presídios – desde meados dos anos 1990 a tecnologia dos telefones celulares tem possibilitado maior intensidade e rapidez nessa comunicação. De acordo com Grillo (2017), esse controle de dentro da prisão pelos “donos de morro” só tem sido possível por causa das alianças com outros “donos de morro” – destas alianças nascem, remodelam-se, fundem-se e fragmentam-se comandos. Enquanto estão presos, esses “patrões do tráfico” elegem certos homens de sua confiança, os chamados “responsáveis” ou “frentes de morro”, a quem delegam a função de gerenciar o tráfico em suas áreas. Estes assumem o compromisso de fidelidade irrestrita, costumam prometer que jamais reivindicarão o controle da “firma”. Mas há casos em que promessas são quebradas e os “frentes” rompem com os “donos” e se apropriam dos morros, são os chamados “golpes de Estado”. Ao romper com o dono de morro, o frente deserta de sua facção e, quase sempre, conta com o apoio de outra facção para fazê-lo. Nessas circunstâncias, uma guerra se inicia, o frente em liberdade conta com o apoio de lideranças de facções rivais presas. De acordo com Grillo (2017), os chamados golpes de estado orquestrados pelos frentes de morro não são mais recorrentes, porque os donos de morro presos costumam contar com homens e armas de outros donos de morro, presos e soltos, seus aliados.

No Rio de Janeiro, o tráfico de drogas divide favelas e conjuntos habitacionais por áreas às quais correspondem donos de morro que figuram como patrões a quem os demais envolvidos com o tráfico, em sua área de domínio, estão subordinados. Mas essa hierarquia que se observa nos morros diz respeito apenas à organização das relações locais em cada área, já que nas principais facções atuantes no tráfico de drogas na cidade, tais como Comando Vermelho, Amigos dos Amigos (ADA) e Terceiro Comando Puro, não há

lideranças acima dos donos de morro, de modo que estes se relacionam entre si em condição de igualdade (GRILLO, 2013).

Os donos de morro ou patrões do tráfico no Rio de Janeiro constroem redes horizontais de proteção mútua com outros donos de morro que são importantes quando sofrem ataques e se envolvem em guerras pelo domínio do tráfico no âmbito de “sua favela”. Se em São Paulo o PCC tem uma certa hegemonia na comercialização de drogas, no Rio de Janeiro observa-se uma acirrada concorrência entre grupos de traficantes, resvalando, não raro, nas chamadas “guerras do tráfico” que são recorrentes e costumam envolver os diferentes comandos. Os confrontos armados com a polícia são também mais intensos e recorrentes no Rio de Janeiro que em São Paulo, onde os traficantes costumam recorrer ao suborno de policiais. A geografia montanhosa do Rio de Janeiro encoraja os donos de morro a controlar os territórios em que comandam a venda de drogas (Idem, 2013; 2017).

Essa dinâmica de enfrentamentos entre traficantes de drogas no Rio de Janeiro, segundo Palloma Menezes (2015), tem uma história que deve ser restituída para uma melhor compreensão das “guerras”. Em sua tese de doutorado, a pesquisadora destaca a diferença nos modos de realizar a “contenção” das guerras do tráfico nos morros cariocas pela Polícia, estabelecendo uma diferença entre os regimes de “fogo cruzado” e de “campo minado” (MENEZES, 2015).

Hirata e Grillo (2017) procuram, em artigo recente, comparar o tráfico varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro, por meio de três dimensões: os lugares de venda de droga, os coletivos criminais e as relações com as forças da ordem. A distribuição de drogas é muito distinta em cada uma dessas cidades, porque a circulação de mercadorias ocorre no Rio de Janeiro tendo por base uma extensão organizacional e territorial que multiplica as funções

intermediárias e a fragmenta progressivamente as quantidades de droga, enquanto em São Paulo utilizam-se unidades de venda compactas e com pouca abrangência, que concentram a venda no aumento de sua densidade e volume na circunscrição territorial. Assim, mesmo que os comandos paulistas e cariocas possam ser caracterizados como redes alianças (BARBOSA, 2001; MISSE, 2006), cujo alinhamento com uma ou outra facção determina a adesão de todos os seus subordinados, as diferenças são marcantes. Para os autores, há horizontalidade entre os donos de morro do Rio de Janeiro e os patrões em São Paulo, assim como hierarquia desses com seus subordinados nas “firmas”. Contudo, como a venda de drogas em São Paulo conforma um sistema de alianças formador do comando composto por um número muito maior de patrões que de donos de morro, o PCC emerge como um coletivo mais móvel e translocal, e o CV como mais centralizado e hierárquico. Assim, os conflitos e negociações com as forças da ordem tendem a se caracterizar de forma distinta também – ainda que os arranjos políticos ao redor das mercadorias políticas sejam comuns às duas cidades. Isso é acionado no Rio de Janeiro em contornos intra e interfaccionais mais bélicos que em São Paulo, onde acentuam-se as negociações intramuros seguidas de demonstrações de força em práticas de execuções extralegais, ao passo que no Rio de Janeiro os confrontos por regiões mais lucrativas têm impactos nas prisões. Essas três dimensões ajudam a entender como os conflitos pelos mercados criminais têm maiores consequências desestabilizadoras na dinâmica faccional no Rio de Janeiro que em São Paulo, e como se relacionam de forma distinta com as políticas de segurança em cada cidade. Hirata e Grillo (2017) elucidam, portanto, relevantes diferenças nas dinâmicas criminais em São Paulo e Rio de Janeiro.

Outra modalidade de coletivo criminal recorrente nas cidades brasileiras sobre o qual se

tem realizado importantes trabalhos são as gangues juvenis atuantes em periferias urbanas. Se em cidades como do Rio de Janeiro e São Paulo esses agrupamentos costumam aderir a grupos criminais de grandes proporções, como o PCC e Comando Vermelho, em Belo Horizonte e Fortaleza, até bem recentemente, as gangues não se aglutinavam em facções ou comandos, e a dinâmica da violência nessas duas cidades se mostrava peculiar. Apresentando elevados índices de letalidade, a grande quantidade de mortes de nessas cidades eram resultantes de recorrentes guerras entre gangues rivais (SÁ, 2010; ZILLI, 2011). No caso de Fortaleza, desde 2014 tem havido alterações substanciais nas dinâmicas das gangues atuantes em algumas regiões da periferia da cidade, devido às inserções do PCC e do Comando Vermelho em alguns de seus bairros e favelas. Esses “comandos”, que já forneciam drogas para vários traficantes atuantes em diferentes bairros e favelas da cidade, desde 2014, passaram a interferir diretamente no tráfico local, impedindo certos traficantes e autorizando outros a comercializarem drogas, mediante adesão à facção e participação em suas guerras. Um processo semelhante foi analisado por Fraga e Nascimento (2017) na dinâmica do tráfico de drogas no Vale do São Francisco.

Dados e reflexões relevantes sobre gangues atuantes na periferia de Fortaleza constam nas pesquisas de Leonardo Sá (2010, 2011). O pesquisador aborda práticas culturais de jovens moradores do Serviluz, favela localizada na orla marítima de Fortaleza, estigmatizada e considerada “perigosa” pelas classes média e alta da cidade, devido ao do tráfico de drogas e às “guerras” entre gangues juvenis que costumam ganhar destaque nos noticiários locais. Sá (2010) empreendeu observação participante durante dois anos no Serviluz, entre os quais residiu em uma das comunidades do bairro por seis meses. Ele se propõe a analisar as relações sociais nessa “favela à beira-mar” que apresenta

altos índices de homicídios e é ocupada pela Polícia Militar de modo permanente.

Sá (Ibid.) chama a atenção para as “condições de miséria, subalternidade social e intensa vulnerabilidade civil e socioeconômica” (Ibid., p. 5) em que crescem e vivem crianças e adolescente no Serviluz, cuja população é predominantemente afro-ameríndia e mestiça e, em sua maior parte, incorre nas ocupações de pescadores, estivadores, surfistas, biscateiros, operários sem qualificação, pequenos comerciantes, não sendo raro a prostituição entre as mulheres. Entre os homens também observam-se os ofícios ilegais de assaltantes, sequestradores, pistoleiros e traficantes de drogas e de armas, que, de acordo com Sá (Ibid.) “formam uma minoria entre a massa de trabalhadores da favela, mas que são igualmente pobres, com baixíssima escolaridade e qualificação profissional incipiente e precária”.

As abordagens policiais à população costumam ser hostis e violentas no bairro, não sendo raras as ameaças, torturas e espancamentos de moradores. Nesse contexto de privações materiais, subalternidade social, precariedades dos serviços públicos e vulnerabilidade civil, o mar e o crime exercem fascínio nas crianças, adolescentes e jovens, que costumam dominar técnicas da pesca artesanal e também de *surf*. No Serviluz, nasceram vários surfistas que se tornaram profissionais, dentre eles pelo menos dois campeões nacionais. Além do surf, o crime também é percebido na comunidade como propulsor de recompensa material, reconhecimento social e relevância na construção da pessoa e da masculinidade (SÁ, 2010). Jovens que se destacam por práticas criminais como assaltos à mão armada e participação no tráfico de drogas, bem como nas recorrentes guerras entre gangues no bairro, tornam-se temidos e socialmente reconhecidos. Alguns deles passam a ser referidos como “bichão”. Para ser considerado como tal, um jovem praticante de crime não apenas deve portar armas ou

demonstrar habilidades no seu manuseio, mas é preciso que outros “jovens maquiados” e a comunidade percebam seu destemor e crueldade diante de oponentes e vítimas. Apesar do reconhecimento e poder que conquistam, a duração da condição de “bichão”, segundo Sá (2010, 2011), não costuma ser longa. No processo de se tornar reconhecido e temido, um “bichão” acumula inimizades com outros jovens armados, torna-se “visado” pela Polícia e alvo de fofoca na comunidade, assim, não demora a ser assassinado. Sá (2010, 2011) desenvolve a categoria analítica “socialidade armada” para designar as relações sociais entre jovens praticantes de crimes no Serviluz, permeadas por “tretas” e disputas, confrontos e guerras entre gangues, em que mostra ostensiva a circulação de armas de fogo nessa favela à beira-mar, sendo de fácil acesso a adolescentes e jovens. Situações e eventos agonísticos como juras de morte, assassinatos e até invasões de velório, de acordo com Sá (2010, 2011) são característicos dessa socialidade.

O trabalho de Zilli (2011), por sua vez, aborda gangues atuantes na região metropolitana de Belo Horizonte, utilizando dados qualitativos e quantitativos. Ao mesmo tempo que recorre a séries estatísticas e macroanálises em seus argumentos, ela realiza um cuidadoso trabalho de campo, envolvendo entrevistas em profundidade com integrantes de gangues. Ademais, o pesquisador dialoga com etnografias sobre variadas modalidades de coletivos criminais, atuantes em diversas regiões do país, nas Américas Latina e do Norte, empreendendo uma valiosa análise do fenômeno.

Zilli (Ibid.) salienta que as altas taxas de homicídios entre adolescentes e jovens nas últimas décadas apresentam um nítido “padrão socioespacial” no Brasil, e que a maioria das vítimas “são jovens entre 15 e 24 anos, do sexo masculino, não brancos (pretos ou pardos), moradores de vilas, favelas e bairros pobres de periferia, com baixo status educacional e

socioeconômico” (Ibid., p. 8). O pesquisador ressalta o uso de armas de fogo na maioria desses homicídios, que tem lugar em vias públicas próximas das residências das vítimas, sendo semelhantes os perfis dos matadores e mortos. De acordo com Zilli (2011) matérias jornalísticas e trabalhos na área de ciências sociais no Brasil têm associado a violência juvenil e os homicídios no país à consolidação do tráfico de drogas. Ele discorda dessa explicação e argumenta que tais fenômenos estão mais relacionados à participação de jovens em gangues do que ao tráfico de drogas. Assim, Zilli (2015) aborda gangues juvenis atuantes na região metropolitana de Belo Horizonte, onde são atuantes dezenas de pequenos grupos que se confrontam com recorrência. O pesquisador discute dimensões simbólicas das violências, crimes e conflitos territorializados, envolvendo esses coletivos de jovens.

Zilli (2011) assinala que a maioria das guerras entre gangues rivais na grande Belo Horizonte, ao invés de motivações vinculadas ao desenvolvimento de atividades criminais – como as disputas por pontos de venda de drogas, que resvalam em sangrentas guerras entre facções no Rio de Janeiro, por exemplo – são desencadeadas, de acordo com declarações de seus entrevistados, por disputas pessoais, familiares, comunitárias e grupais. Para o autor (Ibid.), as gangues engendram estruturas normativas próprias, evidenciadas por designações como “lei da favela” e “mundo do crime”, capazes de orientar e justificar violências individuais e coletivas. Ele chama atenção para processos de socialização no interior desses grupos, em que violências simbólicas e instrumentais não só pautam a construção de identidades individuais e coletivas, mas também ordenam relações entre seus integrantes, e destes com o ambiente externo. Tal “sociabilidade violenta”, de acordo com Zilli (2011), explica o caráter “tradicionalista” dos conflitos entre gangues nas favelas

da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que, em alguns casos, buscas por afirmação de masculinidades de suas lideranças levam a disputas pelo domínio de certos territórios a assumirem lugar central.

Ao apresentar conclusões de sua pesquisa sobre gangues juvenis na região da Grande Belo Horizonte, Zilli (2011) chama atenção para pontos em comum entre esses grupos e outras modalidades de coletivos criminais. Para ele, algumas características de gangues, referentes a sua formação e funcionamento também se verificam em coletivos criminais como as *prison gangs* dos EUA, as *maras* da América Central, as facções de traficantes no Rio de Janeiro e o PCC em São Paulo. Embora costumem ser vistas como organizações criminosas, esses coletivos constituiriam “associações que agregam, sob uma mesma bandeira, um sem número de gangues, cuja rotina, na verdade, é estritamente territorializada e localizada” (Ibid., p. 187). O autor ainda ressalta que tais organizações se formaram nas penitenciárias de seus respectivos países, justamente quando membros de diferentes grupos de rua estiveram juntos e submetidos a um oponente mais poderoso: o Estado. No ambiente das prisões, as alianças entre grupos e a formação de organizações intramuros teriam normatizado a convivência entre presos e os fortalecido ante as arbitrariedades do sistema prisional. Assim como já ocorria nas favelas e bairros de periferia, de acordo com Zilli (2011), ao emergirem nas prisões, estas organizações também mobilizaram “a lógica da resposta associativa e adaptativa diferencial” que certos agentes elaboram em contextos ou ambientes hostis. As diferenças nas formas de manifestação e níveis de elaboração criminal entre os coletivos mencionados, para o autor, decorrem da diversidade dos contextos históricos, comunitários, culturais, urbanísticos e criminais em que surgiram e operam (Ibid.).

Contribuições analíticas sobre coletivos criminais também foram dadas por Aquino (2004, 2009, 2010a, 2010b), em suas pesquisas sobre assaltos contra instituições financeiras, realizadas entre 2000 e 2009, utilizando entrevistas em profundidade com assaltantes e inserções etnográficas no cotidiano de alguns destes. Assaltos contra agências bancárias, carros-fortes e empresas de guarda-valores são apresentados pela pesquisadora como “operações” que envolvem planejamento e divisão de tarefas entre seus participantes. Demandando investimentos em logística, essa atividade criminal costuma resultar em altas quantias. Os coletivos que planejam e executam esses assaltos são denominados de “quadrilhas interestaduais” por delegados de polícia, por aglutinarem pessoas naturais e residentes em diferentes regiões do país. De acordo com Aquino (2009, 2010a, 2010b) tais quadrilhas são temporárias e costumam se desfazer depois que um assalto é realizado e seus ganhos divididos. Ao invés de grupos permanentes, coesos, propulsores de sentimento de pertença ou identidade coletiva, como as gangues analisadas por Zilli (2011), constituiriam agrupamentos temporários. Em vez de pré-formadas, teriam suas composições definidas nas etapas de elaboração do plano e viabilização da infraestrutura de cada ação criminal. Para a pesquisadora, essas quadrilhas não costumam sedimentar lideranças ou hierarquias. A organização de um assalto seria percebida por seus protagonistas como um tipo de trabalho em equipe. Laços de amizade nesses agrupamentos, quando ocorrem, tenderiam a envolver pessoas específicas, não se estendendo a todos os integrantes (Aquino, 2009, 2010a, 2010b)

Segundo Aquino (2009, 2010a, 2010b) é recorrente assaltantes negociarem com praticantes de outros ilegalismos que dão suporte a assaltos contra instituições financeiras, tais como roubos de veículos e adulteração de suas

placas, tráfico inter-regional e internacional de armas, confecção e venda de documentos falsificados, entre outros. De acordo com a pesquisadora, também é usual que estes agentes recorram a pessoas não envolvidas, regular ou diretamente, com atividades criminais, inclusive agentes do Estado. Não seriam raros os subornos de funcionários de instituições financeiras, policiais e delegados de polícia. Tais negociações ilícitas, também seriam estabelecidas com advogados e juizes, que receberiam quantias elevadas para viabilizar a soltura de assaltantes presos. Para Aquino (2010b), trocas e negociações rotineiras de assaltantes com pessoas que desenvolvem atividades legais e com agentes do Estado, expõe a fragilidade de certas divisões conceituais, como as que supõem as categorias “mundo do crime” e “submundo”, que indicariam a separação entre um idealizado reino de práticas legais e outro, das ilegalidades, tido como “subterrâneo” ou “marginal”. Segundo a pesquisadora, as vastas redes de relações e reciprocidades em que se movem praticantes de grandes roubos evidenciam que, no cotidiano desses agentes, as fronteiras entre legal e ilegal se mostram porosas ou borradas.

Nessa segunda sessão, encontramos novos aportes para a compressão dos coletivos criminais. Como pode ser percebido, não apenas os coletivos presentes nos vários estados do Brasil são muito diferentes entre si – o que não impede que sejam identificadas características comuns entre alguns deles –, como também, por vezes, o contraste de abordagens aponta para descrições bastante distintas. Essas distinções chamam atenção para como o olhar etnográfico contrasta com outras abordagens que, via de regra, inserem essas variações sobre o mesmo rótulo de “crime organizado”, sem atentarem para as categorias que são mobilizadas pelos agentes na conformação dos seus coletivos. No momento atual, quando de forma mais explícita certas modalidades de

coletivos criminais ganham intensa visibilidade pública pelas diversas ocorrências que protagonizam, envolvendo conflito social e violência, abordagens que privilegiam as perspectivas dos sujeitos das pesquisas se fazem indispensáveis, para que possamos entender de forma qualificada os sentidos atribuídos a ações, situações e relações por esses agentes.

Ética, moral e “política do crime”

Outra frente de trabalho com contribuições importantes para uma compreensão mais ampla de práticas criminais e seus agentes aborda os processos de construção ética, moral e política que nele têm lugar. Em pesquisas realizadas no estado de São Paulo, a noção de “proceder” tem sido detectada por diversos pesquisadores. Acionado como uma espécie de dispositivo moral na relação entre praticantes de ilegalismos dentro e fora da prisão, o proceder aparece nos trabalhos de Pereira (2005), sobre a pichação, de Hirata (2005), sobre o futebol de várzea, e foi amplamente trabalhado por Marques (2009, 2014), em sua dissertação de mestrado e em alguns artigos. A discussão sobre proceder tem sido desenvolvida também por Feltran (2010, 2012) em sua análise dos debates, que funcionam como um tipo de “julgamento”, promovidos por agentes do crime nas periferias de São Paulo.

Em sua pesquisa realizada entre presos e ex-presos em penitenciárias do estado de São Paulo, Marques (2009, 2014) explora os significados das noções de proceder e de crime entre seus interlocutores. O pesquisador aborda negociações e normas que permeiam o convívio entre detentos, bem como moralidades que atravessam os que são “do crime”, abrangendo relações que se desenvolvem fora das prisões. Exatamente por elucidar reciprocidades que operam entre praticante de atividades ilegais, e por apresentar o crime como um universo social, o trabalho de Marques nos

oferece elementos para compreender valores e normas que orientam decisões e expectativas entre integrantes de coletivos criminais.

Tal como etnografada por Marques (2009), a noção de proceder envolve um conjunto de regras que ordenam interações cotidianas entre a população carcerária, delineando comportamentos, definindo situações e posições entre presos, que costumam se referir ao proceder como um atributo de outros praticantes de crimes e detentos com quem convivem, deste modo, os “que têm proceder” e agem “pelo certo”, estes podem ser reconhecidos por qualidades como humildade, lealdade, pela preocupação em cumprir com a palavra e o respeito dispensado às mulheres de outros ladrões. Já os que “não têm proceder” são considerados não confiáveis, “cabulosos” e “safados”. As regras que envolvem o proceder, segundo Marques (Ibid., p. 209), variam historicamente e engendram diferentes versões sobre o “proceder verdadeiro” ou “proceder pelo certo”, que figuraria como um tipo de imperativo moral nas prisões, interferindo fortemente na divisão espacial entre os detentos, sobre quem merece estar no “convívio” com outros presos e quem deve estar “no seguro”. Marques (2009, 2014) ressalta que a ideia de proceder não pode ser confundida com um código de comportamento de um dado comando ou facção criminal, pois é anterior à constituição dos comandos e, no período de desenvolvimento de sua pesquisa, era operante em todos esses coletivos, sendo raras as situações em que considerar se um praticante de atividade criminal tem ou não proceder não fosse decisivo para sua caminhada no crime dentro e fora da prisão.

Entre os interlocutores de Marques (2009, 2014), as menções ao crime não se referem a definições jurídicas, mas a um universo social atravessado por fluxos e delineado nas movimentações dos ladrões, denominação genérica a partir da qual praticantes de crimes costumam se referir uns aos outros. Realizando-se

como “um corrimento de relações sociais” (Marques, 2014, p. 146), o crime envolveria dinâmicas operacionais e uma regulação moral produtora de aliados e inimigos, cuja efetividade e rigor se expressam nas seguintes afirmações: “no crime não se pode errar”, “no crime não dá para esconder patifaria”, “no crime só prevalecem os ladrões de verdade” (MARQUES, 2014, p. 158). De acordo com Marques (Ibid.), nem todos que infringem o Código Penal são considerados agentes nesse universo social, ser do crime ou ladrão envolve antes o reconhecimento entre pares – um esturpador, por exemplo, jamais seria aceito, tampouco um policial flagrado cometendo delito. Por outro lado, alguém que nunca participou de atividade ilegal pode ser considerado “um cara que corre com o crime”, classificação que expressa identificação e confiança, e pode ser atribuída aos que não caguetam, afrontam ou menosprezam “os ladrões de sua quebrada”, que não se negam a interagir com eles em eventos ou situações festivas, que ajudam seus familiares quanto estão presos (Ibid., p. 174). As atitudes e posturas atribuídas ao cara que corre com o crime são, portanto, análogas às que definem o “ter proceder” ou “proceder pelo certo”, evidenciando que as avaliações sobre os que são do crime não destoam das expectativas e juízos sobre os que não participam dos movimentos e fluxos que demarcam esse universo social. Mesmo sem infringir o Código Penal, uma pessoa com proceder pode ser reconhecida, aceita e ter a confiança de ladrões.

Conforme expõe o trabalho de Marques (2009) e uma série de outras pesquisas, não se verifica ausência ou irrelevância de moralidades entre os que são do crime. Observamos que nesse universo a socialidade é fortemente mediada por expectativas, julgamentos e avaliações de natureza moral e ética. Em uma perspectiva próxima à de Marques, encontramos nos trabalhos de Biondi (2010, 2014) menções a uma ética, quando ela descreve os

modos como seus interlocutores se referem ao crime e às mudanças nos princípios do PCC. Inspirado no livro do ex-detento Willian da Silva, Hirata (2010) descreve condutas relacionadas às práticas criminais de seus interlocutores habitantes da periferia paulistana que nomeia de “sobreviver na adversidade”, ressaltando que estas vidas são permeadas por incertezas e precariedades das formas de vida associadas à “guerra” e aos “guerreiros” em uma situação de guerra. Gabriel Feltran (2008), em referência a discussões e categorias analíticas desenvolvidas por Machado da Silva (1999, 2008) – quem, por sua vez, elabora o conceito de “sociabilidades violentas” para se referir ao universo do crime –, assim aponta a coexistência das variadas normatividades operantes no mundo social das periferias. Também em diálogo com Machado da Silva (1999; 2008) e Sá (2010), Carolina Grillo (2013) elabora a categoria “socialidade criminal” quando se refere às práticas e relações concernentes ao cotidianos dos que circulam pelo universo do crime.

O interesse pelos aspectos éticos, morais ou das condutas entre praticantes de atividades criminais levou a discussões sobre instâncias de regulação social e resolução de conflito, conduzidas pelos próprios atores criminais. Alguns trabalhos abordam os chamados debates, uma espécie de “juízo” conduzido por praticantes de crimes, envolvendo ladrões e, por vezes, moradores de periferia que não estão envolvidos em atividades criminais. Feltran (2012), Malvasi (2012), Marques (2007b), Biondi (2010) e Telles e Hirata (2010) compartilham da interpretação segundo a qual, durante os anos 2000, a política reguladora do PCC, em voga nas prisões desde o decênio anterior, teria se expandido para a periferia de São Paulo.

Partindo de uma etnografia realizada entre 2005 e 2009, em Sapopemba, Feltran (2006, 2010) assinala que nos anos 1990, o crime já interferia no cotidiano dos moradores da periferia e traficantes exerciam regulação

de conflitos locais. No intuito de preservar a rotina de funcionamento da venda ilegal de drogas, eles proibiam a população de chamar a polícia nas ocasiões de conflitos. Não raro as famílias responsáveis pela presença de policiais nas “quebradas” eram ameaçadas de expulsão das localidades. Nos casos de desentendimentos e embates entre moradores, os próprios traficantes, geralmente os mais poderosos, exerciam a mediação informalmente, sem estar baseados em normas difundidas entre praticantes de crimes.

Segundo Feltran (2010), durante os anos 1990, guerras entre traficantes eram rotineiras nas periferias, sendo também frequentes assassinatos resultantes de conflitos interpessoais, que resvalavam em novas mortes por vingança, de modo a se observar sucessões numerosas de homicídios. Nos anos 2000, no entanto, em diversas regiões da periferia de São Paulo, membros do PCC teriam assumido a tarefa, antes exercida pelo principal traficante local, de regular as relações, impedindo que conflitos viessem a comprometer o funcionamento das atividades ilegais. Desse modo, em um curto intervalo de tempo, diversos pontos de venda de drogas passaram a seguir “uma mesma lei”, ou seja, os códigos de conduta e ética estabelecidos pelo PCC. Posteriormente, essa “lei” reguladora do funcionamento do tráfico e das relações entre seus integrantes teria se estendido aos moradores da periferia não engajados em atividades criminais. Dinâmicas restritas àqueles tidos como bandidos e distantes das rotinas de famílias e dos trabalhadores, teriam passado a regular o cotidiano de todos os moradores da periferia. Assim, o pesquisador analisa os debates instaurados no cotidiano das periferias de São Paulo como dispositivos da “justiça do crime” (FELTRAN, 2010).

Para Feltran (Ibid.), embora haja violência, o uso de armas constitui a fonte última da legitimidade e autoridade de praticantes de crimes e membros do PCC – esses agentes também

utilizam mecanismos mais sutis de disputa pelas normas de convivência, costumam reivindicar a justeza dos comportamentos, amparados na atitude, disposição e proceder, dispondo-se, inclusive, a promover “justiça”, por meio dos debates, aos que lhes vêm reivindicar. Toda regulação de conflitos operada por membros do PCC em São Paulo por meio dos debates, a partir dos anos 2000, avaliaria as aproximações e distanciamentos entre as condutas dos acusados e uma propalada “ética” ou “lei do crime”. Segundo Feltran (Ibid.), assim como em Hirata (2010), o vasto repertório de casos que tramitam na chamada “justiça do crime” podem ser diferenciados em três níveis de gravidade: o primeiro deles envolveria aqueles nomeados pelo pesquisador de “pequenas causas”, ou “desvios de pouca gravidade”, que podem ser resolvidos por uma troca de ideia entre os envolvidos e agentes do crime, atuantes na comunidade em que o desvio ocorreu, resultando apenas em advertências e repreensões. Outra modalidade de conflitos corresponderia a casos de “gravidade moderada”, cuja arbitragem envolveria consultas por meio de telefones celulares a criminosos de outras localidades, mais “considerados no crime”. Nesses casos as penas seriam variadas, quando se trata de furtos, roubos ou insubordinação a princípios do crime, sobretudo se o acusado for reincidente no ato, as sanções costumam envolver espancamentos. Se o “réu” no debate participar do tráfico local, a punição também ocasionará sua demissão, fazendo-o se sentir excluído e desmoralizado em sua quebrada. E, por fim, haveria os “casos de vida ou morte”, que suscitam debates mais complexos, mobilizando diversos membros do PCC, tidos como experientes e bem posicionados que, depois de ouvirem argumentos de acusação e defesa, produziram sentenças.

Segundo Feltran (2010), as punições que envolvem mortes dos acusados, embora previstas, seriam altamente reguladas pelo PCC, nestes casos as sentenças costumariam

ser anunciadas somente depois de obtido o aval da cúpula da facção. Para o pesquisador, a cautela em relação ao homicídio como pena se explicaria por uma norma de conduta, tida como relevante no PCC, segundo a qual se deve evitar que “pobre mate pobre”. Por outro lado, casos de estupro comprovado, pedofilia, traição aos princípios da facção e delação de comparsas desencadeariam julgamentos rigorosos e sumários. A efetividade das sentenças seria também assegurada pela ameaça de retaliação, em caso de respeito às deliberações dos debates. Para Feltran (2010), a instauração da “justiça do crime” nas periferias de São Paulo teria interrompido sucessões de mortes por conflitos e vinganças privadas, bloqueando uma “espiral de letalidade” nas regiões pobres da cidade, interferindo assim de modo relevante na redução das estatísticas de homicídios no estado nos anos 2000. Esse argumento é compartilhado por Malvasi (2012), Marques (2007b), Biondi (2010), Telles e Hirata (2010), e Hirata (2010)

Valores morais éticos que orientam ações e julgamentos no universo do crime, expostos na noção de proceder, analisada por Marques (2010), com o fortalecimento das facções criminais paulistas, sobretudo o PCC, teriam se convertido em dispositivos de Justiça, objetivados nos “debates” realizados nas periferias de São Paulo. Nesse contexto, coletivos e agentes do crime emergem como idealizadores de instâncias de regulação do conflito e “zeladores da lei” do crime, podendo também ser pensados como gestores de uma política de contenção de assassinatos e preservação da vida, o que os teria levado a firmarem-se como autoridade jurídica e moral. Feltran (2010) enfatiza que não seria razoável aderir à lógica que produz a eficiência dos debates, por se tratar da instituição da exceção, regida por atores não reconhecidos publicamente na função do arbítrio de vida e morte, mesmo assim ele afirma que quando contrastada com

a “lei oficial”, verifica-se a disputa de legitimidade entre ambas. Se a “justiça do crime” se torna reconhecida por moradores da periferia de São Paulo como válida “para todos” e os procedimentos de regulação do PCC passam a ser vistos como “democráticos”, a justiça estatal, embora baseada em ideais universalistas, é percebida por estes sujeitos como ineficiente, desigual, de difícil acesso e lenta. Os conteúdos democráticos da “lei oficial” serviriam para legitimá-la, segundo Feltran (2006, 2010) apenas entre as classes médias e altas da cidade, para quem parece importante a crença de vivermos numa “democracia consolidada”. Para o pesquisador, a chamada “lei do crime” expande sua legitimação nas periferias, na medida em que a “justiça oficial” é percebida como voltada para encarcerar seus habitantes. Os dados etnográficos e a análise desenvolvida por Feltran (2010) demonstram, portanto, que os “debates” operados por agentes do crime nas periferias paulistas tornam-se mais e mais percebidos como dispositivo de justiça eficaz, democrático e acessível aos pobres.

Em uma linha de argumentação próxima à de Feltran (Idem), que ressalta atividade de regulação social e imposição de códigos de conduta por agentes do crime na periferia de São Paulo, alguns trabalhos se debruçam sobre pontos de contato entre o universo do crime e doutrinas religiosas pentecostais em favelas do Rio de Janeiro, entre esses destacamos as pesquisas de César Teixeira (2009, 2013), Carly Machado (2014) e Cristina Vital Cunha (2014).

Teixeira (2009) analisa a conversão de “ex-bandidos” a doutrinas evangélicas. Ele fez observação participante em igrejas pentecostais e entrevistas em profundidade com homens que exerceram atividades criminais, sobretudo no tráfico de drogas, e posteriormente se converteram ao pentecostalismo. O pesquisador afirma que no processo de conversão religiosa, o “bandido” busca transformar sua “natureza”,

“personalidade” e “individualidade”, enfatizando que não se trata apenas do abandono de práticas criminais e adoção de um “trabalho honesto”, mas da “transformação do sujeito”. Ao se tornarem “crentes”, estes personagens renunciariam a uma “natureza” identificada com o mal, tornando-se membros do exército de Jesus. Para o autor (Ibid.), nesse processo de transformação de criminosos em crentes, a ideia de sujeição criminal elaborada por Michel Misse (1999), que se refere à construção social do “bandido” como portador de uma “natureza criminosa”, é fortemente posta em evidência.

De acordo com Teixeira (2009, 2013), a partir dos anos 1980, com consolidação e expansão do tráfico de drogas, o “bandido” teria se fixado como um personagem da periferia do Rio de Janeiro. Naquele decênio teria se estruturado uma organização social da favela em que o tráfico de drogas, articulado com a violência armada, teria se incrustado no cotidiano dessas localidades. Para o pesquisador no sistema de funcionamento e divisão de tarefas do tráfico, a sujeição criminal do “bandido” iria se constituindo a partir de sua rotina de atuação criminal, marcada por um conjunto de violências, que, paulatinamente, seriam internalizadas, levando-os a se verem como naturalmente violentos (Teixeira, 2009).

Já adotando o ponto de vista evangélico, os interlocutores de Teixeira (Idem) interpretam a condição de “ex-bandido” como diferente de “ex-detento”, já que este é percebido como alguém propenso a dar continuidade a sua trajetória no crime. Já o “ex-bandido” teria operado uma mudança de vida e superado a condição de criminoso. É que o simples abandono das práticas criminais, mesmo considerado importante pelos pentecostais, não asseguraria a condição de “ex-bandido”. Não bastaria o indivíduo sair do crime, seria preciso “o crime” também sair dele através da conversão religiosa, apresentada como caminho alternativo ou o único mecanismo eficaz para

o abandono do crime. Na perspectiva pentecostal, a vida em geral seria pensada como uma “batalha espiritual” do mal contra o bem, em que “os crentes” atuariam como “exército” de Deus e os “bandidos” estariam sob o controle do Diabo (TEIXEIRA, 2009, 2013).

O trabalho de Teixeira (2013) elucida não só a construção da identidade de “bandido”, mas também a de “crente”. No contexto da periferia carioca, segundo ele, se antes eram contrastivas as imagens de bandido e trabalhador, no período de realização de sua pesquisa mostrava-se emblemática a oposição entre “bandido” e “crente”, de modo que a Bíblia, costumava ser exibida como certificado de lisura e boa índole de seu portador, sobretudo em situações de abordagens policiais.

Assim como Teixeira (2009), Machado (2014) também aborda a relação entre pentecostalismo e crime. A pesquisadora analisa a atuação da Assembleia de Deus dos Últimos Dias (Adud), sediada em São João de Meriti, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, cuja ação evangelizadora focaliza principalmente “ex-bandidos” e “ex-presidiários”, chamados de “resgatados da morte” por pastores e adeptos desta igreja. As atividades da Adud, segundo Machado (Idem), diferenciam-se de outras igrejas pentecostais do Rio de Janeiro pela intensa produção audiovisual, cuja evangelização é apresentada como ações de “resgate” e “libertação da morte”, em referência às conversões de pessoas envolvidas em atividades criminais, que vivenciavam riscos e violências em suas rotinas, marcadas por confrontos armados com outros criminosos e a polícia. De acordo com a autora (Ibid.) os testemunhos de convertidos ganham destaque nos cultos. Sem questionar suas atuações passadas ou atos de crueldade cometidos, a igreja exerce a escuta de suas narrativas, seja de torturas e violências físicas exercidas por policiais e outros “bandidos”, seja de sofrimentos experimentados no cotidiano da prisão. Relatos de atos violentos cometidos

por esses homens, quando apresentados como testemunho, segundo a pesquisadora, tornam-se fala redentora e assumem retóricas entusiastas, como se a emoção e a “adrenalina” de cometer crimes fossem revividas. Descrito ou narrado em rituais na Adud, tais atos perdem a carga da culpa, no enredo dos depoentes, “o prazer do crime” é apresentado como ilusão, fantasia e enganação demoníaca. Conforme expõe Machado (Idem), quanto mais graves os crimes ou maior a fama alcançada por um “bandido”, maior relevância é dada a sua conversão. Assim, pequenos atos criminais ganham aura de grande delito e, de acordo com a pesquisadora, “quase bandidos” buscam se passar por “importantes ex-bandidos”. Ela ressalta que os “resgatados” não ganham destaque apenas nos cultos da igreja, mas costumam se tornar também membros de bandas gospel, protagonistas de DVD e missionários nas favelas onde efetuam novos resgates de almas. Assim, voltariam a vivenciar a fama e o poder, agora legítimos, já que após a conversão, essas pessoas passariam a agir para a “glória de Deus”.

De acordo com Machado (2014), em duas décadas de existência, a Adud construiu uma imagem controversa no Rio de Janeiro: além de ex-presos e ex-bandidos, figuras públicas como deputados federais, senadores, artistas e policiais frequentam seus cultos. Alguns de seus líderes têm sido candidatos a cargos legislativos e a Igreja se aproximou de diversas instituições do Estado, tendo colaborado diretamente com a implantação das UPP. Por outro lado, essa denominação pentecostal vem sendo questionada por sua proximidade com facções criminosas, especialmente o Comando Vermelho. A circulação de “bandidos” pelos espaços da Adud tem sido denunciada frequentemente. A Igreja é suspeita de acolhê-los para protegê-los da polícia, evidenciando uma ambiguidade na sua relação com o crime, que oscila entre o combate e a proximidade. Para a pesquisadora, a proximidade da igreja com o crime, que é

indispensável para a conversão de “bandidos” ao pentecostalismo, também pode fomentar uma perigosa aliança, com poder para ocultar ilegalismos e produzir impunidade. Em meio a diversas polêmicas, amplamente repercutidas por veículos de mídia, em que a exaltação ao trabalho missionário da Adud se alterna com denúncias de seu envolvimento com criminosos, fica evidente, segundo Machado (Idem), o protagonismo alcançado por essa denominação pentecostal na cena pública carioca.

Se os trabalhos de Teixeira (2009) e Machado (Idem) focalizam, sobretudo, pessoas que vivenciaram o crime no passado, mas o abandonaram, ressignificando esta experiência por lentes pentecostais, a pesquisa de Cunha (2014, 2015) analisa a conversão de agentes criminais em pleno desenvolvimento de atividades ilegais. A autora (Ibid.) pesquisou por treze anos a favela de Acari, no Rio de Janeiro. Além de temas como política e religião, ela aborda convergências e continuidades entre a “vida na igreja” e a “vida no crime”, discutindo os efeitos da “conversão” pentecostal de traficantes de Acari, durante os anos 2000, sobre as dinâmicas criminais locais.

De acordo com Cunha (Idem), durante os anos 1980, observa-se vasta adesão de traficantes do Rio de Janeiro às religiões afro-brasileiras, sendo recorrente a identificação com seus símbolos sagrados e divindades. São Jorge, que na interpretação sincrética corresponde a Ogum, considerado um valente guerreiro, teria sido popular entre personagens do crime. Segundo Vital, até o início da década de 1990, rituais e lugares sagrados de umbanda e candomblé eram abundantes em Acari e outras favelas cariocas, cuja aceitação não era restrita a praticantes de crimes, mas abrangiam amplos segmentos de moradores. Durante os anos 1990 teriam se tornado usuais as ocupações policiais nas periferias da cidade. Em Acari, uma das maneiras pelas quais essas ações buscaram demarcar o triunfo da polícia e do Estado sobre os “bandidos”

locais foi a destruição de símbolos de religiões afro-brasileiras e do catolicismo popular. Ao associarem as religiões de matriz africana a atividades criminais, os policiais teriam criado condições para a expansão do pentecostalismo que, segundo Cunha (2014), experimentou um notável crescimento, na favela durante os anos 1990.

Cunha (Idem) assinala que o início dos anos 2000 marcou Acari pelas guerras do tráfico. Conflitos internos ao Terceiro Comando e a formação do ADA teriam ocasionado sangrentas disputas que geraram dezenas de mortes e prisões, disseminando medo e anseio por segurança na população. Impactadas pelas violências dos combates com outros traficantes, lideranças do tráfico de Acari converteram-se ao neopentecostalismo, suscitando a adesão de diversos outros agentes do crime e de moradores da favela não envolvidos com atividades ilegais. De acordo com a autora (Ibid.), essas conversões fortaleceram pentecostalismo, que já estava em expansão na comunidade. Salmos, passagens bíblicas e símbolos sagrados do evangelismo passaram a substituir imagens de santos católicos, entidades do candomblé e referências a drogas em muros e *outdoors* na favela. Cultos pentecostais e *shows gospel* foram celebrados ao ar livre, orações proferidas pelos próprios traficantes propagaram-se no sistema de rádio do tráfico. Realizaram-se celebrações religiosas em igrejas locais em ocasiões de aniversários, pagamentos de dízimos ou outras contribuições ofertadas por traficantes e seus familiares (Ibid.).

Com base em narrativas e declarações de moradores e traficantes de Acari, Cunha (Idem) ressalta os efeitos da aproximação entre agentes criminais e doutrinas evangélicas. A participação nos cultos, campanhas e na rotina da igreja teria interferido nas ações e escolhas de traficantes locais, sobretudo no controle de impulsos violentos e na programação financeira. Alguns interlocutores da autora (Ibid.) assinalaram que o impulso para brigas teria se

arrefecido com a adesão ao pentecostalismo e aumentado a disposição para pedir desculpas e estabelecer diálogo. Sobre a gestão das quantias obtidas pela participação no tráfico, ela assinala que diversos traficantes que costumavam gastar com rapidez elevadas somas, com a adesão ao pentecostalismo passaram a economizar e a investir em negócios legais seus recursos ilicitamente obtidos, no intuito de interromper a atuação no crime e garantir fontes de renda lícita.

Segundo Cunha (Idem), falas de traficantes e moradores evangélicos de Acari costumam exaltar a tranquilidade como característica do cotidiano da favela nos dias atuais. Essa tranquilidade é atribuída ao empenho de traficantes “convertidos” em reduzir os confrontos armados na localidade. Esses personagens teriam implementado mudanças no funcionamento das atividades criminais em Acari, que agora seriam pautadas por discricção e uma relativa pacificação, valores religiosos os teriam levado a superar o ímpeto por revanche na relação com a polícia, gerando sensação de segurança e tranquilidade na comunidade. Relatos acessados pela pesquisadora descrevem a revelação de uma liderança pentecostal a um importante traficante da favela, de que este só conseguiria se libertar da “influência satânica” caso reduzisse o número de mortes na localidade. Tal mensagem, embora não tenha modificado a relações dos agentes do tráfico entre si, teria impactado nas relações destes com moradores de Acari. Na gestão de situações de conflitos e na vigilância dos códigos de conduta impostos na comunidade, como o de não roubar dentro da favela, o tráfico local teria passado a evitar punições mais rigorosas, sobretudo execuções. Essa mudança de postura teria sido amplamente motivada, segundo interlocutores de Cunha (2014), pela fé pentecostal, que os levou a enxergar o tráfico de drogas apenas como uma fonte de renda, de preferência provisória, que não deveria lhes fazer contrair inimigos ou incorrer em matanças.

Se o trabalho de Feltran e outros pesquisadores ressaltam que atuação do PCC na regulação de conflitos e gestão da vida nas periferias de São Paulo teve impacto sobre quantidade de mortes nesses redutos, interferindo nas estatísticas criminais do Estado, a pesquisa de Cunha (Idem) elucida que a atuação de igrejas pentecostais junto a traficantes em Acari, no Rio de Janeiro, influenciou esses agentes criminais a se esquivarem de confrontos armados com a polícia e a evitarem causar mortes nas comunidades. Tanto o PCC nas periferias de São Paulo como diversas denominações pentecostais que têm alcançado considerável legitimação em favelas do Rio de Janeiro são vistos por significativos segmentos de moradores das regiões onde atuam como confiáveis e mais empenhados do que os agentes do Estado na redução mortes e preservação da vida da população mais pobre (FELTRAN, 2010; CUNHA, 2014). Ambos também desenvolvem ações consideradas eficazes e construíram imagem positivas no interior do sistema prisional, cujos detentos, em sua maioria esmagadora, são pobres e oriundos da periferia.

Nesta terceira sessão discutiram-se, sob diferentes pontos de vista, as relações das práticas criminais com as dimensões da moral, da ética e da política. A própria possibilidade de se pensar o mundo criminal como dotado de uma moral, uma ética ou uma política não é evidente e gerou uma série de controvérsias e mal-entendidos. Contudo, essa foi uma frente de investimento de pesquisas muito intensa e, talvez, aquela que ganhou mais visibilidade não acadêmica. Cabe destacar que, desde o início do debate sobre o proceder, essas relações morais éticas e políticas foram, em quase todos os trabalhos, descritos como parte de um universo que não é encapsulado dentro dos limites de um coletivo, mas sim como parte de um processo que atravessa e transcende o mundo criminal – um conjunto de práticas reflexivas que o transcendem: em pichadores, jogadores de futebol de várzea, trabalhadores informais

e ilegais. Da mesma forma, o mundo criminal, como visto, também permeia outros universos, como aquele das práticas religiosas. Esses breves apontamentos iluminam um horizonte de pesquisas futuras em que caberia a reflexão de como essas dimensões ainda podem ser compreendidas de forma mais ampla, em novas e variadas conexões com outros universos sociais.

Considerações e apontamentos sobre um campo de estudos em construção

Conforme exposto nas partes anteriores, pesquisas etnográficas sobre crime e seus protagonistas representam um ganho enorme à pesquisa em ciências sociais do Brasil, e são trabalhos que têm tornado o universo social do crime, suas dinâmicas e personagens mais inteligíveis. Ao invés de dissociado de racionalidade e moralidades, algumas etnografias mostram que ações criminais podem ser racionais, outros elucidam a relevância das moralidades nas relações entre praticantes de crimes e destes com pessoas não envolvidas em atividades criminais, e que valores morais, éticos e uma forma de política orientam ações, reações e avaliações desses agentes sobre situações e pessoas. Outro desdobramento dessas pesquisas, muitas realizadas em periferias urbanas, é mostrar que conexões entre crime e pobreza não podem ser categoricamente descartadas, são trabalhos que elucidam o cotidiano de favelas e bairros pobres em grandes cidades brasileiras, cujos habitantes são fortemente afetados em suas rotinas por dinâmicas criminais, sobretudo o funcionamento do tráfico de droga, as possibilidades de engajamento em atividades ilegais ou de sofrer algum tipo de prejuízo em suas trajetórias é muito maior do que estão sujeitas populações de bairros e regiões mais abastadas. Os mercados criminais são descritos em suas conexões com as instituições estatais e com a economia legal, de modo que todo um novo horizonte de reflexão é aberto para sua compressão.

Além de avanços empíricos, refinamento de categorias analíticas, discussões concernentes a problematizações desenvolvidas ou resultados destes trabalhos, há também contingências e desdobramentos epistemológicos e operacionais a serem assinalados. Um desafio sempre renovado para as pesquisas de cunho etnográfico nas temáticas de violências, crime, conflitos sociais e questões afins é o de escapar do poder de captura de terminologias jurídicas e normatividades daí decorrentes. A atividade de nomear costuma envolver, de modo simultâneo e irrefletido, classificações e juízos de valores. Quando se trata de ocorrências e práticas relacionadas a violências e crimes, separar descrição de classificação se mostra particularmente difícil, nestes casos elucidar um contexto sem sucumbir a adjetivações se torna um desafio. Construir etnograficamente análises e teorizações é o melhor caminho para se refinar a análise e superar leituras que negativizam previamente certos eventos e seus protagonistas.

Em se tratando das pesquisas de cunho etnográfico que focalizam violências e crimes, “levar a sério” a perspectiva nativa traz um ganho incomparável aos trabalhos, propicia análises sofisticadas, livres de adjetivações. Por outro lado, por envolverem contato direto e aproximação com praticantes de atividades ilegais ou violentas, não raro considerados “bandidos de alta periculosidade” pelas polícias, ao alcançar a tão almejada confiança dos “nativos”, problemas de outra ordem despontam. Um dos mais inquietantes é a possibilidade de criminalização dessas etnografias.

Nos Estados Unidos, pesquisadores como Phillipe Bourgois (2003) e Sudhir Venkatesh (2008), cujos trabalhos envolveram pesquisa de campo baseada em observação participante de praticantes de atividades ilegais, tornaram-se alvos de suspeição e tiveram de prestar esclarecimentos à polícia. Mais recentemente, um episódio que teve ampla repercussão na comunidade acadêmica foi uma polêmica

envolvendo a etnógrafa Alice Goffman, filha do célebre Erving Goffman (1922-1992), que por seis anos realizou trabalho de campo junto a jovens negros envolvidos em processos criminais. Na versão em livro de sua tese de doutorado, *On the run: fugitive life in an american city*, Goffman (2014) chama atenção para atuação violenta e persecutória da polícia norte-americana ante jovens negros, mostrando que os sistemas legal e prisional interferem fortemente no cotidiano e na vida familiar em regiões predominantemente habitadas por populações pobres e negras. No apêndice metodológico do seu trabalho, a autora (Idem) conta sobre o assassinato de Chuck, um jovem negro seu amigo. Ela narra uma situação em que dirige um carro acompanhada de um outro jovem interlocutor de campo que portava uma arma, os dois estariam em uma “caçada” ao assassino de Chuck. Por causa desse trecho do texto, a etnógrafa se tornou alvo do jurista e professor de direito da Northwestern University, Steven Lubet (2015), que em uma review on-line de *On the Run* para *The New Rambler* questiona dimensões éticas da pesquisa de Goffman (2014) e a acusa de cometer crime durante a realização do seu trabalho de campo. A acusação de Lubet desencadeou expressivo apoio da comunidade acadêmica à pesquisadora, manifestado em resenhas e artigos elogiosos, dentro e fora dos Estados Unidos, mas evidenciou a vulnerabilidade de pesquisas desenvolvidas com praticantes de atividades ilegais ou alvos de processos de criminalização, baseadas no método da observação participante. Essas pesquisas, com facilidade, podem entrar na mira de grupos conservadores e autoritários, quase sempre os mesmos que resistem em reconhecer a legitimidade das pesquisas em ciências humanas.

No Brasil, não têm se tornado públicos registros de repressão ou perseguição explícita pelos aparatos de repressão do Estado, direcionada a cientistas sociais que pesquisam

atividades ilegais e mantêm contato direto com seus praticantes. Alguns trabalhos de campo que resultaram em teses e dissertações, cujas metodologias se basearam na observação participante, propiciaram aproximações e laços de amizade do pesquisador com os sujeitos de suas pesquisas, praticantes de atividades criminais entre os quais alguns estavam foragidos ou não identificados da polícia (AQUINO, 2010a, 2010b; BIONDI, 2010, 2014; GRILLO, 2008, 2013; HIRATA 2010; MARQUES, 2014). Tais empreendimentos etnográficos, embora tenham envolvido dilemas éticos e metodológicos vivenciados durante o desenvolvimento da pesquisa e depois de sua publicação, não chagaram a se tornar alvos de suspeição ou de investigação declarada pela polícia ou justiça. Não há como afirmar se a não incidência de repressão ou tentativa de criminalização dessas pesquisas revela uma face progressista das nossas instituições de controle ou se deve a grande quantidade de trabalho acumulada nas delegacias de polícia e no Judiciário, em contraste com a deficiência numérica de funcionários, motivo que poderia dissuadir agentes destas instituições de comprometer suas agendas investigando etnógrafos, podendo se explicar ainda pelo fato de nossas pesquisas não serem consideradas “perigosas o suficiente” ou capazes

de ameaçar a credibilidade pública de certas forças “da ordem”, tais como as polícias e o sistema de justiça.

Embora cientistas sociais não tenham garantias jurídicas na realização de suas pesquisas (como têm, por exemplo, os jornalistas, o direito de manter o sigilo sobre suas fontes), há documentos com forte peso político que orientam a atuação destes profissionais, sobretudo nas relações que desenvolvem em decorrência de trabalhos de campo. Os códigos de ética da ABA e da SBS recomendam a preservação da identidade de pessoas e coletivos que colaboram em pesquisas, evitando que desdobramentos desses trabalhos os prejudiquem. Revelações que incriminem ou causem prejuízos diretos a seus interlocutores de pesquisa, constituem, portanto, infração de códigos que regulam sua atuação profissional. Contingências e incertezas concernentes à realização de etnografias que abordam o universo do crime e seus agentes, no entanto, não têm desencorajado novas gerações de cientistas sociais. Expressivas quantidades de apresentações de pesquisas de mestrando e doutorandos nos mais diversos eventos na área de ciências sociais no país demonstram que estão em andamento novas e fascinantes etnografias, abordando as temáticas em pauta.

Referências

- ADERALDO, G. A. *Reinventando a “cidade”*: disputas simbólicas em torno da produção e exibição audiovisual de “coletivos culturais” na cidade de São Paulo. 2013. 382 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- AGUIAR, D. P. *“Marcados para morrer”*: moralidades e socialidades das crianças na comunidade do Serviluz. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- ALBUQUERQUE, J. L. C.; PAIVA, L. F. Entre nações e legislações: algumas práticas de legalidade e ilegalidade na triplíce fronteira amazônica. *Ambivalências*, São Cristóvão, v. 3, p. 85-114, 2015.
- ALBUQUERQUE, L. C. *Fronteiras em movimento e identidades nacionais*: a imigração brasileira no Paraguai. 2005. 265 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

- _____. Conflito e integração nas fronteiras dos “brasiguaios”. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, p. 579-590, 2010.
- ALMEIDA, L. N. *Estado e ilegalismos nas margens do Brasil e do Uruguai*: um estudo de caso na fronteira de Santana do Livramento e Rivera. 2015. 249 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- ALMEIDA, R. *A Igreja Universal e seus demônios*: um estudo etnográfico. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.
- ALMEIDA, R. O. *Mulheres que matam*: universo e imaginário do crime no feminino. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.
- _____. *Mulheres que matam*: universo e imaginário do crime no feminino. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- ALMEIDA, R. O.; BRASIL, G. M. Formação da guarda municipal: uma aventura. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 601-628, 2011.
- ALVES, J. C. S. *Dos barões ao extermínio*: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH, 2003.
- ANGELIM, D. M. *O fenômeno dos blogs policiais*. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- ANGOTTI, B. *Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus*: o surgimento dos presídios femininos no Brasil. 2011. 317 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- AQUINO, J. P. D. *Mundo do crime e racionalidade*: os assaltos contra instituições financeiras. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.
- _____. *Príncipes e castelos de areia*: liminaridade e performance nos grandes roubos. 2009. 230 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- _____. *Príncipes e castelos de areia*: um estudo da performance nos grandes roubos. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010a.
- _____. Redes e conexões parciais nos assaltos contra instituições financeiras. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 10, p. 75-100, 2010b.
- _____. Etnografando assaltos contra instituições financeiras: a publicação da pesquisa, seus impasses e desdobramentos. *Illuminuras*, Porto Alegre, v. 16, p. 184-210, 2015.
- _____. Subvertendo o Código Penal e a monogamia: arranjos afetivos e familiares envolvendo praticantes de assaltos contra instituições financeiras. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 84-111, 2017.
- ARAÚJO, F. A. *Das consequências da arte macabra de fazer desaparecer corpos*: violência, sofrimento e política entre familiares de vítimas de desaparecimento forçado. 2012. 316 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

- ARAÚJO, L. S. *Entre vigilâncias e ilegalismos: cotidiano e práticas policiais do Ronda do Quarteirão no Ceará*. 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- ARRUDA, R. H. *Com a morte nos olhos: itinerários de matadores de aluguel*. 2008. 284 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- AYOUB, D. S. *Entre jagunços e valentes: família, terra e violência no interior do Paraná*. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- AZEVEDO, L. R. *Do medo de morrer ao medo no viver: um estudo sobre o sequestro relâmpago e suas vítimas*. 2015. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- BARBOSA, A. C. R. *Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduff, 1998.
- _____. Segmentaridade e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. *Alceu*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 166-179, 2001.
- BARBOSA, A. C. R.; RENOLDI, B.; VERÍSSIMO, M. *(I)Legal: etnografias de uma fronteira difusa*. Niterói: Eduff, 2013.
- BARBOSA, W. F. *Nas fronteiras do mundo militar: hierarquia, conflitos e subjetivação na crise do militarismo da PMCE*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- BARREIRA, C. *Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- BIONDI, K. *Junto e misturado: imanência e transcendência no PCC*. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.
- _____. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.
- _____. *Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC*. 2014. 336 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- BIRMAN, P.; MACHADO, C. B. A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 80, p. 55-69, 2012.
- BIRMAN, P. et al. *Dispositivos urbanos e trama dos viventes*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2015.
- BORBA, T. *Uma etnografia sobre a atuação policial em tempos de pacificação no Rio de Janeiro*. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- BOURGOIS, P. *In search of respect: selling crack in el barrio*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.
- BUMACHAR, B. *Nem dentro, nem fora: a experiência prisional de estrangeiras em São Paulo*. 2016. 380 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

- CALDEIRA, T. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- CAMPOS, J. T. *Um lugar do tamanho do mundo: socialidade e narrativa no Serviluz*. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- CARDIN, E. G. Trabalho e práticas de contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai. *Geopolítica(s)*, Madrid, v. 3, n. 2, p. 207-234, 2012.
- _____. As dinâmicas das fronteiras e as vítimas de homicídios em Foz do Iguaçu, PR (2001-2010). *Século XXI*, Santa Maria, v. 3, n. 2, p. 155-181, 2013.
- CAVALCANTE, P. *Como se fabrica um pistoleiro*. São Paulo: Escrituras, 2003.
- CAVALCANTI, M. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 35-59, 2008.
- CHAGAS, R. S. *Nem anjos nem demônios: o crime como uma esfera da vida de jovens e adultos da periferia de Salvador*. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- COSTA, D. L. R. *A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*. 2007. 243 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- COSTA, G. V. L. Os bolivianos de Corumbá: conflitos e relações de poder na fronteira. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 35-63, 2015.
- COSTA, G. V. L.; OLIVEIRA, G. F. Esquemas de fronteira em Corumbá-MS: negócios além do legal e do ilegal. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 207-232, 2014.
- CRISÓSTOMO, F. V. *O homicida apaixonado: quando amor e ódio se misturam*. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- CUNHA, C. V. Religião e criminalidade: traficantes e evangélicos entre os anos 1980 e 2000 nas favelas cariocas. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 61-93, 2014.
- CUNHA, M. I. *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajetos*. Lisboa: Fim de Século, 2002.
- DIAS, C. C. N. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação da dominação do PCC no sistema carcerário paulista*. 2012. 386 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- _____. Consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista e a nova configuração do poder. *L'Ordinaire des Amériques*, Toulouse, v. 216, p. 1-10, 2014.
- DIÓGENES, G. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip-hop*. 1998. 384 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998a.

- _____. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip-hop*. São Paulo, Annablume, 1998b.
- DORFMAN, A. *Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais*. 2009. 360 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- FACHIN, P. Lógica carioca e lógica paulista: duas formas de organização criminosa. *IHU On-line*, São Leopoldo, n. 506, 2017. Não paginado. Disponível em: <<https://bit.ly/2H8dXab>>. Acesso em: 4 abr. 2018.
- FACHINETTO, R. F. *Quando eles matam e quando elas matam: uma análise dos julgamentos de homicídio pelo tribunal de Júri*. 2012. 423 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- FACINA, A. *Vou fazer você gostar de mim: debates sobre a música brega*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.
- _____. *Mapeamento da produção cultural em uma favela da zona norte do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.
- FACINA, A.; PEREIRA, V. H. A.; ARAGÃO, M. (Orgs.). *Poesia Favela: in livro*. Rio de Janeiro: Encantarte, 2012.
- FARIAS, J. *Governo de mortes: uma etnografia da gestão de população de favelas no Rio de Janeiro*. 2014. 248 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- FEFFERMAN, M. *Nas fronteiras da lei e do fora da lei*. 1997. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- _____. *Vidas arriscadas*. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- FELTRAN, G. S. *Fronteiras de tensão: política e violência na periferia de São Paulo*. 2006. 336 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- _____. O legítimo em disputa: as fronteiras do mundo do crime nas periferias de São Paulo. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 93-126, 2008.
- _____. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, p. 59-73, 2010.
- _____. Diário intensivo: a questão do adolescente “em conflito com a lei”, em contexto. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 1-44, 2011a.
- _____. *Fronteiras de tensão: política e violência na periferia de São Paulo*. Marília: Editora Unesp, 2011b.
- _____. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 232-255, 2012.

- FERNANDES, A. S. *Escuta ocupação: arte do contornamento, viração e precariedade no Rio de Janeiro*. 2013. 310 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- FERREIRA, M. I. C. *Homicídios na periferia de Santo Amaro: um estudo sobre a sociabilidade e os arranjos de vida num cenário de exclusão*. 1998. 207 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- FIORI, M. *Uso de drogas: substâncias, sujeitos e efeitos*. 2013. 224 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- FONSECA, C. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 2006.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FRAGA, P. C. P.; NASCIMENTO, J. K. N. Participação feminina nos mercados de drogas ilícitas no Vale do Rio São Francisco, no Nordeste brasileiro. *Tempo Social*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 135-157, 2017.
- FREITAS, A. C. V. *E isso é bandido? Engajamentos à vida do crime na Região Metropolitana da Grande Vitória*. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- FREITAS, G. J. *Ecos da violência em Alagoas*. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.
- _____. *Ecos da violência: narrativas e relações de poder no Nordeste Canavieiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- FRÚGOLI JUNIOR, H. Introdução: dossiê Luz, São Paulo. *Ponto Urbe*, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 1-20, 2012.
- GODOI, R. *Prisão e periferia: trajetórias que se cruzam em São Paulo*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- _____. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. 2015. 246 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- _____. O controle da pena: presos, defensores e processos nos circuitos do sistema de justiça. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 389-411, 2017.
- GOFFMAN, A. *On the run: fugitive life in an American city*. Chicago: University of Chicago Press, 2014.
- GRILLO, C. *Fazendo o doze na pista: um estudo de caso do mercado ilegal de drogas na classe média*. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- _____. *Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas*. 2013. 291 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

- HIRATA, D. *Futebol “de várzea”*: um estudo sobre práticas urbanas e seus territórios. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- _____. Les “Racionais” et la Vida Loka. In: CABANES, R.; GEORGES, I. (Orgs.). *São Paulo, debut de siecle: la ville d’en bas*. Paris: L’Harmattan, 2009.
- _____. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. 2010. 367 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- _____. *Produção da desordem e gestão da ordem: notas para uma história recente do transporte clandestino em São Paulo*. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 441-465, 2011.
- _____. A propos d’un point de vente de drogues: notes ethnographiques. *L’ordinaire des Ameriques*, Toulouse, v. 216, p. 1-17, 2014a.
- _____. Ilegalismos. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014b.
- _____. Gangsta rap: possibilidades analíticas e tipo social. *Antropolítica*, Niterói, n. 38, p. 61-67, 2015a.
- _____. Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do “Arco Norte”. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 30-34, 2015b.
- HIRATA, D.; GRILLO, C. C. Sintonia e amizade entre patrões e donos de morro: perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro. *Tempo Social*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 75-98, 2017.
- HYRA, T. C. *Contando as violências: estudo de narrativas e discursos sobre eventos violentos em Florianópolis (SC)*. 2006. 210 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- JERMMAN, M. *Do bar ao xadrez: a criminalização do ato de beber e dirigir e o controle institucional do comportamento social dos indivíduos na condução de veículos*. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- LABRONICI, R. B. *Para todos vale o escrito: uma etnografia do jogo do bicho*. 2012. 60 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- LAGO, N. B. *Mulheres na prisão: entre famílias, batalhas e a vida normal*. 2014. 108 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- LEITE, M. P. *Pala além da metáfora da guerra: percepções sobre cidadania, violência e paz no Grajaú, um bairro carioca*. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- LEMOS, C. B. *Puxando pena: sentidos nativos da pena de prisão em cadeias do Distrito Federal*. 2017. 221 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.

- LESSING, B. Counterproductive punishment: how prison gangs undermine state authority. *Rationality and Society*, Thousand Oaks, v. 29, n. 3, p. 12-49, 2017.
- LIMA, C. A. R. G. *As contravenções e o cotidiano dos presídios*. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- LIMA, J. S. F. *Mulher fiel: as famílias das mulheres dos presos relacionados ao Primeiro Comando da Capital*. 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.
- LIMA, R. S.; RATTON, J. L. (Orgs.). *As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2011.
- LIMA, W. S. *Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho*. São Paulo: Labortexto, 2001.
- LIMA FILHO, R. *Mata-mata: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- LOPES JUNIOR, E. Os cangaceiros viajam de Hilux: as novas faces do crime organizado no interior do Nordeste do Brasil. *Cronos*, Natal, v. 7, p. 353-372, 2007.
- LUBET, S. Ethics on the run. *New Rambler*, [s.l.], 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/ViXKwd>>. Acesso em: 17 abr. 2018.
- LYRA, D. *A república dos meninos: valores éticos e morais dos garotos armados do morro*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- _____. *A república dos meninos: juventude, tráfico e virtude*. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.
- MACHADO, C. B. Pentecostalismo e o sofrimento do (ex-)bandido: testemunhos, mediações, modos de subjetivação e projetos de cidadania nas periferias. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 153-180, 2014.
- MACHADO DA SILVA, L. A. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 13, p. 115-112, 1999.
- _____. *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MACIEL, W. C. 2014. *Os “Maria da Penha”: uma etnografia de mecanismos de vigilância e subversão de masculinidades violentas em Belo Horizonte*. 2014. 328 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.
- MAGALHÃES, C. A. T. *O crime segundo o criminoso: um estudo de relatos sobre a experiência da sujeição criminal*. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- MALHEIROS, I. M. *Eu dizendo uma coisa e todo mundo dizendo outra: o abuso sexual infantojuvenil em múltiplos contextos*. 2017. 296 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

- MALLART, F. *Cadeias dominadas: dinâmicas de uma instituição em trajetórias de jovens internos*. 2012. 187 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- MALLART, F.; RUI, T. Cadeia ping-pong: entre o dentro e o fora das muralhas. *Ponto Urbe*, São Paulo, n. 21, p. 1-17, 2017.
- MALVASI, P. *Interfaces da vida loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo*. 2012. 288 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- MARINHO, C. *Viúvas de gangues: o universo interdito da violência urbana juvenil*. 2004. 166 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Fortaleza, Fortaleza, 2004.
- _____. *Afetos de rua: culturas juvenis e afetividades nos bastidores da Cidade*. 2012. 241 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- MARQUES, A. C. R. *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão do Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- MARQUES, A. J. Da “bola de meia” ao triunfo do “Partido”: dois relatos sobre o “proceder”. *Ponto Urbe*, São Paulo, v. 1, p. 1-7, 2007a.
- _____. Dar um psicológico: estratégias de produção de verdade no tribunal do crime. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 7., 2007, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007b.
- _____. *Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- _____. “Liderança”, “proceder” e “igualdade”: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. *Etnográfica*, Lisboa, v. 14, n. 2, p. 311-335, 2010.
- _____. *Crime e proceder: um experimento antropológico*. São Paulo: Alameda, 2014.
- _____. *Humanizar e expandir: uma genealogia da segurança pública no estado de São Paulo*. 2017. 331 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.
- MARQUES, A. J.; BIONDI, K. (Orgs.). Dossiê: jovens em conflito com a lei. *Revista de Antropologia da UFSCar*, São Carlos, v. 3, n. 1, p. 259-374, 2011.
- MARTINEZ, M. M. *Redes do cuidado: etnografia de aparatos de gestão intersetorial para usuários de drogas*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.
- MATTOS JÚNIOR C. C. *Violência, cidadania e medo: experiências urbanas em Fortaleza*. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

- MELO, J. G.; ALVES, L.; CAVALCANTE, J. A. Do lado de dentro e do lado de fora: justiça e criminalidade a partir de perspectivas de mulheres em situação de prisão e na condição de visitantes. *Vivência*, Natal, v. 1, n. 46, p. 1-20, 2015.
- MELO, J. G.; RODRIGUES, R. Notícias de um massacre anunciado e em andamento: o poder de matar e deixar morrer à luz do Massacre no Presídio de Alcaçuz, RN. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 48-62, 2017.
- MELO, N. J. A. “*Suspeitei desde o princípio*”: a construção de identidade entre os internos da FUNASE-PE. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia e Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- MENDONÇA, N. A. S. *Ritual do enquadramento juvenil*: uma análise de interações e performances entre jovens autores de ato infracional e o sistema de Justiça no Ceará. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.
- MENEZES, P. V. *Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”*: uma etnografia do processo de “pacificação” de favelas cariocas. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- MISSE, M. *Malandros, marginais e vagabundos*: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. 1999. 413 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- _____. *Crime e violência no Brasil contemporâneo*: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- MORAES, T. A. B. *Morro do Dezoito*: um estudo das relações entre moradores e traficantes sob o aspecto da confiança. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- MORALES, L. P. *Cenários da violência*: análise estético-narrativa do telejornal policial Barra Pesada. 2014. 185f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- MOREIRA-LEITE, A. M. *Tribunal do Júri*: julgamento da morte no mundo dos vivos. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- NERI, N. 2009. “*Tirando a cadeia dimenor*”: a experiência da internação e as experiências de jovens em conflito com a lei no Rio de Janeiro. 2009. 164 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- OBERLING, A. O. *Maconheiro, dependente, viciado ou traficante?* Representações e práticas dos policiais militares sobre o consumo e o comércio de drogas na cidade do Rio de Janeiro. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- OLIVAR, J. M. N. *Guerras, trânsitos e apropriações*: políticas da prostituição feminina, a partir das experiências de quatro mulheres militantes em Porto Alegre, Brasil. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

- _____. Performatividades governamentais de fronteira: a produção do Estado e da fronteira através das políticas de tráfico de pessoas na Amazônia brasileira. *Ambivalências*, São Cristóvão, v. 3, p. 149, 2015.
- OLIVEIRA, G. F. O. *Nas bocas da cidade de Corumbá-MS: o comércio de drogas na fronteira do Brasil-Bolívia*. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2013.
- OLIVEIRA, I. M. S. *Do vapor ao sapatinho: organização das quadrilhas e gerenciamento de vítimas de roubos a banco*. 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- OLIVEIRA, L. M. R. *Crime é “coisa de mulher”*: identidades de gênero e identificações com a prática de crimes em posição de liderança entre mulheres jovens na cidade de Recife/PE. 2012. 200 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- PADOVANI, N. C. *Sobre casos e casamentos: afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona*. 2015. 400 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- PAES, V. F. *Como se contam crimes: um estudo sobre a construção do crime no Brasil e na França*. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- PAES-MACHADO, E.; VIODRES-INOUE, S. O lado sombrio da estrada: vitimização, gestão coercitiva e percepção de medo nos roubos a ônibus interurbanos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 30, n. 89, p. 9-30, 2015.
- PAIVA, L. F. S. *Contingências da violência urbana em um território estigmatizado*. 2007. 191 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- _____. *Significados da morte: o discurso da imprensa sobre crimes que “abalaram o Brasil”*. 2012. 376 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- PEREIRA, A. B. *De rolê pela cidade: os pixadores na cidade de São Paulo*. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, 2005.
- PERLONGHER, N. *O negócio do michê: a relação entre o prostituto viril e seu cliente*. 1986. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.
- PIMENTA, I. L. *Dos acessos ao “mundo do trabalho”*: uma etnografia sobre os processos de construção institucional de presos e egressos no Rio de Janeiro (Brasil) e em Ottawa (Canadá). 2014. 326 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- PISCITELLI, A. *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais de sexo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- PISCITELLI, A.; LOWENKRON, L. Categorias em movimento: a gestão de vítimas do tráfico de pessoas na Espanha e no Brasil. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 35-39, 2015.

- PIRES, L. *“Arreglar” não é pedir arrego: uma etnografia de processos de administração institucional de conflitos no âmbito da venda ambulante em Buenos Aires e Rio de Janeiro*. 2010. 405 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- POLICARPO, F. *O consumo de drogas e seus controles: uma perspectiva comparada entre Rio de Janeiro, Brasil, e San Francisco, EUA*. 2013. 218 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- PORTO, C. A. M. *Selves em cadeia: um olhar sociológico sobre a carreira moral de egressos do sistema penitenciário carioca*. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- RABOSSA, F. *Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- _____. Tempo de movimento em um mercado de fronteira: Ciudad del Este, Paraguai. *Sociologia & Antropologia*, São Paulo, v. 5, p. 405-434, 2015.
- RAMALHO, J. R. *Mundo do crime: a ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- RAMIREZ, J. G. et al. *Economia criminal y poder político*. Medellín: Eafit, 2013.
- RATTON, J. L.; DAUDELIN, J. Mercados de drogas, guerra e paz no Recife. *Tempo Social*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 115-132, 2017.
- RENOLDI, B. *Os vãos esquecidos: experiência de investigação, julgamento e narcotráfico na fronteira Argentina-Paraguai*. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- _____. Otro dolor para América Latina: la política de guerra a las drogas y sus consecuencias. *Revista de Salud Pública*, Córdoba, v. 16, n. 3, p. 33-41, 2012.
- _____. Estados posibles: travesías, ilegalismos y controles en la Triple Frontera. *Etnográfica*, Lisboa, v. 19, n. 3, p. 417-440, 2015.
- RIFIOTIS, T. Nos campos da violência: diferença e positividade. *Primeira Mão*, Curitiba, v. 18, n. 7, p. 1-13, 1997.
- RUI, T. *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- _____. *Corpos abjetos: etnografia em cenário de uso e comércio de crack*. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Campinas, Campinas, 2012.
- SÁ, L. D. *Guerra, mundão e consideração: uma etnografia das relações sociais dos jovens no Serviluz*. 2010. 296 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

- _____. A condição de bichão da favela e a busca por consideração: uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 339-355, 2011.
- SALES, L. J. M. *Medo e sofrimento social: uma análise das narrativas de policiais militares em atendimento clínico*. 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- SANJURJO, L.; FELTRAN, G. Sobre lutos e lutas: violência de Estado, humanidade e morte em dois contextos etnográficos. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 40-45, 2015.
- SANTOS, A. C. *Crimes passionais e honra no tribunal do Júri brasileiro*. 2008. 167 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- SANTOS FILHO, J. C. M. *Sociedade do controle, guerra às drogas e as favelas do Rio de Janeiro: o caso do Centro de Comando e Controle da UPP Rocinha*. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- SCHRITZMEYER, A. L. P. *Controlando o poder de matar: uma leitura antropológica do Tribunal do Júri: ritual lúdico e teatralizado*. 2002. 284 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- SEPÚLVEDA FILHO, D. A. *A firma é forte: trabalho, crime e consumo nas redes da violência urbana*. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- SILVA, A. M. S. *Agentes públicos na segurança privada: a configuração do bico na cidade de Fortaleza*. 2010. 126f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- _____. *A inversão da ordem na vida policial: sociabilidade prisional e práticas ilegais*. 2015. 237 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
- SILVA, J. D. S. *Políticas de quebrada e políticas estatais referentes aos homicídios em Luzia, São Paulo*. 2015. 129f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.
- SILVA, K. A. *A construção social e institucional do homicídio: da perícia em local de morte à sentença condenatória*. 2013. 256 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- SILVA, L. A. M. Violência urbana e agenda pública. *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, v. 18, p. 10-15, 2003.
- SIMIÃO, D. S. *As donas da palavra: gênero, justiça e a invenção da violência doméstica em Timor-Leste*. 2005. 257 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2005.
- SIQUEIRA, I. B. L. *Aqui ninguém fala, escuta ou vê: relatos sobre o cotidiano profissional dos agentes de segurança penitenciária em Manaus*. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.
- SOUZA, J. A. *Sociabilidades emergentes: implicações da dominação de matadores na periferia e traficantes nas favelas*. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

- TEIXEIRA, C. P. *A construção social do "ex-bandido": um estudo sobre sujeição criminal e pentecostalismo*. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- _____. *A teia do bandido: um estudo sociológico sobre bandidos, policiais, evangélicos e agentes sociais*. 2013. 238 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- TELLES, V. S. Ilegalismos urbanos e a cidade. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 84, p. 153-173, 2009a.
- _____. Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 97-126, 2009b.
- TELLES, V. S.; AZAIS, C.; KESSLER, G. *Ilegalismos, cidade e política*. Belo Horizonte: Traço Fino, 2012.
- TELLES, V. S.; HIRATA, D. V. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 61, p. 173-192, 2007.
- _____. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 22, p. 39-59, 2010.
- TELLES, V. S.; PERALVA, A. *Ilegalismos na globalização*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015.
- VALENTE, J. B. *Dilemas morais na liberdade assistida: o caso de Campinas*. 2017. 129 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- VALENTIM, D. C. *Semear é preciso, viver não é preciso: economia do compartilhamento e dispersão de sementes digitais através de redes P2P*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- VARGAS, E. V. *Entre extensão e intensidade: corporalidade, subjetivação e uso de "drogas"*. 2001. 623 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
- VARGAS, J. D. *Estupro: que justiça?* Fluxo do funcionamento e análise do tempo da Justiça criminal para o crime de estupro. 2004. 307 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- VENKATESH, S. *Chefe de quadrilha por um dia*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2008.
- VERISSIMO, M. *Maconheiros, fumons e growers: um estudo comparativo do consumo e do cultivo caseiro de maconha no Rio de Janeiro e em Buenos Aires*. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- VIANNA, A. Tempos, dores e corpos: considerações sobre a espera entre familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro. In: BIRMAN, P. et al. *Dispositivos urbanos e trama dos viventes*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- VIEIRA, D. *Correndo pelo certo, vivendo no crime: moral, subjetivação e comensurabilidade na experiência de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas*. 2014. 366 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

- VIEIRA, T. M. *Nem junto, nem misturado: uma etnografia sobre paz e proximidade na UPP Nova Brasília*. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- VILLELA, J. M. *O povo em armas: violência e política no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- VIODRES-INOUE, S. R. *Vitimização de rodoviários interurbanos por assaltos*. 2008. 255 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- WILLIS, G. D. *Killing consensus: police, organized crime and regulation of life and death in urban Brazil*. Berkeley: University of California Press, 2015.
- ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: as organizações vicinais e o significado da pobreza*. 1984. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.
- _____. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ZARANZA, J. S. *Amores exilados: vivências de amor e relacionamento familiar entre mulheres e homens em detenção*. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.
- ZILLI, L. F. *O bonde tá formado: gangues, ambiente urbano e criminalidade violenta*. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- _____. O mundo do crime e a lei da favela: aspectos simbólicos da violência de gangues na região metropolitana de Belo Horizonte. *Etnográfica*, Lisboa, v. 19, n. 3, p. 463-487, 2015.

Resumo

Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017

Trata-se de um levantamento das pesquisas realizadas no Brasil sobre práticas criminais por meio de uma perspectiva etnográfica. O período selecionado contempla os anos de 2000 a 2017, no qual identificamos um aumento substancial dos trabalhos que envolvem pesquisa de campo e que procuram compreender analiticamente mercados ilegais e ilegalismos, coletivos criminais e a ética, moral e política do crime. Destacamos as contribuições dessas pesquisas para o debate acadêmico mais amplo sobre esses temas, assim como os dilemas metodológicos e éticos envolvidos na construção empírica do campo.

Palavras-chave: Etnografias do Crime; Ilegalismos; Coletivos Criminais; Ética, Moral e Política Criminal.

Abstract

Ethnographic inserts into crime: some considerations on research conducted in Brazil between 2000 and 2017

This article aims to review research on criminal practices conducted in Brazil through an ethnographic perspective. The period selected, from 2000 to 2017, is justified by the substantial increase in studies involving field research and that seek to understand analytically illegal markets and illegalisms, collective criminality and the ethics, morality and

politics in crime. We emphasize the contributions of these researches to the academic debate on these themes, as well as the methodological and ethical dilemmas involved in the empirical construction of the field.

Keywords: Ethnographies of Crime; Illegalisms; Collective Criminality; Ethics, Morality and Politics in Crime.

Résumé

Regards ethnographiques sur l'univers de la criminalité : quelques considérations sur la recherche menée au Brésil entre 2000 et 2017

Il s'agit d'un bilan bibliographique des recherches menées au Brésil sur les pratiques criminelles dans une perspective ethnographique. La période concernée sont les années entre 2000 à 2017, est justifiée par une augmentation substantielle des études qui portent sur la recherche sur terrain et une tentative analytique de comprendre les marchés illégaux et les illégalismes, les collectifs criminelles et l'éthique, la morale et les politiques criminelles. On souligne les contributions de ces recherches au débat académique plus large sur ces thèmes, ainsi que les dilemmes méthodologiques et éthiques impliqués dans la construction empirique de la recherche sur terrain.

Mots-clés: Ethnographies du Crime; Illégalismes; Collectifs Criminels; Éthique; Morale et Politique Criminelle.

Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000

Jacqueline Muniz¹
Haydée Caruso²
Felipe Freitas³

É assunto de polícia? É assunto de abordagem das ciências sociais

Como a polícia se torna um tema de estudo relevante nas ciências sociais no Brasil? Como as organizações policiais se converteram em um objeto relativamente autônomo de conhecimento? Esses são questionamentos de base que inquietam os autores e que, por meio do mapeamento, da sistematização e da análise do perfil da produção bibliográfica dos últimos anos, serve como fio condutor deste artigo.

Seria possível afirmar que a polícia e o que gravita em torno de suas visões de mundo, estruturas, funções e práticas caracterizam-se como uma *problemática obrigatória*⁴ a ser enfrentada pelas ciências sociais brasileiras? Mas em que contexto sócio-político e histórico os estudos sobre a polícia, os policiais e os policiamentos se iniciam? Que caminhos foram percorridos pelos cientistas sociais que se dedicam a esse campo? Que temáticas foram exploradas e se constituíram como importantes aportes para compreender as organizações

policiais e integrantes, seus fins, meios e modos de atuação?

Importa registrar que os estudos sobre polícia, do final dos anos 1990 para cá, ganharam em qualidade e quantidade. Hoje constituem rico sortimento tanto de alternativas diversas de temas e análise quanto do volume ampliado de distintos trabalhos desenvolvidos e publicados. Importa também ressaltar que, de algum modo, esta respeitável e vasta produção suscita, ainda, importantes questionamentos sobre suas possíveis implicações nas políticas públicas de segurança pública experimentadas no Brasil.

Diante de uma produção científica em crescimento, não é exagero afirmar que os estudos sobre a polícia têm mobilizado, além do previsível ativismo jurídico e da militância dos direitos humanos, antropólogos, sociólogos e cientistas políticos, a partir de diferentes lugares de produção de conhecimento sobre o tema (ADORNO, 2001; BARREIRA; ADORNO, 2010; KANT DE LIMA; MISSE; MIRANDA, 2000; ZALUAR, 1999a, 1999b).

1 Antropóloga; professora do Departamento de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: jacquelineoliveira.muniz@gmail.com

2 Antropóloga; professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: haydee.caruso@yahoo.com.br

3 Criminólogo; doutorando em direito pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: fsfreitas_13@yahoo.com.br

4 Utilizamos *problemática obrigatória* para compreender a polícia como objeto de estudo nas ciências sociais, nos termos propostos por Bourdieu (2001) em que algumas questões se constituem em "repertório de lugares-comuns", "não apenas um discurso e uma linguagem comuns, mas também terrenos de encontro e acordo, problemas comuns e maneiras comuns de abordar tais problemas comuns" (Ibidem, p. 207). Para o autor, pouco importa se os intelectuais discordam das questões que discutem. O que está em jogo é estar de acordo em discuti-las. Neste ponto, tal noção torna-se chave para o argumento que pretendemos desenvolver, uma vez que se busca demonstrar que a polícia, enquanto objeto de estudo, consolida-se nas ciências sociais.

Um olhar atento para o conjunto de estudos sobre as polícias, sob a perspectiva das ciências sociais, explicita os diversos trânsitos *temporais e espaciais* feitos por pesquisadores⁵, policiais, gestores públicos, ativistas de direitos humanos, entre tantos outros atores que, de modo variado, contribuíram para um campo de pesquisa em franca consolidação. A ideia de trânsitos *temporais e espaciais* busca incorporar a itinerância profissional realizada por aqueles atores que, em períodos e contextos distintos, voltaram seus interesses para as polícias e seus diversos mundos. E, sobretudo, reconhecer como estes fluxos entre o mundo das ONGs, do governo, da Academia e das polícias acabaram por produzir efeitos interessantes, como a própria configuração multidisciplinar e intersetorial dos estudos policiais. Afinal, os trânsitos realizados por tais pesquisadores alimentaram e retroalimentaram a produção acadêmica desenvolvida por eles, uma vez que o exercício de distintas atividades – acadêmicas, públicas e privadas – permitiram construir e confrontar novos ângulos de observação da realidade e suscitaram nestes cientistas sociais novas questões e enfoques para velhos problemas relacionados às polícias.

Interessados em mergulhar no universo de estudos que elege a polícia como objeto privilegiado de sua abordagem, propomos neste artigo uma dupla tarefa: revisitar os levantamentos bibliográficos já produzidos com uma lupa que permita “enxergar” e interpretar o surgimento dos estudos policiais, como também realizar

um balanço do que foi produzido, entre 2000 e 2017, considerando as três grandes áreas das ciências sociais: antropologia, sociologia e ciência política.

Para cumprir o desafio proposto, optou-se por organizar o artigo em três partes. Na primeira, busca-se situar e entender o “lugar” que ocupa os estudos policiais nas ciências sociais brasileiras. Tem como pretensão demonstrar como o campo emerge e deixa de ser exclusivamente um legítimo *problema social*, recorrente da vida cotidiana nacional, e passa a se configurar, também, como uma legítima *problemática sociológica*, com seus desafios, ambiguidades e possibilidades de interpretação. Para tanto, foram revisitados os artigos anteriores que objetivaram descrever e analisar a produção bibliográfica sobre os temas da *violência, criminalidade, justiça criminal e segurança pública*. Revisitá-los, neste caso, significou identificar neles como e por que se deu o início da produção específica sobre as polícias e que temas foram inicialmente contemplados nesses estudos. Não se tratou de fazer uma história dos estudos e pesquisas que abordam a polícia como recorte central, mas encontrar na leitura desses levantamentos prévios os contextos e inquietações que despertaram o interesse dos cientistas sociais.

A segunda parte corresponde a uma seção de passagem redigida como uma breve nota que traz os pontos importantes sobre o levantamento realizado, incluindo as dificuldades encontradas para a realização desse exercício

5 Cabe citar alguns pesquisadores, em ordem alfabética, que exerceram importantes funções públicas, municipais, estaduais e federais, no âmbito da segurança pública, a partir do final dos anos 1990: Ana Paula Mendes de Miranda (UFF), Arthur Trindade (UnB), Cesar Barreira (UFC), Claudio Beato (UFMG), Haydée Caruso (UnB), Jacqueline de Oliveira Muniz (UFF), Jorge da Silva (UERJ), José Luiz Ratton (UFPE), Julita Lemgruber (CESEC/UCAM), Luiz Eduardo Soares (UERJ), Luís Flávio Saporì (PUC-MG), Paulo Sérgio Pinheiro (USP), Renato Sérgio de Lima (FBSP), entre outros. A chamada “ida para o governo” implicou a construção de políticas e planos de segurança pública que, por processos distintos, destacavam a importância da gestão do conhecimento e da informação aplicados à segurança como recurso indispensável à implementação de políticas públicas. Esta e outras iniciativas que valorizaram a produção de diagnósticos qualificados contribuíram para a expansão da produção acadêmica sobre as polícias e os policiamentos nas ciências sociais brasileiras.

analítico. Nela, são apresentados os procedimentos metodológicos que orientaram a produção do *corpus* empírico que sustenta os resultados apresentados neste artigo.

A terceira parte apresenta um panorama geral do que foi levantado, considerando alguns marcadores identitários dos autores bem como os temas propostos por eles. Por fim, o artigo apresenta uma lista classificatória que poderá ser útil para a navegação dos futuros(as) pesquisadores(as) da área pelas fontes consultadas neste trabalho. Em síntese, estão dispostos um conjunto de subsídios extraídos dos estudos levantados que, analisados em conjunto, permitem apresentar um balanço, mesmo com algumas lacunas, da produção desenvolvida nos últimos 17 anos, no Brasil.

Parte I: De problema social à problemática sociológica – a construção de um lugar para os estudos policiais nas ciências sociais

Motivados em apresentar ao leitor as trilhas e atalhos que nos levam a entender como o tema polícia ganhou relevância para os pesquisadores brasileiros, recorreremos, brevemente, aos importantes – e ainda atuais – levantamentos produzidos por Alba Zaluar (1999a, 1999b), Kant de Lima, Michel Misse e Ana Paula Miranda (2000), Sérgio Adorno (2001), César Barreira e Sérgio Adorno (2010) e, mais recentemente, Marcelo Campos e Marcos Alvarez (2017)⁶. A partir dos percursos realizados por esses autores, buscou-se

compreender as formas de inserção da polícia enquanto temática⁷. Tratou-se de apreender os modos pelos quais esse tema vai se apresentando nos estudos, cujo propósito primeiro era cobrir, de maneira mais abrangente possível, a literatura especializada sobre violência, criminalidade, justiça criminal e segurança pública.

Os caminhos metodológicos traçados pelos autores para construir seus mapeamentos bibliográficos foram diferentes entre si, porém neles identificam-se elementos comuns que lançam luzes sobre o processo de inserção da polícia como objeto das ciências sociais. Desses trabalhos pode-se fazer aparecer uma espécie de *mito de origem* da inscrição do tema no rol das preocupações intelectuais dos cientistas sociais brasileiros.

Tem-se um lugar dos estudos policiais que desliza entre a descrição e a prescrição de realidades, a um só tempo, sob exame de um olhar investigativo e sob prova de um olhar interventor. Um lugar que se abre à urgência política das demandas sociais por “reforma das polícias”, e que, por isso mesmo, se insere entre a temporalidade por resultados e soluções e a temporalidade da investigação. Um lugar entre pesquisa e ação, a criar uma passagem cujos sentidos seguem nessa mão dupla que pavimenta um caminho que vai e volta de um problema social para uma problemática sociológica. Um lugar que segue em processo de construção e na procura por uma identidade própria: uma *ciência social da polícia* que se ocupe de desenvolver teorias e metodologias considerando as especificidades da realidade policial.

6 Um levantamento inicial foi feito por Sérgio Adorno (1993), todavia, optamos por não o incluir no escopo de análise, uma vez que o autor em seu artigo “Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea” (2001) reconhece que o primeiro levantamento por ele elaborado havia sido superado por aqueles feitos por Zaluar e Kant de Lima, Misse e Miranda (2000). Desse modo, tomamos como referência inicial para a discussão proposta os artigos “Violência e crime” (1999b) e “Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização” (1999a), ambos de Zaluar.

7 Ao buscar os estudos que tratam da temática “polícia” a partir dos levantamentos, considerou-se tanto os que fizeram da polícia a questão central do trabalho quanto aqueles em que ela aparece como contraponto ao objeto principal de investigação.

Se pensarmos numa linha do tempo, veremos que Zaluar, no final dos anos 1990, estava interessada em circunscrever o debate entre cientistas políticos, antropólogos e sociólogos que estudaram o tema “violência e criminalidade” a partir de perspectivas e abordagens distintas. A autora mostrou-se estimulada em situar o estágio em que o campo se encontrava, explorando as convergências e divergências entre os pesquisadores, isto é, as concepções e suas formas de enquadramento acerca dos fenômenos cobertos pelo grande paraquedas da violência e do crime. Para autora, até aquele momento, o debate ainda poderia ser considerado disperso, uma vez que este ainda não tinha sido organizado e bem fundamentado teoricamente. Por esse motivo, a escolha analítica da pesquisadora desviou-se da pretensão de buscar modelos teóricos construídos pela área, voltando-se para mapear os temas presentes na literatura especializada (ZALUAR, 1999a). Como resultado desse empreendimento, ela apresenta a proposição de cinco grandes eixos que aglutinam, a seu ver, a seleta de estudos por ela consultados:

- 1) a reflexão sobre o que é violência [...]; 2) as imagens ou representações sociais do crime e da violência e o medo da população [...]; 3) contar as vítimas e os crimes [...]; 4) a procura de explicações para o aumento da violência e da criminalidade [...]; 5) o problema social da criminalidade como tema de política pública. (Idem, 1999a, p. 8)

As chaves de agregação temática propostas caracterizam, antes, as escolhas da própria autora, pesquisadora pioneira da área, sobre as questões que considerava prioritárias e de maior relevo no campo dos estudos da violência e do crime, na época de realização do seu levantamento. Diante dessa constatação, buscou identificar quais seriam as preocupações relevantes nos trabalhos de seus pares.

Constata-se que a palavra “polícia” ou alguma expressão que remeta às representações

e práticas policiais não aparece nos eixos classificatórios. É fato que a polícia existia nas realidades da violência e do crime, porém, esta não deu o ar de sua existência como uma das categorias de indexação elaboradas por Zaluar. É significativo que o mundo da polícia ainda não fizesse parte da linguagem acadêmica autorizada, ainda que fosse autor de um tipo de violência, a chamada “violência estatal”. Nem bem, nem mal dita, a temática da polícia seguia não dita, uma realidade interdita que ainda não estava explicitamente anunciada pelos enunciados classificatórios. Mas o que essa invisibilidade da temática da polícia pode comunicar?

De fato, a polícia não figurava como temática importante para os pesquisadores pioneiros da violência. As polícias e suas práticas ocupavam um lugar secundário nas reflexões, salvo exceções, como os trabalhos inaugurais de Paixão (1982, 1995), Kant de Lima (1995, 1997) e Oliveira (1985a, 1985b, 1985c). As aparições desses temas nos artigos acadêmicos tendiam a ser indiretas, como algo já sabido a ser imputado como agente (re)produtor de violações do que como algo a ser investigado e compreendido por dentro. Parecia suficiente para compreensão da violência e do crime tratar a polícia como uma abstração genérica, cuja explicação estava fora dela, em outro ente, também abstrato e desencarnado, chamado Estado (MUNIZ, 1999). Na periferia dos interesses acadêmicos, a polícia surgia subalterna, tal como seus integrantes vindos das classes populares, um corpo sem alma e sem projetos próprios de poder.

Reduzida a uma instrumentalidade, a polícia não aparecia como algo em si mesmo, uma realidade complexa e singular a ser desvendada. Não havia muito o que conhecer na polícia. Bastavam a sua caracterização como “aparelho repressivo do Estado”, a apuração e a denúncia dos efeitos perversos de sua ação. Portanto, os olhares de fora, de cima e ao redor da polícia.

Dessa forma, mantinha-se uma boa distância com quem controla, disciplina e corrige, enfim com quem regula pela distribuição seletiva de coercitividades (MUNIZ, 1999). Assim, manobrava-se com as restrições institucionais o trabalho de pesquisa independente no interior das polícias. Olhares de dentro costumavam esbarrar nas alegações dos comandos e das autoridades governamentais quando acionavam, sempre que oportuno, a “razão de estado” ou a “razão de segurança” para manter as polícias o mais distante possível do mundo da pesquisa. Portanto, parecia mais apropriado que a polícia que investiga para prender não fosse ela própria investigada para ser apreendida como objeto da compreensão crítica.

Já Kant de Lima, Misse e Miranda (2000) identificaram ser possível “propor uma abordagem sistemática” da bibliografia da área. E, para isso, consideraram que as (até então) duas décadas de acúmulo regular de interpretações e materiais empíricos, bem como a presença dos intelectuais da área no espaço público, debatendo questões relativas à segurança pública e justiça criminal, traduziam-se em critérios incontestes de que já seria possível desenvolver uma análise comparada dessa produção (Ibidem, p. 45). Chama atenção que, segundo a sistematização dos dados levantados pelos autores, quase dois terços dos pesquisadores registrados nos Diretórios de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e associados ao “setor de atividade” denominado “segurança pública e criminalidade” concentravam-se na área de humanidades e, ainda, que 60% das linhas estavam vinculadas às ciências sociais (Ibidem, p. 45). Essa expressiva concentração não chega a ser surpreendente, se consideramos

que a violência e o crime e, por sua vez, o controle social, o conflito, a coerção e o desvio constituem um repertório temático clássico das ciências sociais desde a sua constituição. Ademais, a despeito das possíveis ondas de modismo temático, tais assuntos seguiram mobilizando o interesse de pesquisadores de diferentes gerações e em distintos momentos de suas trajetórias acadêmicas. Parece servir de contexto sociopolítico para esse interesse expressivo na problemática da segurança e do crime, o comportamento crescente das taxas de criminalidade violenta no Brasil⁸, nas décadas de 1980 e 1990, e também o ingresso na agenda pública das demandas por reforma das agências estatais de controle e regulação como parte indispensável do processo de redemocratização do país e de avanço da cidadania.

Kant de Lima, Misse e Miranda (2000), assim como Zaluar, apresentam ao leitor uma proposta classificatória para o acervo que conseguiram levantar entre 1970 e 2000. Interessa aqui chamar atenção para a categorização que propuseram, uma vez que essa proposta classificatória é também reveladora das inscrições da polícia, como tema de pesquisa, na narrativa das ciências sociais. Neste caso, apresentaram as seguintes temáticas, incluindo subdivisões para a primeira: (1) A temática da delinquência e da criminalidade violenta subdividida em (a) delinquência infanto-juvenil e a categoria de “menor”; (b) aumento da criminalidade urbana, mudanças de padrão e perfil social dos acusados e seus efeitos de violência; (c) a questão do crime organizado e do tráfico de drogas; (2) a temática da polícia e do sistema de justiça criminal; (3) a temática das políticas públicas de segurança; (4) a temática da violência urbana (imagens, práticas e discursos).

8 O Anuário Brasileiro de Segurança Pública, organizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, organização não governamental, é a principal fonte de dados consolidados sobre criminalidade, sistema prisional e segurança pública, em âmbito nacional. Conferir: <<http://www.forumseguranca.org.br/atividades/anuario/>>.

Note-se que a estrutura classificatória concebida pelos autores conjuga o que seriam os problemas sociais, suas expectativas de resolução e a problemática científica que os conforma. Tem-se, com esse modo de categorizar a produção científica mapeada, um esforço de conferir visibilidade acadêmica a instituições, sujeitos, discursos e práticas. É nesse tipo de enquadramento, que incorporou um universo maior de referências e com um recorte temporal mais amplo, que a polícia é protagonizada como objeto de estudo em duas temáticas, podendo ainda se fazer presente, de forma indireta, nas demais temáticas concebidas. Parece-nos que há um fio condutor implícito, o binômio sociedade e estado, que se desdobra nas relações de poder, seus regimes de verdade e suas formas de administração de conflitos. Ampliou-se a chave indexadora pela inclusão da expressão “segurança pública” – uma categoria de origem política, cuja definição e alcance, sua descrição e prescrição seguem em disputa entre operadores, ativistas e pesquisadores (COSTA; LIMA, 2014; MUNIZ, 2012a).

Na sequência, em 2001, Adorno⁹ publica um ensaio onde realiza uma abordagem diferenciada da questão, mas igualmente interessante para a compreensão do campo. O texto não se configura necessariamente em mais um levantamento, tal como os anteriormente produzidos, mas investe em referências de maior impacto no campo, considerando aquelas produzidas pelos *scholars* da área, em particular do campo tradicional da violência

urbana que, anterior às terminologias mais recentes como “segurança pública”, “estudos policiais”, abrigava os pesquisadores seniores.

Como o interesse desse autor não era produzir uma lista exaustiva destes *scholars*, ele procurou dialogar com aqueles que poderiam ser compreendidos como influenciadores do debate; e que, de alguma forma, seriam vistos como precursores da construção de uma agenda política, tanto em círculos acadêmicos como não acadêmicos e, igualmente, envolvidos na formação de novos pesquisadores do campo. Nesse caso, um autor e uma de suas obras em particular ganhou destaque na análise empreendida por Adorno. Trata-se da autoetnografia¹⁰ *Meu casaco de general*, escrita por Luiz Eduardo Soares (2000a), em que retrata, a partir de sua experiência, os 500 dias que esteve à frente da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro, durante o governo de Anthony Garotinho (1998-2002)¹¹.

É a partir dos *insights* teóricos subjacentes na narrativa pessoal e etnográfica do autor que Adorno percorreu aquilo que identifica como

um dos objetos mais caros à sociologia política: o monopólio estatal da violência física legítima, em torno do qual gravitam outros temas como: 1) soberania política e o futuro do Estado-Nação; 2) lei e ordem versus direitos humanos; 3) legitimidade, autoridade e justiça pública. (ADORNO, 2001, p. 171)

Ressalte-se que, uma vez mais, a problemática dos estudos policiais é contemplada

9 O artigo integra o volume IV da coletânea *O que ler na ciência social brasileira (1970-2002)*, publicado pela Anpocs. Conferir: <<http://www.anpocs.com/index.php/universo/acervo/biblioteca/coletaneas/o-que-ler-na-ciencia-social-brasileira-1970-2002/volume-iv/663-monopolio-estatal-da-violencia-na-sociedade-brasileira-contemporanea>>.

10 Nesse caso, o termo *autoetnografia* está em uso aqui na medida em que Adorno chama atenção para o fato de que a narrativa empregada pelo pesquisador e/ou gestor Luís Eduardo Soares articula sua visão pessoal sobre o vivido entremeadada por análises etnográficas em que o vivido foi compreendido como *drama social*, nos termos propostos por Victor Turner (2013).

11 Entre março e dezembro de 2002, Anthony Garotinho licenciou-se do Governo do Estado para candidatar-se à Presidência da República, assumindo a vice-governadora Benedita da Silva (PT).

de forma indireta, porém atravessa implicitamente os três grandes eixos de agregação propostos. Não se tem um nome, mas descritores dos lugares conceituais de polícia conforme aparece explicitamente na produção internacional: Polícia como meio de produção de alternativas de obediência às regras do jogo, com o recurso potencial e concreto de força, sob consentimento social (MUNIZ, 1999); Polícia como expressão de soberanias sob população e territórios; Polícia como dispositivo de administração de conflitos, de negociação das interpretações da lei e das expectativas de ordem (MUNIZ; PROENÇA JÚNIOR, 2014a).

As temáticas sugeridas objetivaram colocar a literatura brasileira em diálogo com as tradições da literatura estrangeira, principalmente europeia e norte-americana que tratam da relação entre *Violência e democracia*. Interessante observar que Adorno, ao contrastar a produção brasileira e internacional, visava pôr em relevo uma das inquietações mais pujantes para os pesquisadores da área e que se traduz no binômio violência *versus* direitos humanos.

Pode-se dizer que se trata – ainda – de um dos pontos de partida que os pesquisadores da área estão interessados em adotar. Vale aqui considerar esse ponto como uma das janelas de análise que é recorrentemente acionada, mas que, por vezes, recai sobre explicações tautológicas do fenômeno em que o conhecimento produzido sobre as polícias já parte de um lugar predeterminado, e porque não dizer pendular, no qual as polícias, ora são produtoras de violência *institucional*, ora garantidoras de *direitos humanos*.

Passados dez anos, César Barreira e Sergio Adorno (2010) investem na atualização dos levantamentos bibliográficos supracitados e, dessa vez, propõem cobrir, de modo preferencial, o campo especializado da sociologia. Com destaque para um campo diverso e controverso

denominado *sociologia da violência* que, para os autores, mantém conexões óbvias com as ciências sociais como um todo, mas que podem ser mapeadas a partir do que produziram os pesquisadores vinculados à sociologia ou em diálogo com a área.

O que importa assinalar é que também nesse levantamento, os autores reforçam a compreensão do campo a partir do repertório temático que dele emerge. Salientam que as temáticas trabalhadas por Zaluar (1999a, 1999b) e Kant de Lima, Misse e Miranda (2000) continuam atuais e aplicáveis ao campo específico da sociologia. E, como tentativa de compreensão do *estado da arte* da sociologia da violência no Brasil, apresentam aquilo que denominaram *tendências na agenda de investigação*. As tendências permitem captar os contextos, interesses e motivações que ajudam a situar a produção sociológica em questão em um tempo-espaço determinado. Assim, o exercício proposto pelos autores reforça uma linha argumentativa, de certo modo consensual na área, de que o controle da violência continua como um dos graves desafios às políticas governamentais. (BARREIRA; ADORNO, 2010). Portanto, é a partir dessa questão central que os autores constroem uma narrativa sobre a construção do campo.

O levantamento mais recente da área foi produzido por Campos e Alvarez (2017) e teve como foco, assim como os demais aqui citados, analisar a produção científica no âmbito dos estudos da violência no Brasil, considerando um período mais recente que compreendeu de 2000 a 2016. E, como tem sido retratado nas revisões anteriores, os autores também seguiram o caminho de apresentar as temáticas que mobilizaram os pesquisadores da área e não as linhas teóricas e rumos metodológicos. A recorrência da adoção desse tipo de estratégia permite supor que o elemento de vinculação dos pesquisadores é sua escolha temática e suas questões, muito mais do que as filiações

teóricas e/ou abordagens metodológicas adotadas. Isso evidencia um ecletismo que favorece as individualidades, mas também põe em cena uma configuração tão multifacetada que desafia a construção de um consenso mínimo sobre o estado da arte do campo.

Campos e Alvarez (2017) apontam para a possível consolidação da temática das “políticas públicas de segurança”, considerando a repercussão que esse grande tema teve nas publicações referenciais na área de sociologia. Essa temática diversifica-se internamente, a partir de distintos rótulos que os autores exploraram para tentar dar conta dos enfoques propostos pelos pesquisadores. Como exemplo, pesquisas sobre “fluxo”, “justiça criminal”, “administração institucional de conflitos”; “reforma da justiça”, “polícia”; “segurança privada”, “segurança pública”, “determinantes da criminalidade”, “prevenção ao crime e política criminal”, “estatísticas criminais”, “oportunidades do crime” e “violência de gênero” (CAMPOS; ALVAREZ, 2017, p. 145).¹²

Constata-se em todas as revisões aqui brevemente apresentadas uma urgência em compreender como *o campo se organiza*, mesmo com suas idiossincrasias, ambiguidades, interconexões e diversidades internas. Observa-se, também, que as alterações das grandes chaves indexadoras refletem mudanças de prioridades e alterações de ênfases. Mas, sobretudo, revelam disputas geracionais entre a sociologia, a ciência política e a antropologia. As escolhas de tal ou qual chave de indexação são antes políticas e apontam para o perde e ganha de prestígio e influência, para o que

se torna nomeável e visível. Nessas últimas três décadas, a classificação inicia-se com os direitos humanos, desloca-se para a violência e crime, chegando à segurança pública e justiça. Quanto mais se caminha para a defesa da grande chave “segurança pública”, mais são incorporados os pesquisadores das novas gerações e seus temas emergentes, o qual incluem as polícias. Cabe ressaltar que a chave “segurança pública” configura-se, no tempo presente, como o lugar por excelência de embates entre sociedade, Estado e academia. Isso corresponde a uma arena de confrontos entre ativistas, operadores, gestores e pesquisadores.

Das descrições e análises empreendidas, conseguimos apreender alguns *blocos de sentido* que podemos organizar em três grandes eixos temáticos que organizam – de certo modo – a agenda de pesquisa, especificamente sobre a polícia nas ciências sociais. O primeiro seria “violência e crime”, em seguida “polícia e ordem pública” e o terceiro “políticas públicas de segurança e justiça”¹³.

Quanto ao primeiro bloco “violência e crime”, as revisões de literatura o apontam como uma espécie de *eixo iniciático* do tema no Brasil, ao mesmo tempo que permanece como o principal guarda-chuva que continua a abrigar a produção acadêmica¹⁴. Nesse bloco, os estudos sobre a polícia surgem, como diria Zaluar (1999a, p. 9), da urgência em se discutir “a violência advinda do poder ilegítimo do Estado” e, como tal, ganhou espaço e permaneceu na agenda dos cientistas sociais, desde o período da ditadura civil-militar até os dias atuais. Todavia, é no contexto de

12 Por se tratar de rótulos associados aos artigos de autores da área e que foram cuidadosamente analisados por Campos e Alvarez (2017), vale conferir as referências bibliográficas elencadas no referido estudo, uma vez que, por limitação de espaço, não seria possível aqui reproduzir.

13 Os nomes desses blocos aproximam-se das formas como as agências estatais brasileiras, principais demandantes de pesquisas aplicadas na área, em especial aquelas do Poder Executivo, reconhecem como os grandes eixos do campo.

14 Pode-se dizer que isso resulta da tradição desta primeira temática. Também evidentemente é resultado de prestígio e influência política dos seus representantes nos órgãos públicos de fomento e na máquina estatal.

redemocratização do país, ao final dos anos 1980 e início dos anos 1990, que os estudos sobre “violência policial”, “corrupção policial” e “grupos de extermínio” ganham espaço entre os cientistas sociais.

Kant de Lima, Misse e Miranda (2000) afirmam que as transformações jurídicas e políticas vividas pelo país, nesse período, permitiram – de alguma maneira – um maior trânsito dos pesquisadores nas instituições judiciais e policiais. É por isso que “começa a desenvolver-se, a partir da década de 1980 uma sociologia da organização policial contemporânea”¹⁵.

Pode-se afirmar que, é ao longo dos anos 1990, a polícia passa efetivamente a ganhar lugar como *problemática sociológica*

seja do ponto de vista dos estudos sobre suas práticas, seja do ponto de vista das *violações de direitos humanos* que elas produzem, seja através das políticas públicas que elas encarnam, seja a partir de suas relações com diferentes segmentos da sociedade brasileira. (KANT DE LIMA; MISSE; MIRANDA, 2000, p. 52, grifo nosso).¹⁶

Diante dos interesses elencados, os anos 2000 surgem como um espaço possível de avanço dos estudos sobre a polícia e, desse modo, ela enquanto problema e tema surge com mais ênfase na narrativa acadêmica. Por essa razão, o segundo bloco, “polícia e ordem pública”, evoca um conjunto de estudos dos mais diversos e dispersos possíveis que vão desde o controle da ordem pública; a reforma das polícias; o estudo dos mecanismos de controle externo e interno; a análise do policiamento comunitário; ouvidorias, corregedorias, conselhos de segurança pública entre outros; a

polícia judiciária e seus fluxos de investigação; as guardas municipais; até a participação da sociedade civil na segurança pública através de projetos específicos. Obviamente essa lista não se esgota e nem dá conta do que foi produzido *sobre* as polícias. Todavia é revelador de uma inquietação acadêmica, que foi ganhando espaço e que é trabalhada pioneiramente na etnografia realizada por Muniz (1999) acerca do *fazer ostensivo da polícia*, que a permitiu colocar luz sobre questões centrais envolvendo a compreensão de que o fazer policial cotidiano é a expressão pragmática, funcional, utilitária e invasiva de como sustentar o exercício de certos tipos de poder e de autoridade, às regras do jogo democrático (MUNIZ; PAES MACHADO, 2010). Compreender a polícia nos seus próprios termos permite, então, se perguntar sociologicamente: *Qual Estado? Qual Ordem? E qual polícia?* estamos analisando (MUNIZ, 1999).

Por fim, o terceiro bloco, “políticas públicas de segurança e justiça”, remete a mais um variado universo de estudos que, obviamente, se conecta com os trabalhos sobre “polícia e ordem pública”, mas que aqui são tratados separadamente. Há boas razões para isso. Esses estudos parecem indicar, em seus esforços de análise, uma preocupação considerada por muitos dos cientistas sociais da área: uma tentativa de trazer o futuro no presente, descrevendo a realidade estudada diante da vontade de mudança que a prescrição encerra. Por um lado, denunciar as mazelas do Estado, em especial aquelas expressas nas políticas públicas de segurança e justiça. Por outro, apon-tar caminhos para a melhoria do “sistema”, seja por sua “reforma” e/ou “modernização”.

15 Sob esse ponto, conferir referências contidas na análise de Kant de Lima, Misse e Miranda (2000, p. 52).

16 Vale consultar a lista de referências bibliográficas disponíveis no artigo de Kant de Lima, Misse e Miranda (2000) e que tratam particularmente do surgimento das polícias como questão sociológica, a partir de diferentes enfoques. Conferir: <<http://www.anpocs.com/index.php/universo/acervo/biblioteca/periodicos/bib/bib-50/514-violencia-criminalidade-seguranca-publica-e-justica-criminal-no-brasil-uma-bibliografia/file>>.

Para além do risco de sermos simplistas nessa classificação dos intelectuais em dois polos¹⁷, o que nos interessa chamar atenção é para o fato de que nesse *bloco de sentido* localizamos um conjunto heteróclito de pesquisas, uma espécie de exílio categorial, suficientemente elástico para caber tudo sob a latitude conceitual da categoria “políticas públicas”. Identifica-se estudos engajados em apresentar cenários que levem a melhorias possíveis, por exemplo, para políticas de segurança e justiça voltadas aos públicos prioritários: mulheres, crianças, adolescentes, jovens adultos, jovens negros, LGBTs entre outros; passando por estudos sobre uso da força; fluxo de investigação policial; até aqueles voltados para as condições do trabalho policial; a saúde desses profissionais; sua participação em movimento sindicais, ativismos etc.¹⁸

Parte II: Breves notas metodológicas

Torna-se, antes, necessário explicitar os critérios adotados no mapeamento realizado e que sustenta a segunda parte do artigo¹⁹. Primeiro, optamos por trabalhar com revistas nacionais que, no quadriênio 2013-2016²⁰, tivessem sido avaliadas como A1, A2, B1, B2 em antropologia, sociologia e ciência política²¹. A exceção a esse recorte correspondeu a inclusão de artigos internacionais que tiveram alguma repercussão na literatura nacional.

No universo de revistas²² selecionadas, procedemos consultas utilizando as seguintes palavras-chave: “polícia”, “policial”, “policiamento”, “força pública”, “monopólio da violência”, “segurança pública” e, neste item, em particular, realizamos novo filtro tentando

- 17 Isso não significa dizer que intelectuais mais críticos em seus trabalhos também não contribuam, por exemplo, com proposições para as políticas públicas quando são chamados/convidados a serem ouvidos. Como afirmamos na introdução deste artigo, são vários os *trânsitos* entre academia e governo que marcam a configuração identitária dos/as pesquisadores do campo.
- 18 Barreira e Adorno (2010), assim como Campos e Alvarez (2017), chamam atenção para o importante crescimento dos estudos sobre *a punição e as prisões* com ênfase para os estudos sobre os tribunais de justiça; os juizados especiais criminais; o encarceramento em massa; a censuração e ampliação de facções criminosas.
- 19 Por uma limitação de espaço, não foi possível listar todos os trabalhos levantados ao final deste artigo. Todavia, foi possível captar informações relevantes que permitissem apresentar ao leitor um quadro temático que, de alguma maneira, pudesse indicar as principais tendências do campo, a partir dos objetos que foram privilegiados pelos(as) distintos(as) autores(as) brasileiros(as) consultados(as).
- 20 Ao escolher o quadriênio mais recente de avaliação, algumas revistas que não são mais avaliadas pela Capes foram retiradas da amostra, tais como *Discursos Sediciosos* e *São Paulo em Perspectiva* que no passado recente publicaram artigos importantes para área.
- 21 Há que se considerar que uma mesma revista pode ter distintas avaliações nas três áreas de concentração das ciências sociais ou mesmo revistas que são avaliadas por uma área e que sequer é analisada pela outra.
- 22 *Civitas; Sociologias; Caderno CRH; Sociedade e Estado; Revista Brasileira de Segurança Pública; São Paulo em Perspectiva; Estudos Avançados; Revista Brasileira de Estudos em Segurança Pública; Cadernos Adenauer; Ciência e Saúde Coletiva; Psicologia: Ciência e Profissão; Revista Brasileira de Ciências Criminais; Boletim Segurança e Cidadania; Dados; Sequência; Dilemas; Topoi; Revista de Administração Pública; Organização e Sociedade; Espaço Aberto; Revista Administração Contemporânea; Antropolítica; Revista de Antropologia USP; Psicologia e Sociedade; Psicologia, Ciência e Profissão; Segurança e Cidadania; Aurova; Ultima Ratio; Horizontes das Ciências Sociais; Bahia Análise & Dados; Etnográfica; Cadernos de Segurança Pública; O público e o privado; Revista Sociologia e Política; Sociologia e Antropologia; Afro-Ásia; Sociologia Política; Revista Brasileira de Ciência Política; Latitude; Opinião Pública; Tempo; Mana; Revista de Estudos em Segurança Pública; Boletim CEDES; Revista Brasileira de Sociologia do Direito; Cadernos de Ciências Sociais; Revista Brasileira de Ciências Sociais; Estudos Históricos; Horizontes Antropológicos; Cadernos do CEAS; Politéia; Revista Direito e Práxis; Almanack; Revista Brasileira Ciências Sociais; Revista de Ciências Sociais; Gestão Produção; Vibrant; Revista da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul.*

buscar aqueles artigos que fizessem interface direta com as questões policiais.

Todavia, pelas razões que já elencamos desde a introdução deste artigo, a temática policial requer de nós, pesquisadores(as), aproximações com outros universos de produção de conhecimento, como as ONGs, governos e organismos internacionais que, indubitavelmente, potencializaram o repertório de questões sobre a temática. Por esse motivo, também investimos em mapear as publicações do período (2000-2017) que tratassem diretamente sobre o tema e/ou que foram reiteradamente citadas nos artigos levantados na primeira fase da pesquisa. Logo, foram incluídos livros, relatórios de pesquisas aplicadas, artigos, notas técnicas, informes, manuais e cartilhas²³ produzidos e/ou financiados por tais atores.

Como forma de organização do material levantado, propusemos um sistema de classificação para os documentos que permitissem produzir as análises disponíveis no tópico seguinte. Nossa classificação foi composta pelas

seguintes categorias: (1) tipo de publicação²⁴; (2) ano de publicação; (3) autores(as); (4) referência; (5) tipo de texto²⁵; (6) gênero da publicação²⁶; (7) identidade dos(as) autores(as)²⁷; (8) sobre o que escreve; (9) avaliação da revista de acordo com o Qualis Periódicos; (10) UF da publicação; (11) abrangência do estudo²⁸; e (12) financiador²⁹.

É importante situar três observações quanto às limitações encontradas e às ausências de informações. A primeira diz respeito aos *marcadores identitários* dos/as autores/as. Entendíamos como relevante levantar e sistematizar informações que permitissem caracterizar a identidade socioprofissional do(a)s autores(as) como um recurso de contextualização e endereçamento, por exemplo, a idade e a raça/etnia. No entanto, essas informações não estavam disponíveis. Entende-se que, no futuro, poderá ser importante compreender a diversidade (ou não) dos atores do campo.

A segunda observação refere-se a “quem assina” os documentos. Encontramos

23 Como exemplo, estudos publicados na Coleção de estudos preparatórios da Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg) produzida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp/MJ), ou nos sites de ONGs importantes para área como: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Instituto Sou da Paz, Iser, Viva Rio entre outros.

24 Os critérios foram: artigo, livro, capítulo de livro, artigo de opinião, monografia, dissertação de mestrado, tese de doutorado, relatório de pesquisa, nota técnica, resenha, cartilha, informe, manual e entrevista.

25 Definimos duas categorias para esse item: (a) *acadêmico*, ou (b) *institucional* (produzido por organizações não acadêmicas, por exemplo);

26 Os textos acadêmicos foram classificados em: coletivos e individuais, e os textos institucionais em: governamentais e não governamentais.

27 Quanto à identidade dos(as) autores(as), nosso interesse foi compreender as inter-relações entre pesquisadores e policiais que foram ou são pesquisadores. Há um conjunto de textos produzidos por policiais que estão na academia ou mesmo em organizações governamentais e não governamentais, o que viabilizou, inclusive, a escrita de trabalhos feitos por policiais e não policiais. Utilizamos como filtro para esse item se era um documento feito por: (a) *policia*; (b) não policial ou (c) *misto (ambos)*.

28 Quanto à categoria “abrangência do estudo” interessou-nos observar se eram: (a) nacional; (b) estadual; (c) local e (d) internacional. Para aqueles que não se enquadravam em nenhuma dessas possibilidades, adotamos “não se aplica”, como exemplo, estão assim classificados aqueles artigos que fizeram levantamentos da produção bibliográfica da área.

29 A categoria “financiador” permitiu observar se os trabalhos eram financiados pelo Governo Federal, especialmente Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública; organismos internacionais; agências de fomento nacionais, entre outros. Na grande maioria dos trabalhos, esse tipo de informação não se encontra disponível.

documentos que são assinados institucionalmente como o de governos, ONGs ou organismos internacionais, mas que disponibilizam o nome do(a) pesquisador(a) responsável. Nesse caso, optamos por manter o nome do(a) pesquisador(a) como autor(a), mas é interessante problematizar esse “duplo caráter”, isto é, textos que são, ao mesmo tempo, autorais de estudiosos(as) da área e textos que produzidos, sob demanda, tornam-se também de propriedade autoral de instituições públicas e/ou privadas.

A terceira observação sinaliza para o grande desafio em *classificar* a produção da área, a partir de categorias que tentem dar conta *sobre o que se escreve*. Essa não foi e não é uma missão trivial, pois o rol de temas, questões, problemas, perspectivas são as mais diversas possíveis. Assim como os demais colegas que se debruçaram sobre a produção de estudos acerca da violência, criminalidade e segurança pública no Brasil, nós também encontramos uma ampla diversidade de temáticas exploradas, e nesse universo heterogêneo e pantanoso, tentamos organizar o material, a partir de categorias que respeitassem o objeto principal apresentado pelos(as) autores(as). Todavia uma ressalva precisa ser feita. Em muitos casos, assuntos aparentemente distintos reportam-se a uma mesma temática. Em outros, os temas se sobrepõem. Por isso, optamos pela dimensão que nos pareceu mais preponderante no trabalho analisado. Isso para dizer que adotamos, inicialmente, uma perspectiva indutiva de análise. Listamos todos os temas que apareciam de modo a constituir uma categorização propositalmente aberta e redundante. Depois, reorganizamos essa lista, criando novas categorias que aglutinassem ideias semelhantes que serão, de algum modo, exploradas a seguir.

Parte III: Os estudos policiais produzidos entre 2000 e 2017 – números, autores(as) e temáticas

Do *tipo de publicação* que recolhemos, os artigos acadêmicos compõem a principal parcela do universo analisado neste estudo. Das 400 publicações levantadas, 194 são artigos publicados em revistas indexadas³⁰ nas ciências sociais, correspondendo assim a 48,5% do universo de análise. As revistas destacaram-se como fundamentais para a ampliação do debate sobre os estudos policiais nessa área, e representam, ainda, o mais importante veículo para difusão das teses e dissertações defendidas e, em alguma medida, da principal estratégia de circulação de análises realizadas por organizações e movimentos sociais.

Além dos artigos, também integram o nosso escopo: livros; relatórios de pesquisa; capítulos de livro; monografias; dissertações e teses; entrevistas, cartilhas, manuais, informes, notas técnicas e artigos de opinião, conforme já ponderado nas notas metodológicas. O total de referências nesse bloco foram 206, com destaque para livros (56 registros), relatórios de pesquisa (46), capítulos de livros (33) e dissertações e teses (46). Os demais 25 registros corresponderam então às cartilhas, manuais, notas técnicas entre outros.

As revistas que deram maior destaque à questão dos estudos policiais foram: *Sociologias* e *Sociedade e Estado*, nas quais localizamos 30 dos 194 artigos consultados. Com destaque também foram as contribuições da *CRH*, *Civitas* e *Revista Brasileira de Segurança Pública* que, no período analisado, editaram os dossiês Polícia e Policiamento, coordenado por Jacqueline Muniz e Eduardo Paes Machado (2010); Ensaio da mudança em polícias

30 Revistas, preferencialmente, avaliadas no quadriênio 2013-2016 como A1, A2, B1, B2, tal como já explicitamos nas Notas Metodológicas.

de países lusófonos, editada por Cristina Zackseski (2016), e *Segurança pública e reforma das polícias na América Latina*, organizado por Máximo Sozzo e Rodrigo Azevedo (2016).

Alguns livros e coleções, ao longo do período, se destacaram. Primeiro, a série *Polícia e Sociedade*³¹ organizada pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP) que, com apoio da Fundação Ford e de especialistas nacionais e internacionais, disponibilizaram ao público brasileiro obras internacionais de referências sobre os estudos policiais. A série contribuiu decisivamente para o acesso de pesquisadores e policiais brasileiros a contribuições sobre *sistemas policiais, padrões de policiamento, inovações nas polícias, administração do trabalho policial, sociologia da polícia, política da polícia* entre outros temas.

Em 2007, Haydée Caruso, Jacqueline Muniz e Antonio Carballo Blanco organizaram a coletânea *Polícia, Estado e Sociedade: práticas e saberes latino-americanos*. O trabalho visou apresentar um conjunto de artigos acadêmicos e relatos policiais elaborados por mais de cinquenta autores oriundos de dez países da América Latina. Ambicionava possibilitar o intercâmbio de saberes e fazeres produzidos, de forma a contribuir para a construção de um espaço de interlocução, de produção e de divulgação de trabalhos entre policiais, ativistas e pesquisadores. O livro pretendeu apresentar – simultaneamente – acúmulos de pesquisa acadêmica com conhecimentos e vivências de policiais, a partir de questões relacionadas a *mandato policial; reforma policial; responsabilização e accountability policiais, gestão, planejamento*

e avaliação do trabalho policial; participação e controle social e polícia e juventudes.

Em 2011, Renato Sérgio de Lima, José Luiz Ratton e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo organizaram o livro *As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e Direitos Humanos no Brasil* que reúne, no formato de entrevistas, as trajetórias dos principais pesquisadores e pesquisadoras do campo. Nessa obra fazem a reconstrução narrativa das trajetórias intelectuais, os desafios e as posições colocadas diante dos lugares, nem sempre consensuais, de conciliar pesquisa e intervenção. Em 2014, esses autores também organizaram o primeiro *handbook* sobre *Crime, polícia e justiça no Brasil* que apresentou sessenta temáticas exploradas por pesquisadores das mais variadas áreas. Nessa coletânea, que se abre à inclusão dos trabalhos das novas gerações, tem-se, uma vez mais, um navegar por descrições substantivas do que seriam as principais questões dos estudos policiais articuladas ao que seria uma agenda democrática para a justiça criminal e a segurança pública.

Em 2015, Renato Sérgio de Lima organizou a obra *Narrativas em disputa: segurança pública, polícia e violência no Brasil*, que traz as preocupações dos seus autores, na maioria vinculados ao FBSP. Trata-se de um livro voltado para o grande público, composto por textos curtos, de fácil leitura, e que propõe apresentar uma nova narrativa das temáticas relacionadas à redução da violência no país, entre elas a policial. O projeto político do livro é claro. Faz-se uso de artigos de opinião que combinam fundamentação acadêmica e provocação argumentativa, como um modo de influenciar o debate público

31 Esta série foi editada entre 2000 e 2005. A seleção de títulos internacionais contemplados para publicação contou com as recomendações de Jacqueline Muniz (UFF) que elaborou em 1998, sob demanda da Fundação Ford, e em colaboração com os pesquisadores Domicio Proença Júnior (UFRJ) e Eugênio Diniz (PUC-Minas) o relatório de divulgação restrita, *Ordem pública e Polícia Militar: direções para a Fundação Ford no Brasil*, que tinha por objetivo subsidiar a tomada de decisão da cientista política Elizabeth Leeds, então gestora da Fundação Ford no Brasil, sobre suas linhas de financiamento relacionadas aos estudos policiais. Elizabeth Leeds foi a idealizadora do Fórum Brasileiro de Segurança, sendo presidente de honra até hoje.

pelo confronto reflexivo, trazendo, mais uma vez, as constatações descritivas e recomendações prescritivas. Também nesse ano, Renato Sergio Lima e Samira Bueno organizaram *Polícia e democracia: 30 anos de estranhamento e esperança* que, a partir de um sobrevoó sócio-histórico, analisam os avanços e recuos das políticas públicas relacionadas ao campo e suas implicações. Aqui, pode-se, mais claramente, reconhecer o movimento de caminhar entre a identificação do problema, a construção de uma problemática e o compromisso com a busca de solução. Por fim, também em 2015, Bernardo Kucinski acompanhado dos mais variados autores, desde intelectuais, militantes de direitos humanos, policiais até parlamentares, publica *Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. Nessa coletânea, uma vez mais, tem-se um projeto político-acadêmico cuja intenção é levar ao leitor uma variedade de evidências que subsidiem o desejo de transformação da realidade vigente: achados de pesquisa, denúncias, revelações e proposições combinam-se nessa aventura de saber para mudar.

Em síntese, os/as livros/coletâneas citados/as possuem expectativas e abordagens das mais diversas. Alguns vocacionados em *contar a história do campo*, outros em aprofundar e criar novas temáticas; outros em amplificar vozes *autorizadas* a falar sobre a polícia, a denunciar a polícia, a *narrar* sobre sua história no contexto brasileiro. Entre a preocupação de se fazer um *balanço* da produção existente e o *relato* de experiências e trajetórias, a produção editorial revela que, nos últimos anos, a polícia e suas questões foram se deslocando da periferia discursiva para disputar alguma centralidade nas narrativas acadêmicas. E não sem razão. Como temos insistido, o campo emergente dos estudos policiais gravita em torno da sua caracterização como problema social, de seu reconhecimento como problemática sociológica e de sua relevância pela urgência de solução política no Brasil. Se, de fato, trata-se de saber

para controlar, de conhecer para governar, então as polícias emergem como um ator institucional fundamental no processo de reforma do sistema de segurança pública e justiça. Afinal, são elas que administram, mais imediatamente, as inseguranças e violações dos e sobre os outros, e sua própria exposição ao risco.

A natureza dos textos e quem os escreve

Optamos por dividir os estudos em duas grandes categorias: *os acadêmicos* e *os institucionais*. Com essa divisão, identificou-se um universo de 374 trabalhos acadêmicos e 26 institucionais. A primeira categoria compreende produções tanto individuais quanto coletivas elaboradas por pesquisadores(as) da área. Entre os textos assim classificados estão aqueles que tratam de resultados de pesquisas, bem como de revisões teóricas e bibliográficas e que estão contidos no amplo espectro de revistas, livros, dissertações e teses consultadas.

A segunda categoria diz respeito aos trabalhos de organizações governamentais, não governamentais, internacionais e movimentos sociais. Registre-se que as publicações classificadas como *textos institucionais* revelam o papel estratégico desempenhado pelas ONGs (nacionais e internacionais), grupos de pesquisa, movimentos sociais e organismos internacionais, pois 20 dos 26 trabalhos são assinados por instituições dessa natureza. As demais são produções do Legislativo, do Ministério Público e das próprias instituições policiais. Como imaginávamos, a maior parte dos trabalhos publicados pelas ONGs, movimentos sociais, grupos de pesquisa e organismos internacionais está voltada ao monitoramento e denúncia dos desvios de conduta policial (13 títulos), em especial a violência policial e/ou o uso excessivo de força, seguidos de estudos sobre modalidades de policiamento (6 títulos) e um informe sobre polícia e relações raciais.

Identificou-se, na coleta de dados, um tipo particular de produção que fala *sobre a polícia* e que não se enquadra nem entre os *acadêmicos* nem entre os institucionais, mas que foram igualmente interessantes de serem mapeados. Trata-se de tipo distinto de colaboração em que os autores constroem sua legitimidade pelo trânsito entre o universo policial, político e acadêmico. É a partir desses *lugares de fala* que os autores descrevem e analisam suas próprias experiências, e cuja condição, seja como nativo, seja como porta voz do real, empresta um status diferenciado às proposições enunciadas. Neste quesito estão os trabalhos elaborados por Luiz Eduardo Soares (2000a); Carlos Magno Nazareth Cerqueira (2001); Luiz Eduardo Soares, Celso Athayde e MV Bill (2005); Luiz Eduardo Soares, Eduardo Batista e Rodrigo Pimentel (2006) e José Mariano Beltrame (2014). Tais obras, ora de caráter ficcional, ora relatos de “boas práticas”, ora formas documentais de denúncia passaram a emergir no campo como um tipo de narrativa fundada na vivência (“eu vivi na pele”) e na bagagem adquirida (“eu já passei por isso”). Uma e outra alegoria apontam para outra forma de descrever, valorizando o lugar de sujeito do narrador ante a realidade narrada e, com isso, seus atributos singulares – por exemplo, a disposição diante da resistência da vontade política no enfrentamento de um mundo sentido como mais real que a realidade. Mais principiológica do que sociológica, apresenta-se como uma narrativa de verdade, que se constrói pela empatia com as histórias de vida e seus percalços, generalizando-se pela conversão aos valores ali professados. Contudo, estas sagas discursivas,

sob o feitiço de lições de vida, parecem contribuir sobremaneira para emprestar visibilidade à temática policial. Por um lado, se colocam como reveladoras dos “bastidores” da segurança pública. Por outro, como *guias e receitas* para gestão e formulação de políticas.

Quanto aos textos *acadêmicos*, foi possível identificar minimamente o *perfil de quem escreve*, quem são e os *trânsitos* que fazem *entre academia-polícia-governo*, tal como indicado na introdução deste artigo.

Dos textos acadêmicos assinados individualmente, identificamos 56 escritos por homens e 33 por mulheres. Já em relação ao universo total, 342 eram assinados por *não policiais*, 22 por *policiais* e 6 elaborados conjuntamente por *policiais e não policiais*. Olhar para essa dimensão permite colocar em relevo a presença cada vez maior de policiais produzindo trabalhos técnicos e acadêmicos em diálogo e no interior das ciências sociais brasileiras³².

Observa-se hoje que muitas representações sociais do mundo da polícia foram de alguma forma deslocadas como categorias analíticas e descritivas nos trabalhos acadêmicos, por exemplo as imagens “ciclo completo de polícia”, “policimento ostensivo”, “policimento preventivo”, “policimento investigativo”, “uso progressivo da força” etc. Da mesma forma que expressões do jargão acadêmico passaram a fazer parte do repertório de policiais que ingressaram na universidade, tais como “relativizar”, “ressignificar”, “gestão do conhecimento e da informação”, “administração de conflitos” etc.

Quanto à distribuição regional³³, as publicações ainda estão concentradas em São Paulo,

32 Vale considerar que os “policiais entram em cena” como interlocutores privilegiados no final dos anos 1990. Destaca-se a colaboração pioneira do Coronel da PM Carlos Magno Nazareth Cerqueira, comandante geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro durante os dois governos Brizola (1983-1986; 1991-1994). Consultar Hollanda (2005).

33 Do universo total de 386 trabalhos, 236 são da região Sudeste, 70 do Centro-Oeste, 42 do Sul, 38 do Nordeste e nenhum foi encontrado para a região Norte.

Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre, além de Fortaleza e Salvador, que não por acaso reúnem os principais centros de pesquisa da área e as organizações não governamentais mais antigas nos estudos policiais e melhor estruturadas na área de justiça criminal e segurança pública. Pode-se inferir que tais estados concentram não só as publicações de maior relevância na área como os principais acessos às linhas de fomento disponíveis para os estudos policiais. Há que também salientar que Rio de Janeiro e São Paulo protagonizaram durante os anos de 1990 os primeiros lugares no ranking dos crimes contra a vida, além da ocorrência de eventos trágicos e emblemáticos como as chacinas e os episódios de brutalidade policial que tiveram repercussão nacional e internacional. No que diz respeito à abrangência dos estudos, propusemos avaliar se eram estudos (1) nacionais; (2) regionais (envolvendo comparação entre diferentes estados); (3) estaduais; (4) locais; ou (5) internacionais. Constatou-se que a maior parte dos trabalhos, 141 do total, trataram de dimensões locais em seus objetos de análise. Em contrapartida, 49 estudos eram nacionais, resultado em grande medida de estudos encomendados pelo governo. Outros 48 apresentaram recortes estaduais e 12 regionais. Destaca-se que 112 trabalhos, 28% do total, não puderam ser classificados segundo sua abrangência territorial pois se referiam a estudos de natureza teórica ou de revisão de literatura.

Sobre o financiamento³⁴ dos trabalhos, foi possível identificar se os estudos registrados faziam menção ao recebimento de recursos de instituições *internacionais* e *nacionais*. Como a referência do órgão financiador não é uma exigência obrigatória, é esperado que este recorte tenha elevada subnotificação. De todo modo, foi possível apurar que os financiadores internacionais compreendem basicamente: a Open Society Foundation³⁵, a Fundação Ford³⁶ e as agências da ONU. Já os nacionais foram financiados prioritariamente pelo Ministério da Justiça, através de ações e editais promovidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). Como resultado, estão os artigos contidos em Cadernos da Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg) e coletâneas organizadas pela Senasp³⁷ com os resultados de pesquisas oriundas das edições do edital Pensando a Segurança Pública, por exemplo.

Destaca-se ainda que os anos de 2013 e 2016 foram responsáveis por grande número de produções sobre o tema *Polícia* no Brasil. Em 2013, ocorreu a publicação dos resultados da 1ª edição do Edital Pensando a Segurança Pública, bem como o Termo de Cooperação firmado entre o Ministério da Justiça e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Também é nesse ano que o Governo Federal cria o Plano Nacional de Prevenção a Violência contra a Juventude Negra (Plano Juventude Viva) e o Plano Nacional pela

34 Lembramos que só foi possível identificar os financiadores nos trabalhos que explicitamente fizeram esse crédito. Ponderamos, todavia, que a maior parte das produções em artigos (frutos de pesquisa de mestrado e doutorado) ou das próprias teses e dissertações podem ter sido financiadas pelas principais agências de fomento do país: CAPES e CNPq.

35 A coletânea *Polícia, Estado e sociedade: práticas e saberes latino-americanos e pesquisas e publicações do Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, em especial a *Revista Brasileira de Segurança Pública*, contaram com o apoio da Open Society.

36 Por exemplo: coleção “Polícia e Sociedade” (NEV-USP), pesquisas e publicações do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em especial a *Revista Brasileira de Segurança Pública*, e o livro *Crime, polícia e justiça no Brasil* (2014), relatórios de ONGs entre outros.

37 Sobre os editais e publicações da Senasp – Ministério da Justiça, ver: [seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/acervo/publicacoes](#).

Redução de Homicídios, que jamais foi implementado. Já em 2016 foram publicados os dossiês da Revista Brasileira de Segurança Pública e da revista *Civitas*, descritos na seção anterior deste trabalho.

Sobre o que se escreve

Conforme já mencionado nas notas metodológicas, o trabalho de classificação e apreciação dos temas abordados nos distintos estudos consultados resultou numa lista inicial de 37 categorias que, depois de refinadas, transformaram-se em 19³⁸. Reforçamos aqui o argumento de que o exercício classificatório implica necessariamente em aproximações, interpretações e escolhas dos autores. Como tal, reconhecemos as dificuldades e fragilidades que as categorias podem conter. Se, por um lado, o repertório classificatório proposto admite redundâncias, por outro, permite interseção e sobreposição temáticas. Entende-se tal possibilidade como rentável, uma vez que favorece a oportunidade de múltipla entrada de um mesmo trabalho, o que permite investigar as fronteiras, as contiguidades e as descontinuidades entre assuntos. Entende-se, portanto, como reveladoras das múltiplas interfaces existentes, da polissemia que delas emerge e das ambivalências nelas contidas. Por fim, buscou-se ainda aproximar as alternativas classificatórias dos assuntos e questões mais recorrentes na literatura internacional dedicada aos estudos policiais.³⁹

A Tabela 1 sintetiza o repertório de assuntos, temas e questões que o campo *emergente* dos estudos policiais nas ciências sociais nos revelou.

Tabela 1
Distribuição dos temas por
categorias agregadas

Temas	Número de publicações
Cultura organizacional e saberes e práticas policiais	81
Modalidades de policiamento e relações interagências	47
Formas de controle da ação policial; mecanismos de responsabilização; <i>accountability</i> e deontologia policial	44
Desvios de conduta	42
Arquitetura e/ou modelo institucional, abordagens administrativas e inovações organizacionais	25
Mandato policial, força pública e poder de polícia	20
Reforma das polícias	19
História das polícias	16
Condições de trabalho, saúde e segurança ocupacional	15
Formação e qualificação profissional	15
Polícia e relações raciais	14
Polícia, relações de gênero e orientação sexual	11
Revisão de literatura	11
Políticas da polícia; governança policial; gestão do conhecimento	11
Uso da força e armamentos	9
Confiança, imagem da polícia e relações comunitárias	8
Padrões de desempenho policial	5
Sindicatos, associações e ativismos	4
Policiamentos privados	3
TOTAL	400

Fonte: Elaboração própria

38 Dentre as dezenove temáticas está “revisão de literatura”, que reúne os trabalhos seminais que serviram de base para o desenvolvimento da primeira parte do artigo.

39 Tomou-se como referência os seguintes títulos internacionais, referenciais do campo: Newburn (2005), Klockars; Stephen (1991), Maguire; Morgan; Reiner (2007), Kappeler (1999).

Como se pode notar, alguns temas são mais recorrentes, outros nem tanto. Falaremos um pouco mais sobre cada um deles. A maior concentração de trabalhos gira em torno de questões relacionadas à *cultura organizacional*. É neste guarda-chuva que estão abrigados trabalhos relacionados às *visões de mundo*, às *práticas e saberes policiais*, às *representações sociais e identidades profissionais*, às *moralidades*, às *lógicas de funcionamento*, aos *rituais* e ao *ethos policial*. Dentre os trabalhos encontrados destacam-se: Cerqueira (2001); Moretzojn (2001); Sadek e Arantes (2003); Nascimento (2011, 2014); Caruso (2004, 2015, 2016); Ramos e Musumesci (2005); Silva (2009); Caruso, Muniz e Blanco (2007); Suassuna (2013); Porto (2004); Poncioni (2004); Albernaz (2010, 2015); Rattón e Torres (2009); Macedo (2012); Muniz (2012a); Alvito (2013); Ribeiro e Machado (2014); Oliveira (2015); Azevedo e Vasconcelos (2011); Misse (2011); Kant de Lima (2011); Soares et al. (2012); Machado e Porto (2015); Mourão et al. (2016); Alcadipani e Medeiros (2016); Oliveira Neto (2016); Barbosa (2016) e Rodrigues et al. (2017). Nesse universo, as pesquisas empíricas ganham aqui centralidade. Reúnem-se, prioritariamente, estudos etnográficos e pesquisas que exploram métodos e técnicas qualitativas, principalmente entrevistas em profundidade com policiais interessados, realizadas fora das polícias e nos horários de folga, como uma estratégia de contorno às resistências corporativas ao trabalho de pesquisa independente que por vezes se manifestam. Há também estudos com uma abordagem quantitativa, porém menos expressivos que aqueles que lançam mão da

observação e da interlocução com os policiais. Vale destacar que é nesse universo temático que identificamos autores que são *pesquisadores nativos*, isto é, policiais que, a partir de seu olhar e inserção privilegiados, descortinam o que acreditam ser o universo da polícia que deve ser conhecido pelos outros, trazendo para a cena acadêmica as etnografias policiais, um híbrido de autopoiese, exegese e catarse descritivo-analítica que explora a condição existencial de sujeito e objeto de reflexão (G. SILVA, 2009; R. SILVA, 2009; STORANI, 2008).

O segundo grande tema compreende o universo de *modalidades de policiamento e as relações interagências*. Os estudos nesta temática foram inaugurados na década de 1990, com os primeiros trabalhos empíricos sobre *polícia comunitária*⁴⁰ e *polícia de proximidade*. No período investigado, ampliou-se significativamente o interesse por esse tema, sobretudo em razão do fato de que a implantação de programas de polícia comunitária, que contou com financiamento federal desde o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, virou uma espécie de mantra político de governos que traziam um discurso progressista, porém objetivavam fazer intervenções pontuais e de baixo custo nas estruturas policiais. Destaca-se a publicação em português de dois livros que se tornaram referências na discussão: *Policiamento comunitário* (BAYLEY; SKOLNICK, 2000); *Padrões de policiamento* (BAYLEY, 2001) e *Policiando uma sociedade livre* (GOLDSTEIN, 2003)⁴¹. O Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP) dedica-se à publicação de uma série de trabalhos (BRITO, 2003; NEME, 2003) sobre policiamento comunitário, assim como o Centro

40 O pioneiro projeto de policiamento comunitário desenvolvido pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, no bairro de Copacabana, entre setembro de 1994 e julho de 1995, resultou num dos primeiros trabalhos escritos sobre o assunto. Consultar: Musumeci et al. (1996). Disponível em: <<https://www.ucamcesec.com.br/textodownload/seguranca-publica-e-cidadania-a-experiencia-de-policiamento-comunitario-em-copacabana-1994-95-relatorio-final-do-monitoramento-qualitativo/>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

41 Coleção Polícia e Sociedade (Edusp/NEV-USP).

de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp/UFMG) (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2009). Evidencia-se o quanto os programas de policiamento comunitário – e foram tantos quantos os compromissos eleitorais – tornaram-se uma espécie de receita padrão prescrita para todo tipo de problema policial descrito. É isto de tal forma que o debate entre gestores, operadores e pesquisadores no final da década de 1990 tinha como ponto convergente a chamada “comunitarização” da polícia, e como ponto de dissenso a definição da polícia comunitária enquanto uma “filosofia de polícia” ou uma “estratégia de policiamento”.

Um segundo grupo de investigações sobre modalidades de policiamento dedicou-se a *descrever e analisar experiências voltadas à inovação quanto a formas de organizar o policiamento*, como os trabalhos de Dias Neto (2002); Mesquita Neto (2004); Neves (2005); Oliveira Júnior (2007); Sales, Alencar e Feitosa (2009); Tavares dos Santos et al. (2013); Muniz e Proença Júnior (2007a); Ribeiro e Montandon (2015); Silva e Ribeiro (2015); Silva (2015) e Poncioni (2016). Noutra frente, destacaram-se os estudos sobre *policiamento em favelas* ou áreas de risco. Estudos sobre agrupamentos em áreas especiais (RJ), agrupamentos em áreas de risco (MG) e, finalmente, sobre Unidades de Polícia Pacificadora (RJ) ganharam relevância⁴², como os trabalhos de Albernaz, Caruso e Moraes (2007); Malaguti Batista (2015); Cano (2012); Macedo (2012); Oliveira (2015); Vieira (2014); Machado da Silva (2015); Menezes (2015); Muniz e Mello (2015); e Muniz e Albernaz (2015).

O terceiro tema mais presente trata do *controle da ação policial*, surgindo como o fio condutor para os estudos sobre os dispositivos

de controle *interno e externo*, a exemplo das análises sobre *corregedoria, ouvidoria* e o papel do *Ministério Público* (BEATO FILHO, 2004; BRAGA, 2006; LEMGRUBER; MUSUMECI; CANO, 2003; LEMGRUBER et al., 2016; LIMA, 2008; MACHADO, 2011; MUNIZ; PROENÇA JÚNIOR, 2007b, 2013; REVISTA DO CNMP, 2011; SILVA, 2008; ZAVERUCHA, 2008). Também repousam aqui os ainda poucos trabalhos brasileiros nas ciências sociais sobre *deontologia e ética policial* (CANO, 2013; COSTA; PORTO, 2011; GRECCO, 2012; SILVA, 2008).

Alguns autores investiram em discussões teóricas sobre os *mecanismos de responsabilização e accountability*, bem como estudos que propusessem modelos de controle da ação policial, entre eles: Costa (2004a); Muniz e Proença Júnior (2007b, 2013); Barreira (2008); Oliveira (2010); Proença Júnior, Muniz e Poncioni (2009), por exemplo, investem particularmente na construção de uma teoria de polícia e dos policiamentos explorando a construção conceitual do mandato policial, do uso da força e suas implicações.

Já os estudos sobre *desvios de conduta*, que aparecem entre os quatro principais assuntos, estão associados, por óbvio, ao *controle da ação policial*, todavia, optamos por analisá-los em separado, tão somente para explicitar seu destaque entre os registros que encontramos. Aqui residem os estudos sobre *violência policial* e, em menor grau, aqueles sobre *corrupção policial*. É no universo de estudos assim categorizados que estão grande parte dos relatórios de pesquisa, informes e livros produzidos por ONGs, movimentos sociais, organismos governamentais e internacionais. Destacam-se os trabalhos de Oliveira, Ribeiro e Zanetti (2000); Justiça Global (2001, 2004) e Alston (2008).

42 Esses trabalhos surgem no contexto das políticas públicas estaduais de segurança. Casos de Minas Gerais, com políticas como Fica Vivo; Rio de Janeiro, com a Política de Pacificação; e Pernambuco, com o Pacto Pela Vida.

Também localizamos trabalhos sobre a conduta dos agentes policiais, as práticas de abordagem e o padrão de interrogatórios policiais (ANISTIA INTERNACIONAL, 2005, 2015; CONECTAS, 2017; JUSTIÇA GLOBAL, 2010, 2015; MACHADO; NORONHA, 2002b; SÁ, SANTIAGO NETO, 2011) e sobre vitimização e letalidade da ação policial (ADORNO et al., 2008; CUBAS, 2013; LOPES, 2013; MISSE, 2011; OLIVEIRA JÚNIOR, 2007; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2013; RIO DE JANEIRO, 2009; SINHORETTO et al., 2013; SOARES; MOURA; AFONSO, 2009; VIANA; FARIAS, 2011). Trabalhos dedicados à discussão clássica sobre *as causas da violência policial* também foram mapeados, como os desenvolvidos por Belli (2004); Battibugli (2009); Bueno (2014); Cubas, Natal e Castelo Branco (2015) e Zaccone (2015).

Numa mescla de referências que reúne desde estudos de envergadura teórica e empírica até relatos e denúncias de violações policiais, o tema *desvio de conduta* continua mobilizando tanto os intelectuais das ciências sociais quanto os integrantes da sociedade civil organizada. Aqui, melhor que em qualquer outra temática, tem-se o encontro nem sempre conciliatório entre o engajamento acadêmico e militante. É precisamente nesta temática que as possíveis ambiguidades trazidas pelo prescrever com a aparência do descrever arriscam-se a ser mais proeminentes. E, por sua vez, é onde, no calor do debate público sobre as violações policiais, tem-se a proliferação de lugares de fala e seus embates em torno da verdade da, sobre e contra as vítimas, e da verdade da, sobre e contra a polícia.

Além dos temas enfatizados acima, existem outros que aparecem de forma menos

expressiva ao longo do período investigado, ainda que se relacionem diretamente com aqueles mais atrativos aos pesquisadores. Neste universo encontramos trabalhos que levantam a discussão sobre *estrutura e organização das polícias* a partir de estudos acerca da *arquitetura elou modelo institucional dos meios de força policiais*, como os trabalhos de Soares (2000a, 2003, 2006, 2007, 2012); Machado da Silva (2009); Bicudo (2000); Brasil e Abreu (2002); Medeiros (2004); Beltrame (2014); *reforma das polícias* (AZEVEDO; NASCIMENTO, 2016; BEATO; RIBEIRO, 2016; CARUSO, ALBERNAZ; MORAES, 2006; COSTA, 2004b, 2008; LIMA; BUENO; SANTOS, 2014; SOZZO; AZEVEDO, 2016) e, em menor frequência, sobre *policiamentos privados* (HUGGINS, 2010; LOPES, 2011, 2013).

Em relação aos dois primeiros temas é também notória a influência da agenda governamental, por exemplo, na agenda de pesquisas da área. Lembremos que o tema da *arquitetura institucional* esteve na ordem do dia da Secretaria Nacional de Segurança Pública no primeiro quinquênio dos anos 2000 com as discussões sobre o chamado Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)⁴³.

Na esfera dos trabalhos sobre *sociologia da força pública* inscrevem-se aqueles dedicados à discussão sobre *mandato policial e poder policial* (ADORNO; DIAS, 2014; BRODEUR, 2004; MONJARDET, 2003; MUNIZ; MELLO, 2015; MUNIZ; PROENÇA JÚNIOR, 2007b, 2014b; MUNIZ; SILVA, 2010; SOUZA, 2001) e um outro conjunto dedicado à *história das polícias* (BATTIBUGLI, 2009; BRETAS; ROSEMBERG, 2013; CUNHA; CUNHA, 2013; GUERRA, 2016; SOARES; ROLIM; RAMOS, 2009).

43 Em 20 de dezembro de 2016 foi aprovado, pela Comissão de Segurança Pública e Crime Organizado da Câmara, o Projeto de Lei nº 3.734/12, que cria o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), até o momento não implementado e regulamentado.

Observa-se, ainda, debates sobre as *condições de realização do trabalho policial, a capacitação e parametrização das ações* dos profissionais da segurança pública e os *critérios de avaliação e mensuração da atividade policial*. Neste conjunto de temas localizamos trabalhos sobre: *condições de trabalho, saúde e segurança ocupacional* (ADORNO; MINAYO, 2013; ALCÂNTARA JÚNIOR, 2007; BEZERRA; MINAYO; CONSTATINO, 2013; BITTNER, 2003; CASTRO; CRUZ, 2015; FERNANDES, 2016; LIMA; RATTON; AZEVEDO, 2014; PEREIRA, 2015; PONCIONI, 2014; ROMÃO, 2016; RUDNICKI, 2008).

Outro conjunto de trabalhos encontrados dedicaram-se ao tema da *formação e qualificação profissional*, tais como: Muniz (2001); Sá (2002); Barreira e Brasil (2002); Balestreri (2003); Caruso (2004); Poncioni (2005); Sanches e Souza (2008); Pinc (2011); Tavares dos Santos et al. (2013); Pinto et al. (2014) e Caruso et al. (2016). Outros trabalhos relevantes trataram dos *padrões de desempenho policial*, por exemplo: Brodeur (2000); Monjardet (2001); Muniz e Proença Júnior.

Destacam-se ainda alguns estudos sobre *políticas da polícia, governança policial e gestão do conhecimento*, bem como sobre o *uso da força e armamentos*. Nesse conjunto encontram-se os trabalhos de Paes Machado e Noronha (2002); Albernaz, Ribeiro e Luz (2009); Storani (2009); Dias Neto (2013) e Musumeci (2015). Há também aqueles que tratam sobre *sindicatos, associações e ativismos*, que particularmente nos últimos anos começam a surgir. Dentre eles estão Archanjo (2008); Ramos e Paiva (2009); Berlatto, Codato e Bolognesi (2016).

Por fim, verifica-se ainda um conjunto de trabalhos sobre *relações raciais, de gênero e orientação sexual* que aborda questões sobre o perfil étnico-racial dos integrantes das forças policiais e as relações do ponto de vista *racial* (RAMALHO NETO, 2012; SANSONE,

2002), sexual (FRANÇA, 2016) e de gênero (BUENO et al. 2015; MOREIRA, 2016; SANTANA, 2015; SOARES; MUSUMECCI, 2005). Neste conjunto temático revela-se uma ênfase nas pesquisas que tratam das relações das polícias com os grupos sociais em situação de vulnerabilidade e historicamente discriminados (BUENO et al., 2016; MELLO; VALENÇA, 2016), em especial os estudos sobre *abordagem policial e filtragem racial* (BARROS, 2008; DUARTE et al., 2014; REIS, 2001, 2002; SINHORETTO et al., 2013). Cabe reiterar que neste recorte temático encontram-se os estudos que exploram o preconceito, a discriminação, a violência policial, as formas de resistência e a luta das vítimas da ação policial. Todavia, há ainda um caminho a percorrer que explore de forma substantiva a natureza estrutural do racismo, do sexismo, da lesbo-trans-homofobia e dos seus impactos nas formas de organização e funcionamento das polícias no Brasil e, por conseguinte, os seus efeitos na vitimização policial.

Considerações finais

A esta altura mostra-se oportuno fazer breves considerações sobre algumas questões que propusemos levantar e que, obviamente, não se esgotam aqui. São, antes de tudo, possibilidades para aprofundar o entendimento sobre o campo dos *estudos policiais* que propomos dar a conhecer a partir da distribuição dos interesses dos pesquisadores(as) pelo repertório temático proposto neste artigo. O primeiro ponto a ser mencionado diz respeito ao fato de que o tema das práticas policiais desviantes é rerepresentado na temática da cultura policial. E isto em parte parece dizer respeito a uma certa visão estática da cultura policial, que em certos estudos aparece somente caracterizada por atributos negativos, ou seja, pelos efeitos perversos da ação policial. Revela-se uma concepção de cultura tão naturalizada, substantiva e reificada, que a

violência e a corrupção aparecem como algo endêmico, e mesmo inerente, aos lugares de polícia. Assim, a cultura policial é naturalmente vista como uma entidade tão homogênea e uniforme que se pode visualizar uma “cultura da guerra” ou uma “cultura do confronto” que definiria uma organização complexa como a polícia. Eis aqui anunciado o risco de se adotar, por força da descrição prescritiva, as representações nativas como representações conceituais: arrisca-se a aceitar como explicação o que se apresenta como denúncia social e, sobretudo, como álibi dos discursos policiais contrários às reformas. Afinal, se o problema da polícia é a sua cultura, e se a cultura tende a ser imutável, então há que projetar a mudança para uma vontade de futuro expressa na utopia de uma sociedade sem dispositivos de controle.

Um outro ponto que merece atenção refere-se ao fato de que os temas de maior interesse parecem também aqueles que apontam para o desafio de descrever subsídios para preservar

alguma transformação. Em seu conjunto estes temas são aqueles que trariam soluções para as graves questões: em resposta às violações dos direitos humanos, ao descontrole da ação policial, ao despreparo profissional, ao aumento da criminalidade violenta e à insegurança, há que compreender e propor reformas na cultura policial, na formação corporativa, nos modelos de policiamento etc.

Tem-se a impressão que uma das principais motivações dos pesquisadores brasileiros tem sido investigar atendendo às demandas do debate público. Neste sentido, parecem mais interessados em mapear os problemas da polícia do que a polícia em si. Daí observar uma disposição mais acentuada para produzir uma *ciência social aplicada à polícia*, o que melhor atenderia à urgência por reformas no tempo presente do que a construção de uma *ciência social da polícia*, cuja temporalidade ultrapassa os apetites cidadãos pela democratização das organizações policiais.

Referências

- ABREU, S. R. et al. Transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 119-131, 2004.
- ABREU, V. C. Segurança pública e direitos humanos: um estudo na sociedade democrática brasileira. In: LIMA, C.; BAPTISTA, G.; FIGUEIREDO, I. S. (Orgs.). *Segurança pública e direitos humanos: temas transversais*. Brasília, DF: Ministério da Justiça; Senasp, 2013. p. 9-82.
- ADORNO, S. A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 35, p. 3-24, 1993.
- _____. Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-2002)*. São Paulo: Anpocs, 2001. v. 4, p. 167-207.
- ADORNO, S.; DIAS, C. N. Monopólio estatal da violência. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 187-198.
- ADORNO, S.; MINAYO, M. C. S. Risco e (in)segurança na missão policial. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 585-593, 2013.

- ADORNO, S. et al. Homicídios, desenvolvimento socioeconômico e violência policial no Município de São Paulo, Brasil. *Revista Panamericana de Salud Publica*, Washington, v. 23, n. 4, p. 24-56, 2008.
- ALBERNAZ, E. Na fronteira entre o bem e o mal: ética profissional e moral religiosa entre policiais militares evangélicos cariocas. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 1, p. 525-539, 2010.
- _____. Sobre legitimidade, produtividade e imprevisibilidade: seletividade policial e a reprodução da ordem social no plano de uma certa “política do cotidiano”. *Confluências*, Niterói, v. 17, n. 1, p. 109-122, 2015.
- ALBERNAZ, E.; CARUSO, H.; MORAES, L. P. B. Tensões e desafios de um policiamento comunitário em favelas do Rio de Janeiro: o caso do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 39-52, 2007.
- ALBERNAZ, E.; RIBEIRO, L.; LUZ, D. Uso progressivo da força: dilemas e desafios. In: STORANI, P. (Org.). *Uso progressivo da força: um protocolo de atendimento*. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2009. p. 12-15.
- ALBUQUERQUE, C. L.; PAES MACHADO, E. Sob o signo de marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 141-237, 2001.
- ALCADIPANI, R.; MEDEIROS, C. O. Herói-envergonhado: tensões e contradições no cotidiano do trabalho policial. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 134-153, 2016.
- ALCÂNTARA JÚNIOR, A. *Cultura e atitudes ocupacionais entre policiais militares em Belo Horizonte*. 2007. 212 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- ALSTON, P. *Relatório do relator especial de execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrarias: adendo Missão ao Brasil*. Genebra: Conselho de Direitos Humanos, 2008.
- ALVITO, M. Maçaranduba neles! torcidas organizadas e policiamento no Brasil. *Tempo*, Niterói, v. 19, n. 34, p. 81-94, 2013.
- AMPARO-ALVES, J. À sombra da morte: juventude negra e violência letal em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 20, n. 2, p. 563-578, 2010.
- _____. Topografias da violência: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 108-134, 2011.
- ANISTIA INTERNACIONAL. *Brasil: eles entram atirando: policiamento de comunidades socialmente excluídas*. Londres: Anistia Internacional, 2005.
- _____. “Você matou meu filho”: homicídios cometidos pela polícia militar da cidade do Rio de Janeiro. Londres: Anistia Internacional, 2015.
- ÁVILA, T. A. P. Estado democrático de direito e controle externo da atividade policial no Brasil. In: MACHADO, B. A. (Org.). *Justiça criminal e democracia II*. São Paulo: FSMPDFT; Marcial Pons, 2015. p. 381-417.

- ARAÚJO, A. F. “Não tem corpo, não tem crime”: notas socioantropológicas sobre o ato de fazer desaparecer corpos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 22, n. 46, p. 37-64, 2016.
- ARCHANJO, G. *A massa da tropa: greve na polícia militar da Bahia*, 1981. Salvador: Solisluna Design, 2008.
- AZEVEDO, E. F. A polícia e suas polícias: clientela, hierarquia, soldado e bandido. *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 37, n. 3, p. 553-564, 2017.
- AZEVEDO, R. G.; NASCIMENTO, A. A. Desafios da reforma das polícias no Brasil: permanência autoritária e perspectivas de mudança. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 45-57, 2016.
- AZEVEDO, R. G.; VASCONCELOS, F. B. O inquérito policial em questão: situação atual e a percepção dos delegados de polícia sobre as fragilidades do modelo brasileiro de investigação criminal. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 26, n. 1, p. 45-52, 2011.
- AZEVEDO, R. G. et al. Denúncias de violência policial recebidas pelo Centro de Referência em Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do RS. *Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 151-171, 2017.
- BALESTRERI, R. *Direitos humanos: coisa de polícia*. Passo Fundo: Capec, 2003.
- BARBOSA, L. C. *Cativando mentes e corações dos “guardiões da Ceilândia”*: as re-representações sociais do 8º batalhão da PMDF 2016. 190 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) –Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- BARBOSA, W. F.; SÁ, L. D. Redefinições da condição de morador: classificações das clientelas no mandato policial e as suas consequências nas relações entre polícia e população. *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 75, p. 639-656, 2015.
- BARREIRA, C. *Questão de segurança: políticas governamentais e práticas policiais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004a.
- _____. Em nome da lei e da ordem: a propósito da política de segurança pública. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 77-86, 2004b.
- _____. O controle democrático das práticas policiais. *Travessias*, Cascavel, v. 1, p. 107-132, 2008.
- BARREIRA, C.; ADORNO, S. A violência na sociedade brasileira. In: MARTINS, C. B.; MARTINS, H. H. T. S. (Orgs.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Barcarolla, 2010. v. 1, p. 303-374.
- BARREIRA, C.; BRASIL, M. G. M. *Academias de polícia e universidade: parcerias e resistências*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p. 151-164.
- BARROS, G. S. Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 134-155, 2008.

- BATTIBUGLI, T. A difícil adaptação da polícia paulista ao estado de direito (pós-1946 e pós-1985). *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 39-63, 2009.
- BAYLEY, D. H. *Padrões de policiamento*. São Paulo: Fundação Ford, 2001.
- BAYLEY, D. H.; SKOLNICK, J. H. *Policiamento comunitário*. São Paulo: Fundação Ford, 2000.
- BEATO FILHO, C. C. *O papel da ouvidoria de polícia de Minas Gerais no controle externo da atividade policial*. Belo Horizonte: Crisp, 2004. (Relatório de pesquisa).
- BEATO FILHO, C. C.; RIBEIRO, L. Discutindo a reforma das polícias no Brasil. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 56-68, 2016.
- BEATO FILHO, C. C.; SILVA, B. F. A.; TAVARES, R. Crime e estratégias de policiamento em espaços urbanos. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 687-717, 2008.
- BELLI, B. Violência policial e segurança pública: democracia e continuidade autoritária no Brasil contemporâneo. *Impulso*, Piracicaba, v. 15, n. 37, p. 17-34, 2004.
- BELTRAME, J. M. *Todo dia é segunda-feira*. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.
- BERLATTO, F.; CODATO, A.; BOLOGNESI, B. Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das Forças Repressivas de Estado à Câmara dos Deputados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, v. 1, n. 21, p. 77-120, 2016.
- BEZERRA, C. M.; MINAYO, M. C. S.; CONSTANTINO, P. Estresse ocupacional em mulheres policiais. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 657-666, 2013.
- BICUDO, H. A unificação das polícias no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 91-106, 2000.
- BITTNER, E. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: Edusp, 2003.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- _____. *Economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 2008.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BRAGA, R. W. *Arquiteturas organizacionais, modelos de gestão e indicadores de eficiência das corregedorias e ouvidorias de polícia*. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2006. (Relatório final).
- BRASIL, G. M.; ABREU, D. Uma experiência de integração das polícias civil e militar: os distritos-modelo em Fortaleza. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 318-355, 2002.

- BRETAS, M. L.; ROSEMBERG, A. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 162-173, 2013.
- BRITO, A. S.; SOUZA, L. Representações sociais de policiais civis sobre profissionalização. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 6, n. 12, p. 304-327, 2004.
- BRITO, E. *O policiamento que a sociedade deseja: análise das discussões em grupo com representantes da sociedade civil da região do centro de São Paulo*. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, 2003. (Relatório).
- _____. A ficção e a realidade: a imagem da polícia na literatura dos primeiros anos da República brasileira. *Língua e Letras*, Cascavel, v. 8, n. 15, p. 119-129, 2007.
- BRODEUR, J.-P. *Como reconhecer um bom policiamento*. São Paulo: Edusp, 2000.
- _____. Por uma sociologia da força pública: considerações sobre a força policial e militar. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n. 42, p. 481-489, 2004.
- BUENO, S. *Bandido bom é bandido morto: a opção ideológico-institucional da política de segurança pública na manutenção de padrões de atuação violentos da polícia militar paulista*. 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.
- BUENO, S. et al. *As mulheres nas instituições policiais*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015. (Relatório de pesquisa).
- _____. *A polícia precisa falar sobre estupro: percepção sobre violência sexual e atendimento a mulheres vítimas de estupro nas instituições policiais*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016. (Relatório de pesquisa).
- CABRAL, S.; BARBOSA, A. C. Q.; LAZZARINI, S. Monitorando a polícia: um estudo sobre a eficácia dos processos administrativos envolvendo policiais civis na Corregedoria Geral da Bahia. *Organizações e Sociedade*, Salvador, v. 15, n. 47, p. 87-97, 2008.
- CAMPOS, M.; ALVAREZ, M. Políticas públicas de segurança, violência e punição no Brasil (2000-2016). In: MARTINS, C. B.; MICELI, S. (Orgs.). *Sociologia brasileira hoje*. São Paulo: Ateliê, 2017. p. 143-216.
- CANO, I. (Org.). *Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) no Rio de Janeiro*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rio de Janeiro: Laboratório de Análise da Violência, 2012.
- _____. Análise comparativa das legislações disciplinares das corporações de segurança pública: uma proposta de matriz de lei disciplinar para o Brasil. In: LIMA, C.; BAPTISTA, G.; FIGUEIREDO, I. S. (Orgs.). *Segurança pública e direitos humanos: temas transversais*. Brasília, DF: Ministério da Justiça; Senasp, 2013. p. 303-402.
- CANO, I.; DUARTE, T. *As corregedorias dos órgãos de segurança pública no Brasil*. Brasília, DF: Ministério da Justiça; Senasp, 2013. (Nota técnica).

- CARUSO, H. *Das práticas e dos seus saberes: a construção do “fazer policial” entre praças da PMERJ*. 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.
- _____. A ordem e a desordem de ontem e de hoje: notas etnográficas sobre a polícia na Lapa carioca. *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 66-83, 2015.
- _____. *Entre ruas, becos e esquinas: a construção da ordem na Lapa carioca*. Brasília, DF: Editora da UnB, 2016.
- CARUSO, H.; ALBERNAZ, E.; MORAES, L. A polícia que queremos: desafios para a reforma da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 5-15, 2006.
- CARUSO, H.; MUNIZ, J. O.; BLANCO, A. C. C. (Orgs.). *Polícia, estado e sociedade: saberes e práticas latino-americanos*. Rio de Janeiro: Publit, 2007.
- CARUSO, H. et al. Educação a distância em segurança pública no Brasil: um estudo sobre os efeitos Rede EAD-Senasp na trajetória dos seus discentes. In: PARESCHI, A. C. C. et al. (Orgs.). *Investigação criminal e avaliação de políticas de segurança pública*. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2016. p. 215-256.
- CASTRO, C. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- CASTRO, M. C. A.; CRUZ, R. M. Prevalência de transtornos mentais e percepção de suporte familiar em policiais civis. *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 35, n. 2, p. 271-289, 2015.
- CERQUEIRA, C. M. N. (Org.). *O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.
- COMPARATO, B. K. *As ouvidorias de polícia no Brasil: controle e participação*. 2006. 262 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- CONECTAS DIREITOS HUMANOS. *Tortura blindada: como as instituições do sistema de justiça perpetuam a violência nas audiências de custódia*. São Paulo: Conectas, 2017.
- COSTA, A. T. M. Como as democracias controlam as polícias: os mecanismos institucionais de controle da atividade policial. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 70, n. 3, p. 65-78, 2004a.
- _____. *Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York*. Rio de Janeiro: FGV, 2004b.
- _____. A reforma nas polícias e seus obstáculos: uma análise comparada das interações entre sociedade civil, sociedade política e as polícias. *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 409-427, 2008.
- COSTA, A. T. M.; LIMA, R. S. Segurança pública. In: LIMA, R.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 482-490.
- COSTA, A. T. M.; LIMA, R. S.; OLIVEIRA JÚNIOR, A. Novos padrões de investigação policial no Brasil. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 147-164, 2016.

- COSTA, A. T. M.; PORTO, M. S. G. Controlando a atividade policial: uma análise comparada dos códigos de conduta no Brasil e no Canadá. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 342-381, 2011.
- _____. Violência policial: abordagens da literatura. In: KUCINSKI, B. et al. (Eds.). *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 103-110.
- CUNHA, E. C.; CUNHA, A. S. Polícia Militar do Estado de Goiás (154 anos): história, memória e representações. *Revista Brasileira de Estudos em Segurança Pública*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 56-69, 2013.
- DIAS NETO, T. *Policimento comunitário e controle sobre a polícia: a experiência norte-americana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2002.
- _____. Regulações sobre o uso da força pelas polícias militares dos estados de São Paulo e Pernambuco. In: LIMA, C.; BAPTISTA, G.; FIGUEIREDO, I. S. (Orgs.). *Segurança pública e direitos humanos: temas transversais*. Brasília, DF: Ministério da Justiça; Senasp, 2013. p. 239-302.
- DUARTE, E. et al. Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas? anotações sobre a dinâmica de preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos policiais militares nas cidades de Brasília, Curitiba e Salvador. In: LIMA, C.; BAPTISTA, G.; FIGUEIREDO, I. S. (Orgs.). *Segurança pública e direitos humanos: temas transversais*. Brasília, DF: Ministério da Justiça; Senasp, 2014. p. 81-118.
- ERICSON, R. V.; KEVIN, D. H. *Policing the risk society*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- FERNANDES, A. Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 192-219, 2016.
- FRANÇA, F. G. Hierarquia da invisibilidade: preconceito e homofobia na formação policial militar. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 154-170, 2016.
- GOLDSTEIN, H. *Policando uma sociedade livre*. São Paulo: Fundação Ford, 2003.
- GRECCO, R. *Atividade policial: aspectos penais, processuais penais, administrativos e constitucionais*. 4. ed. Niterói: Impetus, 2012.
- GREENE, J. *Administração do trabalho policial*. São Paulo: Edusp, 2000.
- GUERRA, M. P. *Polícia e ditadura: a arquitetura institucional da segurança pública de 1964-1988*. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2016.
- HOLLANDA, C. B. *Polícia e direitos humanos: política de segurança pública no primeiro governo Brizola*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- HUGGINS, M. K. Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil: uma mistura invisível. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, p. 45-67, 2010.

JUSTIÇA GLOBAL. *Execuções sumárias, arbitrárias ou extrajudiciais: uma aprovação da realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2001.

_____. *Relatório Rio: violência policial e insegurança pública*. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2004.

_____. *Informe à relatora especial sobre os direitos da criança e do adolescente acerca dos autos de resistência, racismo e violência contra crianças e adolescentes no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2015.

_____. *Informe à relatora especial sobre povos afrodescendentes sobre recentes violações de direitos humanos cometidas pelo estado brasileiro contra a população de favelas e periferias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2016.

KANT DE LIMA, R. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

_____. Polícia e exclusão na cultura judiciária. *Tempo Social*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 23-34, 1997.

_____. Administração de conflitos, espaço público e cidadania: uma perspectiva comparada. *Civitas*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 12-16, 2001.

_____. Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial. In: KANT DE LIMA, R.; MISSE, M. (Orgs.). *Ensaio de antropologia e de direito: acesso à Justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2011. p. 87-99.

KANT DE LIMA, R.; MISSE, M.; MIRANDA, A. P. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 50, p. 45-123, 2000.

KAPPELER, V. E. *The police and society: touchtone readings*. 2. ed. Illinois: Waveland, 1999.

KLOCKARS, C. B.; STEPHEN D. M. *Thinking about police: contemporary readings*. 2. ed. New York: McGraw-Hill, 1991.

KUCINSKI, B. et al. (Orgs.). *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015.

LEMGRUBER, J. O policial civil: conflitos e contradições. *Revista da OAB-RJ*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 207-236, 1985.

_____. (Org.). *Panorama das ouvidorias estaduais de segurança pública e defesa social*. Rio de Janeiro: CEsSeC, 2013. (Nota técnica).

LEMGRUBER, J.; MUSUMESCI, L.; CANO, I. *Quem vigia os vigias: um estudo sobre o controle externo da atividade policial no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LEMGRUBER, J. et al. *Ministério Público: guardião da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: CEsSeC; UCAM, 2016.

- LIMA, R. *Mapeamento das conexões teóricas e metodológicas da produção acadêmica brasileira em torno dos temas da violência e da segurança pública e as suas relações com as políticas públicas da área adotadas nas duas últimas décadas (1990-2000)*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2008. (Relatório de pesquisa).
- _____. *Panorama das ouvidorias estaduais de segurança pública e defesa social*. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2013.
- LIMA, R.; BUENO, S. (Orgs.). *Polícia e democracia: 30 anos de estranhamentos e esperanças*. São Paulo: Alameda, 2015.
- LIMA, R.; BUENO, S.; SANTOS, T. *Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da segurança pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014. (Relatório de pesquisa).
- LIMA, R.; MUNIZ, J. O.; BUENO, S. Use com moderação. In: LIMA, R. (Org.). *Narrativas em disputa: segurança pública, polícia e violência no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2016. p. 65-69.
- LIMA, R.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs.). *As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Anpocs; Urbania, 2011.
- _____. (Orgs.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.
- LIMA, R. et al. *Pesquisa de vitimização e percepção de risco entre os profissionais do sistema de segurança pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015. (Relatório de pesquisa).
- LOPES, C. S. Como se vigia os vigilantes: o controle da Polícia Federal sobre a segurança privada. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 99-121, 2011.
- _____. O setor da segurança privada da região metropolitana de São Paulo: crescimento, dimensões e características. *Caderno CRH*, Salvador, v. 26, n. 69, p. 599-617, 2013.
- MACEDO, A. O. *"Polícia, quando quer, faz!"*: análise da estrutura de governança do "Pacto pela Vida" de Pernambuco. 2012. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.
- MACHADO, B. A. Representações sociais sobre o controle externo da atividade policial: cultura organizacional e relações institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, Brasília, DF, v. 19, n. 88, p. 56-67, 2011.
- MACHADO, E. P.; NORONHA, C. V. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 188-221, 2002a.
- _____. Padrões de trabalho e tendências do uso da força policial no Brasil. In: LYRA, R. P. (Org.). *Direitos humanos: os desafios do século XXI*. Brasília, DF: Brasília Jurídica, 2002b. p. 225-240.
- MACHADO, B. A.; PORTO, M. S. G. Homicídio na área metropolitana de Brasília: representações sociais dos delegados de polícia, promotores de justiça e magistrados. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 294-325, 2015.

- MACHADO DA SILVA, L. A. Refundar a polícia ou a sociedade? *Observatório da Cidadania*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 18-21, 2009.
- _____. Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira. *Etnográfica*, Lisboa, v. 15, n. 1, p. 67-82, 2011.
- _____. A experiência das UPPs: uma tomada de posição. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 7-24, 2015.
- MAGUIRE, M.; MORGAN, R.; REINER, R. (Eds.). *The Oxford handbook of criminology*. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- MALAGUTI BATISTA, V. Estado de polícia. In: KUCINSKI, B. et al. (Orgs.). *Bala perdida: a violência policial e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 51-54.
- MANNING, P. Os estudos sobre a polícia nos países anglo-americanos. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 45, p. 431-446, 2005.
- MARIANO, B. *Ouvidoria de polícia: a constituição pública dos direitos humanos: a primeira experiência de ombudsman de polícia no Brasil*. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.
- MATTOS, G. Flagrantes de racismo: imagens da violência policial e as conexões entre o ativismo no Brasil e nos Estados. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 48, n. 2, p. 13-16, 2017.
- MCLAUGHLIN, E.; MUNCIE, J. (Eds.). *The Sage dictionary of criminology*. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2005.
- MEDEIROS, A. M. Aspectos institucionais da unificação das polícias no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 19-27, 2004.
- MELLO, M. M. P.; VALENÇA, M. A. Mulheres e controle policial no Recife do início do século XX. *Caderno do Ceas*, Salvador, n. 238, p. 659-677, 2016.
- MENEZES, P. *Entre o fogo cruzado e o campo minado: uma etnografia do processo de pacificação de favelas cariocas*. 2015. 65 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- MESQUITA NETO, P. Policiamento comunitário e prevenção do crime: a visão dos coronéis da polícia militar. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 103-110, 2004.
- MISSE, M. (Org.). *Autos de resistência: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2011-2011)*. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana, 2011a. (Relatório de pesquisa).
- _____. O papel do inquérito policial no processo de incriminação no Brasil: algumas reflexões a partir de uma pesquisa. *Sociologia e Estado*, Brasília, DF, v. 26, n. 1, p. 17-23, 2011b.
- MONJARDET, D. Profissionalismo e mediação da ação policial. *Antropolítica*, Niterói, n. 10-11, p. 7-29, 2001.

- _____. *O que faz a polícia: sociologia da força pública*. São Paulo: Edusp, 2003.
- MOREIRA, R. *Entre o mito e a modernidade: a entrada de mulheres na Polícia Militar do Paraná*. Guarapuava: Unicentro, 2016.
- MORETZOHN, S. O sonho do capitão. In: CERQUEIRA, C. M. N. (Org.). *O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.
- MOURÃO, B. et al. *Polícia, justiça e drogas: como anda nossa democracia?* Rio de Janeiro: CESeC, 2016.
- MUNIZ, J. *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. 1999. 289 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- _____. A crise de identidade das polícias militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. *Security and Defense Studies Review*, Washington, DC, v. 10, n. 1, p. 177-198, 2001.
- _____. Discricionariedade policial e a aplicação seletiva da lei na democracia. *Ultima Ratio*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 97-122, 2008.
- _____. Despolitização da segurança pública e seus riscos. In: SOUZA, R.; GRACINO JÚNIOR, P. (Orgs.). *Sociedade em perspectiva: cultura, conflito e identidade*. Rio de Janeiro: Gramma, 2012a. p. 119-134.
- _____. *O fim da inocência: um ensaio sobre os atributos do saber policial de rua*. Marília: Oficina Universitária, 2012b. p. 13-41.
- MUNIZ, J.; ALBERNAZ, E. R. Moralidades entrecruzadas nas UPPs: uma narrativa policial. *Cadernos de Ciências Sociais*, Porto, v. 29, p. 1-44, 2015.
- MUNIZ, J.; MELLO, K. S. S. Nem tão perto, nem tão longe: o dilema da construção da autoridade policial nas UPPs: dossiê políticas públicas de segurança e justiça. *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 44-65, 2015.
- MUNIZ, J.; PAES MACHADO, E. Política para quem precisa de polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento. *Caderno CRH*, Salvador, v. 2, n. 60, p. 437-447, 2010.
- MUNIZ, J.; PROENÇA JÚNIOR, D. Bases conceituais de métricas e padrões de medida de desempenho policial. In: CARUSO, H.; MUNIZ, J. O.; BLANCO, A. C. C. (Orgs.). *Polícia, estado e sociedade: saberes e práticas latino-americanos*. Rio de Janeiro: Publit, 2007a. p. 230-280.
- _____. Da accountability seletiva à plena responsabilidade policial. In: CARUSO, H.; MUNIZ, J. O.; BLANCO, A. C. C. (Orgs.). *Polícia, estado e sociedade: saberes e práticas latino-americanos*. Rio de Janeiro: Publit, 2007b. p. 21-73.
- _____. Armamento é direitos humanos: nossos fins, os meios e seus modos. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 28, n. 1, p. 42-37, 2013.

- _____. Jogando o jogo democrático da segurança pública: procedimentos, transparência e responsabilização policiais. In: PINHO, A. C. B.; DELUCHEY, J.-F.; GOMES, M. A. M. (Coords.). *Tensões contemporâneas da repressão criminal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014a. p. 147-158.
- _____. Mandato policial. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014b. p. 491-502.
- MUNIZ, J.; SILVA, W. F. Mandato policial na prática: tomando decisões nas ruas de João Pessoa. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, p. 449-73, 2010.
- MUSUMECI, L. Entre o grito e o tiro: polícia, democracia e armas “menos letais”. *Boletim Segurança e Cidadania*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 3-33, 2015.
- MUSUMECI, L.; LEMGRUBER, J. Ouvidorias de polícia no Brasil, 15 anos depois. In: DURÃO, S.; DARCK, M. (Orgs.). *Polícia, segurança e ordem pública: perspectivas portuguesas e brasileiras*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012. p. 219-248.
- MUSUMECI, L. et al. (Coords.). *Segurança pública e cidadania: a experiência de policiamento comunitário em Copacabana (1994-95)*. Rio de Janeiro: Iser, 1996. (Relatório final).
- NASCIMENTO, A. A. A corrupção policial e seus aspectos morais no contexto do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 16-30, 2011.
- _____. *Quando um homem da lei se torna um sem lei: os caminhos da corrupção policial*. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- NEME, C. *Projeto: o policiamento que a sociedade deseja: análise das discussões em grupo com Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo*. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência-USP, 2003. (Relatório).
- NEVES, P. S. C. Qual polícia para qual sociedade? o policiamento comunitário em Sergipe. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 45, p. 447-459, 2005.
- NEWBURN, T. (Ed.). *Policing: key readings*. Portland: Willan, 2005.
- _____. *Handbook of policing*. 2. ed. Portland: Willan, 2008.
- OLIVEIRA, A. Os policiais podem ser controlados? *Sociologias*, Porto Alegre, v. 12, n. 23, p. 142-175, 2010.
- OLIVEIRA, L. A polícia e as pequenas causas. *Revista do Tribunal do Trabalho da 8ª Região*, Belém, v. 18, n. 35, p. 17-31, 1985a.
- _____. Práticas judiciárias em comissariados de polícia do Recife. *Revista da OAB-RJ*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 22, p. 160-171, 1985b.

- _____. Sua Excelência, o Comissário. *Cadernos do GAJOP*, Olinda, v. 1, n. 1, p. 17-22, 1985c.
- _____. Dos comissariados de polícia do Recife às UPPs do Rio de Janeiro: a polícia e a desjudicialização do direito processual nas “pequeníssimas” causas. In: PIMENTEL, A. F.; BARROSO, F. T.; GOUVEIA, L. G. (Orgs.). *Processo, hermenêutica e efetividade dos direitos*. Recife: Cefe, 2015. v. 2, p. 103-118.
- OLIVEIRA, N.; RIBEIRO, L. M. S.; ZANETTI, J. C. *A outra face da moeda: violência na Bahia*. Salvador: CJP, 2000.
- OLIVEIRA JÚNIOR, A. *Cultura de polícia: cultura e atitudes ocupacionais entre policiais militares em Belo Horizonte*. 2007. 212 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- OLIVEIRA NETO, E. A. *Os cães ladram mas a caravana não para: estudo etnográfico sobre o policiamento com cães no DF*. 2016. 96 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.
- PAES MACHADO, E.; NORONHA, C. V. A polícia dos pobres: violência urbana em classes populares urbanas. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 188-221, 2002.
- PAIXÃO, A. L. A organização policial em uma área metropolitana. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 56-62, 1982.
- _____. O “problema da polícia”. In: INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO. *Violência e participação política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1995. p. 11.
- PEREIRA, T. G. S. *O tiro de misericórdia: uma análise dos fatores institucionais do suicídio na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- PINC, T. *Treinamento policial: um meio de difusão de políticas públicas que incidem na conduta individual do policial de rua*. 2011. 246 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- PINTO, J. B. M. Pesquisa nacional sobre segurança pública e direitos humanos. In: LIMA, C.; BAPTISTA, G.; FIGUEIREDO, I. S. (Orgs.). *Segurança pública e direitos humanos: temas transversais*. Brasília, DF: Ministério da Justiça; Senasp, 2013. p. 83-252.
- PINTO, N. M. et al. Cursos de pós-graduação em segurança pública e a construção da Renasp como política pública: considerações sobre seus efeitos a partir de diferentes olhares. In: LIMA, C.; BAPTISTA, G.; FIGUEIREDO, I. S. (Orgs.). *Segurança pública e direitos humanos: temas transversais*. Brasília, DF: Ministério da Justiça; Senasp, 2014. p. 226-260.
- PONCIONI, P. *Tornar-se policial: a construção da identidade profissional do policial no estado do Rio de Janeiro*. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- _____. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do estado do Rio de Janeiro. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF v. 10, n. 3, p. 585-610, 2005.

- _____. Identidade profissional policial. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs.) *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 503-510.
- _____. O modelo de policiamento comunitário nos Programas de Educação Policial: uma breve revisão da literatura especializada sobre o assunto. *Politeia*, Lisboa, v. 1, n. 2, p. 127-140, 2016.
- PORTO, M. S. G. Polícia e a violência: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 132-141, 2004.
- PROENÇA JÚNIOR, D.; MUNIZ, J. Operações especiais e segurança pública. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 182-195, 2017.
- PROENÇA JÚNIOR, D.; MUNIZ, J.; PONCIONI, P. Da governança de polícia à governança policial: controlar para saber, saber para governar. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 14-37, 2009.
- RAMALHO NETO, J. P. Farda e “cor”: um estudo racial nas patentes da polícia militar da Bahia. *Afro-Ásia*, Salvador, v. 10, n. 45, p. 67-94, 2012.
- RAMOS, S.; MUSUMESCI, L. *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- RAMOS, S.; PAIVA, A. *A blogosfera policial no Brasil: do tiro ao Twitter*. Brasília, DF: Unesco; Rio de Janeiro: CESeC, 2009.
- RATTON, J. L.; TORRES, V. Considerações sobre o inquérito policial: o que pensam policiais civis, defensores, promotores e juízes em Pernambuco. *Cadernos Temáticos da Conseg*, Brasília, DF, v. 1, p. 59-68, 2009.
- REINER, R. *A política da polícia*. São Paulo: Edusp, 2001.
- REIS, D. B. *O racismo na determinação da suspeição policial: a construção social do suspeito*. 2001. 200 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- _____. A marca de Caim: as características que identificam o suspeito, segundo relatos de policiais militares. *Caderno CRH*, Salvador, v. 10, n. 36, p. 181-196, 2002.
- REVISTA DO CNMP. Brasília, DF: CNMP, v. 1, n. 2, 2011.
- RIBEIRO, L. M. L.; LEMGRUBER, J.; MUSUMECI, L. Panorama das ouvidorias estaduais de segurança pública e defesa social. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 1, n. 8, p. 138-163, 2014.
- RIBEIRO, L. M. L.; MACHADO, I. S. Repressão, autonomia e responsividade: o direito que se exerce nas delegacias de polícia no Brasil. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 29, n. 1, p. 153-180, 2014.

- RIBEIRO, L. M. L.; MONTANDON, A. M. A. Reformar a polícia ou reformar o seu discurso? uma análise da chegada da filosofia de policiamento comunitário a uma organização policial militar brasileira. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 62-81, 2015.
- RIBEIRO, L. M. L.; OLIVEIRA, V. C. Quando o Estado é o perpetrador da violência: uma análise das vitimizações ocasionadas pela Polícia Militar. *Latitude*, Maceió, v. 7, n. 2, p. 219-243, 2013.
- _____. Policiamento comunitário. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 527-538.
- RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. *Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Alerj, 2009.
- RODRIGUES, A. L. R. et al. O trabalho e seus sentidos: um estudo com peritos criminais da Polícia Federal. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 6, p. 63-75, 2017.
- ROMÃO, D. M. *Hierarquia, aspectos da cultura organizacional e implicações na qualidade de vida: um estudo das polícias militares brasileiras*. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2016.
- RUDNICKI, D. O ingresso de bacharéis em direito na polícia militar gaúcha. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 10, n. 20, p. 108-137, 2008.
- SÁ, L. *Os filhos do Estado: autoimagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- SÁ, L.; SANTIAGO NETO, J. P. Entre tapas e chutes: um estudo antropológico do baculejo como exercício do poder policial no cotidiano da cidade. *O público e o privado*, Fortaleza, n. 18, p. 147-163, 2011.
- SADEK, M. T.; ARANTES, R. B. Delegados de polícia: quem são e o que pensam. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 129-150, 2003.
- SALES, L. M. M.; ALENCAR, E. C. O.; FEITOSA, G. R. Mediação de conflitos sociais, polícia comunitária e segurança pública. *Sequência*, Florianópolis, v. 30, n. 28, p. 25-36, 2009.
- SANCHES, C.; SOUSA, E. N. Nova matriz curricular do curso de formação de oficiais: uma adequação ao perfil profissiográfico do Chefe de Polícia Ostensiva da PMGO. *Revista Brasileira de Estudos em Segurança Pública*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 10-54, 2008.
- SANSONE, L. Fugindo para a força: cultura corporativista e “cor” na polícia militar do estado do Rio de Janeiro. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 512-532, 2002.
- SANTANA, M. *Sou policial, mas sou mulher: gênero e representações sociais na polícia militar de São Paulo*. 2015. 463 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Campinas, Campinas, 2015.

- SILVA, C. C. *Relacionamento entre os controles internos e externos da Polícia Militar do Distrito Federal: motivações e perspectivas*. 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- SILVA, D. S.; RIBEIRO, L. M. L. Polícia comunitária em Belo Horizonte: a hora e a vez dos estabelecidos? *Pensata*, São Paulo, v. 4, p. 178-205, 2015.
- SILVA, G. F.; BEATO FILHO, C. C. Confiança na polícia em Minas Gerais: o efeito da percepção de eficiência e do contato individual. *Opinião Pública*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 118-153, 2013.
- SILVA, G. G. *A lógica da polícia militar do Distrito Federal na construção do suspeito*. 2009. 187 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.
- _____. *Políticas de segurança pública: um olhar sobre a formação da agenda, das mudanças do padrão de policiamento e da manutenção do policiamento comunitário no Distrito Federal*. 2015. 198 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.
- SILVA, R. R. *Entre a caserna e a rua: o dilema do pato: uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar Dom João VI*. 2009. 279 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- SINHORETTO, J. et al. A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. In: LIMA, C.; BAPTISTA, G.; FIGUEIREDO, I. S. (Orgs.). *Segurança pública e direitos humanos: temas transversais*. Brasília, DF: Ministério da Justiça; Senasp, 2013. p. 121-158.
- SKOLNICK, J. H.; BAYLEY, D. H. *Nova polícia: inovações na polícia de seis cidades norte-americanas*. São Paulo: Edusp, 2002.
- SOARES, B. M.; MOURA, T.; AFONSO, C. *Auto de resistência: relatos de familiares vítimas de violência armada*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.
- SOARES, B. M.; MUSUMECI, L. *Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SOARES, B. M. et al. O que pensam os policiais das UPPs. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, n. 294, p. 34-39, 2012.
- SOARES, L. E. *Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000a.
- _____. Segurança pública e direitos humanos: entrevista concedida a Sérgio Adorno. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 57, p. 141-154, 2000b.
- _____. Novas políticas de segurança pública. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 1, n. 47, p. 75-96, 2003.
- _____. *Legalidade libertária*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2006.

- _____. A política nacional de segurança pública: histórico, dilemas e perspectivas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 61, n. 21, p. 77-97, 2007.
- _____. Arquitetura institucional da segurança pública no Brasil: três propostas de reforma constitucional. *Luiz Eduardo Soares*, Rio de Janeiro, 30 jul. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/L1rJRb>>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- _____. Por que tem sido tão difícil mudar as polícias? In: KUCINSKI, B. et al. (Orgs.). *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 27-31.
- SOARES, L. E.; ATHAYDE, C.; MV BILL. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- SOARES, L. E.; BATISTA, A.; PIMENTEL, R. *Elite da tropa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- SOARES, L. E.; LEMOS, C. E.; MIRANDA, R. *Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- SOARES, L. E.; ROLIM, M.; RAMOS, S. *O que pensam os profissionais de segurança pública no Brasil*. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2009.
- SOARES, L. E. et al. *Elite da tropa II*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- SOUZA, J. R. C. *Controle externo da atividade policial*. Brasília, DF: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2001.
- SOZZO, M.; AZEVEDO, R. G. Segurança pública e reforma das polícias na América Latina. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 547-551, 2016.
- STORANI, P. *Vitória sobre a morte: a glória prometida: o rito de passagem na construção da identidade das operações especiais do Bope*. 2008. 170 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- _____. Uso medido da força letal: construindo um protocolo de engajamento. *Cadernos Temáticos da Conseg*, Brasília, DF, v. 1, n. 5, p. 47-58, 2009.
- SUASSUNA, R. F. *Confiança e reciprocidade entre policiais e cidadãos: a polícia democrática nas interações*. 2013. 233 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. Policia y seguridad ciudadana en Brasil. In: SIERRA, J.; BERNARDES ALVARADO, M. (Orgs.). *Democracia, gobernanza y desarrollo en el Mercosur*. Montevideu: Unesco; Clacso, 2004. p. 169-173.
- _____. Programas de Polícia Comunitária no Brasil: avaliação de propostas de políticas públicas de segurança. In: LIMA, C.; BAPTISTA, G.; FIGUEIREDO, I. S. (Orgs.). *Segurança pública e direitos humanos: temas transversais*. Brasília, DF: Ministério da Justiça; Senasp, 2013. p. 205-235.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. et al. *Mapeamento de modelos de ensino policial e de segurança pública no Brasil*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2013. (Relatório de pesquisa).

- TURNER, V. W. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública. *Avaliação do policiamento comunitário da Polícia Militar de Minas Gerais em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Crisp, 2009. (Relatório de pesquisa).
- VARGAS, J. H. C. Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 23-37, 2005.
- VASCONCELOS, F. *Esboço de uma sociologia política das ciências sociais contemporâneas (1968-2010): a formação do campo da segurança pública e o debate criminológico no Brasil*. 2014. 519 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- VIEIRA, T. M. *Nem junto, nem misturado: uma etnografia sobre paz e proximidade na UPP Nova Brasília no Complexo do Alemão*. 2014. 115 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- ZACCONI, O. *Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2015.
- ZACKSESKI, C. *Diagnóstico sobre a situação das corregedorias das instituições de segurança pública dos estados da região Nordeste*. Brasília, DF: PNUD; Senasp, 2016.
- ZAFFARONI, E. Las “clases peligrosas”: el fracaso de un discurso policial prepositivista. *Sequência*, Florianópolis, v. 26, n. 51, p. 15-19, 2005.
- ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999a.
- _____. Violência e crime. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré; Anpocs, 1999b. v. 1, p. 13-107.
- ZAVERUCHA, J. O papel da ouvidoria de polícia. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 224-235, 2008.
- ZILLI, L. F.; COUTO, V. A. Servir e proteger: determinantes da avaliação pública sobre a qualidade do trabalho das Polícias Militares no Brasil. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 681-700, 2017.

Resumo

Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000

Este artigo discute a bibliografia brasileira das ciências sociais sobre os estudos policiais no período de 2000 a 2017. Inicialmente reconstrói o percurso sócio-histórico que levou a polícia a constituir-se em um *problema sociológico*. Em seguida classifica, descreve e analisa as temáticas exploradas pelos cientistas sociais brasileiros.

Palavras-chave: Polícia; Policiamentos, Estudos Policiais; Segurança Pública; Controle Social.

Abstract

Police studies in social sciences: an overview about the Brazilian production as of the 2000s

This article discusses the Brazilian bibliography of social sciences on police studies from 2000 to 2017. First of all, it reconstructs the socio-historical course that made the police become a *sociological problem*. Then, it classifies, describes and analyzes the themes explored by Brazilian social scientists.

Keywords: Police; Policing, Police Studies; Public Security; Social Control.

Résumé

Les études de police dans les sciences sociales : un bilan de la production brésilienne à partir des années 2000

Cet article analyse la bibliographie brésilienne des sciences sociales sur les études policières entre 2000 et 2017. D'abord il reconstitue le processus socio-historique qui a conduit la police à être considérée comme un *problème sociologique*. Ensuite il classe, décrit et analyse les thématiques étudiées par les chercheurs brésiliens en sciences sociales.

Mots-clés: Police; Actions Policières; Études Policières; Sécurité Publique; Contrôle Social.

O sistema de justiça criminal na perspectiva da antropologia e da sociologia

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo¹
Jacqueline Sinhoretto²

Realizamos aqui uma revisão bibliográfica de artigos publicados entre 2012 e 2017 sobre justiça criminal no Brasil, em revistas A1 e A2 das áreas de sociologia e antropologia (listadas pelo Qualis Capes)³, e de teses de doutorado defendidas no período nos programas de sociologia e antropologia.

Foram utilizadas as palavras-chave “justiça penal” e “justiça criminal”, o que levou a uma quantidade enorme de resultados nas buscas eletrônicas. Selecionamos inicialmente a área (antropologia e sociologia)⁴, depois o assunto, considerando o recorte proposto pelos editores, segundo o qual estudos sobre polícia e policiamento e estudos sobre encarceramento e prisões não estariam no escopo da nossa leitura.

Também não tratamos das produções sobre justiça juvenil e medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes em razão de sua especificidade, merecedora de uma análise

detida. As produções foram numerosas num período em que se discutiu a redução da maioridade penal e o balanço de duas décadas de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A seleção levou a um recorte não homogêneo. Diante disso, o exercício foi colocar em perspectiva o que foi publicado nos últimos cinco anos sobre a justiça criminal nas revistas mais conceituadas da área, analisando temas, enfoques, metodologias e resultados.

Chama atenção que muitas revistas conceituadas não tenham publicado sequer um artigo sobre o tema, ou tenham publicado esparsamente. A produção sobre a temática está concentrada em um grupo pequeno de periódicos, o que deixa evidente que suas políticas editoriais são decisivas para a visibilidade dos estudos produzidos. Por isso a nossa iniciativa de consultar as teses de doutorado finalizadas

-
- 1 Doutor em sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Bolsista de Produtividade do CNPq, membro do InEAC. E-mail: rga_2006@hotmail.com
 - 2 Doutora em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Bolsista de Produtividade do CNPq, pesquisadora do InEAC. E-mail: jacsin@uol.com.br
 - 3 Em relação aos artigos, selecionamos os que se referiam a pesquisas sobre o Brasil em revistas estrangeiras e pesquisas desenvolvidas e publicadas no país, utilizando as plataformas de busca SciELO e Redalyc, com palavras-chave, e pesquisa direta nos sites das revistas, consultando os números um a um, para checagem. As teses foram pesquisadas no Banco de Teses da Capes, utilizando as palavras-chave.
 - 4 Existem numerosas produções da área do direito e algumas da psicologia, as quais foram excluídas desta leitura, tendo sido mantidas as produções que estão na interface com as ciências sociais, sobretudo trabalhos com pesquisa empírica. Não foram consultadas as revistas da área de ciência política, embora as revistas de sociologia publiquem com frequência estudos de cientistas políticos, os quais foram incluídos aqui.

no período, para procurar maior abrangência na seleção⁵ e aumentar a visibilidade das teses.

Também é evidente que o tema da justiça criminal foi menos abordado no período do que os temas relativos à segurança pública, polícias e prisões. É possível que a menor presença relativa dos estudos sobre a justiça, em comparação com as questões de políticas de segurança e penitenciárias, seja reflexo de um período efervescente de iniciativas, especialmente do Governo Federal, na tentativa de repensar a estruturação nacional do setor, bem como da retomada do debate acadêmico sobre o encarceramento, no contexto do grande crescimento da população carcerária e do surgimento de novos elementos na dinâmica prisional, em especial as chamadas facções criminais.

Por outro lado, a relativamente reduzida produção sobre o funcionamento da justiça criminal talvez reflita uma ideia corrente de que os processos de criminalização são menos importantes do que as dinâmicas sociais da criminalidade, e de que as polícias teriam o papel preponderante na relação entre Estado e sociedade. O contexto atual de judicialização da política e politização da justiça penal e a cada vez maior espetacularização do processo penal no Brasil contrariam essa percepção. Vemos uma lacuna importante a ser explorada, especialmente no que se refere a abordagens sociológicas e antropológicas do impacto de novos procedimentos judiciais e de mudanças ou permanências de mentalidades ou representações sociais sobre crime e castigo e sobre o papel da justiça penal.

A área de estudos sobre crime, polícia e justiça no Brasil cresceu, e alguns temas ganharam relativa autonomia em suas discussões,

havendo um conjunto de pesquisas que procura relacionar essas dimensões. Não é possível compreender o funcionamento da justiça penal sem analisar o trabalho da polícia judiciária por meio do inquérito policial, assim como não se pode compreender o encarceramento sem se analisar como o Poder Judiciário incorpora inovações que teriam a perspectiva de reduzir a utilização da prisão, como a nova Lei de Drogas (Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006) ou a Lei das cautelares no Processo Penal (Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011), alterando o efeito esperado.

Padrões de administração de conflitos criminais e modelos de justiça

Um primeiro âmbito de questões abordadas nos trabalhos publicados no período diz respeito ao debate sobre o modelo de justiça penal brasileiro, suas conexões com a estrutura social ou com elementos culturais próprios das nossas instituições de justiça.

Neste âmbito, os trabalhos de Roberto Kant de Lima (2013) e dos pesquisadores a ele vinculados (KANT DE LIMA; MOUZINHO, 2016), através do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC), têm se destacado na tentativa de compreender o funcionamento da justiça e suas permanências, mesmo quando se implementam mudanças ou reformas legais ou institucionais.

Em artigo publicado por Kant de Lima e Mouzinho (Ibid.), é analisada, de forma bastante original, a dinâmica das ações penais relacionadas com o chamado “Mensalão” e com a Operação Lava Jato. Para os autores, essas ações apenas tornaram mais evidentes e

5 A dificuldade em revisar a produção publicada em revistas do estrato B é que elas são numerosas e muitas não estão nas plataformas unificadas de busca, como SciELO e Redalyc, o que tornaria o trabalho de revisão inviável para os autores diante do calendário de execução. Daí a opção por consultar o Banco de Teses da Capes, que aumentou a abrangência das produções e imprimiu atualidade.

de domínio público os procedimentos rotineiros da justiça penal no Brasil no trato das infrações atribuídas a réus de classes populares, caracterizando o que os autores denominam produção e reprodução da tradição inquisitorial no Brasil.

Em outro artigo publicado nesse período, Kant de Lima (2013) discute os padrões éticos que orientam a atuação da polícia e da justiça no Brasil, sustentando que estes não são conformados pela lei ou por protocolos oficiais de atuação, mas se tornam explícitos somente quando chamam a atenção da opinião pública em situações “ruidosas” envolvendo agentes dessas instituições. O autor procura identificar quais seriam estes padrões éticos de funcionamento dos operadores da justiça, assim como as consequências da ausência de *discretion* e *accountability*.

Os demais trabalhos situados nesse âmbito de problematização destacam, entre outras coisas, as permanências de um legado autoritário, que marcaria tanto a sociedade quanto a atuação do Estado, o qual atuaria na área penal pela lógica do extermínio do inimigo (FREIXO; SERRA; MEDEIROS, 2012). Ou, de outro lado, apontando as novidades de um contexto marcado pelas mudanças promovidas pela globalização e pela hegemonia neoliberal no capitalismo tardio, trazendo elementos novos para a compreensão da relação entre vitimização, medo do crime e insegurança social (BITTENCOURT; DADALTO, 2016). Trata-se, de qualquer modo, da recepção brasileira dos conceitos de punitivismo, encarceramento em massa, estado de exceção, estado punitivo e combate ao inimigo, sendo incorporados no sentido de reforçar permanências autoritárias que já estavam presentes.

Pastana (2013) entende que haveria uma nova característica no contexto brasileiro contemporâneo, que seria o crescente investimento no combate ao crime pelos governos democráticos, produzindo a figura do

“estado punitivo” e uma ambiguidade entre democracia e autoritarismo. São utilizados referenciais diversos, como Wacquant, Garland, Christie, Bauman e Agamben, para sustentar o argumento de que essa forma de estado teria despontado no Brasil nos últimos 30 anos como forma hegemônica de controle social.

A tese de Odon (2013), defendida no doutorado em sociologia da Universidade de Brasília (UnB), através da análise de textos de leis, discursos e pareceres de parlamentares e conselheiros de Estado, comentários de juristas, textos da imprensa, obras escritas e anotações de viajantes estrangeiros da época do Império, sustenta que o sistema jurídico estatal brasileiro foi estruturado a partir da eleição de um inimigo da ordem pública e do papel central desempenhado pelo direito penal. O autor sustenta que o ordenamento jurídico foi moldado principalmente para marcar e normalizar o escravo liberto e o pobre ocioso, camadas sociais consideradas perigosas no plano político-social e supérfluas no plano econômico, lançando mão de uma técnica de poder de controle da presença social e da circulação dessas pessoas. A conclusão geral é de que a necessidade de controle sobre escravos libertos e pobres ociosos teria levado à criação de um aparato burocrático racional-legal voltado para a repressão, que tinha na linguagem da pena o único diálogo possível entre o Estado e a sociedade, e que persiste até os dias de hoje no imaginário social.

A tese de Menezes (2015), defendida no Programa de Pós-Graduação (PPG) em ciências sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), analisou a relação entre a cidadania e o direito penal no Brasil. Examinam-se os mecanismos de suplício, a algema e, por fim, a tornozeleira eletrônica, considerando-os tecnologias de poder do Estado que exercem ação direta sobre os corpos dos indivíduos julgados infratores da lei. O estudo sustenta a necessidade da

adoção de políticas de segurança de mínima intervenção penal, respeitando-se, sobretudo, a dignidade do corpo humano e efetivando práticas de cidadania no campo penal.

Política criminal e justiça penal

Um segundo conjunto de trabalhos dá conta do tema da política criminal, ou seja, das escolhas realizadas no processo legislativo para configurar e orientar os processos de criminalização. Os trabalhos sobre esse tópico procuram avaliar o impacto das escolhas legislativas sobre o funcionamento da justiça penal, analisando, do ponto de vista quantitativo, as tendências relacionadas às taxas de encarceramento e, do ponto de vista qualitativo, as mudanças institucionais e os padrões de tomada de decisão a partir das mudanças legais.

Em um trabalho que procurou relacionar as políticas de segurança pública nos governos Lula e Dilma com as escolhas de política criminal realizadas no período e as taxas de encarceramento, Azevedo e Cifali (2015) apontam a contradição entre o crescimento ininterrupto do número de presos provisórios e definitivos, e as definições programáticas do Governo Federal. Os autores indicam os principais impasses e obstáculos para uma reversão dessa tendência de crescimento do encarceramento, assim como para a implementação de um novo modelo de prevenção ao crime, considerando que mudanças legais importantes ocorreram no sentido de frear a utilização abusiva do encarceramento em massa, como a Lei nº 12.403/11, das cautelares no processo penal.

Especificamente sobre o impacto da política de drogas sobre o sistema de justiça criminal, Marcelo Campos produziu uma tese de doutorado (2015b) e um artigo que sintetiza os resultados da pesquisa (2015a). O autor apresenta dados quantitativos sobre a criminalização dos indivíduos no sistema de

justiça criminal relacionada a drogas na cidade de São Paulo entre os anos de 2004 e 2009. Em 2006 entrou em vigor a chamada Nova Lei de Drogas. O autor analisa o perfil social dos indivíduos envolvidos nos delitos de drogas registrados em dois distritos policiais da capital paulista, buscando com isto compreender as práticas estatais na administração de conflitos. Conclui que “tais políticas e práticas diferenciam os ilegalismos, acionando desigualmente os mecanismos de estigmatização de acordo com o *status*, o grupo e a classe social de cada indivíduo incriminado por drogas em São Paulo” (Ibid., 2015a).

Com o mesmo foco, na cidade do Rio de Janeiro, Frederico Mendonça Filho (2013) discute o funcionamento do sistema de justiça criminal a partir dos desdobramentos de um caso de flagrante de “tráfico de drogas”, que depois se transforma em “uso de drogas”.

Ainda sobre o tema da política de drogas e seu impacto no sistema de justiça, Ribeiro, Rocha e Couto (2017) investigaram como as Varas Criminais de Tóxicos da cidade de Belo Horizonte aplicam a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06). Levando em conta as limitações dos registros oficiais, os autores põem em questão os limites e as possibilidades de estudo de trajetórias judiciais dos acusados a partir do banco de dados do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), referente a todos os procedimentos enquadrados na Lei de Drogas e encerrados na capital, entre 2008 e 2015. Verificaram que as Varas de Tóxicos funcionam como justiça em linha de montagem, especialmente nos casos iniciados por flagrante, ainda que isso signifique supressão de direitos do acusado. Segundo os autores, os dados do TJMG confirmam a tendência de redução do encaminhamento judicial de casos de porte de droga para uso pessoal, dando lugar à prevalência do tráfico de drogas. Os casos de tráfico de drogas são processados mais rapidamente que os de homicídio intencional, sendo que o flagrante

tem um peso determinante nessa equação de tempo, reduzindo em mais de 50% o intervalo entre a distribuição e a baixa do processo.

Os resultados desse artigo indicam que o formato do fluxo do tráfico de drogas não é um funil, com muitas ocorrências registradas na polícia e poucas processadas e punidas na justiça, mas um cilindro, já que quase tudo que entra no sistema de justiça criminal, especialmente por meio do flagrante, tende a ser processado e sentenciado rapidamente (Ibid.). Essa constatação indica o enorme poder que a ação policial tem de criar a distinção entre traficantes e usuários, determinando tratamentos judiciais e sanções muito distintas. Os acusados por tráfico têm processamento rápido, acelerado ainda pelo flagrante ou pela presença de mais de um registro pelo mesmo crime, compondo exemplos de como a “justiça em linha de montagem” funciona.

A tese de Edimar Rodrigues (2016), defendida no doutorado em sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), analisa, a partir das percepções dos legisladores, o que há de comum e de diferente nas experiências punitivas da modernidade tardia no Brasil e em outros países, especialmente Estados Unidos e Grã-Bretanha. Buscando relacionar as mudanças socioeconômicas e culturais com o surgimento de uma “nova cultura punitiva” denominada de punitivismo, segundo a obra de David Garland, a análise indica expressões de punitivismo nas práticas do sistema penal brasileiro, de modo semelhante às experiências de Estados Unidos e Grã-Bretanha a partir dos anos de 1990, com a edição da lei dos crimes hediondos. Em oposição a esse rigor punitivo, atua também “uma vertente política que prioriza as medidas ressocializadoras, a prevenção (social e situacional) e as penas alternativas à prisão” (Ibid., p. 6).

A tese de Renata Moreno (2013), defendida no doutorado em ciências sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp),

discute a efetividade da proteção ambiental no Brasil, em que o direito penal está legitimado como mecanismo de controle, através da criminalização de condutas, deixando de ser um direito garantidor da liberdade individual, para atuar na gestão do risco mediante a adaptação do aparelho punitivo do Estado, flexibilizando conceitos e contrariando princípios constitucionais. Segundo a autora, isto representa um aumento da insegurança jurídica, ao invés de aumento da proteção, na medida em que opera flexibilização de conceitos e princípios constitucionais na tentativa de gerir riscos mediante um aparato criado para a punição individual. O direito penal, concebido como *ultima ratio*, acaba convertido em *sola ratio*.

Fernanda Vieira (2012), em tese defendida no doutorado em ciências sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), abordou a criminalização da luta pela terra no Rio Grande do Sul. Utilizou como material empírico o dossiê elaborado pela Brigada Militar no ano de 2007, que buscava identificar os vínculos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) na região Norte do Rio Grande do Sul, assim como a ação penal com base na Lei de Segurança Nacional (Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983) e ações civis públicas que objetivavam reduzir a atuação do MST, como também a deliberação do Conselho Superior do Ministério Público que propugnou pela extinção do MST. A autora entende que a ação penal é reveladora do cenário de crescimento dos discursos punitivos, marca da hegemonia neoliberal, com ampliação dos processos de criminalização da pobreza e dos movimentos sociais reivindicatórios, ao mesmo tempo em que está em linha contínua com o passado colonial de controle e submissão das classes populares por meio do estatuto penal.

Herbert Rodrigues (2014), em tese de doutorado defendida no PPG em sociologia

da Universidade de São Paulo (USP), realiza uma análise genealógica das estratégias narrativas presentes no processo de criminalização da pedofilia no Brasil. O foco de análise foi a produção discursiva do Judiciário e da psiquiatria, que constituem objetividades sobre a pedofilia e buscam definir o sujeito pedófilo. O autor utilizou diversas fontes para identificar os discursos sobre a pedofilia no Brasil – e em outros países –, tais como textos históricos e teóricos das ciências humanas, uma bibliografia especializada sobre o assunto, manuais prescritivos de ações de combate ao abuso sexual infantil, legislações e a jurisprudência disponível no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). Foram ainda problematizadas as representações sobre a criança e o sexo, os pânicos morais em torno das sexualidades dissidentes e a fabricação de subjetividades contemporâneas.

Estudos de fluxo e de decisões judiciais

Os estudos sobre fluxo de justiça criminal têm sido mais frequentes, embora ainda restritos a poucas cidades e tipos criminais. Na seleção aqui apresentada, trataram do crime de homicídio, embora façam referência a estudos mais abrangentes dos últimos 15 anos.

O artigo de Arthur Costa (2015) ressalta que a maioria dos trabalhos intencionou abordar a questão da eficiência, isto é, a capacidade da justiça criminal de absorver e julgar os crimes ocorridos, avaliando os aspectos que influenciam na sua seletividade. O autor propõe avaliar a efetividade, isto é, a capacidade da justiça criminal de incidir sobre a ocorrência de crimes. Contrariando o que se verificou em estudos realizados em outros locais e épocas, Costa relata uma alta capacidade de elucidação dos crimes de homicídio ocorridos no Distrito Federal em 2004. Mas a alta elucidação de autoria, a presença de laudos técnicos nas investigações e a presença

de testemunhas de fatos em uma quantidade significativa de casos (75% das testemunhas dos inquéritos analisados trouxeram informações sobre os fatos) não necessariamente resulta em punição dos responsáveis pela morte violenta. Com esses dados, o artigo coloca em questão o discurso de que a impunidade dos crimes violentos seja decorrente de ausência de recursos para as polícias.

Segundo Arthur Costa (Ibid.), 70% dos inquéritos policiais do ano analisado tiveram a autoria elucidada (o que destoa do padrão relatado em outros estudos). Mas apenas 32% das denúncias feitas pelo Ministério Público resultaram em condenações, o que obriga a deslocar o olhar para o que acontece nessa instituição, no sentido de avaliar as discontinuidades no processo de acusação e o baixo número de acusações bem-sucedidas, num ambiente cultural e organizacional descrito em outras pesquisas como punitivista.

A pesquisa relatou haver muitas trocas de operadores durante o andamento dos casos, o que resulta em divergências de atuação dos promotores no mesmo processo criminal e é apontado como motivo da ineficiência na punição de mortes violentas, ao lado de denúncias realizadas sem provas suficientes para a condenação e desconfiança da lisura dos procedimentos da investigação policial (Ibid.).

Ribeiro, Machado e Silva (2012b) revisaram os estudos de fluxo da justiça criminal, especialmente aqueles que abordaram o processamento do crime de homicídio, para discutir as metodologias empregadas nesses estudos e ressaltar as diferenças de resultado obtidas. Os autores enfocaram o estudo comparado entre os tempos da justiça criminal utilizando os dados dos Tribunais de Justiça de São Paulo e Rio de Janeiro, mostrando que a contagem do tempo médio pode ocultar determinados casos que são muito demorados. Além disso, excluir da amostra os casos que não foram ainda encerrados também altera as

conclusões dos estudos, porque oculta o viés de casos que nunca vão a julgamento e cujo tempo de tramitação se arrasta por anos a fio. Assim, há casos que tramitam num tempo bastante próximo do estabelecido pelos lapsos descritos na legislação processual, enquanto outros se arrastam no tempo.

Embora considerem que o tempo de tramitação de um caso precise combinar critérios de justiça com critérios de celeridade, um tempo de tramitação excessivo acaba por comprometer a organização dos tribunais com uma espécie de “passivo” de processos que nunca encontram termo – o que não necessariamente decorre do tempo utilizado pela defesa do acusado para garantir um litígio justo (Ibid.).

Os autores (Ibid.) propõem que os estudos de fluxo procurem utilizar as metodologias de “estudos de sobrevivência” e calculem variados tipos de medidas (como média e mediana, diferenciando a análise dos casos encerrados daqueles que não encontraram termo) a fim de compreender melhor os significados organizacionais da celeridade ou da morosidade no tratamento dos crimes de homicídio. Esses termos podem estar relacionados a processos de seletividade judicial que ainda não foram bem apreendidos pelos estudos já realizados.

Por fim, destacam a enorme dificuldade em obter dados sobre a justiça criminal, posto que as bases oficiais não se encontram disponíveis aos pesquisadores, não são construídas com categorias padronizadas e não existe uma disposição organizacional em apresentar dados sobre a produção judicial como item indispensável da transparência (Ibid.).

Em outro artigo, Ribeiro, Machado e Silva (2012a) avaliaram alterações legislativas recentes no Código de Processo Penal que ampliaram as garantias de direitos humanos dos acusados em sucessivos procedimentos do processo penal. Analisaram julgados de 2008 a 2009 a fim de verificar como a lei em abstrato foi aplicada na prática, já que nem sempre os

efeitos esperados por alterações legislativas se concretizam quando aplicados pelos operadores, que interpretam a lei de acordo com concepções jurídicas distintas. Concluíram que as alterações ampliaram a sintonia das leis penais com a Constituição Federal no que tange ao respeito aos direitos humanos. Enfatizam o grande papel dos juízes na interpretação das leis, os quais operam em uma cultura jurídica que consagra a supremacia do interesse do Estado sobre os interesses das partes.

A tensão entre demandas de celeridade e demandas do devido processo legal foi analisada na tese de Carlos Oliveira (2012), da pós-graduação em sociologia da UnB, como tensão entre eficientismo e garantismo penal. Ao estudar práticas cotidianas em uma vara criminal, em 2011, no Distrito Federal, o autor observou estratégias de ação e acordos informais estabelecidos entre atores e organizações da justiça criminal. O autor conclui que a tensão por eficiência e celeridade desloca os objetivos institucionais para a gestão dos meios, em detrimento dos fins de distribuir justiça.

O julgamento de crimes políticos durante as ditaduras militares no Brasil e na Argentina foi objeto da tese de Cleuber Souza (2015), realizada no Programa de Estudos Comparados sobre as Américas da UnB, enfocando a relevância da esfera jurídica nos regimes autoritários. Foram analisados processos judiciais sobre crimes políticos cujos principais acusados eram adversários e dissidentes políticos dos governos autoritários nos dois países. A conclusão foi que, no Brasil, o modelo autoritário tendeu ao recrudescimento da repressão com a suspensão do uso do habeas corpus para os acusados de crimes políticos após o Ato Institucional nº 5 de 1968. Na Argentina, o uso do habeas corpus não foi suspenso. Foram analisadas as decisões proferidas nos habeas corpus para observar como o ordenamento jurídico foi utilizado para legitimar o exercício autoritário do poder.

Entre as teses, estudos sobre homicídios e tribunal do júri também tiveram lugar. Defendida no PPG de sociologia da Unicamp, a tese de Cássia Garcia (2013) procurou abordar mecanismos sistemáticos de destruição de vidas humanas que existem no interior de um contexto de valorização social da vida saudável. Utilizou processos judiciais e inquéritos policiais sobre homicídios ocorridos em São Paulo em 1990 como fonte. A autora apontou a existência de ciclos de violência, nos quais a morte violenta decorre de circunstâncias que não derivam das condições subjetivas de infratores e vítimas de um crime. Observou a inoperância das instituições estatais – incluindo investigação policial e justiça criminal – para evitar mortes violentas, romper o ciclo de vingança e proteger a vida, nas quais se verifica a persistência de padrões institucionais abusivos.

Tema semelhante foi tratado pela tese de Flávia Santos (2016), que enfocou os processos cotidianos da investigação de homicídios em cidades fluminenses. Realizado no PPG de Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), o estudo se orientou para as técnicas e moralidades acionadas pelos agentes da investigação policial que constroem a verdade sobre a morte e os mortos. Considera-se o contexto em que apenas 6% das mortes violentas são julgadas pela justiça criminal, o que se atribui à ineficiência da investigação. A pesquisa procurou entender como uma repartição burocrática policial relaciona sujeitos, coisas e fatos para constituí-los como homicídios.

O trabalho de Tiago Eli Passos (2013), defendido na área de antropologia da UnB, abordou três casos julgados pelo Tribunal do Júri no Distrito Federal, voltando a atenção para processos que conectam lei e vida, compreendendo o júri como espetáculo em que se relacionam distintas ordens normativas, nem sempre compatíveis ou conciliáveis.

Ainda sobre o tema da investigação criminal, Vitor Richter (2016), do PPG de antropologia social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tratou da introdução no Brasil da tecnologia de análise de DNA em investigações criminais, a partir da regulamentação e da recepção de bancos de perfil genético doados pelo Federal Bureau of Investigation (FBI), dos Estados Unidos. A pesquisa desenvolveu-se para compreender como na prática se realizam as mediações entre tecnociência, direitos, cidadania e políticas de segurança, e quais são as implicações técnicas, éticas e políticas das decisões tomadas neste processo.

A evolução histórica dos crimes e os atributos demográficos de réus e vítimas foi objeto da tese de Celso Aoki (2014), defendida na pós-graduação em sociologia da Universidade Federal do Paraná, utilizando como fonte o banco de dados de autos criminais do fórum de Londrina, entre 1934 e 1970. Nesse período de rápida urbanização, tipos sociais como ladrões, vagabundos, pobres e prostitutas são os principais protagonistas do conflito social apreendido pela ação policial e pela justiça criminal. O autor conclui que o Estado assumia papel preponderante para assegurar o monopólio da violência.

O artigo de Pedro Brocco (2016) avaliou a implementação da Lei de Medidas Cautelares em varas criminais do Rio de Janeiro, entre 2011 e 2012. Constatou o aumento de 10% das fianças arbitradas em sede policial naquele período, a partir da vigência da lei, acompanhando um aumento proporcional de concessão de liberdades provisórias. O autor procurou correlacionar o aumento de aplicação de fianças a dados relativos ao desempenho da economia do país no período, como taxa de desemprego e operações de crédito. Dessa forma, explora a relação entre a interpretação das leis, a concessão da liberdade provisória durante o processo e o aumento da sensação

de confiança e otimismo, considerando que as condições de eficácia da lei são efeitos de variáveis exteriores ao plano normativo, especialmente os indicadores econômicos.

Alessandra Prado e Danilo Schindler (2017) realizaram pesquisa sobre as dificuldades existentes para a desinternação de pacientes dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, com pesquisa empírica na Bahia. Concluíram que a aplicação das medidas de segurança segue a lógica da internação como regra, em descompasso com o modelo de atenção à saúde mental consagrado na Lei de Reforma Psiquiátrica, chamando a atenção para a urgência da adequação do tratamento dos infratores com transtorno mental, que atualmente viola a referida lei e dificulta a desinternação e a reintegração dos pacientes à vida em liberdade.

Operadores judiciais e instituições

Outro conjunto de estudos investiga as concepções e representações sociais expressas pelos operadores do sistema penal, bem como analisa a configuração das instituições que dele fazem parte, o relacionamento entre atores, fricções, disputas de práticas, saberes e posições.

Em dimensão comparada, Geraldo e Barçante (2017) analisaram as relações entre polícia e Ministério Público no Brasil e na França, comparando dados obtidos em suas pesquisas de campo. Observam que as instituições têm sentidos diversos nos dois países. Enquanto na França transparência e cooperação na administração da justiça produzem confiança entre os atores, no Brasil há opacidade na produção das peças e disputa institucional. Os resultados corroboram o que tem sido apontado por estudos sobre processamento de homicídios e investigações criminais a respeito das especificidades da justiça criminal no Brasil.

O artigo de Machado e Porto (2016) refere-se ao estudo do processamento de homicídios

na Área Metropolitana de Brasília. Baseado em pesquisa das representações sociais dos operadores da justiça, o trabalho destaca a percepção de ineficiência da justiça criminal para os crimes de homicídio, aliada à percepção de abandono da população e das instituições estatais pelo poder público. Nas entrevistas e nos grupos focais com peritos criminais, delegados de polícia civil, promotores e juizes, foram enfatizadas as disputas entre as organizações que participam da divisão de trabalho jurídico-penal. Acusações mútuas e dirigidas ao governo estadual deram a tônica da avaliação dos operadores quanto ao fluxo. Peritos criminais dirigem críticas à ausência de relevância dos laudos técnicos na fase judicial. O Ministério Público foi retratado como uma instituição de recursos abundantes, materiais e institucionais, mas pouco engajada em operar judicialmente para a melhoria das condições de trabalho de peritos e policiais. Os promotores, por sua vez, abordaram a escassez e as deficiências institucionais em todos os serviços públicos da região metropolitana de Brasília, cujas consequências rebatem no sistema de justiça criminal. Também observam a precariedade de suas condições de trabalho, com sobrecarga e ausência de investigações criminais de qualidade para subsidiar sua própria atuação. Observam precariedades no trabalho de peritos, juizes e nas condições de defesa dos réus, ainda que considerem a atuação dos juizes como menos trabalhosa do que a sua. Os juizes, por sua vez, diante da precariedade também relatada, aderem a visões punitivistas, considerando a fixação de penas altas para os réus que vão a julgamento um ato simbólico importante para fazer frente contra a impunidade da maioria dos homicídios e para evitar que os réus presos voltem a cometer crimes durante o período da pena. Enfatizam a função retributiva da pena, mais do que a finalidade de reabilitação do condenado.

Os autores concluem que as representações sociais dos operadores judiciais

pesquisados indicam o compartilhamento de uma visão de que “nada funciona”, não havendo soluções viáveis para os problemas levantados no curto prazo. Na esteira dessa percepção, reforça-se que o número de homicídios é elevado em razão de “acertos de conta”, isto é, situações em que “bandidos matam bandidos”, o que tornaria menos relevante a ausência de intervenção da justiça criminal sobre esses casos (Ibid.).

As representações dos operadores do sistema de justiça criminal também foram abordadas na tese de Giane Silvestre (2016), defendida na pós-graduação em sociologia da Universidade Federal de São Carlos, cujo objetivo foi compreender como as instituições e os operadores estatais do controle do crime são afetados pela emergência das novas formas de organização do crime, especialmente do Primeiro Comando da Capital (PCC), por meio de entrevistas com policiais civis e militares, delegados, promotores e juízes em diversas cidades do interior paulista e da capital. Temas como controle de tráfico de drogas, mudanças na condução da investigação criminal, dificuldades estruturais e disputas interinstitucionais no fluxo do sistema de justiça foram tratados. Foi construída uma tipologia das representações sociais dos operadores sobre a relação entre Estado e crime. A primeira delas entende que o Estado fez uma opção política diante do surgimento e da consolidação do PCC, na qual as ações de controle do crime são negociadas em acordos mais ou menos velados, em que as atividades criminais geram insumos para as ações dos operadores do controle do crime. A segunda linha das representações dos operadores seria a da leniência do Estado diante do PCC, na qual entendem que o seu fortalecimento só foi possível diante da lentidão do Estado para enfrentá-lo. O terceiro conjunto de representações seria o do fracasso do Estado, marcado pela ausência de diretrizes institucionais e pouca articulação entre as

diferentes instituições estatais de controle da criminalidade, no que se ancoraria a legitimação das ações violentas dos agentes estatais. A autora conclui que conflitos e disputas já existentes entre as instituições tornam-se mais acirradas diante do fortalecimento do PCC, o que leva cada instituição a desenvolver suas táticas de ação no controle do crime.

Alexandre Rocha (2016) abordou a relação entre moral e direito nos processos judiciais envolvendo crimes contra o patrimônio em Montes Claros (MG), em tese de doutorado em ciências sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Avaliou, a partir da investigação realizada sobre as práticas profissionais dos atores do sistema de justiça criminal, a influência dos conceitos morais e sociais nas decisões dos agentes jurídico-policiais responsáveis pela investigação, denúncia, defesa e pelo julgamento dos suspeitos de cometerem crimes contra o patrimônio naquela cidade.

Dayana Costa (2015), analisando as origens sociais, carreiras e representações de juízas no Maranhão, aborda em sua tese um tema muito mais amplo do que esta revisão abrange; contudo é bom pontuar que seus resultados apontam a capacidade coercitiva da magistratura sobre a tomada de posição dos agentes, a formação de seus esquemas de percepção, suas preferências e como concebem o papel de juiz e as relações de gênero no interior da instituição. Essa tese foi defendida no doutorado em ciências sociais da Universidade Federal do Maranhão.

A tese de Marília Melo (2016), das ciências sociais da Uerj, acionou a antropologia das emoções para estudar a experiência da decisão judicial envolvendo direitos humanos, em especial de populações LGBT, em relação aos magistrados. A partir de entrevistas, Melo abordou as dimensões morais e afetivas na experiência de decidir. Os resultados apontaram reflexões sobre as concepções dos operadores da justiça sobre o processo de decidir, que a

autora chamou de “etnopsicologia jurídica”, bem como para a percepção de mudanças de sensibilidade na construção dos direitos humanos e nos sentimentos de justiça.

Em perspectiva histórica, Rolim e Rodrigues (2013) estudaram os autos do processo sobre o assassinato de um homossexual em um tribunal da Capital da República em meados do século XX. Ressaltamos que a cultura jurídico-penal reproduziu padrões socio-culturais ocidentais, em que são condenados o prazer e as formas de senti-lo. Mesmo não sendo crime, a homossexualidade é reprimida por meio da legalidade processual.

Ainda no que tange às representações implícitas na cultura técnico-jurídica, Vera Almeida (2012) relata como as representações sobre a legalidade interferem na efetividade da distribuição da justiça e na concretização do modelo de cidadania previsto na Constituição de 1988, já que o ordenamento das leis penais é anterior a ela. Na medida em que o direito é também uma criação dos operadores, a análise da jurisdição enfatizou as representações contidas na justificativa judicial para a criação de uma pena não prevista em lei nos Juizados Especiais Criminais (JECrim) do Rio de Janeiro. Nas decisões examinadas, verificou-se uma ideologia que tende ao aniquilamento da cidadania do jurisdicionado, por meio de representações negativas sobre ele (estigma de delinquência e inferioridade) e de estratégias inquisitoriais e antidemocráticas. A autora conclui que o dilema da jurisdição brasileira é a necessidade de pessoalizar a aplicação da norma, justificando-se a todo o momento diante do paradoxo entre os modelos igualitário e hierárquico, que opera a cultura jurídica.

O artigo de Adalmir Leonídio (2016) mobiliza os conceitos de criminalização dos movimentos sociais, argumentando que a justiça criminal é peça importante no tratamento da divergência política pelo enfoque do inimigo, ao analisar um conjunto de ações penais

movidas contra militantes do MST na região do Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo. As representações dos operadores jurídicos transmitidas nas peças minimizam a dimensão política dos conflitos agrários e desconsideram que as demandas sejam afeitas aos direitos humanos. Segundo o autor, o enfoque do inimigo interno distancia a justiça criminal de uma visão de Estado social de direito e reforça o predomínio do Estado penal.

Violência contra a mulher

Os estudos sobre a atuação da justiça criminal nos casos de violência contra a mulher se tornaram muito mais frequentes nos últimos anos, e a maioria deles procura avaliar a implantação e a efetividade da Lei Maria da Penha, de 2006, bem como discutir potencialidades e limites da justiça criminal para administrar os conflitos violentos de gênero.

Fernanda Vasconcellos (2015), em tese defendida no PPG de ciências sociais da UFRGS, avalia que a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) emerge no contexto de democratização da sociedade brasileira, ao qual corresponde a ampliação do reconhecimento de direitos. A lei trouxe um novo desafio ao Poder Judiciário ao estabelecer a unificação de competências jurídicas para tratar dos conflitos violentos familiares. O objetivo era administrar os conflitos de modo mais ágil e reduzir os danos das partes. Contudo essa pesquisa no Rio de Grande Sul indicou a existência de fortes disputas entre diferentes âmbitos do campo jurídico, ordenado em estrutura judicial rígida. Os dados indicaram que o Judiciário resiste à unificação das competências criminal e cível na administração das violências familiares e domésticas, tendo emergido disputas entre JECrim, Varas Criminais, Varas de Infância e Juventude, Varas de Família e Sucessões e Juizados Especiais de Violência Doméstica

e Familiar contra a Mulher a respeito da competência para administrar os conflitos. Para além de uma disputa interna do campo jurídico, a autora identifica conflitos morais sobre a delimitação do conceito de família, que é restrito às relações já formalizadas. A garantia dos direitos das mulheres vítimas de violência doméstica fica subordinada à lógica burocratizante e ao reconhecimento limitado de configurações familiares, o que contraria a efetivação das expectativas democratizantes que ensejaram a implantação da lei.

Um artigo da mesma autora (Idem, 2013) argumenta que os conflitos violentos contra a mulher possuem especificidades que os mecanismos da justiça penal não estão aptos para considerar. Observando um conjunto de serviços de atendimento, a autora conclui que a lógica penal coloniza todos os demais mecanismos voltados para a prevenção da violência e a garantia de direitos. Considera que a opção pelo endurecimento penal é característica do atual contexto de demanda punitiva por parte dos movimentos sociais, contudo trata-se de uma adesão ao populismo punitivo e a um modelo de Estado regulativo, que não carrega em si potencial para garantir a igualdade de gênero e prevenir a violência.

A tese de Andrea Reginato (2015), defendida no PPG em sociologia da Universidade Federal de Sergipe, avaliou a relação paradoxal entre direitos humanos e punição na semântica dos movimentos sociais na elaboração da Lei Maria da Penha. Ao propor um rígido modelo punitivo para garantir e concretizar direitos, o caráter progressista da lei convive com a lógica da pena, impedindo a ocorrência de inovações “humanistas” no sistema de direito criminal e as alternativas ao processo penal convencional. Segundo a autora, essa opção, apoiada por amplos segmentos do movimento feminista, representaria um obstáculo ao desenvolvimento inovador de estruturas operativas no sistema de direito criminal, reforçando

a racionalidade penal moderna, sem resolver antigos problemas no tratamento da violência contra a mulher.

Em pesquisa realizada em cinco capitais sobre o acesso à justiça das mulheres em situação de violência, Wânia Pasinato (2015) avaliou a efetividade da Lei Maria da Penha, observando a distância entre o que é preconizado pela norma e as práticas e rotinas profissionais e institucionais. Foram entrevistados 64 profissionais envolvidos com a aplicação da lei. Os resultados apontaram a persistência de estereótipos de gênero orientando a conduta dos profissionais, criando situações discriminatórias que limitam o acesso à justiça e o reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos.

Embora as realidades sejam diversas entre as cidades, foram relatadas dificuldades decorrentes da falta de investimento público em instituições para o atendimento. Foi muito enfatizada pela autora a deficiência em termos de formação de recursos humanos para o atendimento da violência baseada no gênero. Há baixa especialização entre operadores do direito e profissionais dos serviços de atendimento, e há pouco domínio técnico e burocrático das questões de acesso à justiça e das especificidades das mulheres em situação de violência. Especialmente prejudicial à efetivação das finalidades da lei é a ausência de protocolos de atendimento, com regras institucionais a serem seguidas por todos os profissionais. A ausência de protocolos deixa o acesso à justiça e o reconhecimento de direitos condicionados a atitudes e valores pessoais de quem está à frente dos serviços de justiça e dos serviços sociais (Ibid.).

A partir da análise da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a violência contra a mulher, Carmen Hein de Campos (2015) aborda as instituições que compõem a rede especializada de atendimento à mulher em situação de violência,

procurando observar os desafios envolvidos nas dimensões preventiva e assistencial. Uma das constatações é que as redes são diversificadas, mais pessoalizadas que institucionalizadas e menos presentes nas cidades menores. Os serviços têm precária estrutura física e ausência de profissionais e estão despreparados para lidar com as mutações do fenômeno da violência contra a mulher. Além de ser uma questão de recursos financeiros, trata-se de uma política criminal, pois a rede de serviços de assistência às mulheres em situação de violência é, segundo a autora, a aposta da Lei Maria da Penha para reduzir o protagonismo da perspectiva repressiva no enfrentamento à violência (Ibid.).

Visando esse debate, o filósofo José Rodrigo Rodriguez (2015) revisou estudos sobre o tratamento penal à violência contra a mulher, buscando identificar os principais problemas apontados pela literatura feminista das ciências sociais e as práticas alternativas possíveis. O autor reflete sobre como os movimentos feministas demandaram a juridificação das relações de gênero no Brasil e sobre o peso dado ao direito penal como principal via de administração dos conflitos violentos. Volta-se a pesquisar formas de juridificação imaginadas – “utopias institucionais” – como alternativas ao tratamento penal, sem correr o risco de se reinscrever os conflitos violentos na esfera do privado e da reprodução de desigualdade e violência.

Segundo Rodriguez, o debate até então colocado no campo da política tem identificado a gramática do Estado de direito à gramática dos crimes e das penas: leis, tribunais, delegacias, vítimas, agressores e punição individual. Segundo o autor, as pesquisas sobre ineficiências e disfunções do tratamento institucional da violência contra a mulher recolheram evidências de que o tratamento penal, embora ajude a tornar público um problema vivido no privado, constrói uma narrativa que individualiza o problema da violência,

punindo indivíduos e passando ao largo das “estruturas [que] reproduzem a dissimetria de poder que caracteriza as relações de gênero” (Ibid, p. 321).

O autor conclui haver falta de clareza na literatura sobre a natureza e o papel dos organismos não penais previstos na Lei Maria da Penha, como centros de referência, núcleos especializados e casas de abrigo, que comporiam a rede de serviços de atenção para mulheres em situação de violência. Além da constatação dos limites da forma penal, há pouca imaginação e experimentação sobre as institucionalidades com potencial de avançar no tratamento da violência para além da redução vitimizante-punitivista – o que seria uma pauta importante da pesquisa e do ativismo.

As formas de judicialização são também objeto do artigo de Theophilos Rifotis (2015), que coloca em perspectiva a produção da justiça nos casos de “violência de gênero” em dois trabalhos etnográficos, um anterior e outro posterior à Lei Maria Penha, realizados em João Pessoa e Florianópolis. No primeiro, foram abordados os sentidos da “mediação policial” na Delegacia da Mulher, cujo trabalho de administração de conflito era muito mais abrangente do que a produção de inquéritos policiais, havendo um descompasso entre o registro de ocorrência e os casos efetivamente atendidos, que criava uma percepção negativa sobre o trabalho das delegacias nas próprias policiais e no movimento de mulheres. No segundo, foi observada a adoção do “perdão judicial” nas chamadas “audiências de ratificação”. Na mediação policial é exercido um tipo de escuta que visa conciliação entre as partes. A perspectiva de um trabalho em série, em que os casos atendidos fazem parte de uma sequência de agressões, é percebida como “enxugar gelo” ou “trabalho morto”, na medida em que a criminalização clássica não era perseguida pelas “clientes”. Em vez disso, notou-se o uso da delegacia como instância de

controvérsia e arbitragem, donde não se pode considerar a polícia como simples correia de transmissão entre os conflitos de gênero e o campo jurídico.

Na análise dos casos de “perdão judicial” concedidos em processos de violência contra a mulher, verificou-se a recorrência de extinção do processo sem aplicação de pena, com o aval da vítima, instituto previsto no Código Penal e não mencionado na Lei Maria da Penha. Segundo o autor, essa forma de aplicação contraria as expectativas feministas que impulsionaram a criação da lei e só podem ser compreendidas no contexto de uma “cultura jurídica” que reforça certos estilos de julgar em função do desempenho de papéis sexuais das partes envolvidas no processo e da defesa da instituição familiar. O campo jurídico é visto como um espaço em que se prolonga a luta social, capturada pela semântica jurídica, sem nunca a ela se reduzir (Ibid.). É um espaço em que leis e institutos jurídicos são apropriados pelos atores sociais, de modo decisivo para a avaliação da “efetividade” das mudanças normativas. Nessa avaliação, os próprios estudos da produção da justiça são parte das lutas e da construção das agendas políticas.

Também sobre Santa Catarina, a tese de Isis Garcia (2016) defendida na pós-graduação em antropologia social da Universidade Federal de Santa Catarina analisou audiências do juizado especializado e observou “ausência de direito” em audiências de ratificação e “excesso de direito em “audiências de instrução e julgamento”, observando uma lacuna na produção da justiça, que só pode existir como aporia, não sendo, contudo, uma solução satisfatória.

O artigo de Daniel Simião e Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2016) é sobre o tratamento judicial de casos de violência doméstica em cinco juzizados especiais do Distrito Federal. Entre eles verificaram-se procedimentos e práticas distintas, o que produz consequências

para a percepção de justiça dos atores envolvidos. A prática da suspensão condicional do processo é frequente e orienta a pesquisa para observar condicionantes extralegais que interferem no processamento dos casos de violência doméstica.

Segundo os autores (Ibid.), a criminalização do ato é resultado de uma complexa dinâmica de interpretação, sujeita às moralidades que operam na categorização da “violência” por parte dos atores. Representações e valores morais externados por delegados, promotores e juízes marcam a construção do sentido do ato como crime. Na medida em que a linguagem jurídica pode afastar os sentidos originais dos “fatos” vividos pelas partes como violência, a dimensão criminal do conflito pode ser reduzida, dando ensejo à suspensão condicional do processo. Embora tenha ocorrido na maior parte dos casos, a suspensão do processo não significa necessariamente impunidade e agravamento do conflito.

Nas audiências em que se monta a suspensão condicional do processo, Simião e Oliveira (Ibid.) observaram o predomínio de uma dinâmica conciliatória como parte da ação inquisitiva da autoridade estatal sobre um sujeito cuja conduta deve ser corrigida e constantemente observada.

Em um sistema judicial marcado pela lógica inquisitorial e pela figura da autoridade distante das partes, e também pela figura dos atores políticos que defendem os direitos das mulheres, concluem os autores, a judicialização é uma estratégia arriscada. A atuação dos juízes nas audiências de suspensão condicional do processo pode ter um efeito de coerção sobre os agressores, no contexto de uma sociabilidade hierárquica. Contudo é um mecanismo totalmente dependente de uma autoridade judicial vertical e inquisitorial, postura que parece pouco alinhada a um projeto de questionamento de representações hierárquicas de gênero (Ibid.).

Izis Reis (2016) dedicou sua tese à pesquisa sobre o Ministério Público nos casos de violência doméstica contra mulheres, no Distrito Federal, em trabalho defendido no PPG de Antropologia da UnB. Ela observa que a complexidade das relações de gênero, que envolvem afeto, convivência familiar e desigualdades, exige uma atuação jurídica diferenciada, com necessidade de diálogo com outras áreas do conhecimento. Para responder a isso foram criadas equipes multidisciplinares. A pesquisa analisou conflitos e diálogos entre os campos profissionais no Ministério Público (direito, psicologia e serviço social), nos quais foi verificada a tensão de representação do sujeito: como indivíduo plenamente autônomo e liberal ou como sujeito relacional, imbricado em contextos concretos. Conforme conclui a autora, a efetividade de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar depende da democratização do Ministério Público, com equalização entre os distintos saberes, combinando os limites da lei penal como o cuidado proposto pelas equipes psicossociais. Também é necessário a articulação entre sistema de justiça e órgãos executores de políticas públicas.

Em pesquisa sobre a compreensão das lutas pelo acesso ao campo jurídico na implementação da Lei Maria da Penha, Anna Christina Barbosa (2014) analisou as práticas e representações sociais de ativistas do movimento feminista e de operadores do sistema de justiça em Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) sobre rearranjos institucionais do Estado propiciados pela lei. Na tese, defendida no PPG de ciências sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a autora conclui haver inconsistências na atuação do sistema de justiça criminal e que o ativismo feminista acredita ser possível modificar paradigmas e garantir direitos por meio da prática política.

A pesquisa realizada em Vitória da Conquista (BA), para tese defendida na pós-graduação em ciências sociais da PUC-SP,

também avaliou a efetividade dos aspectos criminais da Lei Maria da Penha. Luciana Silva (2014) concluiu que os efeitos são de cunho simbólico no contexto da cultura do expansionismo do campo penal, uma vez que entre 2006 e 2013 houve poucas sentenças condenatórias. A pesquisa se baseou em análise de processos judiciais e de outros documentos, além de entrevistas.

A tese de Fernanda Matsuda (2016), do PPG de sociologia da USP, abordou os dispositivos do sistema de justiça criminal para realizar a gestão de mulheres, de uma perspectiva como vítimas de crimes violentos, que demandam legislação criminal para traduzir suas demandas, e de outra como autoras de delitos, às quais se voltam os mecanismos penais, em especial a prisão em flagrante. Na pesquisa realizada em São Paulo, utilizou-se abordagens qualitativa e quantitativa, enfatizando trajetórias individuais, com base em biografias judiciárias, para compreender as especificidades do encontro entre as mulheres e o sistema de justiça criminal. Matsuda encaminha a conclusão para pôr em evidência um *continuum* de violência que marca as vidas das mulheres.

Na pesquisa, identificamos artigos que se valem do estudo de leis e processos penais como fontes para o estudo das desigualdades de gênero. Nesses trabalhos o funcionamento da justiça criminal não é o objeto central da reflexão, mas esta é tangenciada pelo tema da criminalização e da política penal para lidar com a injustiça de gênero.

É o caso do artigo de Margarita Ramos (2012), que realiza o estudo de seis acórdãos do Tribunal de Justiça mineiro em que a justificativa da legítima defesa da honra foi mobilizada em processos de homicídio, entre 2000 e 2008. Conclui-se que o assassinato de mulheres é o ponto culminante de uma rede de violações que se inicia na forma como as mulheres são retratadas pelo discurso como sujeitos inferiores, instintivamente agressores

e passíveis de controle violento. Em quatro dos seis casos estudados o júri absolveu ou reduziu a pena, acatando a tese da legítima defesa da honra em casos de adultério. Nos demais, a defesa recorreu à tese para reverter a condenação.

Crimes passionais e as representações de gênero envolvidas nos processos criminais, na literatura jurídica e em reportagens da imprensa foram abordados na tese de Antônio Carlos Conceição (2015), do programa de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia. O recorte empírico foram crimes ocorridos em Salvador, entre 1940 e 1980, mediante o qual o autor analisou as sensibilidades em torno da passionalidade. Ele conclui que as representações predominantes reiteram a submissão das mulheres aos homens, o que tem sido objeto de lutas feministas para dar visibilidade à questão no espaço público.

Em perspectiva histórica, Flávia Castro (2015) recupera os discursos construídos sobre a mulher no direito criminal, em processos da comarca de Vassouras (RJ), entre 1860 e 1890. Na tese do PPG de sociologia e Direito da UFF, a autora analisa o conjunto normativo do período, as opiniões doutrinárias e as representações de crime nos tribunais e advogados. Castro percebe como eram traçadas as singularidades das mulheres nos processos e as visões sobre diferentes papéis femininos, de vítima ou autora de crimes. Conclui que o discurso jurídico teve papel ativo na definição das realidades sociais, em conflito com outras concepções, podendo agravar ou amenizar a situação subalterna das mulheres no período.

Doze processos criminais sobre tráfico internacional de pessoas para exploração sexual, tramitados entre 1995 e 2012 em Goiás e no Ceará, são o material empírico que embasa a análise de Anamaria Venson (2017, 2015), da qual se concluiu que o combate ao tráfico

internacional serve como técnica de combate à prostituição e às prostitutas. Uma ordem de saber anuncia que um dos empecilhos do combate ao tráfico de pessoas é que “as vítimas não se consideram vítimas”. Assim, sob o argumento de proteger as mulheres, o que se está proibindo é a saída de brasileiras trabalhadoras do sexo do país. Flagrantes sensacionais armados em aeroportos internacionais levam à extração de “confissões” das envolvidas sobre suas intenções de inserção no campo laboral sexual estrangeiro, deixando evidente que a prostituição ainda é socialmente associada ao ilícito, para o qual as mulheres seriam empurradas por vulnerabilidade, engano, tolice ou desvio moral. A recorrência e a homogeneidade destas práticas policiais indicam que a criminalização do tráfico de pessoas serve ao controle da prostituição.

Sobre assunto semelhante, a tese de Guilherme Dias (2014), da pós-graduação em antropologia social da Unicamp, enfatiza a articulação entre migração e segurança, demonstrando como os campos migratório e da justiça criminal tornaram-se inter-relacionados. O autor enfocou organismos internacionais, os quais atuam na intersecção entre migração e segurança/criminalidade, reapropriando retóricas dos direitos humanos. Conclui que a categoria “tráfico de pessoas” é utilizada para governar a migração e controlar as populações.

Mobilizando teorias e conceitos psicanalíticos, Paula Penna e Fábio Belo (2016) consideram que a Lei Maria da Penha, ao transformar os crimes contra a mulher em crimes de ação penal pública incondicionada, torna o processo contra o agressor uma iniciativa do Estado, independentemente da vontade da mulher vítima da agressão. Os autores sustentam que esta perspectiva coloca o sujeito feminino em posição de subalternidade, cuja voz não pode ser ouvida. Com isso, uma dobra ideológica que trata a mulher como

infantil e passiva é reforçada pela submissão do “modo de ser” da mulher ao “juiz salvador”. Penna e Belo concluem pela necessidade de criar políticas públicas robustas, mediante uma rede de atendimento que fortaleça a resistência e a emancipação.

Violência policial e tortura

O tratamento da justiça criminal para os crimes cometidos por policiais, como mortes em decorrência de ação policial e tortura, foi tema de artigos e teses nos cinco anos pesquisados.

Lucía Eilbaum e Flavia Medeiros (2015) refletiram, a partir de dois casos que geraram repercussão, sobre criminalização do abuso policial e processos penais contra policiais, no Rio de Janeiro. Nos casos abordados, a ação foi entendida como “violência policial”, contudo essa categoria nem sempre é adotada para descrever mortes cometidas por policiais, podendo ter várias significações a depender do estatuto moral das vítimas. Num deles, a morte de um jovem negro despertou mobilização política e social após testemunhos que a qualificaram como violência e abuso policial. O outro trata da morte de uma juíza que acaudou a denúncia e determinou a prisão de 11 policiais envolvidos em mortes. As autoras concluem que administração dos casos como crime dependeu das moralidades acionadas nos seus contextos específicos, e não da prevalência de uma sensibilidade legal que reforçaria a universalidade dos direitos humanos (EILBAUM; MEDEIROS, 2015).

Outro artigo abordou o processo relativo ao Massacre do Carandiru, ocorrido em São Paulo, em 1992, no qual 111 pessoas foram vítimas fatais da intervenção da Polícia Militar na Casa de Detenção. Luisa Ferreira, Marta Machado e Maíra Machado avaliaram a atuação do sistema de justiça nos processos criminais. Os crimes de homicídio estavam no limiar da

prescrição, e os denunciados são policiais dos níveis mais baixos da hierarquia militar. Os réus de patente mais alta, denunciados por lesão corporal, tiveram os crimes já prescritos. O comandante da operação, o secretário de segurança pública e o governador não foram formalmente acusados, e as ações pelas quais poderiam responder já estariam prescritas. As pesquisadoras não puderam ter acesso a procedimentos disciplinares internos da Polícia Militar, trabalhando com a informação de que foram inexistentes. Os processos civis de indenização pelos danos materiais e morais foram concluídos integralmente somente para familiares de 26 das 111 vítimas. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos considera o Brasil responsável pela falta de investigação, processamento, punição e indenização de familiares, e seu relatório já existia há doze anos sem produzir consequências. Uma das recomendações foi a de “descongestionar a população” detida, o que evoluiu em sentido contrário nos últimos 25 anos, em que cresceu vertiginosamente o número de presos. As autoras concluem que as instituições judiciais não têm capacidade de reagir ao evento do Massacre do Carandiru, seja pela ineficácia da justiça criminal, seja pelas condições objetivas e políticas referentes ao encarceramento e à atuação violenta da Polícia Militar, a despeito dos esforços de reflexão, narrativa, denúncia e construção de sentido sobre o evento por parte da sociedade civil (FERREIRA; MACHADO; MACHADO, 2012).

Sabrina Silva (2013) abordou em sua tese, defendida na pós-graduação em antropologia da UFF, a Auditoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro, responsável pelo julgamento de policiais e bombeiros militares. A autora analisou como os agentes judiciais e militares estaduais interagem com as narrativas de conflito, com outros agentes profissionais e com as normas legais, e como são construídas e interpretadas as provas e as decisões. Observou

a hierarquização das narrativas conforme as classificações do sistema de justiça e da própria polícia, concluindo que essa hierarquia é condicionante para que uma ação policial possa ser criminalizável.

A institucionalização da Justiça Penal Militar também foi analisada por José Lenho Diógenes (2017) na tese, realizada pelo PPG de sociologia da Universidade Federal do Ceará, em que a discute como um subsistema. Segundo o autor, as sequências de comunicações sobre o crime militar produzem e reproduzem identidades de sentido, referências, valores, compartilhando uma racionalidade peculiar que faz parecer natural ao subsistema pontos de vista sobre o mundo, os quais definem o que será (e o que não será) compreendido como crime militar. A tese analisou mais de 2 mil acórdãos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça em que são discutidos crimes militares.

Outra forma de abordar a política criminal em torno da ação policial é observar a elaboração da lei contra a tortura no Brasil, de 1997. Mariana Possas (2015) analisou a relação entre o posicionamento político-ideológico e o sistema de direito criminal no processo de produção de leis penais. Concluiu que as distinções entre “conservador” e “progressista” que, em geral, qualificam as escolhas em matéria de direito penal, são variáveis quando está em jogo a distinção entre crimes “comuns” e crimes “contra a humanidade”, como é o caso da tortura. Isso poderia ser atribuído à reprodução da racionalidade penal moderna pela prática política (POSSAS, 2015).

Alternativas ao penal, alternativas penais

O tema das alternativas penais se divide em: estudos sobre a aplicação, pelo Judiciário, das penas e medidas alternativas ao encarceramento; estudos sobre o funcionamento e as

alternativas de controle punitivo criadas nos JECrim; e os estudos sobre a implantação de programas de Justiça restaurativa no Brasil.

Souza e Azevedo (2015), utilizando a análise discursiva das motivações indicadas nos projetos de lei que tramitaram no Congresso Nacional, mostram como as reformas despenalizantes, orientadas por ideologias emancipatórias e fomentadas pelos governos à esquerda, especialmente na América Latina, podem acabar aprisionadas às velhas estruturas do controle social, que reservam a inovação para certos grupos e certas práticas delitivas (aquelas mais frequentes nas classes abastadas), enquanto reservam a reprodução do controle social violento aos setores populares e menos favorecidos.

Os autores fazem um balanço cuidadoso das argumentações que justificaram a ampliação da adoção de penas alternativas no Brasil (SOUZA; AZEVEDO, 2015). Em sua origem ela teria visado, em outras experiências históricas, à redução da aplicação da pena de prisão. Mas no Brasil o movimento é destoante: o número de penas alternativas aplicadas cresce juntamente com o número de presos. A análise dos autores dá conta de que as justificativas adotadas nos projetos de lei para o uso de penalidades alternativas à prisão estão baseadas numa divisão ontológica entre os cidadãos que são merecedores de penas brutalizantes e os que não o são. Trata-se quase sempre, no Brasil, de adotar políticas criminais com base em distinções ontológicas entre os merecem e os que não merecem usufruir de direitos. E tudo indica que não são argumentos que apelam para a diferença de gravidade entre os tipos de crimes, mas entre os tipos de pessoas que os cometem.

Com essas constatações empíricas, os autores deixam evidente a centralidade do debate sobre o controle social para o pensamento contemporâneo, como já haviam feito Michel Foucault e David Garland. O problema do

controle social e da punição é uma questão que separa os sujeitos em constituições ontológicas, que separa “nós” e “eles”, questionando no seu cerne o discurso da modernidade igualitária e democrática (SOUZA; AZEVEDO, 2015).

Marcelo Berdet (2015), em tese de doutorado defendida no PPG em sociologia da UnB, sustenta haver um descompasso entre a compreensão das penas alternativas como uma sanção penal e o significado social que lhe é atribuído. Combinando métodos quantitativos e qualitativos, realizou análise de conteúdo em documentos produzidos pelas instituições diretamente envolvidas na execução das penas alternativas ou que politicamente atuam no sentido de fomentar o seu uso. Analisou também dados coletados sobre os cumpridores de penas alternativas no Distrito Federal até 2012. A conclusão é que essas sanções não se desprendem do sentido da pena como punição imposta pela autoridade legal e, com isso, carregam consigo a dualidade de punir com o propósito de promover a justiça social e políticas públicas inclusivas.

Vera Almeida (2014) analisou as práticas de atualização do consenso e da verdade processual por meio da observação da aplicação de um instituto próprio dos JECrim: a transação penal. Por meio de pesquisa qualitativa em JECrim estaduais da Baixada Fluminense, baseada na interpretação dos discursos dos operadores jurídicos desses órgãos, na descrição etnográfica, na observação participante de suas práticas e na comparação desse material com o discurso legal e doutrinário, refletiu-se sobre as garantias processuais próprias do Estado democrático de direito no sistema brasileiro.

Analisando a economia das trocas punitivas a partir de uma etnografia de JECrim, Carmen Fullin (2011), em tese defendida no PPG em antropologia social da USP, aponta que esses juizados são caracterizados pela rápida distribuição de punições não carcerárias,

como prestação de serviços à comunidade e sanções monetárias. A agilidade apoia-se na utilização de acordos estabelecidos entre promotores e suspeitos de crimes considerados leves, com a finalidade de evitar o processo judicial. A pesquisa também foi publicada em artigo (FULLIN, 2015).

Prudente (2012), em tese de doutorado defendida no PPG em sociologia da UnB, estudou a reestruturação do campo de gestão de conflitos interpessoais no Brasil a partir da disseminação de suas práticas alternativas. Para examinar essa mudança e sua relação com a de Reforma da Justiça no país, a autora utiliza os conceitos de campo e de *habitus* de Bourdieu e a análise de redes sociais de atores da área. Conclui que as práticas alternativas trouxeram significativas mudanças para o campo de gestão de conflitos interpessoais, com a introdução de novos atores, alterando a dinâmica de poder estabelecida. O protagonista na disseminação das práticas alternativas no país foi o Poder Executivo Federal, sob a influência dos campos da política e da segurança pública. Embora amplamente disseminada, a ideologia das práticas alternativas restringe-se à esfera discursiva, enquanto as práticas ainda reproduzem uma perspectiva tradicional de gestão de conflitos.

Analisando possibilidades a partir da experiência belga, Achutti (2015) apresenta o sistema de justiça restaurativa e demonstra como os mecanismos restaurativos interagem com o sistema de justiça criminal naquele país. O autor descreve as dificuldades iniciais enfrentadas, na década de 1990, e como estas foram superadas, lançando mão de entrevistas com mediadores e acadêmicos europeus. Em perspectiva crítica, Achutti projetou possibilidades para a adoção da justiça restaurativa no Brasil. Concluiu que a justiça restaurativa não é apenas uma mudança de procedimento, mas uma mudança cultural que depende do rompimento com o paradigma do crime-castigo,

da alteração da distribuição de poder entre os envolvidos (partes e operadores jurídicos) e da redefinição de como os fatos legalmente classificados como delituosos são interpretados. Ao encontrar espaço para discussão de variáveis subjetivas (afastadas da justiça criminal como sentimentos irracionais), as partes que optam pelo sistema restaurativo tendem a dar maior credibilidade ao sistema de justiça, pois percebem que sua versão foi efetivamente considerada e discutida.

Juliana Tonche (2015), em tese de doutorado defendida no PPG em sociologia da USP, realizou uma análise de programas de justiça restaurativa que funcionam no estado de São Paulo. Através de pesquisa qualitativa, a autora conclui que essas iniciativas não estão rompendo com as lógicas do sistema de justiça comum, pois além de integrarem um quadro em que a justiça criminal continua sendo central, estão aumentando as possibilidades de expansão da rede de controle social, inaugurando configurações inéditas de programas que mesclam o formal e o informal, saber leigo e expertise. Tonche sustenta também que a justiça restaurativa, a despeito de seu potencial transformador, ainda tem se defrontado com dificuldades para ser efetivamente implantada, encontrando resistências por parte dos operadores do direito e da população que é atendida pelos programas, que não entendem o modelo enquanto expertise (caso dos profissionais do direito), ou como benefício para os envolvidos (caso dos adolescentes e familiares participantes), pois permanecem vinculados a uma perspectiva punitiva em relação à gestão de conflitos.

Raffaella Pallamolla (2017), em tese de doutorado defendida no PPG em ciências sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, aborda a construção da justiça restaurativa no Brasil com base nas narrativas dos protagonistas do processo, no discurso oficial sobre a justiça restaurativa

e nas práticas restaurativas mais utilizadas. Ela apresenta a trajetória dos protagonistas e o contexto de suas primeiras experiências, abordando, além dos projetos-piloto, as primeiras publicações sobre o tema, assim como a atual regulamentação da justiça restaurativa e o processo de elaboração da Resolução CNJ nº 225/2016. A autora considera que o desenvolvimento da justiça restaurativa no Brasil ocorre em duas ondas, nas quais o protagonismo do Poder Judiciário é a característica sobressalente, e constata a hegemonia do discurso da cultura da paz e da pacificação dos conflitos, associados à prática dos círculos restaurativos de Kay Pranis. Pallamolla argumenta, por fim, que a justiça restaurativa brasileira possui um déficit democrático, associado a uma tendência da cultura jurídica, observada não só em reformas legais anteriores, mas também em formas de participação na justiça criminal comum.

Em que pese a heterogeneidade dos trabalhos lidos por nós para esta revisão bibliográfica, em geral, os achados das pesquisas corroboram traços e tendências que conformam o sistema de justiça criminal no Brasil e já tinham sido descritos por pesquisas que se tornaram clássicas na antropologia e sociologia da administração institucional de conflitos produzida no país.

A maioria dos trabalhos analisados considera grande o peso das permanências autoritárias nas práticas judiciais e nas concepções e representações sociais compartilhadas pelos atores institucionais. O peso da tradição inquisitorial, a baixa adesão ao paradigma dos direitos humanos, a interveniência de moralidades que enfatizam hierarquias sociais e desigualdades, especialmente de classe e de gênero, foram características corroboradas por um conjunto robusto de resultados das pesquisas. A validação da violência como forma legítima de

resolver conflitos também esteve presente em um conjunto importante de artigos e teses sobre o funcionamento da justiça criminal: crimes de homicídio são pouco punidos, a violência policial em geral não é punida e a violência contra a mulher encontra sérias barreiras para ser adequadamente administrada pelas vias judiciais.

As análises tendem a observar o impacto da desigualdade de classe no funcionamento da justiça penal brasileira, atribuindo a esta um papel relevante no controle social das classes populares. Praticamente não há estudos que apontam o uso da justiça criminal pelas classes populares para defender direitos e garantias – essas classes apareceram sempre na condição de quem tem seus direitos violados por práticas institucionais. Apenas a pesquisa de Kant de Lima e Mouzinho (2016) abordou as práticas inquisitoriais aplicadas a agentes das elites políticas e econômicas, indicando novas possibilidades de pesquisa a partir das grandes operações policiais/judiciais no âmbito federal, mas apontando a permanência de padrões de funcionamento do campo vinculados ao decisionismo e a um novo ativismo judicial, que acabam por reforçar as características tradicionais da justiça penal e por distanciá-la de uma pretendida constitucionalização.

As desigualdades de gênero foram muito abordadas no período recente por pesquisas que enfocam a aplicação da Lei Maria da Penha e a administração judicial da violência contra a mulher. As desigualdades raciais no funcionamento da justiça penal, contudo, foram muito pouco discutidas nos estudos mais recentes publicados nas revistas de estrato A e nas teses, o que contrasta com uma virada antirracista já identificada nos estudos sobre polícia; quando aparece, raça é um atributo dos acusados de crimes, mas as relações raciais não foram mobilizadas como categoria analítica para compreender a desigualdade nas práticas judiciárias e nos processos de incriminação diferencial.

Se as permanências autoritárias nas práticas e resultados institucionais foram enfatizadas, um conjunto importante de estudos procurou avaliar o impacto de mudanças legislativas do período recente, posto que diversas áreas da política criminal passaram por reformas, como a política de drogas e de administração institucional da violência contra a mulher; o campo das alternativas penais também foi incentivado e ampliado, enquanto a criminalização dos delitos ligados à subtração do dinheiro público foi melhor descrita e para sua persecução foram abertas novas possibilidades processuais. Em meio às inovações, as ciências sociais rapidamente responderam com avaliações e monitoramento de resultados, talvez ainda insuficientes para uma visão mais ampla e conclusiva sobre as tendências em curso. As pesquisas tendem a enfatizar a emergência de novos conflitos institucionais, de saberes e de práticas no campo da administração institucional de conflitos, e buscam encontrar fissuras nas concepções e moralidades dos agentes judiciais. Mas quase todos os estudos demonstram a existência de enormes barreiras organizacionais e valorativas para o sucesso de inovações na justiça criminal. O papel crescente do Ministério Público na definição das tendências judiciárias e o papel de instituições alternativas ao sistema penal, seja a justiça restaurativa, seja a rede de atendimento e proteção às mulheres em situação de violência, são novos temas de pesquisas que emergiram nos últimos cinco anos.

A conclusão generalizada parece ser que, a despeito de existirem pressões por inovação, por democratização e por ampliação de reconhecimento de direitos humanos, a ausência de reformas institucionais mais profundas não apenas obstaculiza seriamente o sucesso das inovações, como também tornou o sistema de justiça criminal mais punitivo e encarcerador, reforçando o seu papel de reprodutor

e legitimador das desigualdades que estão na origem dos conflitos. Considerando-se os estudos lidos e resenhados aqui, a experiência democrática dos últimos 30 anos não foi densa o suficiente para deslocar as instituições judiciais de seu papel de defesa de privilégios e hierarquias. As instituições da justiça criminal não se constituíram como espaço de defesa de direitos e reequacionamento das relações de poder que produzem subalternidades de classe, gênero, geração, sexualidade, território, estilo de vida. As tendências apontadas nos estudos indicam a adesão hegemônica das instituições judiciais a visões conservadoras e autoritárias da ordem social, com crescente protagonismo dos juízes e tribunais em ações de conteúdo declaradamente político.

Em especial no âmbito das disputas em torno da resposta ao delito, a crescente percepção das novas gerações de operadores jurídicos sobre uma pretensa impunidade como principal explicação para o crescimento da criminalidade e da violência acabou por se vincular a uma demanda social punitiva, em grande medida capturada e amplificada ou direcionada pela mídia de massas, produzindo uma potente vertente político-criminal que vê nos direitos e garantias assegurados pela Constituição uma barreira para o combate ao crime e a criminalização de acusados.

Embora os trabalhos resenhados tenham identificado esse movimento e a sua

vinculação ao histórico de atuação do sistema de justiça criminal no Brasil, ainda não se produziram trabalhos que procurem identificar também os traços de mudança e aprofundamento do punitivismo policial-judicial pós-1988, tendo em vista que até pouco tempo os estudos identificavam predominantemente uma inflexão mais positiva do campo jurídico em virtude do texto constitucional e da necessidade de afirmação de direitos e garantias. Compreender as mentalidades institucionais e corporativas do campo policial-judicial, levando em conta tanto as permanências e resistências à mudança quanto as novidades em termos de adesão a perspectivas que transcendem inclusive o âmbito nacional e se vinculam ao recrudescimento penal que emerge após o Onze de Setembro, colocando em questão os princípios e regras do processo penal democrático, são questões que se colocam de forma central para uma agenda de pesquisa da área no próximo período.

Se existem pressões minoritárias por mudanças, emergência de moralidades insurgentes e práticas dissonantes, o prognóstico não é otimista: no atual quadro, as reivindicações democratizantes não encontram nas instituições judiciais um guardião das promessas, e o “guarda da esquina” se percebe autorizado a resolver por conta própria uma conflitualidade social cada vez mais complexa e violenta.

Referências

- ACHUTTI, D. Justiça restaurativa no Brasil: possibilidades a partir da experiência belga. *Civitas*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 154-181, 2013.
- ALMEIDA, V. R. A atualização do princípio da legalidade penal através do exame de algumas práticas judiciárias. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 67-99, 2012.
- _____. Consenso à brasileira: exame da justiça consensual criminal sob perspectiva antropológica. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 731-765, 2014.

- AOKI, C. D. *O conflito social no norte do Paraná: estudo descritivo e estatístico de banco de dados dos autos criminais do Fórum da Comarca de Londrina – 1934/1970*. 2014. 200 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- AZEVEDO, R. G.; CIFALI, A. C. Política criminal e encarceramento no Brasil nos governos Lula e Dilma: elementos para um balanço de uma experiência de governo pós-neoliberal. *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 105-127, 2015.
- BARBOSA, A. C. F. *Lei Maria da Penha: da convivência com as práticas do sistema de justiça no submédio do Vale do São Francisco*. 2014. 240 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.
- BERDET, M. B. *Os significados da punição nas penas alternativas*. 2015. 175 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.
- BITTENCOURT, M. B.; DADALTO, M. C. Poder punitivo e teoria social. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 271-292, 2016.
- BROCCO, P. D. B. Explorando a estrutura da confiança: apontamentos em sociologia do direito a partir do funcionamento da Lei de Medidas Cautelares. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 667-690, 2016.
- CAMPOS, C. H. Desafios na implementação da Lei Maria da Penha. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 391-406, 2015.
- CAMPOS, M. S. Drogas e justiça criminal em São Paulo: uma análise da origem social dos criminalizados por drogas desde 2004 a 2009. *Contemporânea*, São Carlos, v. 5, n. 1, p. 167-189, 2015a.
- _____. *Pela metade: as principais implicações da nova lei de drogas no sistema de justiça criminal em São Paulo*. 2015. 313 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015b.
- CASTRO, F. L. *Mulheres por direito: crimes na legislação, doutrina e jurisprudência em Vassouras 1860-1889*. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- CONCEIÇÃO, A. C. L. *Metendo a colher: os crimes passionais em Salvador (1940-1980)*. 2015. 254 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- COSTA, A. T. M. A (in)efetividade da justiça criminal brasileira: uma análise do fluxo de justiça dos homicídios no Distrito Federal. *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 7-10, 2015.
- COSTA, D. S. D. *A magistratura no Maranhão e as relações de gênero: origens sociais, carreiras e representações das juízas*. 2015. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

- DIAS, G. M. *Migração e crime: desconstrução das políticas de segurança e tráfico de pessoas*. 2014. 336 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- DIÓGENES, J. L. S. *O subsistema penal militar e suas contingências: uma sociologia do crime militar à luz de Niklas Luhmann*. 2017. 189 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- EILBAUM, L.; MEDEIROS, F. Quando existe “violência policial”? Direitos, moralidades e ordem pública no Rio de Janeiro. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 407-428, 2015.
- FERREIRA, L. M. A.; MACHADO, M. R. A.; MACHADO, M. R. Massacre do Carandiru: vinte anos sem responsabilização. *Novos Estudos Cebrap*, n. 94, p. 5-29, 2012.
- FREIXO, A.; SERRA, C. H. A.; MEDEIROS, D. O Estado de Direito no Brasil e suas incongruências: os direitos humanos em questão. *Contemporânea*, São Carlos, v. 2, n. 1, p. 65-82, 2012.
- FULLIN, C. S. *Quando o negócio é punir: uma análise etnográfica dos juizados especiais criminais e suas sanções*. 2011. 256 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- _____. Gestão, tempo, trabalho e sofrimento: a economia das trocas punitivas a partir de uma etnografia de Juizados Especiais Criminais. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 127-156, 2015.
- GARCIA, C. S. *Vidas esticadas, vidas descartadas: Estado repressivo, aparelho policial e sistema de justiça: uma análise de homicídios no pretense contexto de valorização da vida*. 2013. 304 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- GARCIA, I. J. *A produção de Justiça: um estudo sobre o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*. 2016. 229 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- GERALDO, P. H. B.; BARÇANTE, L. F. S. A (des)confiança na polícia: uma comparação entre a relação do Ministério Público e a polícia no Brasil e na França. *Civitas*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 159-176, 2017.
- KANT DE LIMA, R. Entre as leis e as normas: éticas corporativas e práticas profissionais na segurança pública e na Justiça Criminal. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 549-580, 2013.
- KANT DE LIMA, R.; MOUZINHO, G. M. P. Produção e reprodução da tradição inquisitorial no Brasil: entre delações e confissões premiadas. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 505-529, 2016.
- LEONÍDIO, A. Ações penais e criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra no Pontal do Paranapanema, SP; 1990-2014. *Contemporânea*, São Carlos, v. 6, n. 1, p. 159-177, 2016.
- MACHADO B. A.; PORTO, M. S. G. Violência e justiça criminal na Área Metropolitana de Brasília: dinâmicas organizacionais e representações sociais. *Tempo Social*, v. 28, n. 3, p. 217-242, 2016.

- MATSUDA, F. E. *Sob fogo cruzado: a gestão de mulheres e a justiça criminal paulista*. 2016. 200 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- MELO, M. L. *Sentir na sentença: direitos humanos, emoções e decisões judiciais*. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- MENDONÇA FILHO, F. P. Velhos usuários e jovens traficantes? Um estudo de caso sobre a atualização da nova Lei de Drogas na cidade do Rio de Janeiro. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 11-37, 2013.
- MENEZES, A. B. *Tecnologias de poder e corpo humano: imagens de cidadania criminal*. 2015. 193 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
- MORENO, R. F. P. G. *Reflexão sobre a efetividade da proteção ambiental no Brasil: uma análise sociológica e jurídica sobre a lei de crimes ambientais*. 2013. 233 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- ODON, T. I. *A linguagem penal do contrato social brasileiro: o inimigo, a guerra e a construção da ordem contra a sociedade no Brasil (1822-1890)*. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.
- OLIVEIRA, C. G. “Na maior brevidade possível”: tensões na administração da justiça em uma vara criminal do DF. 2012. 206 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.
- PALLAMOLLA, R. P. *A construção da justiça restaurativa no Brasil e o protagonismo do Poder Judiciário: permanências e inovações no campo da administração de conflitos*. 2017. 286 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- PASINATO, W. Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 407-428, 2015.
- PASSOS, T. E. L. *O espetáculo da Justiça: uma etnografia do Tribunal do Júri*. 2013. 409 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.
- PASTANA, D. R. Estado punitivo brasileiro: a indeterminação entre democracia e autoritarismo. *Civitas*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 27-47, 2013.
- PENNA, P. D. M.; BELO, F. R. R. Crítica à alteração da Lei Maria da Penha: tutela e responsabilidade. *Psicologia*, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 1-8, 2016.
- POSSAS, M. Produção de leis criminais e racionalidade penal moderna: uma análise da distinção “conservador” x “progressista” no caso da criação da lei contra a tortura no Brasil. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 473-499, 2015.
- PRADO, A. M.; SCHINDLER, D. A medida de segurança na contramão da Lei de Reforma Psiquiátrica: sobre a dificuldade de garantia do direito à liberdade a pacientes judiciários. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 628-652, 2017.

- PRUDENTE, M. D. F. *Pensar e fazer justiça: a administração alternativa de conflitos no Brasil*. 2012. 289 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.
- RAMOS, M. Reflexões sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres. *Revista Estudos Feministas, Florianópolis*, v. 20, n. 1, p. 53-73, 2012.
- REGINATO, A. D. A. *Obrigação de punir: racionalidade penal moderna e as estratégias de controle da violência doméstica contra a mulher*. 2014. 253 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2014.
- REIS, I. M. L. *Diálogos e conflitos entre campos de conhecimento: o Ministério Público após a Lei Maria da Penha*. 2016. 370 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.
- RIBEIRO, L. M. L.; MACHADO, I. S.; SILVA, K. A. A reforma processual penal de 2008 e a efetivação dos direitos humanos do acusado. *Revista Direito GV, São Paulo*, v. 8, n. 2, p. 677-702, 2012a.
- _____. Tempo na ou da justiça criminal brasileira: uma discussão metodológica. *Opinião Pública, Campinas*, v. 18, n. 2, p. 355-382, 2012b.
- RIBEIRO, L. M. L.; ROCHA, R. L. S.; COUTO, V. A. Nas malhas da justiça: uma análise dos dados oficiais de inculcados por drogas em Belo Horizonte (2008-2015). *Opinião Pública, Campinas*, v. 23, n. 2, p. 397-428, 2017.
- RICHTER, V. S. *Identificação genética e crime: a introdução dos bancos de DNA no Brasil*. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- RIFIOTIS, T. Violência, justiça e direitos humanos: reflexões sobre a judicialização das relações sociais no campo da “violência de gênero”. *Cadernos Pagu, Campinas*, n. 45, p. 261-295, 2015.
- ROCHA, A. R. D. *A moral e o direito no julgamento dos crimes contra o patrimônio: uma investigação sobre os processos criminais decididos pelo Poder Judiciário da comarca de Montes Claros-MG após a Constituição Federal de 1988*. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- RODRIGUES, E. E. M. *A cultura punitiva na modernidade tardia: um estudo das racionalidades legislativas do sistema penal brasileiro*. 2016. 256 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.
- RODRIGUES, H. *A pedofilia e suas narrativas: uma genealogia do processo de criminalização da pedofilia no Brasil*. 2014. 322 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- RODRIGUEZ, J. R. “Utopias” institucionais antidiscriminação: as ambiguidades do direito e da política no debate feminista brasileiro. *Cadernos Pagu, Campinas*, n. 45, p. 297-329, 2015.
- ROLIM, R. C.; RODRIGUES, F. C. M. O assassinato de um homossexual diante de um tribunal da Capital da República em meados do século XX. *Revista Estudos Feministas, Florianópolis*, v. 21, n. 1, p. 325-342, 2013.

- SANTOS, F. M. *“Linhas de investigação”*: uma etnografia das técnicas e moralidades sobre “homicídios” na Polícia Civil da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2016. 293 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- SILVA, L. S. *Bater em mulher dá cadeia!* Análise sociocultural da punição na Lei Maria da Penha. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
- SILVA, S. S. *Todos são culpados?* Uma etnografia na Auditoria de Justiça Militar do Estado do Rio de Janeiro. 2013. 208 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- SILVESTRE, G. *“Enxugando iceberg”*: como as instituições estatais exercem o controle do crime em São Paulo. 2016. 314 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.
- SIMIÃO, D. S.; OLIVEIRA, L. R. C. Judicialização e estratégias de controle da violência doméstica: a suspensão condicional do processo no Distrito Federal entre 2010 e 2011. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 31, n. 3, p. 845-874, 2016.
- SOUZA, C. C. *Judiciário e autoritarismo*: ação política da Suprema Corte de Justiça do Brasil e da Argentina no julgamento de crimes políticos. 2015. 232 f. Tese (Doutorado em Estudos Comparados sobre as Américas) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.
- SOUZA, G. A. D.; AZEVEDO, R. G. Alternativas penais no Brasil após 1984 e seus efeitos: uma análise a partir de discursos sobre crime e punição. *Contemporânea*, São Carlos, SP, v. 5, n. 1, p. 69-92, 2015.
- TONCHE, J. *A construção de um modelo “alternativo” de gestão de conflitos*: usos e representações de justiça restaurativa no estado de São Paulo. 2015. 223 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- VASCONCELLOS, F. B. A família, a violência e a justiça: conflitos violentos familiares, Lei Maria da Penha e concepções jurídicas no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. *Civitas*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 136-153, 2013.
- _____. *Punir, proteger, prevenir?* A Lei Maria da Penha e as limitações da administração dos conflitos conjugais violentos através da utilização do Direito Penal. 2015. 224 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- VENSON, A. M. Tráfico internacional de pessoas para exploração sexual? Uma análise de processos-crime (1995-2012). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 571-591, 2017.
- _____. *Tráfico internacional de pessoas para exploração sexual?* Uma análise de processos-crime (1995-2012). 2015. 421 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- VIEIRA, F. M. C. *Sob o leito do Procusto*: sistema judicial e a criminalização da luta pela terra no Rio Grande do Sul. 2012. 290 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Resumo

O sistema de justiça criminal na perspectiva da antropologia e da sociologia

Este artigo é uma revisão bibliográfica de estudos sobre justiça criminal cujo escopo são artigos publicados em revistas do extrato A das áreas de sociologia e antropologia e das teses defendidas nos programas de pós-graduação das mesmas áreas, no período de cinco anos. Além das orientações teóricas e metodológicas, notou-se a importância dos estudos de fluxo, de pesquisas sobre representações e visões criminológicas dos operadores judiciais, da administração dos conflitos de gênero, da incriminação dos delitos por drogas e da discussão das alternativas penais, em especial a justiça restaurativa. Destacam-se as conclusões que identificam a permanência de tendências autoritárias e punitivistas da justiça criminal.

Palavras-chave: Justiça Criminal; Justiça Penal; Punitivismo; Operadores Judiciais; Administração Institucional de Conflitos.

Abstract

The criminal justice system under the anthropological and sociological perspective

The article is a review of criminal justice studies based on articles published in journals of the extract A of Sociology and Anthropology and of theses defended in post-graduate programs from these areas, in the period of five years. In addition to the theoretical and methodological guidelines, we have observed the importance of flow studies, of research on representations and criminological visions of judicial operators, of gender conflict management, the incrimination of drug offences, and of the discussion of criminal alternatives, especially restorative justice. The conclusions that identify the permanence of authoritarian and punitive trends in criminal justice are highlighted.

Keywords: Criminal Justice; Penal Justice; Punitive Trends; Judicial Operators; Institutional Conflict Management

Résumé

Le système de justice pénale du point de vue de l'anthropologie et de la sociologie

Cet article est une revue bibliographique d'études sur la justice pénale basée sur des articles publiés dans des revues de l'extrait A des domaines de sociologie et d'anthropologie et des thèses soutenues dans les programmes postuniversitaires des mêmes domaines, dans la période de cinq ans. En plus des orientations théoriques et méthodologiques, on a observé l'importance des études de flux, des recherches sur les représentations criminelles et les visions criminologiques des opérateurs judiciaires, de l'administration des conflits de genre, de la criminalisation des infractions en matière de drogue et de la discussion des alternatives criminelles, surtout la justice réparatrice. On souligne les conclusions qui identifient la persistance des tendances autoritaires et punitives de la justice pénale.

Mots-clés: Justice Criminelle; Justice Pénale; Punitivisme; Opérateurs Judiciaires; Gestion Institutionnelle des Conflits.

Estudos sobre prisão: um balanço do estado da arte nas ciências sociais nos últimos vinte anos no Brasil (1997-2017)

Luiz Claudio Lourenço¹

Marcos César Alvarez²

Punição e prisão na agenda de pesquisa nas ciências sociais

Os estudos sobre prisão nas ciências sociais estão enraizados em reflexões e investigações desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos a partir de meados do século XIX, momento em que a própria instituição prisional ganha destaque nos sistemas punitivos modernos.

No âmbito da sociologia, desde os clássicos, o interesse pela punição em geral se desdobrou em estudos específicos também sobre a prisão e seus efeitos na vida social. Por um lado, a trilha aberta por Émile Durkheim, no sentido de uma sociologia da punição, que associava as formas punitivas às formas sociais mais gerais, foi seguida, já no século XX, tanto por estudos de inspiração marxista – como o trabalho de Georg Rusche e Otto Kirchheimer, *Punição e Estrutura Social* (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004), publicado originalmente em 1939, que relacionava regimes punitivos e sistemas de produção – quanto por estudos como *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1977), que abordava as práticas punitivas como mecanismos complexos de poder. Por outro lado, desenvolveu-se uma

tradição de investigação, sobretudo em língua inglesa, voltada para: o estudo da especificidade das instituições prisionais, como *The Prison Community* de Donald Clemmer, publicado em 1940, *The Society of Captives* de Gresham Sykes, publicado em 1958, ou *The Discovery of Asylum*, escrito por David Rothman e publicado em 1971; ou ainda, para as especificidades das chamadas instituições totais, caminho explorado por *Asylums*, de Erving Goffman, publicado em 1961 (CLEMMER, 1958; GOFFMAN, 1961; ROTHMAN, 1990; SYKES, 1974).

No Brasil, inicialmente, o tema foi mais discutido nos campos do direito e da medicina. Mesmo com a criação de cursos de ciências sociais no país, a partir dos anos 1930, a situação permaneceu inalterada por longo tempo (SALLA, 2006). Trabalhos pioneiros de juristas como Antonio Herculano Bandeira Filho, de 1881, e Lemos Brito, de 1924, foram acompanhados por observações e reflexões também de médicos envolvidos com as escolas criminológicas da época (ALVAREZ, 2003). Assim, será apenas a partir de 1970, com o processo de redemocratização no país e a crescente preocupação com as violações dos Direitos Humanos

1 Possui bacharelado e mestrado em ciências sociais pela Universidade de São Carlos (UFSCar), doutorado em ciência política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro (IUPERJ) e pós-doutorado em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professor do Departamento de Sociologia e pesquisador no Laboratório de Estudos sobre Crime e Sociedade (Lassos) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: lulalourenco@gmail.com

2 Bacharel em ciências sociais pela Universidade de São Paulo (USP), mestre e doutor em sociologia pela mesma instituição. Atualmente é professor Livre Docente do Departamento de sociologia da USP, pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência, NEV-USP, bolsista do CNPq, nível 1C, e pesquisador principal do projeto temático “A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea: a experiência paulista”, financiado pela Fapesp. E-mail: mcalvarez@usp.br

perpetradas num sistema prisional precário e violento, que passam a se avolumar contribuições acadêmicas nas ciências sociais baseadas em pesquisas empíricas e não apenas no debate doutrinário. Trabalhos pioneiros como o de José Ricardo Ramalho, de 1979, sobre a Casa de Detenção em São Paulo, e o de Julita Lemgruber, realizado em 1976, mas publicado em 1983, sobre a Penitenciária Talavera Bruce no Rio de Janeiro, começam a demarcar um campo específico de investigações.

Essa produção irá se expandir significativamente a partir da virada do século. Diversificam-se as instituições pesquisadas, agora também em outros estados que não apenas São Paulo e Rio de Janeiro, bem como os diálogos com a literatura internacional e suas diferentes perspectivas, tanto dos estudos prisionais *stricto sensu* quanto de autores como Goffman, com sua reflexão sobre as “instituições totais”, de Foucault, sobre os mecanismos de poder³, David Garland, sobre a punição contemporânea (GARLAND, 2008), e muitos outros. Além disso, verifica-se um entrecruzamento das diferentes ciências sociais, antropologia, ciência política e sociologia.

Nas últimas duas décadas, a literatura sobre prisões em nosso país tem crescido expressivamente em várias áreas do conhecimento, inclusive nas ciências sociais. A punição como tema mais geral passou a ingressar como parte da agenda de pesquisa de inúmeros grupos e programas de pós-graduação e igualmente os estudos sobre prisões e instituições correlatas.

Alguns textos que trataram de mapear os estudos sobre crime e violência na produção brasileira já identificaram contribuições importantes realizadas na área dos estudos prisionais (ADORNO, 1993; CAMPOS; ALVAREZ, 2017; MISSE; LIMA; MIRANDA, 2000;

ZALUAR, 1999). Mais recentemente, revisões mais específicas têm sido produzidas, como os casos de Salla (2006) e de Lourenço (2016), que fazem apanhados das pesquisas pioneiras no estudo de prisões realizadas durante os anos 1970 e 1980 no país; além de Teixeira e Oliveira (2016), que mapearam o que foi produzido acerca de maternidade e encarceramento feminino no Brasil.

Contudo, lacunas importantes ainda podem ser preenchidas, como o mapeamento das dissertações e das teses que vêm sendo produzidas sobre prisões no país no âmbito das ciências sociais nos últimos vinte anos (1997-2017), um trabalho iniciado por Salla, em sua revisão publicada em 2006, e que é aprofundada neste texto.

A pesquisa em teses e dissertações: objetivo e metodologia empregada

Como afirmado, o principal objetivo aqui consiste justamente em levantar e discutir as características gerais das teses e das dissertações produzidas e disponíveis nos repositórios institucionais dos programas de pós-graduação em sociologia, antropologia, ciência política e ciências sociais no período de 1997 a 2017.

Para realizar esta pesquisa, inicialmente foram escolhidas palavras-chave para serem inseridas nas buscas em repositórios *on-line*. As palavras selecionadas foram as seguintes: encarceramento, prisões, cárcere, sistema prisional, estudos prisionais, presídio, penitenciária, unidade(s) prisional(is), hospital(is) de custódia, HCT, manicômio(s) judiciário(s), agente(s) penitenciário(s), gestor(es) prisional(is), facções, gangues prisionais, comandos, apenados, sentenciados, presos, internos, presidiário(s), privação de liberdade, reeducando(s), ressocialização, reabilitação, reeducação.

3 Sobre o impacto de *Vigiar e Punir* nos estudos prisionais no Brasil, consultar Salla (2017).

Nossa primeira opção foi realizar a pesquisa no portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD⁴. Contudo, após algumas buscas iniciais, verificamos que nem todos os programas das áreas que compreendem as ciências sociais disponibilizam suas produções na BDTD. Isso nos obrigou a listar os programas avaliados pela Capes nas áreas de sociologia, antropologia e ciência política e investigar um a um em seus próprios repositórios institucionais. Foi pesquisado um total de 56 repositórios institucionais.

O primeiro resultado relevante do levantamento foi a constatação de expressiva produção encontrada: 139 trabalhos, sendo 93 dissertações e 46 teses. Esse dado é importante, pois mostra como o tema das prisões entrou na agenda de pesquisa de mestrandos e doutorandos no período. Além disso, verificamos que em 38 dos 56 repositórios (67,9%) foram encontradas teses e/ou dissertações com os termos de busca utilizados. Ou seja, na maioria dos programas de pós-graduação em ciências sociais, foram produzidas pesquisas na área.

Observando a distribuição regional do total de teses e de dissertações, também percebemos que, embora uma parte importante da produção esteja na região Sudeste (48,9%), já há uma expressiva produção no Nordeste (24,5%), sendo que nenhuma região do país deixou de produzir estudos sobre prisões no período (Tabela 1). Desse modo, podemos afirmar igualmente que já há uma produção nacional na temática, embora ainda com grandes diferenças regionais.

Discriminando a produção por regiões, notamos que a distribuição das dissertações é mais diversificada, e a de teses mais, concentrada regionalmente (Tabela 2), o que provavelmente acompanha a concentração dos doutorados na rede de pós-graduação das ciências sociais.

Tabela 1
Distribuição da produção total por região do país (1997-2017)

	n	%
Sudeste	68	48,9
Nordeste	34	24,5
Sul	25	18
Centro-Oeste	6	4,3
Norte	6	4,3
Total	139	100

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2
Distribuição teses e dissertações por região

	n	%	
Dissertações	Sudeste	43	46,2
	Nordeste	25	26,9
	Sul	21	22,6
	Norte	3	3,2
	Centro-Oeste	1	1,1
	Total	93	100
Teses	Sudeste	25	54,3
	Nordeste	9	19,6
	Centro-Oeste	5	10,9
	Sul	4	8,7
	Norte	3	6,5
	Total	46	100

Fonte: Elaboração própria.

No que se refere ao volume de trabalhos por período, constatamos um incremento significativo recentemente, já que a média nos primeiros cinco anos (1997-2001) não chegou a contar um trabalho por ano e que nos últimos cinco anos (2013-2017), a média anual foi de 11,6 trabalhos por ano (Tabela 3 e Figura 1).

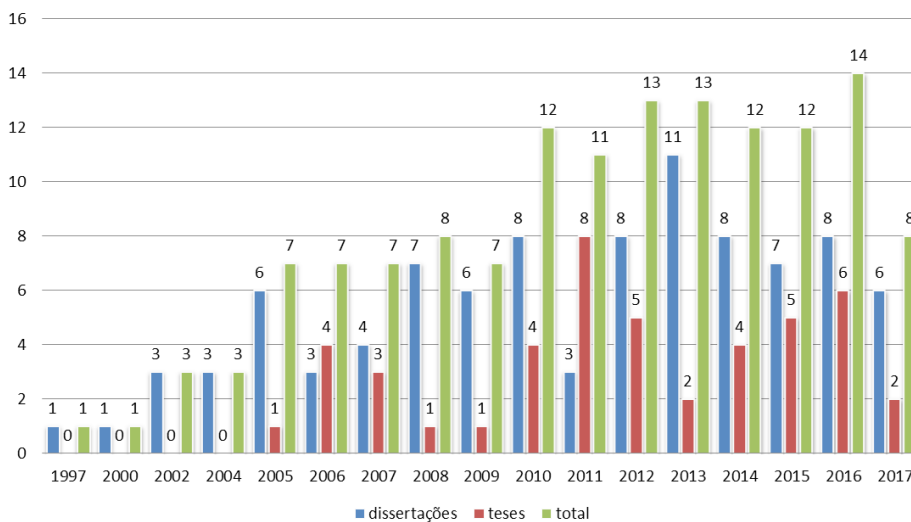
⁴ Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind>>.

Tabela 3
Teses e dissertações sobre prisão e punição no período (1997-2017)

	Dissertações	Teses	Total
1997	1	0	1
2000	1	0	1
2002	3	0	3
2004	3	0	3
2005	6	1	7
2006	3	4	7
2007	4	3	7
2008	7	1	8
2009	6	1	7
2010	8	4	12
2011	3	8	11
2012	8	5	13
2013	11	2	13
2014	8	4	12
2015	7	5	12
2016	8	6	14
2017	6	2	8
Total	93	46	139

Fonte: Elaboração própria.

Figura 1
Distribuição temporal da produção de dissertações e teses
no campo de estudos sobre prisões no Brasil (1997-2017)



Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito à distribuição por área de conhecimento, observamos que os programas de pós-graduação em sociologia foram os que concentraram o maior número de trabalhos, tanto em dissertações (41,9%) quanto em teses (50%). Esse dado é um indício importante do desenvolvimento do campo de estudos prisionais e da sociologia da punição dentro da sociologia brasileira. Por outro lado, a ciência política foi uma das áreas com menor concentração de trabalhos, o que demonstra que há um grande potencial de estudos a serem desenvolvidos com suporte teórico e abordagens nesse campo das ciências sociais (Tabela 4), sobretudo no que diz respeito às políticas prisionais, como retomaremos posteriormente.

Tabela 4
Distribuição por áreas dos programas de pós-graduação

Área do programa	Dissertações		Teses	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Antropologia e sociologia	2	2,2	2	4,3
Antropologia social	12	12,9	7	15,2
Ciência política	8	8,6	2	4,3
Ciências humanas	2	2,2	1	2,2
Ciências sociais	30	32,3	11	23,9
Sociologia	39	41,9	23	50
Total	93	100	46	100

Fonte: Elaboração própria.

Conforme Tabela 5, do total das dissertações produzidas no período, destaca-se o papel formador das seguintes instituições: UFSCar (dez dissertações, 10,8%), UFBA (seis dissertações, 6,5%) e USP, UFRGS, PUC-RS, UEFN, UFPR, UFRJ, UNICAMP (todas com cinco dissertações, 5,4%). Conjuntamente, essas instituições acumulam 49,5% das dissertações no período. Já no que se refere às teses, a USP e a

UNB se destacam no período, com sete (15,2%) e cinco (10,9%) trabalhos, respectivamente.

Tabela 5
Teses e dissertações por instituição

Instituição	Dissertações	
	<i>n</i>	%
UFSCar	10	10,8
UFBA	6	6,5
USP	5	5,4
UFRGS	5	5,4
PUC-RS	5	5,4
UEFN	5	5,4
UFPR	5	5,4
UFRJ	5	5,4
UFC	4	4,3
UNESP-Mar	4	4,3
UFJF	4	4,3
UNICAMP	3	3,2
UFAM	3	3,2
UFS	3	3,2
UFPE	2	2,2
UFPB	2	2,2
UFSC	2	2,2
PUC-SP	2	2,2
UECE	2	2,2
UERJ	2	2,2
UFAL	2	2,2
UFES	2	2,2
UNB	1	1,1
PUC-MG	1	1,1
UFRB	1	1,1
UFSM	1	1,1
UNIFESP	1	1,1
UNISINOS	1	1,1
UEL	1	1,1
UEM	1	1,1
UFMG	1	1,1
UFMG	1	1,1
Total	93	100

(Continua)

Tabela 5 – continuação

Instituição	Teses	
	<i>n</i>	%
USP	7	15,2
UNB	5	10,9
UNICAMP	4	8,7
UFRGS	4	8,7
UFPE	4	8,7
UFSCar	3	6,5
UFPB	3	6,5
PUC-SP	3	6,5
UERJ	3	6,5
UFRJ	3	6,5
UFPA	2	4,3
UFC	1	2,2
UNESP-MAR	1	2,2
UFAM	1	2,2
UFJF	1	2,2
UNESP-AR	1	2,2
Total	46	100

Fonte: Elaboração própria.

Para realizar uma análise mais substantiva, ainda que preliminar, dessa expressiva produção intelectual, recorreremos à leitura dos resumos, ao buscar identificar os temas mais recorrentes. O Quadro 1 mostra alguns dos temas mais presentes no interior do banco de teses e de dissertações construído.

Observamos que pesquisas que abordaram mulheres nas prisões foram as mais frequentes, num total de 25 (18%). Muitos dos trabalhos trataram de múltiplos aspectos referentes ao confinamento de mulheres (ALMEIDA, 2006; ANDRADE, 2015; CARDOSO, 2017; LAGO, 2014; MATSUDA, 2016; QUADRADO 2014; SANTOS, L. A., 2015). Por sua vez, encontramos trabalhos que se centraram em questões mais específicas, dentre as quais se destacam: a prisão de mulheres por tráfico de drogas (FRANÇA, 2013; LIMA, 2016; MOURA, 2005; PEREIRA, 2008),

mulheres egressas das prisões (COSTA, 2011; REIF, 2016; SANTOS, F. C. M., 2016) e maternidade nas prisões (LOPES, 2014; MARTINS, 2016; QUINTINO, 2005). O papel reabilitador do cárcere, seja nas chamadas práticas de ressocialização ou mesmo nas atividades de trabalho e educação realizadas no cárcere, foi abordado em quinze (10,8%) trabalhos, sendo que parte dos estudos tenderam a observar como se dão as práticas laborais e/ou voltadas para educação no cárcere a partir do estudo de determinadas unidades prisionais (CARVALHO, 2009; KRAHN, 2014; LOBO, 2009; MOREIRA, 2007; PRADO, 2015; ROCHA, 2016).

A atuação de grupos criminosos nas prisões também foi um tema recorrente. Embora só apareça na agenda de pesquisa a partir de 2009, a temática foi abordada em treze (9,4%) trabalhos. Dentro desse tema, destacam-se os trabalhos que tratam do Primeiro Comando da Capital – PCC (BIONDI, 2009; BIONDI, 2014; BRANDÃO, 2011; DIAS, 2011; FRESTON, 2010; GRIMBERG, 2009; LIMA, 2013; MOREIRA, 2012; RUOTTI, 2016; SILVA, 2014; SILVESTRE, 2016). Mais recentemente, notamos o surgimento de estudos de outros grupos localizados na região Nordeste do país (SANTOS, C. E. B., 2015; SILVA, 2017). O discurso punitivo, entendido aqui como o elemento simbólico que compõe o campo normativo da punição e de sua crítica, foi tema de parte dos trabalhos encontrados, estando presente como componente central em pelo menos treze (9,4%) deles. Esses trabalhos apresentam, de forma geral, discussões teóricas e críticas a partir do debate empreendido pela Criminologia, muitas vezes ratificando o debate sobre a pena privativa de liberdade (BARROS, 2012; MACEDO, 2017; SANTOS, J. W., 2016; TEIXEIRA, 2006; VIANNA, 2010). A prática e a conversão religiosa no cárcere aparecem como tema em onze (7,9%) estudos.

Dentre os estudos elencados, percebemos que o modelo da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – Apac apareceu como objeto em destaque (OLIVEIRA, 2013; PASTI, 2016; VARGAS, 2011). A atenção nas questões de conversão via religião foi algo bem marcado em diversos desses trabalhos (ARAÚJO, 2009; DIAS, 2005; GUSMÃO, 2011; KRONBAUER, 2010; LOBO, 2002). Os processos referentes ao cotidiano, dinâmica e cultura prisional foram tema central de sete (5%) trabalhos (DANTAS PEREIRA, 2004; FONSECA, 2002; GODOI, 2010; 2015; LIMA COSTA, 2002; LOBO, 2009; SILVA, 2000; SILVESTRE, 2011). Todos, de alguma forma, trabalham as diversas imbricações presentes nas relações sociais estabelecidas a partir do confinamento. O estudo do trabalho executado nas prisões por agentes penitenciários parece ser uma nova tendência dentro dos estudos prisionais. Além da preocupação com os internos das prisões, os estudos sobre agentes penitenciários, um total de cinco (3,6%), nos ajudam a olhar a partir de outra perspectiva as questões que envolvem

o confinamento (MONTEIRO, 2013; REIS, 2012; SABAINI, 2012; SARMENTO, 2014; SIQUEIRA, 2016). No que se refere aos aspectos metodológicos mobilizados nas teses e nas dissertações examinadas, a maior parte dos trabalhos empregou técnicas de pesquisa qualitativas. Pelo menos oitenta (57,6%) trabalhos mencionaram ferramentas desse tipo em seus resumos. Chama atenção, do mesmo modo, o grande número de resumos que não mencionam a estratégia metodológica empregada, um total de 35 (25,2%) trabalhos. Dentre as técnicas de pesquisa, a entrevista foi a mais usada, em pelo menos 41 (29,5%) trabalhos. A segunda técnica mais mencionada nos resumos foi a etnografia, em dezoito (12,9%), seguida pela análise documental, em catorze (10,1%), pela história de vida, em doze (8,6%), e pela observação (direta ou participante), em oito (5,8%). Poucas pesquisas trabalharam com análises qualitativas aliadas a descrições quantitativas: um total de oito (5,8%). Além disso, apenas um trabalho usou análises estatísticas mais robustas (BASEGIO, 2009).

Quadro 1
Temas mais recorrentes na base de dados pesquisada

Tema (*)	Número de trabalhos	Referência – autor, data
Mulheres nas prisões	25	Almeida, 2006; Andrade, 2011; Andrade, 2015; Bitencourt, 2012; Bumachar, 2016; Cardoso, 2017; Carvalhido, 2016; Costa, 2011; Santos, 2016; França, 2013; L. A. Santos, 2015; Lago, 2014; Lima, 2016; Lopes, 2014; Martins, 2016; Massaro, 2014; Matsuda, 2016; Moura, 2005; Padovani, 2015; Pereira, 2008; Quadrado, 2014; Quintino, 2005; Reif, 2016.
Ressocialização, trabalho e educação no cárcere	15	Bastos, 2012; Carvalho, 2009; Costa, 2005; Duarte, 2013; Krahn, 2014; Lobo, 2009; Madeira, 2004; Madeira, 2008; Miranda, 2009; Moreira, 2007; Prado, 2015; Rocha, 2016; Toledo, 2013; Vasconcelos, 2013.
Grupos criminosos nas prisões	13	Biondi, 2009; Biondi, 2014; Brandão, 2011; C. E. B. Santos, 2015; Dias, 2011; Freston, 2010; Grimberg, 2009; Lima, 2013; Moreira, 2012; Ruotti, 2016; Silva, 2014; Silva, 2017; Silvestre, 2016.

(Continua)

Quadro 1 – continuação

Tema (*)	Número de trabalhos	Referência – autor, data
Discurso punitivo, política penal e prisional	13	Almeida, 2005; Araújo, 2008; Barros, 2007; Barros, 2012; César Segundo, 2011; Cypreste, 2010; J. W. Santos, 2016; Macedo, 2017; Pinto, 2006; Teixeira, 2006; Vasconcellos, 2008; Vianna, 2010.
Religião nas prisões	11	Andrade, 2014; Araújo, 2009; Bicca, 2005; Dias, 2005; Gusmão, 2011; Kronbauer, 2010; Lobo, 2002; Nunes, 2017; Oliveira, 2013; Pasti, 2016; Vargas, 2011.
Cotidiano, dinâmica e cultura prisional	7	Dantas Pereira, 2004; Fonseca, 2002; Godoi, 2010; 2015; Lima Costa, 2002; Lobo, 2009; Silva, 2000; Silvestre, 2011.
Agentes penitenciários	5	Monteiro, 2013; Reis, 2012; Sabaini, 2012; Sarmento, 2014; Siqueira, 2016.

(*) Entende-se por tema, nesse contexto, os assuntos incontornáveis e centrais nos trabalhos pesquisados. Essa classificação foi elaborada por nós e pode não necessariamente coincidir com o objeto de pesquisa ou problema de estudo dos trabalhos analisados.

Fonte: Elaboração própria.

Considerações finais: retomando o balanço da literatura sobre prisões no país

No balanço realizado em 2006, a partir do levantamento de teses e de dissertações em ciências sociais disponíveis no Banco de Teses da Capes, Fernando Salla apontava para os sete desafios da produção acadêmica nesse campo, a qual o autor igualmente constatava que havia se adensado muito, a partir dos anos 2000. Pode ser interessante, para este levantamento, retomar esses pontos para diagnosticar como está o desenvolvimento dessa área de investigação no Brasil, seus avanços e os pontos de estagnação, embora em relação a vários tópicos seja possível apenas especular acerca do estado presente da produção da área, já que um diagnóstico mais rigoroso dependeria de análise qualitativa aprofundada das teses e das dissertações produzidas, o que ainda não foi possível no momento da elaboração deste texto.

Um primeiro desafio, para Salla, inclusive considerado por ele mais fundamental, consistiria no tratamento teórico dado ao tema no que diz respeito aos estudos realizados no

Brasil. Haveria, naquele momento, uma reprodução das teorias consideradas clássicas na área e seus desdobramentos – como os trabalhos de Erving Goffman e de Michel Foucault –, sem formulações mais originais que contemplassem os desafios próprios ao contexto nacional. No momento, não foi possível identificar se houve a preocupação, em determinados trabalhos, de não apenas reproduzir teorias e teses da literatura internacional, que foi sem dúvida cada vez mais incorporada no Brasil em sua diversidade. Uma pista aqui encontrada são os inúmeros trabalhos de perspectiva indutiva, que muitas vezes valorizam mais os próprios achados que um diálogo mais profundo com a literatura da área. Outro indício sobre essa hipótese é o grande número de resumos examinados que nem mesmo mencionavam qual estratégia metodológica havia sido empregada na pesquisa: 35 (25,2%) trabalhos. Provavelmente, essas evidências estejam associadas igualmente ao pouco rigor teórico, ao indicar que a área ainda tem muito a avançar nesse aspecto, tal como afirmava Salla.

Um segundo desafio consistiria em pensar a ação governamental na área prisional, articulada às demais políticas públicas.

Haveria, novamente segundo Salla, um divórcio entre os estudos acadêmicos na área de políticas públicas, com pouco interesse com relação à área de segurança pública e, mais especificamente, das políticas para as prisões:

não se produziu ainda para as políticas de segurança e em particular as direcionadas para as prisões análise que se voltem para essas três dimensões: os fatores que interferem na sua formulação; como são implementadas tais políticas pelos órgãos responsáveis e ainda quais os resultados ou o impacto dessas políticas. (SALLA, 2006, p. 115).

No período estudado neste levantamento, foi possível constatar um crescimento de investigações voltadas para as políticas prisionais, inclusive dos discursos punitivos que muitas vezes fundamentam tais políticas, mas trata-se ainda de campo a ser igualmente mais bem explorado. Como visto, a ciência política foi uma das áreas com menor concentração de trabalhos sobre prisões, indicando que esse setor das políticas públicas não tem sido tão incorporado no âmbito dessa disciplina, como acontece com outras áreas de atuação do Estado.

De forma complementar ao ponto anterior, haveria, mais uma vez de acordo com Salla, uma segmentação da produção acadêmica sobre prisões. Haveria a necessidade de entrecruzar os estudos nas esferas do Executivo, do Ministério Público e do Legislativo, para compreender os efeitos das ações de cada poder sobre as prisões. Também seria necessário aprofundar os efeitos das políticas na área prisional nas esferas dos poderes Federal, Estadual e Municipal. O autor chamava a atenção também para o impacto da implantação de unidades prisionais nos espaços municipais, por exemplo. Tal tema foi aprofundado em trabalhos como o de Silvestre (2011), Redígolo (2013) e Godoi (2015) e no período por nós estudado.

Um quarto desafio consistiria num caráter ainda provinciano dos estudos sobre prisões

no país, com ausência quase total de estudos comparados com outros países, quer os latino-americanos, quer os de outras partes do mundo. Possibilitaria assim questionar se o Brasil estaria ou não acompanhando as tendências de crescimento do encarceramento, como já havia sido identificado pela literatura internacional. Nesse aspecto, a grande maioria das investigações permaneceu ainda circunscrita aos estudos nacionais.

Outro desafio consistia na ênfase dada nos trabalhos até então realizado no viés monográfico, com a investigação voltada para temas específicos, como educação, trabalho e saúde no interior do cárcere, ou ao estudo aprofundado de unidades específicas. Seriam, até então, raros os trabalhos que se aventurariam em investigar as tendências das políticas penitenciárias em períodos mais longos. No que diz respeito aos temas no período por nós estudado, foi possível constatar o crescimento de temas tais como mulheres nas prisões, grupos no interior e fora das prisões, religião, agentes penitenciários, entre outros, ampliando consideravelmente o espectro de temas na área.

Um sexto desafio, sempre de acordo com Salla, consistiria na presença de uma agenda ainda “tradicional” no campo, circunscrita, sobretudo a temas como trabalho, educação e ressocialização, com poucos exemplos de estudos, até aquele momento, sobre as relações de poder no interior das prisões, entre administração e presos, sobre a construção de grupos e identidades no interior das prisões, sobre as chamadas “gangues” prisionais, sobre os movimentos de revolta e rebeliões, bem como acerca das ligações da instituição com o mundo exterior. Percebe-se neste novo levantamento que os estudos considerados “tradicionalistas” por Salla contemplaram apenas 8,6 % das pesquisas, sendo que surgiram diversos trabalhos sobre as dinâmicas diversas de poder dentro e fora das prisões. Assim, como já afirmado, na produção mais recente,

as investigações avançaram muito, transbordando a agenda considerada tradicional, antes identificada por Salla.

Um último desafio se deveria à precariedade de fontes de informação de boa qualidade na área de segurança pública e das prisões no Brasil, sendo gerados dados estatísticos de qualidade insatisfatória e sem regularidade. Essa é provavelmente a frente em que menos avançamos, e a total predominância de estudos qualitativos no período por nós estudado corrobora a constatação de que a agenda de pesquisa permanecerá estagnada nesse âmbito de investigação, ao depender dos dados estatais para análise.

Como afirmado no início de nosso texto, o objetivo perseguido aqui consistiu, sobretudo, em mapear, em linhas gerais, as dissertações e teses produzidas sobre a temática prisional no período adotado. A permanente revisão dos estudos das ciências sociais na área, entre outros benefícios, pode ajudar aos novos pesquisadores a se situarem num campo dinâmico e em expansão, que acompanha criticamente o crescimento do encarceramento no país e seus efeitos nas dinâmicas políticas e sociais, ao desempenhar desse modo não apenas um papel acadêmico, mas também político e não menos relevante, num país ainda caracterizado pela presença da violência e da desigualdade em dimensões alarmantes.

Referências

- ADORNO, S. A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 35, p. 3-24, 1993.
- ALMEIDA, F. M. *Heranças perigosas: arqueogenealogia da “periculosidade” na legislação penal brasileira*. 2005. 208 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- ALMEIDA, M. L. O. *Vozes de dentro... de mulheres... e de muralhas: um estudo sobre jovens presidiárias em Salvador, Bahia*. 2006. 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- ALVAREZ, M. C. *Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil*. São Paulo: IBCCRIM, 2003.
- ANDRADE, B. S. A. Batista de. *Entre as leis da Ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil*. 2011. 316 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- ANDRADE, E. L. *A rua dos irmãos: uma etnografia na prisão*. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- ANDRADE, F. S. *Pela cortina do desvio: a trajetória de mulheres presas do presídio feminino de Nossa Senhora do Socorro, SE*. 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.
- ARAÚJO, A. A. *Sistema penal brasileiro, MST e a reprodução da dominação de classes no campo*. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

- ARAÚJO, F. F. *Mercado de almas aflitas: crime, castigo e conversão religiosa*. 2009. 105 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
- BARROS, R. A. L. *Os dilemas da sociedade punitiva: reflexões sobre os debates em torno da sociologia da punição*. 2007. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.
- _____. *A reinvenção da prisão: a expansão prisional no Estado de São Paulo e as consequências do encarceramento massivo (1985-2010)*. 2012. 220 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.
- BASEGIO, L. J. *A transição criminológica na RMPA entre 1991 e 2000: a sua manifestação através da análise dos apenados e dos delitos entre os municípios da região metropolitana de Porto Alegre (RMPA)*. 2009. 105 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- BASTOS, A. A. *Escola e vida no cárcere: uma etnografia no Presídio Regional de Santa Maria*. 2012. 73 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.
- BICCA, A. *Os eleitos do cárcere: etnografia sobre violência e religião no sistema prisional gaúcho*. 2005. 198 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- BIONDI, K. *Junto e misturado: imanência e transcendência no PCC*. 2009. 198 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.
- _____. *Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC*. 2014. 334 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- BITENCOURT, A. H. *Mulheres & sistema prisional: o sentido do trabalho para quem viveu e vive sob a égide do cárcere*. 2012. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- BRANDÃO, T. S. *Atrás das grades: redes sociais, habitus e interação social no sistema carcerário do RN*. 2011. 184 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.
- BUMACHAR, B. L. *Nem dentro, nem fora: a experiência prisional de estrangeiras em São Paulo*. 2016. 380 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- CAMPOS, M.; ALVAREZ, M. C. Políticas de segurança, violência e punição no Brasil (2000-2016). In: MICELI, S.; MARTINS, C. (Orgs.). *Sociologia brasileira hoje*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2017. p. 143-213.
- CARDOSO, C. M. *Histórias das mulheres privadas de liberdade em Manaus: vidas marcadas pela pobreza, violência e abandono*. 2017. 186 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

- CARVALHIDO, M. L. L. *Histórias de vida, prisão e estigma: o uso da tornozeleira eletrônica por mulheres no estado do Rio de Janeiro*. 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2016.
- CARVALHO, R. A. M. *O tempo como pena e o trabalho como “prêmio”*: o cotidiano dos presos da Penitenciária Industrial Regional de Sobral (PIRS). 2009. 190 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
- CÊSAR SEGUNDO, B. W. *Os sentidos do aprisionamento na contemporaneidade: um estudo de caso no Presídio do Serotão em Campina Grande, PB*. 2011. 216 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.
- CLEMMER, D. *The prison community*. 2. ed. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1958.
- COSTA, E. C. P. *Enfim, a liberdade: as mulheres e a vivência pós-cárcere*. 2011. 262 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- COSTA, J. B. *Militância, dádiva e conversão religiosa: o caso dos presidiários evangélicos em busca da dupla salvação*. 2005. 134 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.
- CYPRESTE, A. D. *Crime e trabalho no Brasil: o controle das drogas entre a Primeira República e o Código Penal de 1940*. 2010. 153 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2010.
- DANTAS PEREIRA, E. *O pacto velado: estudo etnográfico sobre a sociabilidade entre apenados de regime fechado na Penitenciária Agrícola de Mossoró/RN*. 2004. 103 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- DIAS, C. C. N. *A igreja como refúgio e a bíblia como esconderijo? Conversão religiosa, ambiguidade e tensão entre presos evangélicos e massa carcerária*. 2005. 204 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- _____. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*. 2011. 386 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- DUARTE, R. L. *Choque cultural e aplicação penal: uma análise sobre o indivíduo e a ressocialização na sociedade atual*. 2013. 93 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.
- FONSECA, M. *Cartografia das resistências: uma análise antropológica do pavilhão oito da casa de detenção de São Paulo*. 2002. 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977.

- FRANÇA, M. H. O. *Prisão, tráfico e maternidade*: um estudo sobre mulheres encarceradas. 2013. 237 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- FRESTON, R. B. *Combate ao crime organizado*: um estudo do PCC e das instituições do sistema de justiça criminal. 2010. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.
- GARLAND, D. *A cultura do controle*: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.
- GODOI, R. *Ao redor e através da prisão*: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo. 2010. 202 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- _____. *Fluxos em cadeia*: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. 2015. 246 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- GOFFMAN, E. *Asylums*: essays on the social situation of mental patients and other inmates. New York: Anchor Books, 1961.
- GRIMBERG, S. V. *Luta de guerreiros castigos de ninjas e amor de rainhas*: etnografia de uma rebelião prisional. 2009. 141 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.
- GUSMÃO, E. H. A. *Dinâmicas prisionais e religião*: uma análise sobre as trajetórias e experiências de detentos em processos de conversão. 2011. 176 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- KRAHN, N. M. W. *Ressocializando?* As percepções sobre a implementação de políticas laborativas e educacionais em uma unidade prisional. 2014. 250 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- KRONBAUER, J. L. *O crente e o cárcere*: estudo sociológico sobre evangélicos em prisões gaúchas. 2010. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- LAGO, N. B. *Mulheres na prisão*: entre famílias, batalhas e a vida normal. 2014. 95 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- LEMOS BRITO, J. G. *Os sistemas penitenciários do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924. v 1.
- _____. As mulheres criminosas e seu tratamento penitenciário. *Arquivos Penitenciários do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3-4, p. 61-78, 1942.
- LIMA, C. P. S. *As mulheres nas redes do tráfico de drogas em Alagoas*. 2016. 143 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.
- LIMA, J. S. F. *Mulher fiel*: as famílias das mulheres dos presos relacionados ao Primeiro Comando da Capital. 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

- LIMA COSTA, L. A. *Do corpo do infrator à figura do delinquente*: uma trajetória institucional. 2002. 234 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.
- LOBO, E. S. “*Igrejas atrás das grades*”: um estudo sobre a atuação de católicos e evangélicos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro. 2002. 115 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- _____. *A escola por trás dos muros da prisão*: percepções de alunos detentos sobre educação, religião e vida cotidiana. 2009. 199 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- LOPES, K. M. *Prisão e maternidade*: a experiência de presas e egressas do sistema prisional. 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2014.
- LOURENÇO, L. C. Contribuições pioneiras das ciências sociais no estudo sobre as prisões brasileiras do séc. XX. *Vivência*, Natal, v. 1, n. 46, p. 169-180, 2016.
- MACEDO, A. A. *Direito, discurso, dogma*: uma crítica à mentalidade positivista e punitivista do Direito Penal Brasileiro. 2017. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.
- MADEIRA, L. M. *A atuação da sociedade civil na ressocialização de egressos do sistema penitenciário*: estudo de caso sobre a Faesp. 2004. 244 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- _____. *Trajетórias de homens infames*: políticas públicas penais e programas de apoio a egressos do sistema penitenciário no Brasil. 2008. 358 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- MARTINS, M. A. S. *Filhos concebidos no cárcere*: mães apenadas do Complexo Penitenciário Anísio Jobim, Compaj. 2016. 193 p. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.
- MASSARO, C. M. *Trabalho em tempos de crise*: a superexploração do trabalho penal nos Centros de Ressocialização Femininos do Estado de São Paulo. 2014. 368 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014.
- MATSUDA, F. E. *Sob fogo cruzado*: a gestão de mulheres e a justiça criminal paulista. 2016. 200 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- MENEZES, W. F. *O esgotamento da maquinaria carcerária*: uma análise do sistema penitenciário do estado de São Paulo (2000-2010). 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2013.
- MIRANDA, M. M. *A reabilitação do criminoso no discurso norte-americano*: uma proposta alternativa ao cárcere duro. 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

- MISSE, M.; LIMA, R. K.; MIRANDA, A. P. M. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 50, p. 45-123, 2000.
- MONTEIRO, L. *A permeabilidade das grades na busca cotidiana pela ordem: um estudo sobre agentes penitenciários em Salvador*, BA. 2013. 213 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- MOREIRA, A. *O PCC em São Paulo: “coletivo de presos” ou “organização criminoso”?* 2012. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.
- MOREIRA, H. L. F. *Trabalho, códigos, gratidão e reciprocidade na prisão: um estudo de caso na Penitenciária Estadual de Parnamirim, no estado do Rio Grande do Norte*. 2007. 347 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
- MOURA, M. J. *Porta fechada, vida dilacerada: mulher, tráfico de drogas e prisão: estudo realizado no presídio feminino do Ceará, Fortaleza*. 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.
- NUNES, A. I. C. *Discurso religioso no cárcere: caminhos e possibilidades*. 2017. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.
- OLIVEIRA, V. N. *Prisões sem guardas: uma experiência liderada por grupos religiosos*. 2013. 116 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- PADOVANI, N. C. *“Perpétuas espirais”: falas do poder e do prazer sexual em trinta anos (1977-2009) na história da Penitenciária Feminina da Capital*. 2010. 186 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- _____. *Sobre casos e casamentos: afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona*. 2015. 368 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- PASTI, N. M. L. *Representações de gênero na aplicação do método Apac (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) em Itaúna, Minas Gerais*. 2016. 109 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2016.
- PEREIRA, S. V. J. *Trajetórias de vida de mulheres presidiárias envolvidas com o tráfico de drogas em Belo Horizonte*. 2008. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- PINTO, N. M. *Penas e alternativas: um estudo sociológico dos processos de agravamento das penas e de despenalização no sistema de criminalização brasileiro (1984-2004)*. 2006. 271 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- PRADO, A. S. *Educação nas prisões: desafios e possibilidades do ensino praticado nas Unidades Prisionais de Manaus*. 2015. 106 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

- QUADRADO, J. C. *Fragmentos de uma genealogia de mulheres no contexto prisional: um estudo de relatos sobre a experiência de aprisionamento*. 2014. 208 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.
- QUINTINO, S. *Creche na prisão feminina do Paraná: humanização da pena ou intensificação do controle social do Estado?* 2005. 170 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.
- REDÍGOLO, N. C. N. *Para além dos muros e das grades: atitudes e valores em relação às instituições carcerárias do município de Valparaíso/SP*. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2013.
- REIF, K. S. *Em liberdade: narrativas biográficas de mulheres com experiências de encarceramento*. 2016. 88 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- REIS, M. P. *Entre o poder e a dor: representações sociais da corrupção e da violência no sistema penitenciário de São Paulo*. 2012. 376 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- ROCHA, F. V. *A escola por trás das grades: educação escolar no sistema prisional do Estado do Paraná, 1990-2016*. 2016. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.
- ROTHMAN, D. *The discovery of asylum: social order and disorder in the Republic*. New York: Little, Brown and Company, 1990.
- RUOTTI, C. *Pretensão de legitimidade do PCC: justificação e reconhecimento de suas práticas nas periferias da cidade de São Paulo*. 2016. 226 f. Doutorado (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- RUSCHE, G.; KIRCHHEIMER, O. *Punição e estrutura social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- SABAINI, R. T. *Uma cidade entre presídios: ser agente penitenciário em Itirapina-SP*. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SALLA, F. A pesquisa sobre as prisões: um balanço preliminar. In: KOERNER, A. (Org.). *História da justiça penal no Brasil: pesquisas e análises*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 2006. p. 107-127.
- _____. Vigiar e punir e os estudos prisionais no Brasil. *Dilemas*, Rio de Janeiro, ed. especial, n. 2, p. 29-43, 2017.
- SANTOS, C. A. S. *Ó pa í, prezada! Racismo e sexismo institucionais tomando bonde no Conjunto Penal Feminino de Salvador*. 2014. 200 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- SANTOS, C. E. B. *“Okaida” e “Estados Unidos”, organizações criminosas: a nova face da criminalidade na cidade de João Pessoa, Paraíba*. 2015. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

- SANTOS, F. C. M. *Prisão e resistências: micropolítica da vida cotidiana em uma penitenciária para mulheres*. 2016. 211 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- SANTOS, J. W. *O estado do punir no Brasil: uma análise do processo legislativo em execução penal pós-abertura política entre ambiguidades histórico-discursivas*. 2016. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- SANTOS, L. A. *Emoção e penalidade: mulheres no Complexo Penal Dr. João Chaves*. 2015. 136 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.
- SARMENTO, V. A. *Análise do curso preparatório para agentes de segurança penitenciária femininas e sua relação com a formação em direitos humanos*. 2014. 209 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
- SILVA, D. E. M. *Da festa à chacina: formas de gestão da violência e do crime em São Carlos/SP*. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- SILVA, T. *Comando entre cadeias: do estado, dos frentes e das famílias*. 2017. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Cachoeira, 2017.
- SILVA, V. F. *Compondo vidas, tecendo destinos: conflitos, territorialidades e trajetórias individuais na Penitenciária do Serrotoão em Campina Grande, PB*. 2000. 115 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2000.
- SILVESTRE, G. *Dias de visita: uma sociologia da punição e das prisões em Itirapina*. 2011. 192 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.
- _____. *“Encugando Iceberg”: como as instituições estatais exercem o controle do crime em São Paulo*. 2016. 314 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.
- SIQUEIRA, I. B. L. *“Aqui ninguém fala, escuta ou vê”: relatos sobre o cotidiano profissional dos agentes de segurança penitenciária em Manaus*. 2016. 224 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade do Amazonas, Manaus, 2016.
- SYKES, G. *The society of captives: a study of a maximum-security prison*. New Jersey: Princeton University, 1974.
- TEIXEIRA, A. *Do sujeito de direito ao estado de exceção: o percurso contemporâneo do sistema penitenciário brasileiro*. 2006. 174 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- TEIXEIRA, A.; OLIVEIRA, H. Maternidade e encarceramento feminino: o estado da arte das pesquisas no Brasil. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 81, p. 25-41, 2016.
- TOLEDO, R. R. *Os usos, significados e práticas da ressocialização do egresso do sistema prisional*. 2013. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

- VARGAS, L. J. O. É possível humanizar a vida atrás das grades? Uma etnografia do método de gestão carcerária Apac. 2011. 252 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.
- VASCONCELLOS, F. B. *A prisão preventiva como mecanismo de controle e legitimação do campo jurídico*. 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- VASCONCELOS, F. E. A. *Da prisão à “ressocialização”*: masculinidades aprisionadas na execução da Lei Maria da Penha. 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- VIANNA, G. S. S. *Disciplina, direito e subjetivação*: uma análise de punição e estrutura social, vigiar e punir e cárcere e fábrica. 2010. 180 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999.

Resumo

Estudos sobre prisão: um balanço do estado da arte nas ciências sociais nos últimos vinte anos no Brasil (1997-2017)

A temática prisional, além de ganhar destaque na agenda de notícias e nas preocupações sociais de nosso país, também se tornou mais expressiva na produção das ciências sociais no Brasil ao se constituir como um campo em expansão, ao longo dos últimos vinte anos. O objetivo deste texto é em mapear as dissertações e teses produzidas nos programas de pós-graduação em ciências sociais, sociologia, ciência política e antropologia que tratem de questões relativas aos estudos prisionais no período entre 1997 e 2017. Para alcançar tal propósito, foram consultados os repositórios acadêmicos de 56 instituições, além de sites de programas de pós-graduação nas áreas mencionadas. Ao todo, foram encontrados 139 trabalhos, entre dissertações e teses, o que mostra a importância das prisões na agenda de pesquisa das ciências sociais. Fica patente que a maioria dos trabalhos tem caráter empírico e foi realizada através de pesquisas em unidades prisionais ou com atores pertencentes a esse universo.

Palavras-chave: Prisão; Estudos Prisionais; Teses; Dissertações; Sociologia da Punição.

Abstract

Prison studies in Brazil: a review of the current state of the art in Social Sciences in the last 20 years (1997-2017)

The prison theme, which has been highlighted in the news agenda and in the social concerns of our country, has become more expressive in social sciences studies in Brazil, as it has become a field in expansion over the last 20 years. The purpose of this paper is to map the theses and dissertations produced in postgraduate programs in social sciences, sociology, political science and anthropology that deal with questions related to prison studies in the period between 1997 and 2017. To achieve this purpose, academic repositories of 56 institutions as well as postgraduate program websites in the aforementioned areas were consulted. In all, 139 texts were found, among dissertations and theses, which shows the importance of prisons in the research agenda of the social sciences in Brazil. It becomes clear that most of the studies are empirical and were performed through research in prison units or with actors belonging to this universe.

Keywords: Prison; Prison studies; PhD Thesis; Masters Dissertations; Sociology of Punishment.

Résumé

Études sur prison : une évaluation de l'état des sciences sociales au cours des vingt dernières années au Brésil (1997-2017)

Le thème des prisons, en plus de prendre de l'importance dans l'actualité et dans les préoccupations sociales de notre pays, est devenu plus expressif dans la production des sciences sociales au Brésil en étant un champ d'expansion, au cours des vingt dernières années. L'objectif de ce texte est de localiser et schématiser les dissertations et thèses produites dans les programmes postuniversitaires en sciences sociales, sociologie, sciences politiques et anthropologie qui traitent des questions liées aux études pénitentiaires entre 1997 et 2017. Pour atteindre cet objectif, on consulte les dépôts académiques de 56 institutions, ainsi que des sites de programmes de troisième cycle dans les domaines mentionnés. En tout, 139 articles ont été trouvés, entre dissertations et thèses, ce qui montre l'importance des prisons dans le programme de recherche des sciences sociales. Il est évident que la plupart des travaux sont empirique et ont été fait par la recherche dans les unités de prison ou avec des acteurs appartenant à cet univers.

Mots-clés: Prison; Études Pénitentiaires; Thèse de Doctorat; Mémoire de Maîtrise; Sociologie de la Puniton.

Apêndice A – Lista de repositórios institucionais pesquisados

Programas	Repositório	Endereço eletrônico
USP	tem	< http://www.teses.usp.br >
UNICAMP	tem	< http://www.repositorio.unicamp.br >
UNESP	tem	< https://repositorio.unesp.br >
UFSCAR	tem	< https://repositorio.ufscar.br >
UFSC	tem	< https://repositorio.ufsc.br >
UFRR	tem	< http://www.bdt.d.ufr.br >
UFRN	tem	< https://repositorio.ufrn.br >
UFRJ	tem	< https://ppgsa.ifcs.ufrj.br >
UFRGS	tem	< http://www.lume.ufrgs.br >
UFPR	tem	< http://acervodigital.ufpr.br >
UFPEL	fora do ar	< http://www2.ufpel.edu.br/tede >
UFPE	tem	< http://www.repositorio.ufpe.br >
UFPB	tem	< http://bdt.d.biblioteca.ufpb.br >
UFPA	tem	< http://repositorio.ufpa.br >
UFMT	tem	< http://www.ufmt.br/ufmt/un/publicacao/ppge >
UFMS	tem	< http://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalhos >
UFMG	tem	< http://www.bibliotecadigital.ufmg.br >
UFGD	tem	< https://tede.ufgd.edu.br >
UFG	fora do ar	< http://repositorio.bc.ufg.br >
UFF	tem	http://ppgantropologia.sites.uff.br
UFC	tem	< http://www.repositorio.ufc.br >
UFBA	tem	< http://www.repositorio.ufba.br >
UFAM	tem	< http://tede.ufam.edu.br >
UFAL	tem	< http://www.repositorio.ufal.br >
PUC-SP	tem	< https://sapientia.pucsp.br >
PUC-RS	tem	< http://tede2.pucrs.br >
PUC-MG	tem	< http://www.sistemas.pucminas.br/BDP >
UFS	tem	< https://ri.ufs.br >
UFPI	tem	< http://repositorio.ufpi.br >
UVV	não tem	
UNISINOS	tem	< http://www.repositorio.jesuita.org.br >
UNIOESTE	desatualizado	< http://projetos.unioeste.br/pos/index.php?option=com_content&task=view&id=3001&Itemid=833 >
UNIFESP	tem	< http://www2.unifesp.br/ciencias_sociais/defesas/dissertacoes-de-mestrado-defendidas >
UNB	tem	< http://repositorio.unb.br >

(*Continua*)

Apêndice A – continuação

Programas	Repositório	Endereço eletrônico
UFU	tem	< https://repositorio.ufu.br >
UFMS	tem	< http://repositorio.ufsm.br >
UFRRJ CS	tem	< http://cursos.ufrrj.br/posgraduacao/ppgcs/dissertacoes-defendidas >
UFRRJ CPDA	fora do ar	< http://r1.ufrrj.br/cpda/dissertacoes-e-teses >
UFRB	tem	< https://www.ufrb.edu.br/pgcienciassociais/turma-2015 >
UFMA	tem	< https://tedebc.ufma.br >
UFJF	tem	< https://repositorio.ufjf.br >
UFGD	tem	< https://www.ufgd.edu.br/pos-graduacao/mestrado-sociologia/dissertacoes-defendidas >
UFF ANT	tem	< http://ppgantropologia.sites.uff.br >
UFF CP	tem	< http://www.uff.br/dcp/?page_id=32 >
UFF SOC	tem	< http://www.sociologia.uff.br/dissertacao >
UFES	tem	< http://www.cienciassociais.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PGCSdisserta%C3%A7%C3%B5es-defendidas >
UFCG	tem	< http://www.ufcg.edu.br/~ppgcs >
UFBA	tem	< http://www.ppgcs.ufba.br >
UERJ	tem	< http://www.btd.uerj.br >
UENF	tem	< http://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais > e < http://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica >
UEM	tem	< http://nou-rau.uem.br/nou-rau/teses_dissertacoes.php >
UEL	tem	< http://www.bibliotecadigital.uel.br >
UECE	tem	< http://www.uece.br/politicaspublicas >
PUC-RIO	tem	< http://www.cis.puc-rio.br/index.php/posgraduacao/mestrado/bancodissertacoes > e < http://www.cis.puc-rio.br/index.php/posgraduacao/doutorado/bancoteses >